

ISSN 1982-095X



**Terr@
Plural**

v. 11, n. 1, 2017

Coordenação editorial

Dr. Edson Belo Clemente de Souza, Unioeste, Brasil
Dra Rosemeri Segecin Moro, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil

Coordenação de Seção de Artigos

Selma Regina Aranha Ribeiro, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil
Leonel Brizolla Monastirsky, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil
Elvio Elvio Pinto Bosetti, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil
Joseli Maria Silva, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil
Dr^a. Cílician Luiza Löwen Sahr, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil
Dr. Nicolas Floriani, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil

Mesa Editorial

Elvio Elvio Pinto Bosetti, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil
Dr^a. Cílician Luiza Löwen Sahr, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil
Joseli Maria Silva, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil
Leonel Brizolla Monastirsky, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil
Selma Regina Aranha Ribeiro, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil

Conselho editorial

Robert Clyde Burns, Universidade West Virginia, EUA
Juan Carlos Skewes Vodanovic, Universidad Alberto Hurtado, Santiago, Chile
Srta Jasmine Cardozo Moreira, UEPG, Brasil
Adriano Severo Figueiró, Universidade Federal de Santa Maria- UFSM, Brasil
Alexey Naumov, Universidade de Moscou, Rússia, Federação da
Antônio Carlos Vitte, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Brasil
Antonio Cezar Leal, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Brasil
Antonio Teixeira Guerra, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil
Clemente Herrero Fabregat, Universidad Autónoma de Madrid, Espanha
Cristina Bertoni Machado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Brasil
Dirce Suertegaray, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Brasil
Edson Armando Silva, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil
Edson Vicente da Silva, Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil
Sr. Francisco Javier Llera, Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, México
Francisco Mendonça, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil
João Sarmento, Universidade do Minho, Portugal
Jones Dari Goettert, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Brasil
José M. Mateo Rodriguez, Universidad de La Habana, Cuba
Marcello Guimarães Simões, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil
Maria Angeles Diaz Munõz, Universidad de Alcalá de Henares, Espanha
Roberto Lobato Correa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Rosemeri Melo e Souza, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS, Brasil
Rozely Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Brasil
Profa. Tania Maria Fresca, Universidade Estadual de Londrina - UEL, Brasil
Wolf Dietrich Gustav Johannes Sahr, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil

Conselho Científico

Walter Fernando Brites, Universidad Nacional de Misiones, Argentina
Rosa Imelda Rojas Caldelas, UABC, Mexico
Gil Rito Gonçalves, Universidade de Coimbra, Portugal
María Laura Silveira, Universidad de Buenos Aires, Argentina
Enrique Aliste Almuna, UChile, Chile
Lucio José Sobral da Cunha, Universidade de Coimbra, Portugal
Sr. Francisco Ther Rios, Univiversidas de Los Lagos - Chile, Chile
Rui Manuel Missa Jacinto, Universidade de Coimbra, Portugal
María Rosa Catullo, Universidad Nacional de la Plata, Argentina
Erick Sanchez Flores, Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, México
Luis Carlos Bravo Peña, UACJ, Mexico
Gabriel A. Carranza, UNT, Texas (USA)
Debbie Guerra Maldonado, UACH, Chile
Carlos Valdir de Meneses Bateira, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Adalto Gonçalves Lima, Unicentro, Brasil
Dr. Alfonso García de la Vega, Universidad Autónoma de Madrid, Espanha
André Luiz Pinto, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/CPTL, Brasil
Antonio Liccardo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Augusto Cesar Pinheiro da Silva, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, Brasil
Edivaldo Lopes Thomaz, Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO
Edna Lindaura Luiz, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Edson Struminski, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil
Elpidio Serra, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Brasil
Glauco José Marafon, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Brasil
Ivan Jairo Junckes, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil
João Carlos Nucci, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil
Júlio César Suzuki, Universidade de São Paulo - USP, Brasil
Karla Karla Rosário Brumes, Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Brasil
Prof. Dr. Leandro Redin Vestena, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil
Lindon Fonseca Matias, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Brasil
Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil
Luiz Eduardo Mantovani, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil
Luiz Gilberto Bertotti, Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, Brasil
Prof. Dr. Marcelo Chemin, UFPR (Setor Litoral), Brasil
ligialih Maria Ligia Cassol Pinto, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Messias Modesto dos Passos, Universidade Estadual de Maringá - UEM; UNESP, Brasil
Michael Holz, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Brasil
Miguel Angelo Ribeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Brasil
Nelson Ferreira Fernandes, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil
Pedro de Alcântara Bittencourt Cesar, Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP
Ricardo Henrique Gentil Pereira, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Sergio Fernandes Alonso, Universidade Federal da Paraíba - UFPPB, Brasil
Sílvia Méri Carvalho, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil
Dr. Sylvio Fausto Gil Filho, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil
Ycarim Melgaço Barbosa, Universidade Católica de Goiás - UCG, Brasil
Zeny Rosendahl, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Brasil

ISSN 1982-095X



Terr@
Plural

v. 11, n. 1, 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Terr@Plural, v.11, n.1, 2017

Editora
UEPG

A revista Terr@ Plural tem a missão de publicar artigos científicos relacionados à área de Geografia e Gestão do Território que contribuam com o desenvolvimento do conhecimento teórico e metodológico destes campos de saber. Além disso, visa estimular o debate acadêmico daqueles que atuam na temática e ampliar as relações com profissionais de outras regiões do Brasil e do exterior. A revista é uma publicação semestral e é composta pelas seções de artigos, ensaios, notas científicas e resenhas.

Revista Terr@ Plural has as its mission the publication of scientific articles on geography, territorial analysis and management focusing specifically on theoretical and methodological perspectives. It promotes the academic debate with those professionals who are actively involved in the area and reaches out to all regions of Brazil and the international scientific community, via electronic means. It is a bi-annual journal with composed of sections of articles, essays, scientific notes and reviews.

REDAÇÃO E ASSINATURAS

Terr@ Plural

Universidade Estadual de Ponta Grossa
CIPP - Sala LP 111
Campus Uvaranas
Av. Carlos Cavalcanti, 4748
84030-900 - Ponta Grossa - PR - Brasil
Tel: 55 - 42 - 32203155
e-mail: revistaterraplural@gmail.com

Publicação Indexada:

Geodados - Indexador de Geografia e Ciências Sociais.
Universidade Tecnológica Federal do Paraná -
UTFPR - Campus Ponta Grossa
<http://geodados.pg.utfpr.edu.br>

DOI (Digital Object Identifier)

Latindex - Sistema Regional de Información en Línea
para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe,
Espaná y Portugal
www.latindex.unam.mx

Coordenação Editorial

Rosemeri Segecin Moro
Edson Belo Clemente de Souza

Revisão ortográfica e de língua inglesa

Melissa Maria Soares de Oliveira

Revisor de língua espanhola

Joseli Maria Silva

Diagramação

Andressa Marcondes

Capa

Silviane Vitkoski
Cláudia Gomes Fonseca

Secretaria

Jéssica Fernanda Cabral

Webman

Sandro Teixeira

Impressão

Imprensa Universitária
Versão eletrônica de Terr@ Plural em:
www.terraplural.com.br

Revista Terr@ Plural. Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. Ponta Grossa, Ed.
UEPG, v.1, n.1, (jan./jun., 2007-)

v. 11, n. 1, jan./jun., 2017

Semestral
ISSN 1982-095X

1. Gestão do território - periódicos. 2. Geografia - periódicos.
I. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Gestão do
Território. II Universidade Estadual do Centro Oeste. Mestrado em
Geografia.

CDD 551

Solicita-se permuta / Exchange desired / Pédese canje

Sumário/Contents

- 7 Editorial/Editorial**
Rosemeri Segecin Moro e Edson Belo Clemente de Souza
- 8 Dossiê temático “Múltiplas territorialidades e microterritorialidades urbanas”**
Joseli Maria Silva (org.)
- 10 Microterritorializações e microterritorialidades urbanas**
Microterritorializaciones e microterritorialidades urbanas
Urban Microterritorializations and Microterritorialities
Benhur Pinós da Costa
- 31 Vida noturna, a construção de um objeto de estudo para a Geografia**
Vida nocturna, la construcción de un objeto de estudio para la Geografía
Nightlife, the Construction of a Subject to Geography
Nécio Turra Neto
- 42 Sujeito, identidades e as redes sociais virtuais**
Sujeto, identidades y redes sociales virtuales
Subject, Identities, and Virtual Social Network
Antonio Bernardes, Fernanda de Faria Viana Nogueira e Thais Dias de Souza
- 61 O jogo entre apropriação e evitação na produção dos lugares da metrópole**
El juego entre apropiación y evitación en la producción de los lugares de la metrópolis
The Interplay between Appropriation and Avoidance in the Production of the Places of the Metropolis
Álvaro Luiz Heidrich
- 78 Entre o formal e o vivido: abordagem territorial e as políticas públicas**
Entre el formal y el vivido: enfoque territorial y políticas públicas
Between the Law and the Social Practice: Territorial Approach and Public Policies
Rosemere Santos Maia
- 93 O tambor e o território na educação escolar quilombola**
El tambor y el territorio en la educación escolar quilombola
The Drum and the Territory in the Quilombola School Education
Cláudia Luísa Zeferino Pires e Winnie Ludmila Mathias Dobal
- Artigos**
- 108 A dengue em Paranavaí, PR (Brasil) - 2012-2013: políticas públicas e campanhas sanitárias**
El dengue en Paranavaí, PR (Brasil) - 2012-2013: políticas públicas y campañas sanitarias
Dengue in Paranavaí, PR (Brazil) - 2012-2013: Public Policies and Health Campaigns
Thiago Kich Fogaça, Francisco Mendonça

- 122 O patrimônio cultural da Força Expedicionária Brasileira e sua representação em diferentes espaços de memória no Brasil**
El patrimonio cultural de la Fuerza Expedicionaria Brasileña y su representación en diferentes espacios de memoria en Brasil
The Cultural Heritage of the Brazilian Expeditionary Force and its representation in different Memory Spaces in Brazil
Viviane Regina Caliskevstz e Leonel Brizolla Monastirsky
- 141 Relação entre drenagem urbana e processos erosivos: estudo de caso em Campo Mourão- PR**
Relación entre el drenaje urbano y procesos erosivos: caso de estudio en Campo Mourão -PR
Relationship among urban drainage and erosive processes: case study at Campo Mourão- PR
Mariana de Sarges Machado, Maristela Denise Moresco Mezzomo e Morgana Suzeck Gonçalves
- 156 Critérios para delimitação de bordas de estradas na análise de paisagem**
Criterios para la delimitación de bordes de carreteras en el análisis de paisaje
Criteria for Delimitation of Edges on Roads in Landscape Analysis
Dinameres Aparecida Antunes e Rosemeri Segecin Moro

Editorial

Neste vigésimo segundo número, a revista Terr@ Plural tem a grata satisfação de apresentar o dossiê temático sobre múltiplas territorialidades e microterritorialidades urbanas, organizado pela Profa. Dra. Joseli Maria Silva, do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Em seis artigos selecionados publicamos um painel sobre as mais novas tendências teórico-metodológicas nesta área desafiadora da Geografia.

Nas quatro contribuições seguintes deste número, de acordo com nossa política editorial de destaque aos temas relevantes de cada área ou disciplina específica, abordamos estudos sobre políticas públicas (ou a falta de), bem como um estudo de caso e um ensaio metodológico na geografia física.

Thiago Kich Fogaça e Francisco Mendonça discutem o papel dos agentes públicos e políticas públicas no surto epidêmico e dengue no norte do Paraná em “*A dengue em Paranavaí, PR (Brasil) – 2012-2013: políticas públicas e campanhas sanitárias*”, enquanto Viviane Regina Caliskevstz e Leonel Brizolla Monastirsky nos apresentam como a preservação da memória dos pracinhas da FEB sobrevive praticamente sem apoio oficial em “*O patrimônio cultural da Força Expedicionária Brasileira e sua representação em diferentes espaços de memória no Brasil*”.

No último artigo “*Relação entre drenagem urbana e processos erosivos: estudo de caso em Campo Mourão – PR*”, Mariana de Sarges Machado, Maristela Denise Moresco Mezzomo e Morgana Suzeck Gonçalves propõem soluções para um caso específico de processo erosivo urbano.

Fechando o volume, o ensaio “*Critérios para delimitação de bordas na análise de paisagem*”, de Dinameres Aparecida Antunes e Rosemeri Segecin Moro, pretende elucidar um dos desafios do geógrafo, que é o de cartografar *buffers* para a análise espacial em estudos de conservação.

Desejamos boa leitura a todos.

Rosemeri Segecin Moro e Edson Belo Clemente de Souza
Editores

Dossiê temático “Múltiplas territorialidades e microterritorialidades urbanas”

É com grande satisfação que lançamos o dossiê temático que congrega as principais ideias discutidas do IV Seminário Nacional Sobre Múltiplas Territorialidades e IV Seminário Internacional Sobre Microterritorialidades nas Cidades: Visibilidades, escalas geográficas e desafios metodológicos, ocorrido na Universidade Estadual de Ponta Grossa entre 26 e 29 de outubro de 2016. O evento foi organizado por uma rede de instituições - UFRGS, UFF, UFSM, UNESP/PP, UFRJ, USP e UEPG, representadas pelos pesquisadores que expõem suas ideias neste volume da Revista Terr@ Plural.

Os seis textos que fazem parte desse dossiê constituem uma contribuição para o desenvolvimento teórico-metodológico da Geografia procurando responder alguns questionamentos de como os territórios constituem afirmação de grupos sociais diversos, considerando as diferentes hierarquias sociais e as relações entre escalas espaciais.

Uma proposta para compreensão dos conceitos de ‘microterritorialização’ e ‘microterritorialidade’ foi realizada por Benhur Pinós da Costa. O autor trata das apropriações do espaço urbano, realizadas por sujeitos e grupos sociais sob uma perspectiva cultural. Constrói seu raciocínio explicativo utilizando-se de pesquisas já realizadas anteriormente que exploram práticas homoeróticas e sua relação com o espaço.

Nécio Turra Neto propõe a vida noturna como um eixo de investigação para análise do espaço urbano com o artigo intitulado ‘Vida noturna, a construção de um objeto de estudo para a geografia’. No texto, o autor traz suas proposições para análise do lazer noturno, focando seus argumentos no processo de fragmentação socioespacial e de como se forjam determinados modelos hegemônicos para o lazer dos jovens que acabam por experimentar a cidade por meio de práticas sociais que exacerbam signos de modernidade e distinção social. Abordando também os grupos de jovens e suas identidades, Antonio Bernardes, Fernanda de Faria Viana Nogueira e Thais Dias de Souza constroem a abordagem das relações sociais que são mediadas por redes virtuais, constituindo, assim, em um lugar conectado de forma simultânea com outras escalas geográficas, formando múltiplas territorialidades.

O artigo de Álvaro Luiz Heidrich explora o espaço social da metrópole de Porto Alegre e seu compartilhamento, envolvendo negociações e conflitos entre os seus usuários. Tais táticas e estratégias desenvolvidas formam microterritórios diferenciados, enunciadores de significados próprios e afastados uns dos outros em termos de estilo de vida. Rosemere Santos Maia realiza uma crítica sobre a relação entre ‘território/territorialidade’ no processo de elaboração e implementação de políticas públicas na cidade do Rio de Janeiro. A autora traz as contradições que ocorrem entre as normas urbanas e as vivências cotidianas dos grupos sociais e sujeitos, destacando as dificuldades de implementação de práticas participativas da sociedade civil na organização do espaço urbano.

Cláudia Luísa Zeferino Pires e Winnie Ludmila Mathias Dobal trazem em seu artigo ‘O Tambor e o Território na Educação Escolar Quilombola’ uma importante contribuição

para a compreensão da relação entre território e processo educacional. Elas exploram o território quilombola Alpes (Porto Alegre, RS) por meio da participação de seus moradores no processo de mapeamento de elementos que propiciam a valorização da diversidade racial/étnica e assim, promovem uma forma de aprendizagem por meio do reconhecimento territorial da comunidade quilombola.

Este conjunto de textos debate especialmente sobre as visibilidades das relações entre sujeitos, grupos e processos de apropriação espacial em diferentes escalas. O fazer geográfico aqui condensado desafia a geografia brasileira a trazer para o centro de sua análise as ações de sujeitos concretos, suas intencionalidades e capacidades de agenciamentos cotidianos para além das estruturas sociais descorporificadas.

Convidamos aos leitores a percorrer os caminhos de análise traçados por este dossiê e esperamos construir com novos caminhos investigativos para a geografia brasileira.

Joseli Maria Silva
Organizadora

Microterritorializações e microterritorialidades urbanas

Microterritorializaciones e microterritorialidades urbanas

Urban Microterritorializations and Microterritorialities

Benhur Pinós da Costa

benpinos@gmail.com

Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Resumo: O texto explica os conceitos de microterritorialização e microterritorialidade, que representam as pequenas apropriações do espaço urbano na perspectiva cultural. Para isto se utiliza de estratégias didáticas de organização de princípios e subprincípios aos temas. Os princípios representam as explicações sobre forma e conteúdo relacionados aos conceitos em evidência. Para cada princípio explora mais dois subprincípios, para aprofundar no exercício da explicação.

Palavras chave: microterritorializações, microterritorialidades, território, forma, conteúdo, escala, homossexualidades.

Resumen: El texto explica los conceptos de microterritorialización y microterritorialidad, lo que representa pequeñas apropiaciones del espacio urbano en la perspectiva cultural. Para ello utiliza estrategias didáticas de organización de principios y subprincipios para los temas. Los principios representan la explicación de la forma y el contenido relacionados con los conceptos em evidencia. Para cada principio opera dos subprincipios más, para profundizar en el ejercicio de explicación.

Palabras clave: microterritorializaciones, microterritorialidades, territorio, forma, contenido, escala, homossexualidades.

Abstract: The text explains the concepts of microterritorialisation and microterritoriality, which represent the small appropriations of the urban space in the cultural perspective. For this, uses didactic strategies of organization of principles and sub-principles to the themes. The principles represent the explanations of form and content related to the concepts in evidence. For each principle explores two more sub-principles, deepening the exercise of explanation.

Key words: microterritorialisations, microterritorialities, territory, form, content, scale, homosexuality.

INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é sistematizar o pensamento a respeito das microterritorialidades e das microterritorializações. Representa uma abordagem teórica que se ocupa em definir estes dois conceitos com o objetivo de construção de uma discussão útil que possa

servir como instrumento dedutivo para outras pesquisas que procuram entender as relações entre espaço social urbano e suas diversidades de apropriação relacionadas a reuniões de sujeitos identificados e se identificando com formas e práticas culturais singulares.

Entendemos que estes conceitos se referem a formas operacionais científicas que poderão ser utilizados por cientistas sociais, em especial geógrafos, para trabalharem as diferentes convivências estabelecidas na cidade contemporânea. Enfatizamos o compromisso do autor em tornar mais claras as complexas definições destes conceitos, em virtude da trajetória de um grupo de pesquisadores que atentam, por mais de uma década, as discussões sobre relações empíricas das realidades das diversidades culturais nas cidades e a análise geográfica, em especial territorial.

O texto está organizado em três momentos. O primeiro momento se refere a uma discussão sobre a posicionalidade do autor e os caminhos pessoais e profissionais que o levaram a entender a construção de microterritorialidades e microterritorializações nas cidades, em especial suas experiências de pesquisa - relacionadas com sua vida pessoal, na cidade de Porto Alegre - sobre as espacializações de convivências homoafetivas no espaço urbano. Este momento é importante para proporcionar um entendimento sobre o 'lugar' em que o autor está pensando e dialogando. Justificamos esta discussão devido à necessidade de esclarecer a individualidade da relação entre sujeito pensador, universo empírico e sistema teórico que convergiram ao processo científico. A discussão sobre a posicionalidade esclarece o contexto de produção de conhecimento e torna honestas as concepções aqui trazidas, podendo, assim, serem mais bem criticadas a partir de outras possibilidades de entendimento sobre o assunto.

O segundo e o terceiro momentos referem-se a uma estratégia didática construída para organizar o pensamento que definirá os conceitos em pauta. No segundo momento o texto tratará das microterritorializações, mais especificadamente, condicionando uma ideia de que há uma forma geográfica que constitui as diferentes reuniões e práticas culturais no espaço urbano. No terceiro momento, além da forma, que constitui o aspecto visível que pode ser localizado e espacializado, a partir de estratégias de representações geográficas, existe o conteúdo relacional destas reuniões, que implica partilhas de fazeres, apresentações e identificações entre sujeitos diferentes, além dos jogos relacionais estabelecidos. Implicam, também, conflitos e divergências diversas, que configuram certa instabilidade na construção das definições culturais das microterritorialidades.

A POSICIONALIDADE: DE QUE 'LUGAR' ESTAMOS PENSANDO PARA ENTENDER MICROTERRITORIALIZAÇÕES E MICROTERRITORIALIDADES.

Antes de tudo, propomos definir o 'eu' (do autor/escritor/pensador deste artigo) e dialogar sobre sua 'posicionalidade' (ROSE, 1997; MATURANA, 1997; KNOPP 2007; SILVA, 2009) no que se refere às ideias colocadas aqui. Acreditamos que este exercício é importante para esclarecer os caminhos teóricos e metodológicos que permeiam o desenvolvimento do pensamento sobre microterritorialidades e microterritorializações desenvolvidas neste

ensaio. Esta necessidade é amplamente discutida em termos de processos científicos relacionados às geografias feministas na atualidade, porque todo estudo científico é um ato de recriação de uma realidade social, gerando consequências em relação a esta realidade e aos sujeitos ligados a ela. Esta postura exige uma leitura crítica sobre as posições teóricas exercidas no momento da escrita e o universo de referência do sujeito pensador sobre os sujeitos e espaços sociais estudados. Na máxima de Maturana (1997), o 'dito' vem de um observador, que observa, analisa e reflete sobre a realidade observada a partir de um complexo de posições subjetivas, que são seus aprendizados teóricos, seus acumulados empíricos e, inclusive, suas crenças e ideologias.

Pois bem, o tema das microterritorialidades e das microterritorializações nos é caro desde a graduação e desenvolvimento dos estudos de mestrado e doutorado, no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS, assim como sua relação com a realidade empírica da cidade de Porto Alegre, nos anos de 1990 e de 2000. Na energia da juventude procurávamos relacionar as experiências pessoais de diversão e de vivência da sexualidade com os caminhos intelectuais da Geografia. A proposição da pesquisa de mestrado intitulada *A condição homossexual e emergência de territorializações* (COSTA, 2002), reflete a vivência de um espaço social condicionada, sobretudo, às experiências homoeróticas, organizadas de forma fragmentada em porções diferenciadas do espaço urbano de Porto Alegre. O drama dessa realidade vivida se construiu a partir de uma dialética entre a dificuldade de assunção da homossexualidade, em espaços ora 'assexualizados', ora 'heteronormatizados' (relacionados a uma 'normalidade' das funções sociais hegemônicas) e a construção de 'linhas de fuga' (COSTA, 2002) ou possibilidades táticas e restritas de exercício das homoafetividades. Tratava-se de espaços restritos construídos por um mercado de diversão noturna *underground* (de estabelecimentos comerciais – boates e bares – que precisavam não ser tão visíveis na normalidade das funções e relações hegemônicas do mundo urbano) e partes do espaço público, ocupadas transgressivamente para encontros sexuais e amigáveis relacionados ao homoerotismo.

A cidade estava 'picotada' de pequenos espaços cujas diversidades de expressões culturais e sexuais particulares poderiam se desenvolver, contradizendo práticas institucionalizadas mais amplamente aceitas socialmente, que conduziam uma normalização de um espaço que precisava ser conquistado para uma sobrevivência futura. Tornava-se necessário assumir formas de apresentação de corpo e configurações de identidades não divergentes. Viviam-se duas realidades contraditórias: a necessidade de se estabelecer em um espaço cuja heterossexualidade é compulsória (BUTLER, 2010) e a realidade cujos desejos mais profundos poderiam ser alegremente exercidos em interação.

Aquele mundo hegemônico se tornava prepotente e chamava à realidade das coisas a fazer, estabelecendo assim uma condição à sua homossexualidade: uma necessidade de esconder-se e se restringir a espaços e tempos específicos de afetividade. O mundo se construía dialetizado por estes fragmentos e o grande desafio seria, então, fazer o possível para torná-los os mais próximos possíveis: isto representa o grande drama de grande parte das pessoas LGBTs (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transgêneros). A trajetória da construção da identidade de sujeitos LGBTs é especial neste desafio de tornar mundos

não equivalentes em um conjunto de espaços de experiências mistas (certa desconstrução da heteronormatividade e possibilidade de homoerotizar o espaço e as relações sociais). É assim que as experiências pessoais se tornaram fontes profícuas das pesquisas relacionadas à Geografia, ciência que apresenta um discurso fortemente calcado na marginalização das mulheres e das diversidades sexuais (ROSE, 1993), porque suas construções de espaço referem-se à hegemonia do pensamento masculino e heterossexual. Não acreditamos que as construções teóricas sobre as territorializações homossexuais desestabilizaram este teor masculino e heterossexual da Geografia – tais estudos também se serviram dela. Por outro lado, todo aspecto deste trabalho se refere a uma Geografia subjetiva da tentativa pessoal de relacionar os fragmentos dicotômicos do vivido do espaço social, o que evidencia uma possibilidade de entender de outro viés este espaço.

Não havia opções teóricas ou elas estavam indisponíveis naquele contexto – seus limites e possibilidades. Ocorreu, assim, uma tática de se atrelar ao discurso científico existente disponível, no seu tempo e no seu espaço, remodelando seus próprios elementos no sentido de criar um ‘entre-discurso’ que pudesse se aproximar à realidade pessoal e empírica vivida. Havia muitos trabalhos sobre gênero e sexualidades na Geografia sendo desenvolvidos em outros contextos científicos no Brasil e em outras partes do mundo, mas podia-se notar que no período do final dos anos de 1990 eles mantinham certa dificuldade de se reunirem para a construção de um eixo epistêmico comum. Isto começará a ocorrer na metade dos anos 2000 até à atualidade. Nesse contexto, as possibilidades de encontro com novas epistemologias foram determinadas pela emergência de novas pesquisas sobre a diversidade cultural do espaço social relacionados à emergência da Geografia Cultural renovada (CLAVAL, 2001) no Brasil nos anos de 1990 e 2000, como a construção de espaços de discussão científica do NEPEC (Núcleo de Estudos sobre Espaço e Cultura, da UERJ, Rio de Janeiro) e do NEER (Núcleo de Estudos em Espaço e Representações).

A assunção da identidade de Geógrafo Cultural e/ou Social foi crucial à sobrevivência destes estudos nesta época. No entanto, a vivência de um mundo de contradições e separações, regidas por formas de relações sociais hegemônicas e disputados por formas relações sociais subalternas, que lutam por reconhecimento, levou-nos à concentrar estudos na análise de territórios diversos que organizavam e desorganizavam o espaço social. Espaço este que, ao mesmo tempo em que estava homogeneizado por formas de relações que privilegiavam o masculino e a heterossexualidade, era disputado por diferentes formas de encontros e vivências das homossexualidades. As formas de disputas promovidas por identidades subalternas relacionavam-se com estratégias de reconhecimento que implicavam a necessidade de se localizar, de se apropriar de espaço e de se sentir protegido. Por outro lado, todos aqueles homossexuais que contribuía para construção de espaços restritos de proteção para vivências de suas homoafetividades, também, de formas distintas, em relação ao referente identitário das homossexualidades, aprendiam e competiam por uma inserção no espaço do lazer, do trabalho, da educação formal, do consumo e da família regidos pela misoginia e heterossexualidade compulsórias.

Os referentes das separações vividas se estabeleciam por um jogo de diferentes formas de assunção e não assunção da identidade homossexual (sair e não sair do ‘armário’ – ver

a discussão sobre epistemologias do ‘armário’ em Sedgwick, 2007). Assim, ser homossexual se relacionava a uma condição de identidade social subalterna e as possibilidades de vivências das homoafetividades necessitariam, então, a construção (emergência) de espaços apropriados, chamado de ‘territorializações’, assim como táticas muito sutis de transgressão de espaço cujas relações sociais eram heteronormalizadas. A relação do sufixo ‘ção’ foi uma estratégia conceitual estritamente relacionada ao universo empírico experiencial: não poderiam ser territórios, pois os espaços apropriados pelas homossexualidades não eram fixos, eram mutantes e cambiantes e facilmente permeáveis – apontavam somente a possibilidade da reunião de corpos e um conjunto de trocas e jogos de interação.

Na continuidade dos estudos (tese de doutoramento) decidimos colocar o prefixo ‘micro’ nas territorializações para enfatizar a questão escalar. Nossos conceitos se apoiam fortemente em experiências pessoais como homem *gay* e geógrafo cultural, mas, remetem também a um esforço imenso de se colocar fora deste universo. Neste sentido, além da referida posicionalidade e a assunção deste aspecto, cremos que exista também uma forma dialética que todo pesquisador deve enfrentar em sua vida acadêmica: uma eterna reflexão entre o que ‘dele’ influencia seus estudos e cria/recria a realidade pesquisada, e um eterno esforço de se separar e menos influenciar a realidade. Talvez este fosse nosso esforço e preocupação na tese de doutorado: procurar explorar o mundo de outros sujeitos sobre os espaços de convivência homoerótica de Porto Alegre, fato que nos aproximou da fenomenologia. Sobre isto, para ressaltar a condição de posicionalidade de nossas pesquisas, reproduziremos a fala em primeira pessoa durante apresentação no IV Seminário sobre Microterritorialidades nas Cidades e IV Seminário sobre Múltiplas Territorialidades:

Posso dizer que minha posicionalidade se refere a tudo que sei sobre minhas vivências das homossexualidades e as vivências de meus pesquisados-colaboradores. Os resultados que representam discussões teóricas e empíricas do debate sobre microterritorialidades e microterritorializações são um encontro entre a reflexão sobre minhas vivências íntimas nos espaços que convivo (aos quais me incluo e outros nos quais perco percepção de identidade) e a reflexão estabelecidas por meus pesquisados-colaboradores, das quais, ainda, são contradições entre minhas interpretações dos fatos narrados por eles e as próprias narrações que se referem ao que eles realmente queriam dizer.

É neste sentido que entendemos os resultados de um trabalho científico como a construção discursiva de um encontro entre pesquisador e pesquisado. Certamente a preponderância revela-se no discurso do próprio pesquisador, que detém o poder de interpretar, e os veículos de publicação científica. Mas deve haver um esforço de se afastar da complexidade de suas próprias concepções e seu poder de controlar a realidade dos fatos. Em nossa trajetória construímos o entendimento de homossexualidades como um conjunto de experiências sexuais relacionadas ao mesmo sexo muito diversas, nas quais também são diversas as experiências conduzidas por cada sujeito em microterritorializações adjetivadas como das homossexualidades.

Há algo de singular em cada vivência dos espaços de diversão e busca sexual *gay* para cada sujeito que as vive. Isto nos permite, como homem *gay*, pesquisar as sociabilidades e

territorialidades *gays*, uma vez que ocorrem também diversas contradições referentes às nossas próprias concepções identitárias referentes às homossexualidades. Para um pesquisador que apresenta uma posicionalidade de homem *gay* existirá sempre um conjunto de estranhamentos e outro de identificações que permitirão a reflexão sobre os acontecimentos e expressões nos espaços de convivência *gay*. O esforço é concentrar-se na realidade das situações narradas pelos colaboradores e na minúcia das materializações das ações dos corpos em interação. Os registros (de diferentes formas) exaustivos, assim, tornam-se sempre parte deste esforço de afastamento.

Para construção destes conceitos, a partir destes parâmetros empíricos, nos posicionamos junto a fortes construções teóricas vinculadas à Geografia Cultural, aos estudos do cotidiano (principalmente à etnometodologia e ao interacionismo simbólico) e à fenomenologia. Como estratégia de sistematização didática, utilizaremos os conceitos de 'forma' e 'conteúdo' desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos (1996). Estes conceitos serão entendidos aqui como princípios, que não se apresentam somente como uma estratégia didática, mas se realizam na compreensão de que as microterritorialidades e as microterritorializações referem-se à construção de uma 'forma'. Esta é o encontro de corpos relacionados a uma reunião e interação social (no caso uma reunião de sujeitos homossexuais e as estéticas produzidas em virtude de algum elemento da complexidade de uma cultura *gay*), que se torna visível (semivisível, muitas vezes) socialmente, e também de um 'conteúdo', que representa a profundidade interpretativa dada pelos sujeitos que se colocam no contexto de agregação e interação entre corpos, assim como pelo pesquisador que se propõe interpretá-lo. O conteúdo se torna o desafio primordial da construção do conhecimento sobre as relações socioculturais que constroem o espaço interacional específico e configuram a apropriação dele (estabelecendo o teor territorial).

PRINCÍPIO PRIMEIRO: FORMA (AS MICROTERRITORIALIZAÇÕES)

Entendemos como 'forma' a construção material das microterritorializações, o que evidencia a reunião de corpos e a partilha de elementos estéticos construídos individual e coletivamente. A 'forma' está além da reunião dos corpos na intrínseca relação com o espaço construído. Existem duas variáveis importantes para o entendimento da forma como microterritorialização: a primeira é o entendimento do espaço social como anterior a microterritorialização, isto é, o espaço como ente primeiro e o território como apropriação deste espaço, na proposta de pensamento desenvolvida por Raffestin (1993). A segunda variável remete ao aspecto formista (MAFFESOLI, 2002) que estabelece a partilha estética coletiva e a reunião localizada no tempo e no espaço.

Para a segunda variável, entendemos que o espaço social permite diferentes formas de apropriação informal além dos propósitos de configuração formal relativa às interações sociais condicionadas a formas sociais hegemônicas e funcionais (relações e práticas sociais hegemônicas que regem a afetividade, o trabalho e o consumo). O espaço social como construção moderna que se destinou ao regramento dos comportamentos e das relações

sociais se produziu como incompleto, hesitante e contraditório (SANTOS, 1996; TOURAINE, 1994). Incompleto porque não abarca todo ecúmeno; hesitante e contraditório porque a construção de desigualdades (econômicas) sociais e formas subalternas de identidade (culturais) são importantes para a afirmação dos modelos e polos hegemônicos de poder. As contradições e desigualdades são situações sociais contidas nos próprios processos hegemônicos da modernidade (TOURAINE, 1994), assim como as identidades ditas desviantes são pressupostos de nomeação e definição de corpos e comportamentos que asseguram a manutenção daquilo que se produz como normal e hegemônico (FOUCAULT, 1988).

Assim, são condições da própria normalização das relações, das atividades e dos comportamentos no espaço social os processos de construção de transgressões destes elementos e produção de corpos, condições individuais e coletivas divergentes das primeiras. O espaço social primeiro, na qual suas formas são condicionadas a um planejamento vertical e tecnocrático, imerso em padrões ideologizados condizentes as instituições sociais hegemônicas burguesas e aos propósitos de reprodução do capital, é constantemente transgredido por processos socioculturais e identitários divergentes, mas que não se isentam ou se separam totalmente da produção hegemônica primeira. As microterritorializações, então, são formas materiais da reunião de corpos e práticas subalternas (divergentes, mas nem tanto...) produzidas a partir de um espaço social primeiro (que se pretendia organizado, homogêneo e ordenado). São condições de apropriação do espaço público além do caráter nomista desenvolvido por Gomes (2002), na perspectiva da construção de espaços de identidade, que o mesmo autor denomina de *genoespaço*; ou, então, vínculos de localizações materiais (estabelecimentos e arquitetônicos) produzidos por um mercado que explora justamente as contradições da ordem social, ou um mercado de partilhamento de identidades e formas culturais pós-modernas (JAMESON, 1991).

A outra variável se constrói em virtude de um processo social contemporâneo relativo a uma intensa aura social relacionada à partilha de gostos estéticos, ou o formismo de Maffesoli (2002). Para o autor, as condições sociais da atualidade são produzidas pela necessidade de partilhas de gostos, assuntos e apresentações de corpo e isto estrutura o conjunto de experiências individuais e coletivas. O social, assim, se constrói pelas ações não lógicas e pela socialidade, ou seja, pela empatia, por uma solidariedade orgânica e pela partilha de experiências comuns e banais. O espaço social antes visto como produto de ordens hegemônicas que procuram homogeneizá-lo e normatizá-lo é fruto, na verdade, de um sentimento de 'proxemia' ou de 'microlocalismos' geradores de cultura, de memória e de sensibilidade estética. Existe, assim, uma valorização de um modo de aparecer e isto produz diferentes formas de se relacionar e de se reunir condicionadas por uma experiência sensível, mas que guarda, em si, profundezas sobre seus elementos explicativos (além das aparências). O imperativo se produz no presente e no local. Estas relações presentes e localizadas apresentam conexões em outras escalas, mas tudo se refaz e se reconstrói na forma 'aqui' e 'agora' (se reproduzem estéticas e formas culturais globais, mas elas se relativizam, se reconstróem e se transformam na experiência sensível coletiva).

As microterritorializações regidas pelo princípio de forma contém esta dialética das desigualdades e das contradições produzidas pelos próprios processos sociais, produzidas

em partes do espaço social urbano cujos regramentos são mais frouxos ou cuja força da transgressão permite e evidencia o conflito entre ordem e desordem. Assim como um sintoma de produção sensível dos corpos e das relações (ocorre, muitas vezes, também a transformação da materialidade abrangente) definidas pela criatividade sensível do presente e do local partilhado coletivamente. Há um conjunto de processos dialéticos neste contexto: a dialética entre formas estéticas globais e a produção e reinvenção de formas estéticas locais (presentismo); a dialética entre produção hegemônica do espaço moderno (condição do espaço social primeiro) e a microterritorialização como apropriação de transgressão (embora também parte importante das manutenções de condições hegemônicas normativas – a diferença desviante permite também o reforço dos polos normativos). A ‘forma’ ou microterritorialização contém estas contradições todas: transgride (contra hegemônias produzidas pelos subalternos) e afirma (o desvio permite o reforço da norma); conduz uma criatividade sensível do ‘aqui-e-agora’ coletivo e identitário (produz novas ações e representações), assim como está condicionada a um movimento cultural global (como estratégia de mercado cultural global e/ou como veículos de contraculturas dissidentes que conseguem, por vias das redes de comunicação, se globalizar).

A ‘forma’ é a condição mais fácil de observar: é o que se coloca aos olhos, ou a interação ‘aqui e agora’ (no espaço e no presente), que nos coloca frente a um conjunto de situações inusitadas e incompreensíveis. No paradigma estético de Maffesoli (2002), esta situação inusitada colocada aos sujeitos comuns mobiliza um gosto estético e uma sensibilidade de partilha de admirações que não é lógico: estão contidas nas experiências das psiques individuais condicionadas as memórias adquiridas no presente e no espaço ‘comunitário’. Esta memória sensível é admirada pelo sujeito que se coloca na forma e esta (partilha coletiva e experiência sensível) produz as condições do corpo do sujeito (traços físicos e formas de se apresentar, de pensar e de avaliar a si mesmo e aos outros). A ‘forma’ apresenta-se microterritorialização num espaço partilhado muito pequeno e refere-se a um processo de apropriação informal, pouco duradoura, instável, flutuante e periódico (por isto o sufixo ‘ção’ – construção de um processo de apropriação ou território).

A partir da ‘forma’ que obtemos os registros de imagem e estabelecemos as pistas para organizar os trabalhos de campo. O pesquisador deve, assim, se deparar com o inusitado, assim como o sujeito comum se depara. Pensamos que a empatia é importante para o sucesso de entendimento daquilo que não é lógico: as formas sensíveis. Assim como aquele sujeito que se emociona em encontrar e partilhar determinada reunião microterritorializada, também o pesquisador deverá apresentar esta emoção. Em termos metodológicos deverá acontecer a empatia, mas, ao mesmo tempo, o distanciamento. Esta é outra dialética da microterritorialização: a presença e a empatia (que torna o pesquisador os próprios sujeitos da microterritorialização) e a construção de um ‘lembrete’ que deverá sempre o trazer de volta ao distanciamento de pesquisador. O ‘lembrete’ poderá ser a partilha das experiências pessoais entre pessoas não microterritorializadas e, de preferência, vinculados ao mundo acadêmico-científico. A troca de impressões na busca de um trabalho coletivo é necessária neste tipo de empreitada, para proporcionar o pensamento além da solidão intelectual e racionalizar sobre aquilo que se sente na microterritorialização.

A microterritorialização remete a construção de uma micropaisagem que revela o encontro de um conjunto de corpos em um grupo ou agregado social (COSTA, 2002; PEDROSO, 2007). Não podemos exatamente entender grupo social em virtude da condição formista da microterritorialização (instabilidade, periodicidade flutuante, flexibilidade, formas não lógicas de ação, senso estético). Melhor entender como agregado social, que revela melhor este caráter instável e mutante. Além disto, existem diferentes formas de densidade da microterritorialização: algo muito visível pelo 'apinhamento' e formatação de um número razoável de sujeitos em interação; ou algo quase imperceptível ou 'camuflado' entre outras materialidades da cidade. O contraste aqui se evidencia pela: construção de uma identidade forte de sujeitos que se propõem estarem visíveis como celebração de uma diferença que não poderá ser vivenciada em outros espaços sociais; ou contido nas vivências 'subterrâneas' que transgridem os espaços previamente construídos para determinadas funcionalidades - assim como contido no imaginário partilhado coletivamente em interações específicas de uma cultura urbana ou condição identitária marginal que preza pela invisibilidade (os assuntos circulam nas interações sociais inusitadas e informam sobre localidades nas quais determinadas ações e relações poderão ser estabelecidas).

Em relação às microterritorializações das homossexualidades, elas ocorrem em diferentes formas e estratégias de mercado de diversão noturna: desde os estabelecimentos como bares e boates *gays*, que se localizam em lugares 'escondidos' no espaço urbano, permitindo a discríção na chegada dos frequentadores e assumindo uma condição típica de gueto gay (alguns estabelecimentos para sexo entre homens, como saunas *gays*, vídeo locadoras e cinemas pornôs, organizam uma fachada cujos atributos estéticos não visibilizam o tipo de negócio estabelecido ou mudam os aspectos da frequência, como os cinemas muito frequentados por homossexuais, mas cuja fachada mostra que se destina ao público heterossexual); assim como as festas e bares *gayfriendly* que assumem uma identidade mista dos frequentadores e prezam pelo empoderamento e visibilidade da diversidade. As condições de atratividade dependem do contexto de vida do sujeito LGBT (em relação à assunção - ou não - da identidade sexual, assim como suas predisposições de experiência estéticas momentâneas). As diversidades de experiências microterritoriais disponíveis revelam-se compatíveis com uma experiência estética, de afetividade e desejo, assim como a sensação de partilha de imagens e sons específicos (formas de apresentação dos corpos, decoração da casa, músicas que pretendem ouvir, formas de relações estabelecidas). Relações não lógicas e sensíveis se tecem, mas elas são aparências que guardam as profundezas das predisposições psíquicas e cognitivas dos sujeitos em interação.

O mercado LGBT se desenvolveu muito e permite uma diversidade de experiências identitárias e sensíveis referentes às homossexualidades. A cidade de São Paulo, por exemplo, permite uma diversidade de casas de frequência LGBTs que diferem muito em relação às sensações, relações e apresentação dos corpos que abrigam, assim como a capacidade de consumo de seus frequentadores. Em relação ao espaço público, existem diferentes níveis de visibilidade e invisibilidade, desde cantos de praças e parques cujos encontros sexuais são velados, perpassando banheiros públicos cuja sutileza das formas de contato são importantes, até a apropriação e o denso apinhamento coletivo de lugares públicos

destinados à proteção e visibilidade das práticas afetivo-sexuais das homossexualidades, como o Parque da Redenção nos domingos à tarde (Porto Alegre), a localidade do posto 9 e Farne de Almoedo em Ipanema (Rio de Janeiro), o bar do Deca na Praia Mole (Florianópolis). As sutilezas dos encontros homoeróticos são informações que circulam entre a população LGBT, informando sobre partes do espaço público nas quais encontros podem acontecer, assim como festas destinadas a públicos bem específicos nas quais sensações singulares poderão ser vivenciadas. O trabalho de Parker (2002), por exemplo, aponta certas linhas e horários de trem na cidade do Rio de Janeiro onde contatos homoeróticos poderiam ser estabelecidos entre os frequentadores. Inúmeras táticas espaciais são estabelecidas e elas prezam a vivência constante do espaço urbano em virtude dos desejos homoeróticos. Parker (2002) nos fala de uma ‘homoerotização’ do espaço urbano como produto destas diferentes táticas. Importante que as localizações e a tempo das ocorrências são partilhados como formas de informação e conhecimento, o que determina as microterritorializações.

SEGUNDO PRINCÍPIO: CONTEÚDO (AS MICROTERRITORIALIDADES)

Além daquilo que está posto na realidade dos corpos em reunião em uma apropriação coletiva de partes do espaço urbano - que é entendido como uma ‘forma’ em formação, visível por alguns atributos estéticos partilhados - há o conteúdo, que se refere às próprias condições compartilhadas - como atributos e atribuídas pelos sujeitos em interação, na construção de uma ‘regionalidade - cultural - do cotidiano’ (GOFFMAN, 1996), delimitado no espaço restrito e no tempo dos acontecimentos presentes. Goffman (1996) apresenta a ideia das ‘regiões do cotidiano’, nos quais os sujeitos interagem a partir de perspectivas de representações a que estão envolvidos. Para o autor, o cotidiano é multiplicado de regiões cujos sujeitos conduzem suas atividades, suas formas de comunicação e de apresentação a partir da partilha de representações. As representações, neste sentido, são sentidos práticos nos quais os sujeitos adotam linguagens e formas de saber-fazer comuns (TEDESCO, 2003), tornando o sujeito capaz de descrever, perceber e interagir segundo categorias formais que se tornam cotidianas e normais para os membros. Além da noção de práticas, existem as noções de ‘reflexibilidade’, *account*, ‘membro’ e ‘regra’ (COULON, 1995; TEDESCO, 2003), definidos na etnometodologia.

Reflexibilidade é a capacidade de o sujeito partilhar espécies de códigos internos, como uma linguagem interna do vivido que estrutura as ações e as situações. O sujeito não reflete na interação ‘aqui e agora’, mas se identifica e apreende um conjunto de códigos que possibilitam a interação. Ele partilha representações a partir da comunicação e repete ou imita atos apreendidos na memória como sendo ações próprias suas. *Account* define os acontecimentos normais do cotidiano, a tipicidade de probabilidades de ocorrência, como situações as quais os sujeitos sabem que ocorreram no passado e poderão acontecer no presente e futuro, como um conjunto de conhecimentos guias para construção de suas ações em determinadas situações. O membro é dotado do *savoir-faire*, como um corpo situado dotado capaz de construir dispositivos de adaptação e métodos e modos de agir nas

situações partilhadas. Finalmente, as regras “manifestam-se na capacidade do indivíduo em identificar as ações necessárias em determinadas circunstância e promover o estado normal das coisas” (TEDESCO, 2003, p. 104). As regras articulam-se de forma ‘indexical’ (COULON, 1995) e são atreladas à capacidade de ‘reflexibilidade’ do sujeito, articulando intenções e justificações partilhadas por todos os membros: define os fatos/acontecimentos normais do cotidiano; dão seu caráter típico e sua probabilidade de ocorrência, as formas de comparação com fatos passados e os acontecimentos futuros; também atribui um significado causal as ações operadas pelo ator; pela qual são julgados os fatos necessários à ordem natural ou moral de um ator ou de uma sociedade.

Os próprios corpos em interação poderão ser entendidos como conteúdo, se analisarmos que eles ‘preenchem’ e se apropriam de um espaço (arquitetônico ou parte do espaço público). No entanto, queremos deixar claro que o sentido das microterritorializações como forma (ou ‘forma em formação’ na ideia do formismo) é a própria reunião dos corpos e que a ideia de conteúdo é esta necessidade de adentrar as profundezas dos motivos, representações, regras e identificações da reflexibilidade compartilhada. Antes deste pensamento, o próprio espaço poderia ser a forma (como construção material social antecedente – o urbanismo de uma praça, parque ou rua e a arquitetura de uma boate ou bar, condicionados a um conjunto de ideias que se materializam a partir da homogeneidade planejadora do social) e os corpos o conteúdo que preenchem estas formas. No entanto, as microterritorializações são uma segunda instância do espaço social, ou seja, (micro) território (ação) que contradiz o processo espacial primeiro, o reinventando e produzindo outra condição de espaço (por isto território, porque se apropria do espaço primeiro por outra lógica espacial).

Assim as condições de forma e conteúdo se alteram: a forma será então os próprios corpos em reunião e o conteúdo o ‘fundo das aparências’ (MAFFESOLI, 2002) como os sentidos da apresentação e da relação deles. É como se quiséssemos limpar o nível da homogeneidade e privilegiar a heterogeneidade do espaço social, tornando cada microterritorialização uma condição geográfica nova (visto pelo viés territorial) ou uma reinvenção sobre as formas e conteúdos primeiros. Assim teremos que entender as próprias reuniões dos corpos como as formas espaciais e as relações e jogos de objetividades e subjetividades como conteúdos espaciais. Isto implica entender as relações sociais como o próprio espaço, na perspectiva de Doreen Massey (2009), que constrói e reconstrói constantemente o espaço, como um conjunto de ‘estórias até agora’ (corpos em relações ‘aqui e agora’) que o reconstituem constantemente, produzindo outro.

A ideia de separar o princípio de conteúdo articulando com o conceito de microterritorialidades (diferente – mas nunca separado, sim articulado, imbricado - de microterritorialização) apresenta-se como uma questão didático-sistemática que leva à complexidade de compreensão dos propósitos desta discussão. Se pensarmos nas profundezas da reunião territorializada de corpos a partir das relações estabelecidas, teremos que evidenciar dois níveis de análise: o primeiro nível refere-se ao coletivo (os processos que cimentam as relações – as questões socioculturais) e o segundo nível refere-se ao individual-subjetivo. No nível coletivo existirá a necessidade de se pensar as escalas (além

da própria microterritorialização, as informações, signos e valores culturais trazidas de outras escalas, principalmente em tempos de circulação global e facilitada da informação), como as construções próprias das relações estabelecidas no 'aqui e agora' que reinventam condições produzidas em outras esferas e escalas sociais. No nível individual acontecerá a dialética entre a reflexibilidade compartilhada, como construções coletivas de representações que conduzem o *savoir-faire* dos membros, e as subjetividades contraditórias destes próprios, que trazem perturbações na manutenção das práticas culturais estabelecidas (acreditamos que sempre há um processo individualizado de avaliação do sujeito sobre os aspectos de si e dos outros que compartilham relações, gerando conflitos de existências vivenciadas entre o agregado microterritorial, o que perturba a própria construção das relações espaciais, gerando transformações e trânsito de participantes).

Dessa forma, além da objetividade da própria reunião (visibilidade da materialidade da reunião e relação dos corpos), há a objetividade do 'cimento acional', ou a ação e interação entre sujeitos em reunião, que produz e é produzida pela forma em formação (a reunião ou o agregado social). A objetividade são os 'micro-rituais' e projeções míticas partilhadas que ligam os sujeitos diferenciados em um 'estar-junto' (MAFFESOLI, 2002). Os 'micro-rituais' são ações coletivas relativamente organizadas (não rituais formais e mais rígidos, como os religiosos, por exemplo) e as projeções míticas se apresentam pelas imagens de ídolos e pelas histórias que transitam como 'fantasmas' (SILVA, 2001) das quais quase ninguém as vivenciou, mas todos acreditam que fez parte de uma realidade admirável. As microterritorialidades das homossexualidades trazem consigo o compartilhamento de estórias das aventuras sexuais e de situações de empoderamento (muitas delas relacionada a atos 'fechativos' - escandalosos que contradizem a rigidez dos comportamentos misóginos, da regra de adequação do corpo ao gênero e dos tabus de se tratar a sexualidade somente espaço privado) de ícones LGBTs locais.

Em Porto Alegre, por exemplo, existem muitas estórias partilhadas por uma comunidade LGBT imaginada. Dizemos imaginada porque são informadas entre membros que não se conhecem e estão fora das próprias microterritorializações e das relações 'aqui e agora' - ou perpassam os assuntos presentes nas diversidades destas -, ligando diferentes sujeitos em diferentes situações, como fantasmas que sobrevoam uma determinada população (as identificando e as unindo em distância espacial e temporal). Muitos destes fatos contatos e sabidos coletivamente produzem ícones LGBTs: como as estórias da Nega Lu e outras travestis e *drag queens* locais e suas aparições extravagantes no passado do bairro Bom Fim, Parque da Redenção, Centro e Cidade Baixa.

Os 'microrrituais' cimentam também um 'estar-junto' de microterritorialidade, principalmente as apresentações e comportamentos corporais, muito deles envolvidos com expressões que se repetem com objetivo de maleabilizar as *performances* de gênero (transgredindo-as), muito observado nas imitações gestuais que ocorrem nas pistas de dança em boates e bares LGBTs, além de também expressões em agrupamentos fortes e visíveis de LGBTs em espaço público (vide os exemplos do Parque da Redenção, da Praia de Ipanema e da Praia Mole). Atualmente podemos acessar inúmeros vídeos de boates LGBTs em São Paulo, nas quais podemos perceber certas formas de expressão de corpos

na dança e nas apresentações artísticas que se repetem em cada encontro em cada boate. Estes micros-rituais cimentam a reunião dos corpos e produzem as microterritorialidades.

Quando percebemos esta objetividade de apresentações, condicionamos isto à condição de microterritorialização (os corpos e a objetividade de suas formas e apresentações estéticas). Porém existem condições simbólicas partilhadas e códigos reconhecidos (ou não reconhecidos por alguns, estabelecendo alguns conflitos internos) que se apresentam como questões de identidade e de cultura estabelecidas individual e coletivamente. Além da descrição da forma (microterritorialização), há a necessidade de reconstrução discursiva dos elementos simbólicos, das projeções subjetivas e dos sentimentos individuais sensibilizados coletivamente. A objetividade do conteúdo (microterritorialidade) é algo que poderá ser construído discursivamente pela tentativa do pesquisador se introduzir, participar e tornar sensível para si mesmo a emoção dos próprios sujeitos em sociabilidade. Há de se entender por meio de uma 'reflexibilidade-refletida' (se apoderar do *savoir-faire*, mas também ter a capacidade de refletir sobre ele, em termos de objetivos de resultados de pesquisa – construção do 'lembrete') as formas de entendimento mútuo sobre os elementos que unem os sujeitos e os significados dos ritos e mitos partilhados.

No entanto, há outro problema. Além das objetividades das reuniões, dos 'micro-rituais', que posicionam e estabelecem as posturas dos corpos e a objetividade dos assuntos verbalizados, há uma subjetividade inerente a cada um dos sujeitos participantes. Isto representa algo que, ao mesmo tempo, estabiliza a reunião (pela pré-disposição íntima dos sujeitos que participam), como também a desestabiliza pelas incapacidades ou falta de interesse íntimo em partilhar elementos objetivos da microterritorialidade. Por este sentido podemos pensar que as microterritorializações são conduzidas por 'microterritorialidades paradoxais', trazendo para o debate a discussão de "espaço paradoxal" de Rose (1993), também trabalhadas por Silva e Ornat (2012). Além de ser um campo de sentimentos compartilhados e de condições íntimas de identificações com a coletividade microterritorializada, os elementos simbólicos construídos por uma aura sentimental coletiva empodera diferenciadamente sujeitos microterritorializados. Existirão aqueles mais engajados nos propósitos da reunião e eles condicionam a apropriação espacial fazendo que outros os sigam. No entanto, estes outros apresentam diferentes intimidades avaliativas dos acontecimentos, ligando-se e exercendo diferenciadamente os rituais, relações, comportamentos e apresentações estéticas partilhadas. Existirão aqueles localizados mais periféricamente, cujas suas intimidades e avaliações subjetivas (por diferentes motivos relacionados à psique), assim como suas incapacidades de seguir aqueles admirados, tornam eles semi-presentes, quase ausentes, muito mais como expectadores do que *habitués*.

Estas contradições evidenciam a permeabilidade da microterritorialização (aqui falamos da forma constituinte) em conter sujeitos não tão atentos aos acontecimentos e jogos de imitação, menos 'nativo' e mais 'turista'. Neste sentido, poderá haver contradições inerentes aos comportamentos microterritorializados: a diferença periférica poderá exercer um fascínio e uma vontade de agregação para certos sujeitos (os sujeitos centrais em relação aos periféricos); para outros poderá ocorrer sentimentos de estranhamento e sensação de invasão do espaço próprio. Estes elementos denotam as condições de microterritorialidades

mutantes das próprias microterritorializações, cujas suas permeabilidades trazem consigo uma constante disputa de centros simbólicos de identificação e margens (incapazes de acompanhar os propósitos que se pretendem homogêneos). Este contado com diferenças dialeticamente reunidas em prol de uma igualdade (formas estéticas diferenciadas, mas que convergem ao desejo homoerótico específico, por exemplo) torna as sensações evasivas e conduzem a constantes mutações a cada situação que se microterritorializa, podendo tornar exaurido os reais motivos da realidade da reunião (extinguindo-a). Isto faz com que os mesmos sujeitos procurem novas situações de sensações coletivas microterritorializadas.

SUBPRINCÍPIOS DE FORMA E DE CONTEÚDO

Para aprofundamento das discussões sobre microterritorialidades e microterritorializações, trataremos subprincípios para as noções de forma e de conteúdo, procurando esclarecer ainda mais o teor teórico destes conceitos. Serão dois subprincípios para forma e mais dois para conteúdo. Estes subprincípios estarão mais relacionados às evidências empíricas das pesquisas as quais o pesquisador se detém: as apropriações espaciais referentes às reuniões de sujeitos LGBTs.

a. Primeiro subprincípio de forma: o território primeiro e a sobreposição da territorialização.

Quando observamos microterritorializações LGBTs em espaço público, há antes um espaço construído e uma função a ser exercida (ações, construções e realizações de uma estrutura planejadora hegemônica do espaço social) e uma apropriação (indevida) de uma ação e relação (também indevida). As microterritorializações são como transgressões do espaço primeiro. Este espaço, por certo viés, também poderá ser entendido como território primeiro, uma vez que se constrói pela objetividade e materialização de ações e realizações de um poder planejador sobre o espaço, produzido a partir de posições ideológicas que pretendem uma ordem formal, fundamentando as práticas comuns do cotidiano.

As microterritorializações se constituem, neste caso, como uma ocupação de um 'pedaço' de uma praça, de um posto de gasolina, de um banheiro público, de espaços de um determinado *shopping center* ou de um local no supermercado ou de uma loja, de uma feira livre, etc. A microterritorialização, então, pressupõe a transgressão de uma configuração do espaço social preexistente (território primeiro como ente de construções e relações produzidas por ações de uma ordem social vertical). Sendo assim, produz um conflito entre o uso recorrente que pressupõe a funcionalidade do espaço primeiro, mas, também, se constrói entre lugares cujas ordens e normalizações das práticas são escassas (lugares pouco frequentados em determinados dias e horários, por exemplo). Muitas vezes, a apropriação se dá pelo esvaziamento do uso do espaço (em períodos em que cessa a circulação com objetivos funcionais), indicando que o poder que o rege e controla

(coerente com a materialidade, no qual as práticas sociais se normalizam e marginalizam seus desvios) se apresenta mais frouxo.

O trabalho de Silva (2013) exemplifica muito bem este processo em terrenos baldios onde seu desuso, pelo mercado e pelas ações privadas sobre o espaço, permitiu a formação de pequenas áreas frequentadas para a prática homossexual. Isto é bastante comum em diferentes cidades de diferentes tamanhos no Brasil (COSTA, 2014). As praças e parques urbanos são lugares de ocupação de população marginal e subalterna em determinados horários de esvaziamento durante o dia (dias chuvosos e perto do meio dia) e, principalmente, durante a noite. O Parque Farroupilha (popularmente conhecido como Parque da Redenção), em Porto Alegre, faz parte do imaginário da população LGBT da cidade, nas quais histórias de repressão, de empoderamento e de diversão se misturam. É neste lugar que os grandes eventos LGBTs se realizam, mas também é sempre alvo de discursos que procuram o normatizá-lo em virtude das práticas estabelecidas ali (atualmente existe um debate sobre a necessidade de cercar o parque e regar as convivências).

Ocorre aqui uma observação importante: os sujeitos e as práticas e os usos indevidos são produzidos como formas coletivas de identidades estigmatizadas que, contraditoriamente, são produzidas pela própria sociedade e urbanidade como desvios/margens/exclusões/anormalidades/criminalidades, que reforçam elementos simbólicos dos próprios padrões em uma função simbólica de polarização e diferença (geralmente organizadas como polos binários sobre norma e desvio). Dessa forma, paradoxalmente, representam formas e conteúdos de reuniões cuja sociedade 'deixa espaço' e, periodicamente, pratica algum ato repressivo como demonstração de poder e produção visível de disciplina. Por este viés, ocorrem possibilidades abertas à transgressão que representam incapacidades ou estratégias das hegemonias abarcarem todo ecúmeno, como exemplos que serão reprimidos para não serem seguidos. Esta relação entre reconhecimento e não reconhecimento social é produto da dialética da construção das normalidades e anormalidades espaciais. O conflito entre o permitido e o proibido, por um lado possibilita transformações sociais, por outro lado é atributo da construção hegemônica contraditória do espaço social, porque identifica os lugares, os sujeitos e as práticas transgressivas de deverão ser reprimidas.

As microterritorializações/microterritorialidades indevidas são frutos dos próprios processos sociais hegemônicos. Há um fetiche que produz a visibilidade espacial da diferença: por um lado as margens desejam a centralidade das relações sociais, por outro lado a centralidade precisa da margem para se constituir como poder. Em pesquisa na cidade de Presidente Prudente (SP), observamos claramente esta relação espacial em fetiche na localidade do Parque do Povo, no início da noite (pesquisa estabelecida em 2014). A rua que margeava o Parque, nas proximidades do *shopping center*, se tornou uma fronteira de visibilidade entre diferentes classes sociais. De um lado da rua ocorria a frequência de população de classe média consumidora em bares famosos da cidade, do outro lado da rua jovens adolescentes de periferia se reuniam nas margens do parque e da rua. Ambas as populações assistiam-se em uma relação de complementaridade de existência pela contradição entre separação e proximidade espacial.

b. Segundo subprincípio de forma: escala.

A partir do que desenvolvemos até então, estamos nos referimos a um pequeno espaço apropriado sobrepondo uma configuração singular do espaço social: apropriação de uma configuração territorial produzida pelo mercado e/ou planejamento do Estado (como um *shopping center* e uma praça). A microterritorialização poderá ser uma parte apropriada ou poderá preencher toda a configuração do território primeiro (frequência de sujeitos LGBTs para sexo casual em um banheiro público, por exemplo). Em termos de escala, estamos falando de configurações de produções territoriais (em processo, sempre incompleto e transitório) em muito grande escala ou pequeno espaço de observação. No entanto, existem diferenças contrastantes nas microterritorializações que estão relacionadas às formas de relações estabelecidas entre os sujeitos (lembramos: o espaço são as relações sociais, conforme Massey (2009), um maior apinhamento e visibilidade ou uma circulação/presença tênue/esperta/camuflada/quase invisível.

Existem microterritorializações que se constituem visivelmente por um 'apinhamento' forte e interações consistentes mais fechadas de um grupo de homens *gays* (Posto 9 em Ipanema, Bar do Deca na Praia Mole em Florianópolis e proximidades do Monumento dos Expedicionários no Parque da Redenção em Porto Alegre nos domingos, por exemplo). Neste caso há uma forte microterritorialidade (especialização de identidade) que objetiva a consolidação de um compartilhamento mais restrito de ações e apresentações (vide Bar do Deca na praia Mole, nas quais as formas de apresentação dos corpos, o tipo de música, os comportamentos e as interações sociais são muito parecidas e constroem uma forma homogênea às relações espaciais).

Ao contrário, há também certa retração da forma da microterritorialização em deixar o território primeiro (ou parte singular do espaço social) ser mais visível para que a presença ocorra na necessidade de práticas camufladas e sutis. Neste caso, teremos uma preponderância do aspecto de microterritorialidade, porque os sujeitos mais objetivam no espaço ações compostas nas intimidades individualizadas - existem os acasos dos encontros somente, não ocorrendo um forte processo de imitação e intensidade de reunião de corpos que tornam visível uma materialidade relacional -, do que constroem uma forma visível e uma demarcação coletiva. No entanto, a sutileza permite o trânsito e as oportunidades diversas sem construção de um cimento de identidade da microterritorialização. Nestas realidades ocorre uma identificação de parte do espaço nas quais determinados encontros casuais poderão acontecer, onde sujeitos transitam sozinhos e cujos contatos e formas de comunicação são muito sutis.

Podemos evidenciar isto no uso de banheiros públicos para sexo casual entre homens (COSTA, 2014), cuja imagem partilhada é um conhecimento disseminado por diferentes homens além da própria microterritorialização. Na presença no banheiro, há um conjunto de práticas corporais que estabelecem um jogo entre visibilidade e invisibilidades dos propósitos a serem estabelecidos, tornando-o pouco visível aos desinteressados.

Neste caso, existem sempre contradições referentes à identidade homossexual. Nas microterritorializações de forte apinhamento de corpos e visibilidade externa de práticas

sociais há uma forte identidade homossexual que é compartilhada internamente (mesmo que alguns não se identifiquem como homossexuais, partilham da aceitação da visibilidade dos outros). Nas microterritorializações cuja invisibilidade e sutileza são regra, há sempre sujeitos que praticam sexo homossexual e não se identificam como homossexuais. Mesmo para aqueles que se identificam como homossexuais, a invisibilidade de sua identidade passa a ser regra, tornando-se sutilmente estabelecida. Muitos sujeitos que se identificam como homossexuais também procuram nestas microterritorializações outros sujeitos que, pelo contrário, não se identificam como homossexuais e não frequentam outras microterritorializações tidas como das homossexualidades para terem experiências sexuais. Existem possibilidades, assim, de ocorrerem práticas sexuais homossexuais sem os sujeitos se identificarem como homossexuais (PARKER; TERTO JR, 1998) e espaços apropriados cujos estes encontros sexuais poderão acontecer.

c. Primeiro subprincípio de conteúdo: a objetividade da troca e da imitação

Para o pesquisador, há como observar, estando entre os sujeitos, quais os assuntos da moda, quais as expressões compartilhadas e imitadas, quais as formas mais admiradas de apresentação dos corpos. Existe uma necessidade, assim, de conviver, fazer amizades, exercer as práticas estabelecidas e conversar com um maior número de membros da microterritorialização. A presença na microterritorialização é necessária para entender as profundidades de microterritorialidade (identidade e subjetividades compartilhadas no espaço apropriado). Também existirão pequenos tabus, pequenas admirações e pequenas negações/marginalizações nas relações que colocam certos sujeitos em centralidade e outros em marginalidade na construção da sociabilidade em um apinhamento microterritorial.

Todo sujeito que se interessa em participar, aprende como se comportar e a melhor *performance* de corpo constrói a sua capacidade de ser admirado e de estar se relacionando com um conjunto de amigos e outros homens disponíveis ao sexo e a afetividade (nas microterritorialidades de homens *gays*, por exemplo). O pesquisador, então, deverá aprender a se constituir neste jogo relacional, assim como afastar-se dele para poder abstraí-lo para o pensamento descritivo: antes de tudo são práticas que não serão refletidas, mas flexibilizadas (COULON, 1995). Caberá ao pesquisador trazer para a reflexão a flexibilidade vivida por ele. Isto implica um longo tempo de convivência e um conjunto de crises sobre sua presença na convivência microterritorializada, que abalará os caminhos de sua pesquisa (pelas contradições e insuficiências percebidas) e os pensamentos sobre si mesmo.

d. Segundo subprincípio de conteúdo: a subjetividade dos sujeitos da microterritorialidade

Os sujeitos que participam de uma sociabilidade apresentam algo a dizer e pensam sobre seus posicionamentos localizados no tempo e no espaço: suas admirações, sua felicidade em serem reconhecidos e admirados por amigos e amantes, e de poderem objetivar

intimidades que não poderiam ser visibilizadas em outros espaços sociais. Por outro lado, há também as insuficiências e negações em relação aos rituais, as formas de apresentação e as próprias incapacidades de serem admirados por outros, o que gera sofrimento. Há uma perspectiva fenomenológica que relaciona topofilias e topofobias (TUAN, 1980) de forma muito complexa para cada um em relação as construções de microterritorialidades. Não exatamente os sentimentos são dicotômicos, os sujeitos participam, agem em prol de um reconhecimento e se esforçam para se posicionarem da melhor forma em relação a uma coletividade microterritorializada, mas as situações diversas agem como atributos de atração e repulsão tornando isto um profundo problema subjetivo a convivência. Estas relações, com o passar do tempo, determina a seleção dos sujeitos e funcionam como 'fronteiras de convivência' (COSTA, 2002).

Há interesses e formas de entendimentos diversas sobre os processos de sociabilidade das microterritorialidades. Muitos sujeitos trazem para a convivência diferentes elementos de vivências em outros espaços (uma questão de relações de escalas também). Muitas vezes, o que reúne os sujeitos é um signo, como, por exemplo, o conhecimento de que em determinado lugar há determinada frequência de sujeitos LGBTs. Esta identidade compartilhada além da microterritorialização propriamente dita, a microterritorialidade, poderá ser uma falácia em determinado tempo de frequência de um determinado sujeito LGBT. Suas experiências poderão ser outras, embora isto não perturbe a construção de uma ideia geral sobre os fatos microterritorializados.

Estas relações produzem desacordos ao centro construído da microterritorialização ou, então, poderá trazer interesse pelo fetiche da diferença entre iguais. Os sujeitos mantêm diferentes experiências na localização das suas relações, embora o cimento que as constituam seja um princípio de igualdade aparente (apresentação dos corpos, pequenos rituais, materialidade do 'apinhamento', assuntos partilhados). Um exemplo clássico deste aspecto é a relação entre homens *gays* de classe alta e turistas que se reúnem no Posto 9 da Praia de Ipanema e se interessam por outros homens de classes mais baixas da periferia carioca, que eventualmente estão na microterritorialização também atraídos pela forma homogênea que se concebe como sendo de homens brancos e turistas de classes mais altas. A suposta homogeneidade das relações, neste caso, acontece não por uma igualdade de estilos, mas por estas experiências entre sujeitos de condições sociais muito diferentes e tala diferença se constitui como um dos fundamentos principais da atração afetivo-sexual.

Em algumas casas noturnas do Rio de Janeiro isto também acontece, por outro lado, em outras casas as relações afetivo-sexuais se estabelecem somente entre corpos muito parecidos, como é o caso da conhecida convivência entre homens *gays* muito malhados de academia na casa noturna *The Week*. Existe uma pré-disposição de estranhamento em relação àqueles que não são malhados e um vínculo de afetividade vinculada sobre algumas apresentações de corpo. Como desafio a esta determinação das relações *gays* em muitas grandes cidades brasileiras, se desenvolveu uma comunidade de homens *gays* cujos corpos são mais gordos e peludos, denominados de 'ursos' ou *bears*. Em São Paulo festas específicas reúnem tais sujeitos construindo certa homogeneidade da reunião, como a casa noturna *Ursound*. Mesmo entre uma suposta homogeneidade, novas configurações

identitárias se constroem em virtude de certas diferenças, principalmente em relação ao porte corporal, as idades e as formas estéticas apresentadas por homens *gays* ursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi discutir sobre os conceitos de microterritorialidades e microterritorializações, para contribuir com o debate estabelecido entre o grupo de pesquisadores das microterritorialidades nas cidades e 'múltiplas territorialidades', assim como para pesquisas que se interessam sobre a temática. Estes conceitos são caros à vida acadêmica do autor e suas pesquisas, assim o artigo dá ênfase aos fatos que levaram a assumir esta importância teórica. Os vínculos de pensamento são explicados mediante a estratégia metodológica de explicitar as condições de posicionalidade de quem escreve, no intuito de esclarecer sobre as origens dos argumentos aqui colocados. Esta estratégia se apresenta importante para melhor contextualizar os aportes empíricos, teóricos e pessoais na construção do pensamento, tornando honesta esta produção. Isto melhor capacita o leitor ao diálogo e a constituição de críticas, permitindo revisões futuras sobre supostos equívocos em uma constante revisão de fundamentos.

Sobre o propósito explicativo principal, organizamos o discurso em relação a dois outros conceitos: o de forma e de conteúdo. Em relação à forma coincidimos o conceito de microterritorialização. Em relação ao conteúdo aproximamos o conceito de microterritorialidade. O jogo teórico apresenta-se como um esquema didático que serve para dar ênfase a constatações singulares que nunca poderão ser operacionalizadas em separado. Por um lado existem formas (aparências) das pequenas apropriações de corpos em partes do espaço urbano, por outro lado os conteúdos explicativos das aparências estão relacionados às questões de sociabilidade (objetividade das práticas culturais), de identidade (compartilhamentos intersubjetivos) e de intimidade (subjetividades de cada presente).

Procurando aprofundar ainda mais as análises, construímos subprincípios aos princípios de forma e de conteúdo. Os subprincípios analisam as questões referentes à escala e a apropriação de um espaço construído em primeira instância (estes dois referentes aos subprincípios de forma), assim como os atributos compartilhados entre sujeitos em sociabilidade microterritorializada (pequenos rituais, pequenos mitos e processos de imitação na construção de identidade) e as divergências contidas nas intimidades e subjetividades de cada um (estas duas últimas características são referentes aos subprincípios de conteúdo).

Como já argumentamos, propusemos tornar complexas e esclarecer elementos diversos contidos nos conceitos de microterritorialização e microterritorialidade, para serem mais bem operacionalizados em outras pesquisas. Esperamos maiores contribuições críticas a partir deste texto, para tornar mais cabíveis estas possibilidades teóricas e metodológicas. Os eventos que discutem estas questões já se encaminham para uma quinta edição e são repletos de possibilidades de articulações sobre outras análises empíricas. Pensamos que existe uma necessidade de uma melhor construção epistêmica sobre tais conceitos e suas capacidades de servirem como teorias explicativas de realidades diversas.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CLAVAL, Pierre. O papel da nova geografia cultural na compreensão humana. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- COSTA, Benhur P. da. **A condição homossexual e a emergência de territorializações**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.
- _____. Práticas espaciais de “pegação” homoerótica: o caso dos banheiros públicos nas cidades de Presidente Prudente (SP) e Vitória da Conquista (BA). **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 5, n. 1, p. 152-179, 2014.
- _____.; CRUZ, Jasson Iran Monteiro da; FRANÇA, Josevaldo Sousa de. Oposições e complementaridades nas práticas homoafetivas de microterritorialização: interações entre “bichas” e “bofes” na Praia do Osso em Santarém-PA In: SILVA, Maria das G.S. da; SILVA, Joseli M. **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2014.
- COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GOMES, Paulo C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- JAMESON, Fredric. **O pós-modernismo: e a lógica cultural do capitalismo avançado**. São Paulo: Ática, 1991.
- KNOPP, Larry. On the relationship between queer and feminist geographies. **The Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 47-55, 2007.
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MATURANA, Humberto R. Tudo é dito por um observador. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson. **Humberto Maturana: A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- PARKER, Richard; TERTO JUNIOR, Veriano de Souza (Orgs.). **Entre homens: homossexualidade e AIDS no Brasil**. São Paulo: ABIA, 1998.
- PARKER, Richard. **Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. São Paulo: Record, 2002.
- PEDROSO, Luciano F. **O espaço cotidiano dos agregados sociais da praça da alfândega em Porto Alegre-RS**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- ROSE, Gillian. **Feminism and Geography: the limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.
- _____. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress Human Geography**, v. 21, n. 3, p. 305-320, 1997.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.
- SILVA, Armando. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SILVA, Alexandro. **Processos de territorialização em espaços marginais: estudo exploratório e descritivo das vivências de homens que fazem sexo com outros homens na cidade de Praia Grande/SP**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, Santos - SP.

SILVA, Joseli M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: _____. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2009.

_____; ORNAT, Marcio J. Interseccionalidade e mobilidade transnacional entre Brasil e Espanha nas redes de prostituição. **Revista Anpege**, v. 8, n. 10, p. 51-66, 2012.

TEDESCO, João C. **Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social**. Passo Fundo: EDUNISC/ UPF, 2003.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

Vida noturna, a construção de um objeto de estudo para a Geografia

Vida nocturna, la construcción de un objeto de estudio para la Geografía

Nightlife, the Construction of a Subject to Geography

Nécio Turra Neto

necioturra@fct.unesp.br

Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNESP/Câmpus de Presidente Prudente

Resumo: Pretende-se refletir de forma sistemática sobre o tempo da noite na produção da cidade e da vida urbana através de uma síntese da literatura voltada à vida urbana noturna – sem a pretensão de sermos exaustivos – sobre a relação entre vida noturna e a tendência de fragmentação socioespacial e sobre a hegemonia de modelos de diversão noturna que se impõem aos jovens, portadores de signos de modernidade e distinção social. O texto estrutura-se em duas partes, a primeira fala da noite urbana, desde sua conquista até a emergência de uma economia da vida noturna, pela qual este tema se torna interessante para a Geografia Urbana. Na segunda parte, exploramos o caráter formativo e civilizatório da oferta de vida noturna e apontamos para alguns dos seus riscos, sobretudo, quando consideramos os jovens como sujeitos em formação.

Palavras chave: Vida noturna, cidade, juventude, distinção social.

Resumen: Esperase reflejar de forma sistemática sobre el tiempo nocturno en la producción de la ciudad y de la vida urbana través de una síntesis de la literatura en relación a la vida urbana nocturna - sin la pretensión de ser exhaustivos - sobre la relación entre vida nocturna y la tendencia a la fragmentación socioespacial y sobre la hegemonía de modelos de diversión nocturna que se imponen a los jóvenes, modelos portadores de signos de modernidad y distinción social. El texto se estructura en dos partes, la primera parte habla de la noche urbana, de su conquista, hasta la aparición de una economía de la vida nocturna, temática que se vuelve interesante para la Geografía Urbana. En la segunda parte, exploramos el carácter formativo y civilizatorio de la oferta de servicios y comercio nocturnos y señalamos algunos de sus riesgos, sobre todo, cuando consideramos a los jóvenes como sujetos en formación.

Palabras clave: Vida nocturna, ciudad, juventud, distinción social.

Abstract: The paper tries to reflect systematically about the nighttime in the production of the urban space and urban life. For this, we do a synthesis of literature focused on nocturnal urban life - with no claim to be exhaustive - about the relations between nightlife and trend of socio-spatial fragmentation and the hegemony of nightlife models that have been imposed to young people as signs of modernity and social distinction. We divide the paper into two parts. The first one focuses the urban night, from its achievement to the emergence of nightlife economy, when the subject becomes interesting for Urban Geography. In the second part, we explore the educational and

civilization character of nightlife offer and we point to some of its risks, especially when we consider young people as individuals in learning.

Key words: Nightlife, city, youth, social distinction.

INTRODUÇÃO

A trajetória que queremos delinear aqui revela o processo pelo qual temos construído nosso objeto de estudo, como parte de um desafio que nos foi colocado, quando do engajamento num projeto de pesquisa coletiva, intitulado *Lógicas Econômicas e Práticas Espaciais Contemporâneas: cidades médias e consumo*¹. Este pretende estudar como os movimentos contemporâneos de expansão do capital, sobretudo, ligados à oferta de bens e serviços, têm se desdobrado em sua competição pelo mercado consumidor do interior do Estado de São Paulo e Paraná, adentrando em cidades médias e redefinindo tanto suas conexões na rede urbana, quanto seu espaço intraurbano, em processos que se tem nomeado de ‘reestruturação urbana’ e ‘reestruturação da cidade’ (SPOSITO, 2011). Acompanhando este movimento, tais lógicas econômicas, ao redefinirem as cidades, impactam também nos seus usos e nas práticas espaciais dos cidadãos. Como argumenta Amendola (2000), as mudanças nas cidades não são nunca apenas físicas ou econômicas e estruturais, mas também culturais. Muda junto a cidade das pessoas e suas práticas e lógicas econômicas e práticas espaciais são lidas como partes de um mesmo e indissociável movimento, capazes de nos dar acesso às transformações recentes que têm afetado cidades médias do interior.

Para quem vinha de uma trajetória de pesquisa preocupada com a elaboração de uma *Geografia das Juventudes* (TURRA NETO, 2010), os jovens foram tomados como ponto de partida para o recorte empírico da nossa frente de investigação no referido projeto. A prática espacial desses sujeitos e a oferta de bens e serviços mais diretamente voltada a este público foi o que nos conduziu a propor o estudo da diversão noturna, explorado agora de forma sistemática.

Assim, com ideias ainda muito incipientes, iniciamos um conjunto de investigações para identificar a oferta de vida noturna nas cidades, suas áreas de concentração (com possível formação de áreas centrais à noite) e as práticas espaciais juvenis que esta oferta tem o poder de desencadear e que, de certa forma tendem a confirmar as intencionalidades dos agentes econômicos. Diferentemente do postulado por Magnani (2005), os jovens não são apenas uma referência empírica do fenômeno, mas também uma categoria explicativa, na medida em que o ‘ser jovem’ conduz a experiências de cidade que são específicas desta idade e diferentes daquelas da criança, do adulto e do idoso, o que nos aponta para as particularidades deste sujeito social e de suas práticas espaciais.

Nossos primeiros achados empíricos foram nos conduzindo à temáticas que ajudaram a melhor construir o objeto de estudo e estabelecer alguns dos delineamentos teóricos,

1 Projeto Temático financiado pela FAPESP (Proc. 2011/20155-3) conduzida pelo coletivo de pesquisadores ligados ao Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), do Departamento de Geografia da FCT/UNESP - Campus de Presidente Prudente. O projeto considera seis cidades médias: Presidente Prudente, Marília, São Carlos, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto (no Estado de São Paulo) e Londrina (no Estado do Paraná).

que passaram a orientar as pesquisas que se desdobraram a partir da ideia inicial – e que foram esboçados em dois textos anteriores que, como este, também tinham o objetivo de construção do objeto de estudo (TURRA NETO, 2014; 2016).

Um primeiro achado empírico refere-se ao processo de descentralização da oferta de diversão noturna em direção à zona Sul da cidade de Ribeirão Preto. A nova oferta de diversão noturna, aquela dos bares e casas noturnas que se instalaram mais recentemente na cidade (e também as mais badaladas), concentrava-se em avenidas e áreas comerciais que já apresentavam grande prestígio social para as atividades diurnas, visto que próximas a novos produtos imobiliários de alto status social. Esta tendência, que depois foi identificada também em Londrina e São José do Rio Preto, levou-nos a elaboração de uma primeira e importante hipótese de trabalho: a relação entre oferta de vida noturna e a reestruturação da cidade, ou seja, a participação desta oferta no reforço da segregação de certos setores da sociedade, dificultando seu acesso às áreas importantes do ponto de vista da oferta de vida social e, conseqüentemente, na tendência à fragmentação socioespacial (vide Sposito e Goes, 2013, e Dall Pozzo, 2015).

Assim, pensar a oferta de vida noturna, em diálogo com os movimentos mais amplos de reestruturação urbana e da cidade, aponta para uma problemática de pesquisa em que a cidade, o espaço urbano e sua produção nos interessam. A cidade é não apenas o local onde o fenômeno que estudamos acontece, mas uma dimensão da realidade que participa da constituição do próprio fenômeno. Magnani (1992) oferece inspiração para mais este argumento, quando fala da dificuldade do antropólogo em estudar na cidade. Até que ponto a cidade lhe interessa? No nosso entendimento, a preocupação com a produção e reprodução da cidade, como parte importante da compreensão do próprio fenômeno é o que diferencia a Geografia da Antropologia, por exemplo.

Um segundo achado empírico refere-se à atuação de empresas que se desdobram em franquias e redes nas cidades de São José do Rio Preto, Londrina e São Carlos, o que nos levou a problematizar: - que oferta de diversão noturna é esta que difunde os mesmos formatos para jovens de contextos urbanos os mais diversos, de modo a promover uma standardização de práticas espaciais e de referências culturais? Uma oferta que chega aos lugares trazendo as imagens de modernidade e distinção social que já estão coladas às representações sobre as marcas que portam. Pereira (2016), no seu estudo da diversão noturna na cidade de Londrina, constatou que as casas noturnas mais badaladas da cidade, na divulgação de seus eventos, utilizam frequentemente termos como ‘internacional’, *glamour*, ‘nacional’, etc., expressões que remetem ao que há de melhor no mundo do entretenimento, vindo direto de grandes centros urbanos do país e do exterior. Tal constatação nos coloca diante de uma oferta altamente racionalizada e caracterizada por altos investimentos (diferente do padrão da oferta mais localizada), cujas escolhas locacionais, como já desenvolvido anteriormente, não são aleatórias na cidade, e que participa das tendências hegemônicas de produção do espaço urbano (TURRA NETO, 2016).

Tudo isto tem contribuído para o delineamento de um objeto de estudo que se afirma dentro do Projeto Temático citado, que justifica a incorporação do tema à Geografia Urbana e que conduz a abertura desta Geografia à preocupação com o que acontece na

cidade à noite. Um tempo que até então não foi devidamente explorado, ou que não está entre os tempos privilegiados pela Geografia Urbana.

O esforço neste texto, ainda no sentido de melhor delimitar e construir o objeto de estudo, explorando suas múltiplas dimensões constituintes, é refletir de forma mais sistemática sobre este tempo (a noite) e como aquilo que acontece à noite participa da produção da própria cidade e da vida urbana. Para isso, trazemos ao debate um esforço de síntese da literatura voltada à vida urbana noturna, que é, sobretudo, de origem estrangeira (GOIS, 2015), em articulação com os argumentos que já esboçamos em outros textos (sobre a relação entre vida noturna e a tendência de fragmentação socioespacial e sobre a hegemonia de modelos de diversão noturna que se impõem aos jovens locais, portadores de signos de modernidade e distinção social).

O texto estrutura-se em duas partes, a primeira fala da noite urbana, sua conquista, as imagens que comumente lhe são atribuídas e a emergência de uma economia da vida noturna, pela qual este tema se torna interessante para a Geografia Urbana. Na segunda parte, exploramos o caráter formativo e civilizatório da oferta de vida noturna e apontamos para alguns dos seus riscos, sobretudo, quando consideramos os jovens como sujeitos em formação.

NOITE URBANA: UM TEMA PARA A GEOGRAFIA

A noite, desde os primórdios da humanidade, nunca foi um tempo totalmente despovoado de práticas sociais. Com o domínio do fogo, rituais, caçadas e festas tinham lugar à noite. Eram atividades rarefeitas, que aconteciam de quando em quando, em sociedades diurnas. Na Roma antiga, contudo, a complexidade da vida urbana numa cidade de milhares de habitantes já havia uma legislação específica que regulava o tráfego noturno (MELBIN, 1978).

Mas, como argumentou Paquot (2000), foi necessário grande número de inovações técnicas e muita vontade política para que a noite se fizesse dia na cidade. E isto aconteceu muito recentemente na história. Para Melbin (1978), foi no século XIX, com a iluminação a carvão e a gás, que a sociedade urbana conheceu um primeiro grande estímulo para a difusão de atividades noturnas, o que cresceu enormemente com a invenção da lâmpada elétrica.

A iluminação artificial permitiu uma nova 'fronteira temporal', ocupada pelas mais variadas atividades de comércio e serviços, com uma grande dimensão de pessoas envolvidas, seja como trabalhadores, seja como consumidores e usuários das atividades que passaram a se realizar ou a estar disponíveis à noite (MELBIN, 1978). Uma verdadeira 'vida pública noturna' (GOIS, 2015) passa a existir. E como ocupar o tempo, ou usar o tempo não se faz sem o uso concomitante do espaço (MELBIN, 1978), a vida noturna não acontece em todos os lugares da cidade – o que denota que a conquista da cidade à noite é seletiva – formando centros de vida noturna, locais de grande visibilidade pública, altamente iluminados, em que os 'regimes de visibilidade' e controle diurnos funcionam

de forma a inibir práticas transgressoras, sempre muito associadas à noite (GOIS, 2015). Como argumenta Challéat (2011), a iluminação urbana tem uma participação crescente na fabricação da própria cidade e da vida urbana, não apenas na criação de uma atmosfera, mas na valorização diferencial dos locais da cidade, além de ter uma função política de controle, sob o manto do discurso da segurança. Para o autor, a iluminação em demasia tende a transformar o sentimento que se tinha em relação à noite, retirando dela seu conteúdo de fuga, liberdade e transgressão.

A noite sempre contou com um conjunto de representações ambíguas, ao mesmo tempo ligadas a possibilidades abertas e ao medo do crime e dos criminosos, das conspirações. Para Gois (2015), tais imagens estão fundamentadas numa visão dualista que, esquematicamente, separa dia e noite, ordem e desordem, trabalho e festa, segurança e perigo, regras e transgressão. Tal visão termina por essencializar a noite, tomando-a necessariamente como um tempo votado à práticas opostas àquelas do dia, à transgressão e à liberdade. Um tempo que estaria sendo cada vez mais colonizado, higienizado e padronizado, segundo os valores diurnos – a conquista da noite teria como consequência o arrefecimento das forças contestatórias e subterrâneas. Para o autor, tal visão obscurece o fato de que a noite urbana é muito diversificada. Ela varia também conforme os locais da cidade a que se faz referência, se mais ou menos luminosos; também a noite é variável segundo os sujeitos e suas ações. Conforme argumenta Alves (2010), a noite em certos locais da cidade pode desencadear um conflito entre os que trabalham, os que dormem e os que se divertem.

Certamente, é preciso fugir desta visão essencialista da noite, que delimita tão distintamente noite e dia, visto que há espaços em que a transgressão e contestação à ordem acontecem seja noite ou dia. Há outros em que a ordem se impõe com mais força – e a iluminação artificial estende este domínio para a noite. Contudo, é preciso reconhecer que a noite, como tempo livre, para a maioria das pessoas, é o tempo privilegiado para a proliferação na cidade de tais espaços e práticas. Certas práticas sociais que não se veem de dia, à noite encontram condições para acontecer, ou preferem acontecer à noite. Robinson (2009), por exemplo, apresenta um grupo de jovens que usa um parque e as ruas ao entorno durante a noite, numa prática de espaço que delimita seu espaço de ação, ao mesmo tempo em que altera a substância dos espaços usados. Práticas e usos que só são possíveis à noite, quando os usos normativos diurnos estão ausentes e o controle social se arrefece, sem que com isto deixe de existir – o que certamente envolve riscos. A noite é um tempo na cidade em que ruas e praças ficam mais desertas e podem receber outros conteúdos.

E é justamente por reconhecer esta dimensão da noite, como um tempo aberto, que se distingue do dia, num contexto de institucionalização espacial e temporal das práticas sociais, que Margulis (1997) afirma que à noite emerge outra cidade, com seus atores e espacialidades próprias. Um tempo que exerce grande fascínio e atração sobre os jovens contemporâneos, por ser o antípoda do tempo em que operam com mais força os poderes de pais, patrões e professores. Nesse sentido, para o autor, há uma hegemonia geracional do juvenil à noite, que acontece na ausência dos outros, dos que têm poder, que neste momento dormem.

Como elaborado por Comas (2000) se, a princípio, a diversão noturna para a juventude tinha conteúdos contestatórios, ao longo dos últimos 50 anos do século XX, as práticas de diversão e ócio na cidade foram capturadas pelo mercado do entretenimento, que tende a fazer dos jovens meros consumidores. Com isto, longe de reduzir a noite urbana a um tempo juvenil e a práticas de consumo, estamos delimitando um recorte na diversidade de sujeitos, práticas e lógicas econômicas. Estamos no campo do que se pode denominar de ‘economia da vida noturna’ que, certamente, não abarca tudo que acontece na noite, mas que circunscreve um campo que envolve oferta e consumo de vida noturna, em que os signos do que é juvenil são difundidos como possibilidades de consumo. Shaw (2014) argumenta que a economia da vida noturna é um campo de estudos que se limita a compreender o consumo do álcool e a indústria do lazer (normalmente de bares e clubes do centro das cidades, ligadas a estratégias de gentrificação). No mesmo sentido, Gois (2015) argumenta que a noite urbana é muito mais ampla do que aquilo que se considera nos estudos da economia da vida noturna, mas que foi a partir do debate neste campo que o tema da vida noturna ganhou o interesse de geógrafos urbanos, sobretudo da Geografia anglófona.

Retomando Margulis (1997), a noite urbana é um tempo de promessa de festa, em que os poderes estão menos vigilantes, por isto, a noite aparece aos jovens como uma ilusão libertadora, um imaginário vendido como um modelo a ser consumido. Trata-se, portanto, de um simulacro, uma festa comercial, organizada e controlada por outros. Os poderes estão ali presentes e, para participar, os jovens têm que aceitar as regras, adaptar-se. Robinson também chega a conclusões semelhantes, comparando os usos dos espaços livres e públicos com o consumo de certos espaços, como casas noturnas, formatadas para a diversão juvenil. Nas suas palavras: “Há uma contradição entre a necessidade das casas noturnas (*youth clubs*) de atingir os jovens e a necessidade de mudar seus comportamentos de algum modo. A casa noturna dá uma impressão de liberdade, que é logo negada” (ROBINSON, 2009, p. 504).

É a este caráter pedagógico e formativo da oferta de diversão noturna que passamos a nos dedicar na próxima parte do texto.

CONTEÚDO CIVILIZATÓRIO DA VIDA NOTURNA: UM DEBATE

Como já dissemos, a economia da vida noturna não abarca todas as atividades e práticas que acontecem à noite. Do mesmo modo, a oferta de vida noturna, as lógicas econômicas e as práticas espaciais juvenis que lhes são correlatas não abarcam todas as práticas espaciais de encontro, festa e entretenimento das juventudes locais. Como aparece no próprio texto do Projeto Temático, “Estudar as novas centralidades do lazer noturno [...] certamente não nos dará acesso à totalidade das práticas espaciais, mas àquelas práticas em que imperam o consumo e as imagens-símbolo do que é ser moderno e estar em sintonia com a vida urbana dos grandes centros” (SPOSITO, 2011, p. 17).

Estamos tratando de um fenômeno que podemos qualificar como *mainstream*, categoria que se aplica “[...] às ‘maiorias convencionais’ que não se estruturam em torno de um gosto musical seletivo e não se recusam à mídia e ao consumo” (ALMEIDA; TRACY, 2003, p. 181). Ainda que as autoras tenham reservas quanto a este termo, por considerarem que ele tanto porta um sentido pejorativo, de julgamento moral dos sujeitos sociais, quanto por reconhecerem que hoje as fronteiras entre o *mainstream* e o *underground* estão mais esfumaçadas, acreditamos que esta pode ser uma categoria relevante, justamente por permitir referenciar uma cultura de vida noturna que é feita em articulação com uma oferta de mercado para consumo de jovens, significando a adesão aos padrões de comportamento e aos modelos propostos e difundidos por esta mesma oferta.

É neste cenário de uma cultura da noite ligada à festa comercialmente oferecida no mercado que Margulis reconhece as mesmas formas de dominação e legitimação vigentes na sociedade instituída. Na noite em que os jovens são “atores de um teatro estrangeiro” (visto que consumidores de um gênero que lhes é ofertado), há pouca margem para escolhas realmente autônomas. “Las ofertas para la diversión nocturna están ya constituidas al ingresar el adolescente en la búsqueda de compañía, diversión, amor, pertenencia. Las modalidades vigentes en la cultura urbana actual imponen la noche, la nocturnidad como tiempo para los encuentros, para los contatos con iguales, para el logro de amistades, las promesas de romance, de sexo, de fiesta. [...] En este momento, las posibilidades abiertas, los caminos, pasan mayoritariamente por la noche y por las alternativas que en ella se ofrecen” (MARGULIS, 1997, p. 17).

Shaw (2010), a partir de uma produção acadêmica crítica sobre economia da vida noturna argumenta que, para o caso das cidades inglesas, em que a vida noturna está sendo colonizada por grandes corporações multinacionais (tal como apresentam também HOLLANDS e CHATTERTON, 2003), estão se formatando subjetividades neoliberais, em que prevalece escapismos momentâneos da vida cotidiana regrada e uma identidade hedonista, alimentada por um controle multifacetado do humor dos consumidores *in situ*. Para o autor, este formato de economia da vida noturna joga um papel importante na redefinição da identidade de classe, na medida em que controla (e oferece poucas alternativas) as atividades de diversão e sociabilidade da classe trabalhadora (retirando de suas mãos a autonomia de proposição).

Esta oferta de vida noturna tem, portanto, um conteúdo civilizatório inegável, visto que estimula a formação de identidades individuais e coletivas com conteúdos de modernidade, ao mesmo tempo que consumistas. É por isto que consideramos que esta oferta e consumo de vida noturna devem ser mais profundamente compreendidos, dado seu inegável conteúdo político e potencial de socialização de novas gerações segundo certas práticas e visões de mundo. Como argumenta Margulis (1997), a cultura da noite tem um efeito de aculturação.

Como temos argumentado, esta noite animada como esfera de vida pública, a partir de uma oferta ligada a diversão, tem sua espacialização na cidade condicionada pelas lógicas hegemônicas de produção do espaço urbano (TURRA NETO, 2014, 2015), de modo que não se distribui aleatoriamente, mas com tendência a concentrar-se em espaços mais

luminosos. São espaços de espetáculo urbano e da cultura de massa (DIÓGENES, 1998), nos quais os jovens são socializados em dinâmicas globalizantes e em novos padrões de consumo cultural (CASTRO, 2004). Nelas, está a maior movimentação da cidade, nos finais de semana à noite e, para elas, afluem consumidores de diferentes filiações sociais, culturais e territoriais.

Para que os moradores das periferias pobres das cidades participem desse movimento, devem realizar grandes investimentos no plano do consumo (de bens culturais, de meios de transporte, do próprio espaço urbano), às vezes muito além de suas possibilidades concretas. Ao mesmo tempo, sua presença, sempre indesejada, é um sinal de popularização dos novos espaços de concentração, alterando o conteúdo de suas centralidades, o que aponta para tensões de diversas ordens. Para um panorama das práticas de jovens moradores de periferias pobres no campo da diversão noturna, veja os trabalhos de Pereira (2012) e Ramos (2017).

Por outro lado, pessoas de classe média e alta têm maior mobilidade e podem circular intensamente pela cidade, não necessitando se filiar a nenhum espaço específico. Contudo, não podemos perder de vista que, em cidades médias, as opções são bem mais limitadas. A falta de opções é um dos fatores para que se imponha uma maior mistura social, revelando uma particularidade desse conjunto de cidades ao compará-las com outras. Mistura social que nunca chega a se dar completamente, uma vez que muitas barreiras simbólicas são erguidas, mesmos nas áreas da cidade mais luminosas e para as quais afluem jovens de diversas classes de renda. Nas casas noturnas, todo um aparato de distinção social também é colocado em prática, a partir de espaços diferenciados, da ostentação ligada a certas bebidas e as formas como estas são apresentadas no momento do consumo (PEREIRA, 2016).

Esta vida noturna que classificamos como *mainstream*, portanto, tal como argumenta Margulis (1997, p. 17), “... es etnocêntrica, clasista y, hasta podríamos decir, racista”, ao que acrescentamos também o adjetivo de machista, visto as evidências de casas noturnas que usam de estratégias comerciais onde as mulheres aparecem também como um elemento de propaganda (SOUZA, 2017; PEREIRA, 2016).

Desse modo, na cultura da noite *mainstream* comparecem também as dinâmicas de distinção, exclusão e hierarquia sociais. É nesta direção que as mais recentes evidências empíricas que temos produzido na pesquisa estão nos conduzindo, apontando para a pertinência do pensamento de Bourdieu (1990, 1995), sobretudo no que se refere à sua teorização sobre distinção social, que envolve *habitus*, gostos, posições de classe num espaço social, com correspondências num espaço físico. Nesta direção, também nos deparamos com o conceito sociológico de classe social, ainda não totalmente incorporado às nossas pesquisas. Consideramos também que a incorporação deste debate nas pesquisas deve considerar as mudanças de posicionalidade das classes na sociedade brasileira, em que algumas fronteiras anteriormente bastante demarcadas foram tensionadas nas últimas décadas (questão que parece estar colocada em torno da polêmica ideia de nova classe média).

Diversos autores também apontam nesta direção. Hollands e Chatterton (2003) argumentam que a vida noturna nunca foi privilégio das elites, mas estas sempre tiveram locais

diferenciados, que funcionavam como mecanismos de distinção social. A vida noturna, seus espaços, certos estabelecimentos e atividades foram sempre utilizadas para distinguir as classes sociais entre si. Atualmente, a proliferação de marcas de *pubs* e a atuação de grandes corporações, nas cidades inglesas, tendem a reforçar esta tendência de práticas de vida noturna como estratégias de distinção social. Para os autores, os espaços de diversão em que imperam as marcas de redes e franquias (fenômeno ainda não difundido nas cidades que estamos estudando) são espaços estilizados, seguros, higienizados, controlados. Fazem parte de uma vida noturna massiva e comercialmente orientada, ofertada a jovens que buscam escapismos aos finais de semana. São espaços de previsibilidade. Gois (2015), por sua vez, realiza uma aproximação entre Bourdieu e Geografia, para argumentar que a materialidade da noite tem um papel comunicativo sobre os seus usuários (e consumidores) capaz de condicionar comportamentos (e construir fronteiras simbólicas). Lugares que tendem a reproduzir distinções sociais e suas barreiras. Para o autor, estar num lugar nos coloca numa certa posição social, que orienta nossa ação. A partir de nossa posição no espaço, criamos uma prática de espaço que se torna *habitus*. O espaço físico porta estruturas sociais e as comunica, educando os sujeitos segundo suas posições.

Nesta mesma direção, já argumentamos em outro momento (TURRA NETO, 2015) que, a nova oferta de diversão noturna que identificamos nas cidades estudadas portam em si os signos de modernidade e de distinção social, tanto porque reproduzem formatos de diversão presentes nos grandes centros urbanos, dando aos jovens locais a ideia de que participam de um mundo urbano ampliado e metropolitano, quanto porque nos preços praticados, na sua localização no conjunto da cidade, “[...] é possível identificar estratégias empresariais que selecionam o público e, assim, colocam-se no mercado como espaços e formas de diversão desejáveis, mas que só podem ser consumidas por uma parcela da sociedade – onde se pratica toda sorte de ostentação, mas também onde se realizam investimentos altos para se poder participar” (TURRA NETO, 2015, p. 6).

Não podemos, contudo, desconsiderar que, ao lado deste conjunto de intencionalidades empresariais, em sinergia com mídia, consumo e mercado imobiliário, que participam tanto da produção da cidade, quanto da produção de uma cultura de vida noturna, existem os sujeitos sociais e suas práticas, as potencialidades de cruzamento de fronteiras, de contestações à ordem imposta, além, é claro, da adesão irrestrita a estas intencionalidades. Enfim, é preciso perguntarmo-nos sobre as práticas espaciais e seus sentidos, para produzimos uma compreensão também a partir de dentro da vida noturna. Almeida e Tracy (2003) e Malbon (1998) oferecem perspectivas de dentro de grupos juvenis que experimentam intensamente a noite da cidade, apresentando estes sujeitos em sua inerente complexidade, escutando-os no que têm a dizer sobre si mesmos e suas práticas. Malbon (1998) procura refletir sobre a vida urbana que cria a necessidade de tempos e espaços de escapismos. Positivamente, analisa a prática de frequentar as casas noturnas, entendidas como espaços de experimentação e ajuntamento. Reconhece ali uma experiência sensual e total, da qual todo detalhe participa e comunica. A música cria uma atmosfera que Shaw (2010) reconhece como forma de controle social, que é consumida em

uma excitação momentânea em direção a um esquecimento dos problemas pessoais, um mergulho interior para sair de si, em direção ao grupo.

Nesse sentido, queremos fechar este texto apontando para a necessidade de abertura das pesquisas à escuta dos sujeitos sociais. Tal escuta tem sido nosso mais difícil desafio, visto que, via de regra, tem acontecido nos próprios locais de encontro e diversão, nos bares e casas noturnas, com barreiras claras ao emprego de estratégias qualitativas de pesquisa. Ao mesmo tempo, exige dos pesquisadores e pesquisadoras em campo o estabelecimento de relações empáticas com sujeitos cujos referenciais culturais são desqualificados no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.I.M. de; TRACY, M. **Noites nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- AMENDOLA, G. **La ciudad postmoderna: magia e miedo de la metrópolis contemporánea**. Madri: Celeste Ediciones, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 149-168.
- _____. **Physical space, social space and habitus**. Raport 10. Oslo: Universitet Oslo, 1995.
- CASTRO, L.R. de. **A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- COMAS, D.A. Agobio y normalidad: una mirada critica sobre el sector “ocio juvenil” en La España actual. **Estudios de Juventud**, n. 50, p. 9-22, 2000.
- DAL POZZO, C.F. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas: os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Campus de Presidente Prudente - SP.
- DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop**. São Paulo: Annablume/ Fortaleza, Secretaria da Cultura e do Desporto, 1998.
- GÓIS, M.P.F. de. **Paisagens noturnas cariocas: formas e práticas da noite na cidade do Rio de Janeiro**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ.
- HOLLANDS, R.; CHATTERTON, P. Producing nightlife in the new urban entertainment economy: corporatization, branding and Market segmentation. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 27, n.2, p. 361-85, June 2003.
- MALBON, B. The club: clubbing: consumption, identity and the spatial practices of every-night life. In: SKETON, T.; VALENTINE, G. (ed.). **Cool places: geographies of youth cultures**. London/ New York: Routledge, 1998. p. 266-286.
- MAGNANI, J. G. C. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 35, p. 191-203, 1992.
- _____. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, nov. 2005.
- MARGULIS, M. La cultura de la noche. In: _____. et al. **La cultura de la noche: la vida nocturna de los jóvenes en Buenos Aires**. Buenos Aires: Biblos, 1997. p. 11-30.
- MELBIN, M. Night as Frontier. **American Sociological Review**, v. 43, p. 3-22, Feb. 1978.
- PAQUOT, T. Le sentiment de la nuit urbaine aux XIXe et XXe siècles. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n. 87, p. 6-14, 2000.

- PEREIRA, M.C. **Diversão noturna das juventudes prudentinas: o caso da mancha de lazer do Jardim Bongiovani**. 2012. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UNESP, Campus de Presidente Prudente – SP.
- PEREIRA, M.C. **Geografia da noite: oferta e consumo de diversão noturna em Londrina – Paraná**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Campus de Presidente Prudente – SP.
- RAMOS, E.C.M. **“Tudo junto e misturado: rolês e fluxos dos jovens das periferias”** – Capital espacial construído por redes juvenis no campo da diversão e geometrias de poder na cidade. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Campus de Presidente Prudente – SP.
- ROBINSON, C. Nightscapes and leisure spaces’: an ethnographic stud of young people’s use of free space. **Journal of Youth Studies**, v. 12, n. 5, p. 501-514, Oct. 2009.
- SHAW, R. Beyond nighttime economy: affective atmospheres of the urban night. **Geoforum**, v. 51, p. 87-95, 2014.
- _____. Neoliberal subjectivities and the development of the nighttime economy in British cities. **Geography Compass**, v. 4, n. 7, p. 893-903, 2010.
- SOUZA, A.R.F. de. **Mulheres no espaço noturno: da diversão à objetificação – um estudo de caso em Presidente Prudente – SP**. 2017. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UNESP, Campus de Presidente Prudente – SP.
- SPOSITO, M.E.B. **Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo**. 2011. Projeto Temático FAPESP (Geografia) – UNESP, Campus de Presidente Prudente- SP.
- _____; GOES, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.
- TURRA NETO, N. Geografia da juventudes: uma pauta de pesquisa. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da; SOUZA, E. B. C. de (org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.85-97.
- _____. Áreas centrais de lazer noturno e estruturação do espaço urbano em cidades médias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7, 2014, Vitória. **Anais...**
- _____. Relações entre sociabilidade juvenil e mercado da diversão noturna em cidades médias. In: PAULA, F. M de A.; CAVALCANTI, L. de S.; PIRES, L. M. (Org.). **Os jovens e suas espacialidades**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016. p. 359 – 377.

Sujeito, identidades e as redes sociais virtuais

Sujeto, identidades y redes sociales virtuales

Subject, Identities, and Virtual Social Network

Antonio Bernardes

antoniobernardes@id.uff.br

Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal Fluminense - UFF/ESR

Fernanda de Faria Viana Nogueira

ffviana@id.uff.br

Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal Fluminense - UFF/ESR

Thais Dias de Souza

thaisdiassouza@hotmail.com

Graduanda em Geografia - Universidade Federal Fluminense - UFF/ESR

Resumo: Partimos de algumas concepções acerca do que é o sujeito em diferentes períodos da história e como eles desenvolvem suas respectivas identidades para destacar aquelas denominadas híbridas ou de pós-modernas. Ressaltamos as dinâmicas das relações mediadas eletronicamente, em especial, as redes sociais virtuais e como elas podem indicar o sujeito e suas identidades híbridas, assim como o lugar como *locus* sintético e particular das dinâmicas sociais e culturais de diferentes escalas geográficas. A teoria dos rizomas emerge na discussão como um instrumental para interpretação da forma como os sujeitos se relacionam e como os lugares são desenvolvidos, pressupondo múltiplas territorialidades. Apresentamos três interpretações das dinâmicas socioculturais: dos homossexuais (Presidente Prudente, SP); a partir do movimento *hip-hop* (Macaé e Campos dos Goytacazes, RJ); de grupos juvenis atentos a socialização, diversão noturna e consumo (Campos dos Goytacazes, RJ).

Palavras chave: sujeito, identidades, lugar, redes sociais virtuais, múltiplas territorialidades.

Resumen: Través de la discusión do concepto de sujeto en diferentes períodos de la historia y cómo él desarrolla sus respectivas identidades, hemos destacado aquellas identidades denominadas de híbridas o post-modernas. Por medio de las dinámicas de las relaciones mediadas electrónicamente, en especial, las redes sociales virtuales, hemos discutido como ellas pueden indicar el sujeto y sus identidades híbridas, así como, él lugar como *locus* sintético y particular de las dinámicas sociales y culturales de diferentes escalas geográficas. La teoría de los rizomas emerge en la discusión como un instrumental para interpretar la forma como los sujetos relacionanse y cómo los lugares desarrollanse, presuponiendo múltiples territorialidades. Utilizamos tres interpretaciones de las dinámicas socioculturales: de los homosexuales (Presidente Prudente, SP); por medio del movimiento hip-hop (Macaé y de Campos dos

Goytacazes, RJ); de grupos juvenis atentos a la socialización, diversión nocturna y consumo (Campos dos Goytacazes, RJ).

Palabras clave: sujeto, identidades, lugar, redes sociales virtuales, múltiples territorialidades.

Abstract: We started from some conceptions about what the subject is in different periods of History and how they develop their respective identities to highlight those denominated as Postmodern. We emphasized the dynamics of electronically mediated relations, especially virtual social network and how they can indicate the subject and their hybrid identities and the place as a synthetic and singular locus of social and cultural dynamics of different geographic scales. The rhizome theory emerges in the discussion as an instrument for interpreting the way subjects relate and how places are developed, assuming multiple territorialities. We used three interpretation of the socio-cultural dynamics: of homosexuals (Presidente Prudente, SP); the hip-hop movement (Macaé and Campos dos Goytacazes, RJ); of youth groups tending towards to the socialization, nightlife and consumption (Campos dos Goytacazes RJ).

Key words: subject, identities, place, virtual social network, multiple territorialities.

INTRODUÇÃO

Partimos para o desenvolvimento desta discussão de algumas concepções acerca do que é o sujeito em diferentes períodos da história e como se desenvolvem suas respectivas identidades. Abordamos o sujeito como fora abordado pelo Iluminismo, o denominado sujeito sociológico e, por fim, o sujeito pós-moderno, como proposto por Hall (2005). A cada uma dessas concepções corresponde um tipo de identidade desenvolvida num contexto específico de mundo que o caracteriza e que é por ele caracterizado, pressupondo diferentes ‘lugaridades’. Há destaque para o sujeito e a identidade pós-moderna como aquela em que a multiplicidade é uma de suas características, levando Hall (2005) afirmar que se tratam de sujeitos com identidades híbridas. A partir dessa discussão, se salienta as dinâmicas das relações mediadas eletronicamente como um fenômeno característico da contemporaneidade, em especial, as redes sociais virtuais, e como elas podem indicar o sujeito e suas identidades híbridas e o lugar como *locus* sintético e singular das dinâmicas sociais e culturais de diferentes escalas geográficas (MASSEY, 2000).

A teoria dos rizomas (DELEUZE; GUATARI, 2000) emerge na discussão como um instrumental para interpretação da forma como os sujeitos se relacionam e como os lugares são desenvolvidos, pressupondo múltiplas territorialidades (HAESBAERT, 2007). Esta, é tratada a partir de três estudos de caso, realizados a partir da interpretação das dinâmicas socioculturais dos homossexuais na cidade de Presidente Prudente-SP; outro a partir do movimento *hip-hop* em Macaé-RJ e Campos dos Goytacazes-RJ; e por fim, de grupos juvenis atentos a socialização, diversão noturna e consumo na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. Porque um mesmo lugar apropriado e territorializado pelos sujeitos de determinado grupo pode também nos denotar outras territorialidades desenvolvidas

por outros agentes sociais, com relações de poder em diversas escalas, variando entre as simbólicas até as econômicas e políticas.

SUJEITO E IDENTIDADE

Não é incomum encontrarmos abordagens em que o conceito de sujeito esteja relacionado a sujeição, como se o homem a quem se refere o conceito se tratasse de uma tábula rasa em que é possível atribuir e definir suas ações, sejam essas por outros homens ou pela própria ação inerente aos objetos. Contudo, reiteramos a concepção clássica de sujeito, que o vincula a ação, que procede da Filosofia Antiga, ao menos desde Platão e Aristóteles (ABBAGNANO, 1970). Nesse sentido, segundo Lindón (2009, p.7):

Nas últimas três décadas, a Sociologia e Ciências Sociais em geral, têm voltado cada vez mais o seu olhar para o ator, o agente, o indivíduo, o sujeito e subjetividade [...] Em todos os casos, esta mudança levou ao reconhecimento de que a sociedade é produzida e / ou constantemente reproduzida pelos sujeitos. Neste devir, o conceito de sujeito social reconhece uma ligação direta com a ação.

Com isso, podemos afirmar que a relação entre o sujeito e a ação é tão forte quando o seu significado gramatical: quem executa a ação ou de quem se fala. Levando isso em conta, Hall (2005) aborda três diferentes tipos de sujeitos e suas respectivas identidades, para os diferentes períodos da história, sendo:

1- o sujeito iluminista: baseado numa concepção de um indivíduo totalmente centrado, monolítico e racional. Sua identidade emerge pela primeira vez quando ele nasce e é contínua e idêntica ao longo de sua existência;

2- sujeito sociológico: devido à crescente complexidade do mundo moderno há a abordagem de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente e sim desenvolvido pelas e nas relações sociais. O sujeito ainda possui uma essência interior, mas é formado e modificado pelos valores, sentidos e símbolos – a cultura – do e no mundo;

3 – sujeito pós-moderno: sua identidade está se tornando fragmentada, composto não de uma única, permanente e estável, e sim de várias identidades que, muitas vezes, são contraditórias entre si. “A identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2005, p.12).

A identidade coesa e centrada do sujeito iluminista pode ser representada pela expressão ‘A=A’, como abordado por Lefebvre (1975), ao tratar da lógica formal. Em outras palavras, o sujeito é idêntico a si mesmo.

Já a identidade desenvolvida pelas relações sociais que caracterizaram o sujeito sociológico o colocou no mundo como os outros sujeitos, tendo na contradição o seu fundamento. Castells (1999) irá classificá-las como identidade legitimadora, de resistência e de projeto. A primeira foi introduzida pelas instituições dominadoras da sociedade com o intuito de expandir e legitimar as suas ações em relação aos sujeitos e a sociedade; a

segunda foi formada por sujeitos que se encontraram em situações desvalorizadas ou estigmatizadas pelas lógicas de dominação e desenvolveram meios resistência; e a última, foi aquela que os sujeitos utilizaram elementos culturais ao seu alcance para desenvolverem novas identidades com o intuito de redefinir a sua situação na sociedade, se possível, modificando a estrutura social. Para Castells as identidades de projeto formaram e formam sujeitos como um

[...] ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. Neste caso, a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido de transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade (CASTELLS, 1999, p.26).

As diferentes vertentes do movimento feminista, o LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), o *hippie*, o *hip-hop*, etc. são alguns dos exemplos das identidades de projeto ou de movimentos socioculturais que emergiriam nas décadas de 1960 e 1970 e propuseram novas identidades, ao mesmo tempo em que questionaram a estrutura social vigente.

Esses movimentos socioculturais que se fundamentaram por sujeitos que compartilharam e desenvolveram projetos em comum possuíam como base a contestação de contradições sociais mais amplas ao indicarem certa coesão sociocultural de grupo. Mas, também, não podemos desconsiderar que a sua estrutura interna possuía diferentes tipos de identidades, pois há diferentes tipos de sujeitos e formações, por mais que partilhassem projetos em comum. O movimento feminista, por exemplo, foi composto de feministas liberais e feministas radicais. Ambas contestaram o patriarcalismo, mas com propostas muito diferentes (CASTELLS, 1999). Ainda podemos considerar, por exemplo, o movimento *hip-hop* que, mesmo questionando as desigualdades sociais e espaciais, reproduz, em alguns aspectos, as lógicas de consumo.

Com isso, se quando esses movimentos socioculturais emergiram já era difícil considerarmos as identidades como coesas e monolíticas, atualmente, é ainda mais complicado, pois

A identidade plenamente identificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 2005, p.13).

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'Eu' coeso e coerente, pois o 'Eu' é desenvolvido a partir de identidades contraditórias, que indicam diferentes direções, identidades híbridas.

AS IDENTIDADES E OS LUGARES

Para cada tipo de sujeito na história se indicou a construção de um tipo identidade do sujeito, o que nos permite indicar certo contexto de lugar, pois os sujeitos só podem ser o que são pela relação orgânica que eles desenvolvem com certo local no mundo.

O sujeito iluminista, imerso num mundo em que os locais não possuíam uma relação intensa entre si, num período de afirmação dos Estados absolutistas e o desenvolvimento das identidades nacionais, com decadência do Feudalismo e ascensão do Mercantilismo, nos remete a entender que eles possuíam identidades coesas e centradas na racionalidade do 'Eu'. Nesse sentido, os lugares também possuíam certa coesão identitária e eram considerados como herméticos.

Só possível falarmos em sujeito sociológico quando houve maior relação entre os diferentes lugares do mundo e o aprofundamento do processo de urbanização. A Primeira Revolução Industrial pode ser considerada um dos marcos que vão caracterizar essa nova identidade e os sujeitos, notadamente, pelas novas demandas sociais, organizações coletivas e o desenvolvimento de projetos em comum. Com isso, os lugares passaram a ser, cada vez mais, fundamentados pelas diferentes significações sociais e do modo de produção vigente, o capitalismo.

Já o sujeito pós-moderno é aquele de identidades híbridas e só podemos aborda-los após a emergência da globalização. Aqui tomamos as proposições de Massey (2000) para amparar o debate, principalmente, quando ela relaciona a discussão quanto a concepção de lugar na contemporaneidade considerando-o múltiplo. Múltiplo pela superação das distâncias devido ao aumento da velocidade dos deslocamentos dos sujeitos, as telecomunicações e a presença da cultura de massas em muitos locais pelo globo. Os sujeitos, cada vez mais, possuem a possibilidade de estarem e conhecerem novos locais.

Muitos dos que escrevem sobre a compressão do espaço-tempo enfatizam a insegurança e o impacto desordenado de seus efeitos, os sentimentos de vulnerabilidade que ela pode produzir. Alguns vão adiante e sustentam que, no meio de todo esse fluxo, as pessoas precisam desesperadamente de um pouco de paz e silêncio - e que um sentido forte de lugar, de localidade, pode ser um tipo de refúgio do tumulto (MASSEY, 2000, p.181).

Massey afirma que os lugares quando tratados, atualmente, por meio de uma identidade coesa, como refúgio, pode levar a certos tipos de radicalismos. Por outro lado, quando tratado apenas como um local isolado no mundo não é possível contemplar as desigualdades sociais e espaciais. Ela propõe, então, um conceito progressista de lugar em que devemos o considerar pela expressão da multiplicidade.

O que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, de movimentos e comunicações na mente, então, cada lugar pode ser visto como um ponto particular, único, dessa interseção. [...] Trata-se, na verdade, de um lugar de encontro. Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor,

pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais. [...] Isso, por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local (MASSEY, 2000, p.184).

Massey propõe ainda que devemos tratar o lugar como *locus* de encontro, uma interseção entre as dinâmicas globais e locais, uma localidade que expressa as redes de relações e entendimentos sociais. Atualmente, é muito difícil se referir ao lugar *per si* e como certa totalidade identitária hermética. Considera-lo assim seria o mesmo, só que em outro âmbito, afirmar que há uma coesão completa das significações desenvolvidas e que caracterizam os sujeitos. Tanto os lugares como os sujeitos são múltiplos e extrovertidos. Somente desse modo podemos considerar que há o *habitar* em sentido pleno, como proposto por Heidegger (2011), porque ao recairmos numa concepção de lugar cujas identidades são herméticas, o que é uma espécie de solipisismo, não há o lugar.

REDES, RIZOMAS E AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES

- As redes sociais virtuais e os rizomas

A globalização se caracteriza, dentre muitos fatores, pela maior inter-relação entre os sujeitos e entre os lugares, que acontecem de forma muito mais rápida que nos períodos anteriores, sobretudo devido ao desenvolvimento dos transportes e dos novos meios de telecomunicação. Quanto a este, ele propicia uma forma de relação praticamente simultânea entre os sujeitos e os locais por meio de sistemas técnicos como o de telefonia móvel celular e de internet. Com isso, os lugares, cada vez mais, passam a ser a expressão do múltiplo e do híbrido por sintetizarem contraditória e singularmente uma série de referências simbólicas e territoriais atinentes aos sujeitos que são múltiplos e híbridos.

Quando tratamos essa síntese contraditória e singular nos lugares pelas mídias sociais, que é um fenômeno possível devido ao desenvolvimento dos novos meios de telecomunicação, temos o que, a partir de Santaella (2008), entendemos como 'espaço intersticial'. Trata-se de um espaço social inteiramente novo, produto das possibilidades técnicas, mas também do uso cada vez mais intenso das novas tecnologias móveis com interfaces sociais. Segundo a autora,

Os espaços intersticiais referem-se às bordas entre espaços físicos e digitais, compondo espaços conectados, nos quais se rompe a distinção tradicional entre espaços físicos, de um lado, e digitais, de outro. Assim, um espaço intersticial ou híbrido ocorre quando não mais se precisa 'sair' do espaço físico para entrar em contato com ambientes digitais. Sendo assim, as bordas entre os espaços digitais e físicos tornam-se difusas e não mais completamente distinguíveis (SANTAELLA, 2008, p.21).

Santaella, sob outros termos, afirma que no atual período é difícil distinguir as recíprocas influências entre as dinâmicas concernentes aos espaços das relações mediadas

eletronicamente daqueles das relações materiais e objetivas, ou seja, respectivamente, entre as relações virtuais¹ e aquelas presenciais². Trata-se do desenvolvimento de uma sociabilidade de novo tipo, produto das possibilidades técnicas, mas também do uso, cada vez mais intenso, das novas tecnologias das comunicações que possibilitam as relações eletrônicas.

Por mais que possuímos certas ressalvas quanto a concepção de espaço intersticial desenvolvido por Santaella (2008), pois isso seria reiterar sob outros termos “a dicotomia sujeito e objeto (BERNARDES, 2016, p.217-219), há certa operacionalidade do conceito, pois ele possibilita o entendimento de alguns fenômenos modernos, como por exemplo, o estudo das mídias sociais e das redes sociais virtuais.

As mídias sociais congregam diversos recursos – textos, imagens, sons, vídeos – e permitem que os seus usuários sejam também produtores de conteúdo. Elas podem ser interativas e simultâneas, possibilitando desenvolvimento de redes sociais virtuais mediadas pelas internet, como Facebook, Twiter, Instagram, etc. Uma das principais diferenças para as mídias convencionais é justamente a interação que ela propicia entre os sujeitos e dos sujeitos com os lugares, não possuindo características estritamente passivas e sim interativas.

Pelas mídias sociais, as redes sociais virtuais podem aprofundar as influências do global no local, assim como inversamente, o que nos remete a buscar novos meios interpretativos para entender esses fenômenos de maior relação entre os sujeitos e destes com os lugares e entre os lugares. Para tanto, para melhor entendermos esse fenômeno tomamos uma proposição de Deleuze e Guattari (2000), a teoria dos rizomas.

- AS REDES E OS RIZOMAS: IMERGINDO EM ALGUNS ESTUDOS DE CASOS

A teoria dos rizomas emergiu como um interessante instrumental teórico-metodológico, pois estudos abordando grupos culturais e mídias sociais comparecem como um modo de reforçar as relações existentes entre os sujeitos.

A teoria do rizoma indica uma representação aberta para as relações e dinâmicas sociais. Considera-se as linhas e suas quebras, os agrupamentos e reagrupamentos, o que é conectável, e cada ‘bulbo’ como uma espécie de nó, que pode representar os sujeitos e/ou objetos pelas suas multiplicidades de relações e sua respectiva importância em determinada rede. Cada sujeito pode ser considerado como um nó ou bulbo, tanto para as relações mediadas eletronicamente ou não. As relações entre sujeitos, que em seus diferentes modos de sociabilidade objetivam suas ações no meio de sua existência, pode ser

1 Utilizamos o termo virtual, tradução do latim *virtualis*, de *virtus*, que significa excelência, eficácia, potência, capacidade para. Com isso, queremos indicar que há uma essência que pode se realizar enquanto imanência, por isso, em potência. Em outras palavras, a objetividade das representações virtuais se realiza somente pela materialidade dos sistemas técnicos que a fundamentam, mas quando nos referimos as relações sociais mediadas pela Internet, a virtualidade comparece como uma potência que pode ou não se realizar de forma imanente, materialmente, em presença.

2 Utilizamos o termo presencial se referindo a presença, tradução da palavra latina *praesentia* e se apoiando na tradução para o português do termo *Dasein* utilizado por Heidegger (2011). Assim, “o ‘pré’ remete ao movimento de uma aproximação antecipadora e antecipação aproximadora, constitutivo da dinâmica de ser, através das localizações” (HEIDEGGER, 2011, p.561 apud SCHUBACK). Contudo, “presença não é sinônimo nem de homem, nem de ser humano, nem de humanidade, embora conserve uma relação estrutural. Evoca o processo de constituição ontológica de homem, ser humano e humano” (HEIDEGGER, 2011, p.561 apud SCHUBACK). Em outras palavras, presença indica a facticidade do ser que é o homem.

interpretado sob a forma de rizomas. Essa concepção dá conta, num mesmo movimento, da relacionalidade das relações e de sua forma, tanto para as relações virtuais como para aquelas presenciais e suas recíprocas influências.

O primeiro estudo³ foi realizado entre os anos de 2012 e 2013 na cidade de Presidente Prudente, SP, em três bares, para o entendimento acerca das dinâmicas de diversão noturna na cidade, dentre eles, um era destinado ao público homossexual. O segundo⁴ estudou em 2014 o movimento *Hip-hop* na cidade de Macaé, e no ano subsequente na cidade de Campos dos Goytacazes, ambas no Estado do Rio de Janeiro. O terceiro estudo⁵ se debruça na formação de redes e rizomas juvenis de diversão e consumo na cidade de Campos dos Goytacazes, de 2014 a 2016.

OS HOMOSSEXUAIS EM PRESIDENTE PRUDENTE, SP

A pesquisa se ateve a interpretação e ao entendimento das dinâmicas de diversão noturna na cidade Presidente Prudente, destacadamente, aquele destinado ao público homossexual. Foi desenvolvida em uma área próxima ao centro da cidade que, concomitantemente, exerce certa centralidade para as atividades de diversão noturna. Tratou-se de uma área com características de uma ‘zona de intermediação cultural’ e de ‘espaços de proximidade relacional’, pois concentravam lugares de diversão noturna definidos pelas convivências tanto homoafetivas quanto heteroafetivas.

Na cidade de Presidente Prudente, durante muito tempo, os bares e boates LGBTTT localizavam-se na periferia da cidade, distantes das zonas tradicionais de diversão noturna. Apresentavam-se como lugares de convivência que pretendiam proporcionar, ao mesmo tempo, a liberdade de expressão de uma sexualidade marginal e também a menor visibilidade possível, pois boa parte dos lugares da cidade são determinados por culturas heteronormativas. Embora festas, atividades e encontros destinados aos grupos homossexuais fossem realizados há tempos na cidade de Presidente Prudente, mesmo que de forma incipiente, foi só a partir de meados do ano de 2012 que ocorreu a evidência dessa expressão cultural, por meio da instalação e da consolidação do Butiquim Café Bar, um bar direcionado ao público homossexual, hoje fechado.

Contudo, temos que considerar que as relações homossexuais na cidade de Presidente Prudente não se restringiam ao Butiquim Café Bar, pois mesmo que fossem mais ‘contidas’ em lugares marcadamente heteronormativos, as dinâmicas dos homossexuais foram, também, objetivadas em determinadas lanchonetes e boates da cidade e da região. Isso se

3 Estudo referente ao estágio de pós-doutoramento, intitulado *Centralidades urbanas e relações de interface: desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa*, fomentado pela PROPE (Pro-Reitoria de Pesquisa da UNESP) nos anos de 2012 e 2013 e vinculado ao Projeto Temático FAPESP *Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo*. Supervisão da Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito e do Prof. Dr. Nécio Turra Neto.

4 Estudo referente a bolsa nível Iniciação Científica, intitulado *Mexer os quadris, para mexer a mente: centralidade urbana de lazer e a territorialidade do movimento Hip-hop em Macaé*, fomentado pela FAPERJ de 2014 a 2016, desenvolvido pela estudante de Graduação em Geografia Thais Dias de Souza.

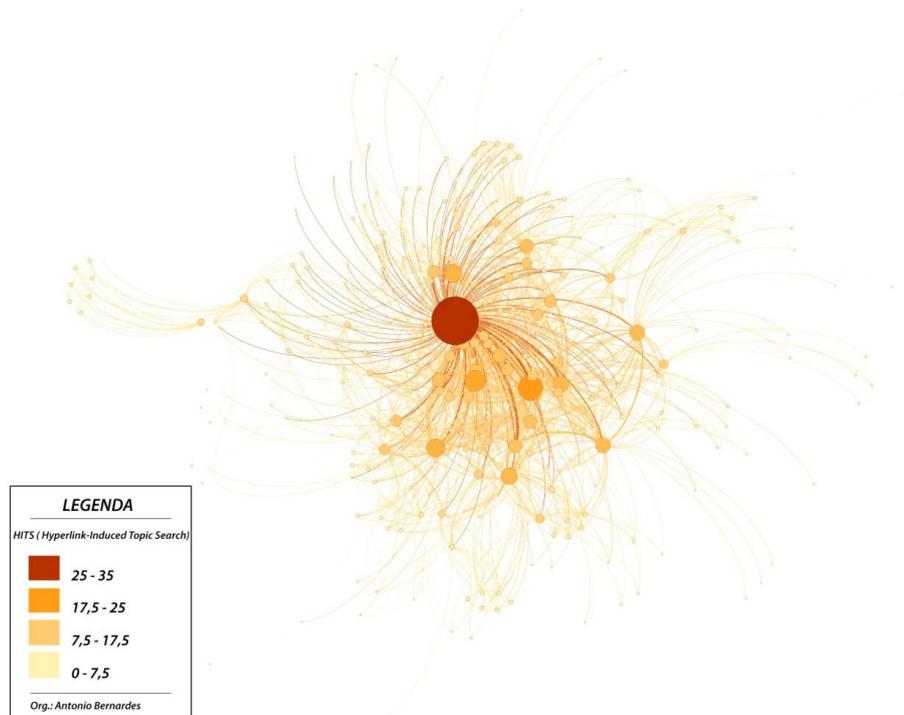
5 Estudo referente a bolsa nível Iniciação Científica, intitulado *As redes de consumo e seus rizomas: comércio e vida noturna em Campos dos Goytacazes*, fomentado pela FAPERJ de 2014 a 2016, desenvolvido pela estudante de Graduação em Geografia Fernanda de Faria Viana Nogueira.

deve, principalmente, por se tratar de uma cidade média em que as práticas de consumo do e no lugar são muito mais próximas em relação ao modo como ocorre numa metrópole, seja porque há menos oferta de lugares de diversão noturna ou mesmo pela maior proximidade entre sujeitos de diferentes características socioculturais. Assim, essas expressões ficaram marginais em lugares marcadamente heteronormativos e, por sua pouca evidência, não colocavam em questão as especificidades sociais, culturais e de sexualidade.

Antes mesmo da consolidação das redes sociais virtuais os sujeitos homossexuais já utilizavam outras formas de comunicação para propiciar o encontro entre eles, o que indica uma espécie de rede. No caso da cidade de Presidente Prudente, constatamos que a divulgação de certos eventos se fazia em magazines, lojas de vestuário e até mesmo em restaurantes cujos proprietários e/ou parte de sua clientela são homossexuais. Todavia, se antes a divulgação era feita estritamente dentro de um circuito, em estabelecimentos comerciais específicos, atualmente, acontece também pelas redes sociais virtuais, com destaque para o Facebook.

A divulgação de eventos, festas, grupo de discussões e promoção da ideologia homossexual pode ser percebida com maior acuidade quando realizamos uma pesquisa sistemática na *Fan page* do Butiquim Café Bar (Fig. 1). Utilizamos o algoritmo HITS (*Hyperlink-Induced Topic Search*) para estabelecer a forma de agrupamento que analisa as conexões e classifica cada nó como uma espécie de bulbo rizomático. Em outras palavras, o algoritmo HITS mensura a interação e a respectiva importância de cada nó na rede (MCSWEENEY, 2014). Todavia, pela Figura 1 sobressaíram também as intensas relações que alguns sujeitos homossexuais mantinham entre si e a polaridade que exerciam na troca de mensagens, *likes* e compartilhamentos pelo Facebook. Tratava-se de uma rede de contatos que, embora não implique necessariamente na relação presencial, traz implícito o reconhecimento entre os comuns pela manipulação de códigos culturais influenciando os demais sujeitos da rede de onde se dirigir na noite (TURRA NETO; BERNARDES, 2013). Como indicamos em outro texto (COSTA; BERNARDES, 2014), as redes sociais virtuais podem reforçar as áreas que exercem centralidade de diversão noturna em certa cidade. Dos três bares que estudamos na cidade de Presidente Prudente, o Butiquim Café Bar se destacava, seja pela reprodução da cultura homossexual numa sociedade de padrões marcadamente heteronormativos, seja pelo estabelecimento de relações socialmente herméticas ou, ainda, pela promoção de eventos, festas, ideologias e, também, pela publicidade divulgada nas redes sociais virtuais que eram direcionadas ao seu público. Nesse sentido, territorializar é um processo de marcar a presença de um determinado grupo na cidade como forma de apropriação do espaço urbano, principalmente, quando a alteridade fomenta não somente a aceitação da diferença, mas também o reconhecimento de seus membros como sujeitos.

Figura 1: representação da rede social virtual obtida por meio de dados da *Fan page* do Butiquim Café Bar, Presidente Prudente - SP.



Grafo 1: Rede de internautas do Butiquim Café Bar por quantidade e qualidade de conexões, Presidente Prudente, 2013

Fonte: BERNARDES, 2016

Na realidade nos deparamos com múltiplas territorialidades, porque já estava consolidada uma territorialidade marcadamente heteronormativa na área de diversão noturna estudada, assim como, aquelas dos comerciantes, entidades públicas etc. quando os sujeitos homossexuais as tensionaram. Tanto, que esses tensionamentos foram um dos motivos que causaram o fechamento do Butiquim Café Bar, mas isso, não incorreu na 'morte' do grupo – rizoma. O seu rompimento levou a readequação das relações por meio um dos sujeitos – nós ou bulbos. Outros lugares passaram exercer a centralidade destinada diversão noturna para esses sujeitos. Outros sujeitos tomaram a dianteira e centralizaram os rizomas e houve uma complexificação territorial das relações.

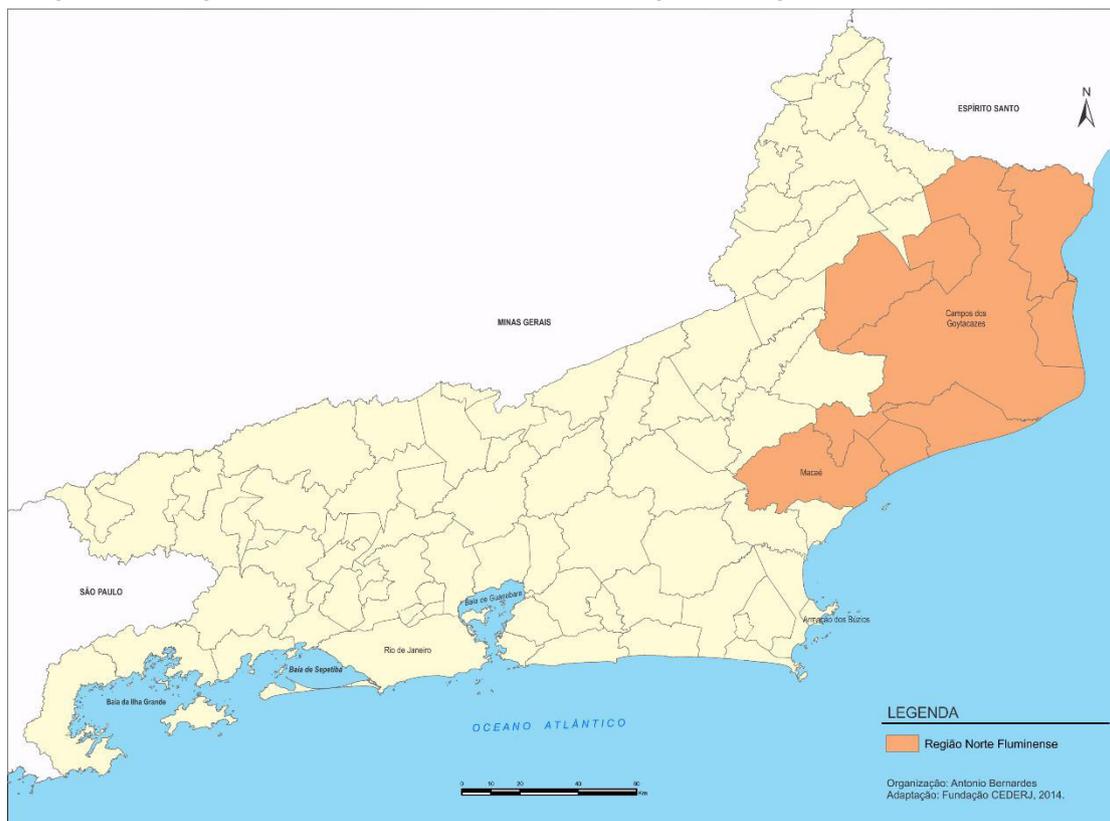
O MOVIMENTO HIP-HOP NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

Na cidade de Macaé os sujeitos vinculados ao movimento *hip-hop* se apropriavam de uma área com significativa centralidade urbana de comércio e diversão para a realização de seus encontros. Em confrontos com os comerciantes, empresários e políticos locais, esse grupo foi sendo deslocado, a ponto de terem que realizar seus encontros num parque distante do centro da cidade. A princípio, os confrontos desarticularam o grupo e houve uma reorganização do rizoma. Estabeleceu-se novos nós, houve ligações e negociações

com agentes públicos – novos nós – para a criação de formas alternativas de desenvolver o movimento social. Isso os levou a se apropriar novamente de uma área no centro tradicional da cidade. Nesse interstício, marcados por conflitos e deslocamentos do grupo, este se articulou por meio das redes sociais virtuais e, atualmente, para veiculação de seus encontros, divulgação de ideais, assim como simbologias e hábitos.

A relação entre coletivos de *hip-hop* das cidades de Macaé e Campos dos Goytacazes (Fig. 2) ocorreu, especificamente, pelo Facebook. Mesmo quando os sujeitos do movimento *hip-hop* não pudessem comparecer a eventos na outra cidade, poderiam acompanhar através das mídias sociais o que estava acontecendo, graças à disponibilidade na internet e a utilização de *smartphones*. Um fato curioso dessa relação dos movimentos de diferentes cidades no Norte Fluminense foi que, enquanto acontecia um evento vinculado ao movimento *hip-hop* em Macaé, grafiteiros campistas que, por algum motivo não puderam estar presentes no evento, saíram pela cidade de Campos dos Goytacazes e grafitaram muros pela área central, homenageando as manifestações artísticas e festivas de Macaé e compartilhando esses trabalhos nas mídias sociais (Fig. 3). Isso reafirma a articulação dos coletivos da Região Norte Fluminense, onde as mídias sociais e as redes sociais virtuais ampliaram e facilitaram a interação de coletivos de diferentes cidades. Os mesmos destacam a importância da Internet para a promoção de seus eventos e relatam que através do Facebook conseguem comunicar-se com pessoas de outras localidades, “trocarem ideais”, músicas, e ficarem informados de eventos da Região para que possam participar.

Figura 2: cartograma de localização da área de abrangência: Região Norte Fluminense - RJ.



Mapa 1: Estado do Rio de Janeiro e a região norte fluminense

Figura 3: grafite na área central de Campos de Goytacazes, RJ.



Fonte: SOUZA (2017)

Diferentemente do que ocorreu com os coletivos em Macaé, em Campos dos Goytacazes, não houve confrontos com comerciantes, empresários e políticos locais. Os encontros desse coletivo sempre aconteceram em uma área central da cidade, como em Praças e Jardins. Porém, os eventos de fato se consolidaram em uma quadra poliesportiva localizada embaixo de um viaduto no Centro. O Youtube, um *site* de compartilhamento de vídeos, cumpre um papel importante, pois os sujeitos ligados ao *hip-hop* campista o utilizam para compartilhar trechos das batalhas de MCs e de músicas autorais.

Desse modo, percebemos que ambos os movimentos usam as redes sociais virtuais como ferramenta de promoção de ideias, de festas e eventos ligados ao movimento *hip-hop*. Produzem territorialidade no espaço urbano apoiado, também, pelas redes sociais virtuais. No espaço urbano, ambos movimentos utilizam de espaços públicos em área central da cidade para realização de seus eventos, o que nos faz pensar na relação do território e da rede, que para Haesbaert (2004) não são dicotômicos - a rede pode ser um elemento que compõe o território. Nesse viés, seria pensar em uma sociedade em rede que promove novas territorializações.

Partindo desse pressuposto, o território abrolha como um movimento que se repete e se territorializa, que “significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2004, p.280).

A rede possui vetores territorializadores e desterritorializadores que de forma alguma deixam nulo o território:

Para nossos propósitos, a característica mais importante das redes é seu efeito concomitantemente territorializador e desterritorializador, o que faz com que os fluxos que

por elas circulam tenham um efeito que pode ser ora de sustentação, mais ‘interno’ ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mais ‘externo’ ou desarticulador de territórios (HAESBAERT, 2004, p.294).

Sendo assim, a territorialização não ocorre somente por meio das relações presenciais dos sujeitos, mas também existe a territorialidade das redes que através das relações mediadas eletronicamente faz com que o espaço urbano seja apropriado simbolicamente.

O desenvolvimento e articulação dessas territorialidades através das redes é uma das formas de expressão daquilo que Haesbaert define como território-rede, que traz a possibilidade de territorialização e reterritorialização no espaço. Ao mesmo tempo esse movimento produz uma multiterritorialidade, que “é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou ‘pós-moderna’, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização” (HAESBAERT, 2004, p. 338).

Podemos afirmar também que “esta reterritorialização complexa, em rede e com fortes conotações rizomáticas, ou seja, não hierárquicas, é que damos o nome de múltiplas territorialidades” (HAESBAERT, 2004, p. 343), ou seja:

[...] implica assim a possibilidade de acessar ou conectar, num mesmo local e ao mesmo tempo, diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço (HAESBAERT, 2004, p.343-44).

Portanto, podemos afirmar que as novas formas de territorialidade nos revelam a importância das relações dinâmicas dos internautas ligados ao movimento *hip-hop* em Macaé e Campos dos Goytacazes para o reforço dos modos de apropriação do espaço urbano. O *hip-hop* é rizomático e molecular, isso é, brota em qualquer lugar e não existe uma estrutura que o comanda (RODRIGUES; SOUZA, 2004; GUATTARI, 1987 apud OLIVEIRA, 2012) seja em festas, batalhas de MCs ou eventos mais voltados para a conscientização dos jovens, a territorialidade *hip-hop* é produzida.

REDES E RIZOMAS DA DIVERSÃO NOTURNA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

Em consonância, no terceiro caso de estudo, os grupos de sujeitos se articulavam em frequentes movimentos de expansão em suas multiplicidades, de conexão não hierarquizada – rizomática – e, por conseguinte, de territorialização. Nessa análise, priorizou-se o entendimento das territorializações em função do consumo da diversão noturna e, também, de vestuário, na cidade de Campos dos Goytacazes.

Partimos do pressuposto de que o consumo de roupas, de certos tipos de marcas e de diferentes tipos de lojas, está em consonância com o consumo de certos lugares de diversão noturna, caracterizando certo grupo juvenil. O que se frisa é como esse grupo de sujeitos,

especificamente os jovens, devido a sua maior conexão com a diversão noturna, ao se articularem em redes podem definir grupos que se diferenciam pelo seu poder de compra, por consequência, de classes socioeconômicas, em que uma de suas faces está atrelada ao consumo de marcas de vestuário e de lugares na cidade e, também, do lugar onde residem.

Foi tomado como base para o estudo empírico quatro lugares de diversão noturna na cidade de Campos dos Goytacazes, que foram escolhidos pela centralidade que exercem: a boate 'Excess Club', o 'Underground Pub', a 'Boate Cabaret' e o 'Oca Roots Pub'. Foi possível identificar as diferentes redes sociais formadas a partir das dinâmicas de consumo estabelecidas em cada lugar e entender como, a partir da formação dessas redes, múltiplos territórios poderiam ser formados. Em verdade se trata mais de rizomas do que redes, porque eles formam-se com o intuito não de delimitar os sujeitos às estruturas já criadas, pelo contrário, são uma forma de liberdade, que os sujeitos têm de sempre se interligar, se conectar e se expandir de forma infinita, deixando com que cada rizoma desenvolva sua dinâmica própria, que pode se assemelhar ou não aos outros. Buscou-se, portanto, ao invés de priorizar a compreensão da ordem, de estruturas, perceber de forma mais profunda suas conexões.

É diante dessa necessidade das redes serem infinitas e múltiplas que emergiu a teoria dos rizomas. Os rizomas se caracterizam por suas linhas de segmentariedade, que irão se estabelecer a partir dessa necessidade da multiplicidade, nesse caso, das redes. Um rizoma é uma abstração. Ao mesmo tempo em que torna possível a conexão entre um grupo, faz com que também haja uma possível desconexão e reconexão, conferindo a característica de múltiplo. Em um mesmo lugar, em uma mesma casa de diversão noturna, vários territórios podem ser definidos, pois em um mesmo lugar teremos a formação de vários pequenos grupos que possuem suas particularidades e que devem ser consideradas, partilhando o mesmo lugar para exercer sua territorialidade, desenvolvendo assim múltiplos territórios.

Na perspectiva dessa análise o conceito de territorialidade possui um apelo ontológico, sendo concebido mais abstratamente como imaterialidade, refletindo uma identidade – e uma territorialidade que é concebida de acordo com o lugar consumido – e com as interações sociais que se sucedem a partir desse consumo.

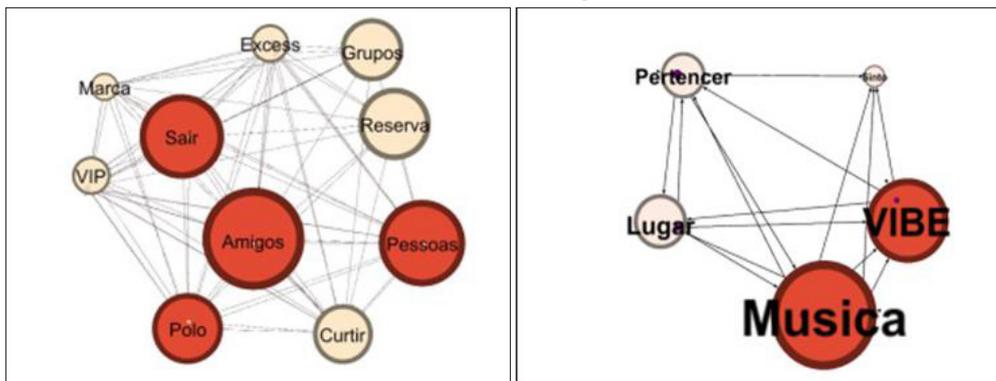
Território envolveria assim, necessariamente, um espaço apropriado por um grupo, como forma de se constituir e de se manter como um grupo em relação a outros grupos. Envolveria o estabelecimento de uma relação de inclusão e de exclusão e de comunicação dos limites por meio de algum sinal reconhecível pelos grupos que se colocam no jogo de negociação por espaço (TURRA NETO, 2004, p.280).

Nesse sentido, abordamos a perspectiva apontada por Haesbaert (2007) em sua teoria sobre a multiterritorialidade, em que ele a inter-relaciona com a abstração, com o significado que podemos dar a certo território, que nessa perspectiva do consumo, passa a se tornar também, um objeto com certo significado para cada grupo social diferente. É a partir desse significado atribuído aos objetos que podemos compreender o motivo de estarem relacionados ao consumo de certo local, fazendo com que os territórios e a multiterritorialidade se constituam a partir do consumo da diversão noturna.

Com isso, identificamos quatro ‘macro rizomas’ que, segmentados conforme a particularidade de conexões entre os sujeitos, ao mesmo tempo não deixam de estar conectados ao rizoma com características mais universais – a partir do consumo, que se diferenciavam em diversos aspectos, sendo os principais deles: apego ao lugar, aos *shows* e atrações oferecidas, gasto médio por noite em cada lugar, preferência de roupas e/ou marcas e o bairro onde residem. Dos quatro rizomas identificados debateremos somente os dois casos contrastantes, a saber a boate “Excess Club” e o ‘Underground Pub’.

Na Fig. 4 podemos identificar as palavras que mais compareceram nas entrevistas realizadas na Boate ‘Excess Club’, onde o discurso dos sujeitos se relaciona com marcas de roupas específicas, geralmente com um custo mais elevado, com um discurso que indica a diferenciação social, como a áreas VIP. Isso revela um padrão de consumo mais alto, não só associado a um valor mais alto que estão dispostos a gastar na noite, mas também, pelo fluxo dos sujeitos que se faz mais intenso em bairros com o valor de compra e/ou aluguel mais alto da cidade, como pode ser visualizado no mapa da Fig. 5.

Figura 4 – comparação entre as redes das principais palavras citadas em entrevistas na boate ‘Excess Club’ (esquerda) e ‘Underground Pub’ (direita).



Fonte: NOGUEIRA, 2016.

Figura 5 – Fluxo de público na boate ‘Excess Club’.



Fonte: NOGUEIRA, 2016.

Já as dinâmicas analisadas no “Underground Pub” contrastam com a anterior. A partir das entrevistas e questionários aplicados, constatou-se não só uma abstenção de um interesse relacionado às marcas específicas de roupas, como também uma rejeição a uma padronização ou estipulação de vestimentas para a formação de um grupo (Fig. 4). Os sujeitos que frequentam e fazem esses rizomas, mostram-se muito mais interessados no que vai ser oferecido no lugar, como a atração da noite, os tipos de serviços, o tema da festa, dentre outros. Além disso, pela Figura 6 podemos constatar que fluxo de público advém de bairros com um menos favorecidos economicamente e aqueles considerados como ‘bairros universitários’. Há um grande peso a influência dos amigos de onde se ir na noite, pois se trata de uma boate majoritariamente, frequentada por estudantes universitários.

Figura 6 – Fluxo de público na boate ‘Unddderground Pub’.



Fonte: NOGUEIRA, 2016.

A partir da análise e identificação dos rizomas das casas de diversão noturna estudadas, pode-se notar que elas se constituem a partir de motivações e características diferentes, a partir de atores, isto é, sujeitos e grupos distintos. Essa distinção varia não tão somente a partir do consumo da diversão noturna, mas também parte da identificação e/ou aceitação dos sujeitos nos grupos está vinculado a um certo tipo de consumo de marcas de roupas, ou melhor, a uma preocupação quanto a esse tipo de consumo, a classe econômica que os sujeitos pertencem que, por consequência, indicam o lugar onde residem. A partir dessa amálgama há, notadamente, a constituição de identidades medidas pelo consumo e que estão atreladas fortemente as características socioeconômicas dos sujeitos.

Nesses estudos quanto aos grupos juvenis que consomem a diversão noturna em boates e suas respectivas identidades mediadas pelo consumo de marcas de roupas, notamos que em ambos os casos eles utilizam as redes sociais virtuais muito mais no intuito de se saber onde ir na noite e de se auto promover do que para divulgar eventos ou ideologias atinentes ao grupo, como no caso dos homossexuais e dos sujeitos do movimento *hip-hop*.

Com isso, podemos afirmar que a identidade desses jovens está muito mais mediada pelas atividades de consumo do que aqueles dos estudos de caso anteriores.

PALAVRAS FINAIS: AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES EM DEBATE

Nos dois primeiros estudos de caso mencionados, observamos que cada um dos grupos, mesmo possuindo ideologias específicas, se caracteriza pela apropriação de uma área que exerce significativa centralidade de diversão noturna. Eles se tratavam, majoritariamente, de sujeitos socialmente marginalizados e isso possibilitou a eles a exposição de seus hábitos, seus códigos culturais e sua dinâmica interna, ou seja, houve a reprodução de um conjunto simbólico específico de cada um dos grupos. Marcavam presença na cidade como uma forma de apropriação do espaço urbano e, principalmente, pela alteridade, enquanto tentavam fomentar certa aceitação da diferença e de reconhecimento social, também obtiveram posições contrárias as suas pretensões.

Já no terceiro estudo de caso, destaca-se principalmente da formação de territorialidades a partir de aspectos que variam não tão somente com o consumo do lugar de diversão noturna, mas vai além, atinge e abrange também o consumo dos símbolos – nestes casos atribuídos como marcas, ou mesmo a ausência delas – ressaltando inclusive, a distinção da escolha dos lugares a partir do poder aquisitivo de cada um dos grupos de sujeitos estudados, fazendo assim, com que as redes e, por conseguinte, os rizomas e as territorialidades façam-se múltiplas em diversos aspectos.

Assim, podemos afirmar que nos estudos de caso abordados se sobressaíram os aspectos simbólicos, os hábitos e costumes de cada um dos respectivos grupos socioculturais como um dos liames para o desenvolvimento da identidade dos sujeitos. Levando em conta somente essa coesão identitária nos aproximamos da identidade de projeto como fora mencionado por Castells (1999). Contudo, sem dúvida que internamente a cada grupo não há uma identidade coesa e sim, múltiplas identidades. Tanto aquelas atinentes a cada grupo por derivações internas como aquelas desenvolvidas pela relação de alteridade com outras referências socioculturais. Na verdade toda e qualquer identidade só pode ser formada na contradição entre aquilo que ela é e pela alteridade com outras pelos sujeitos. Com isso, nos aproximaríamos novamente da proposta de identidade híbrida de Hall (2005).

As identidades híbridas são desenvolvidas num contexto contemporâneo em que há maior relação entre os sujeitos e desses com os lugares, como Massey (2000) indica quanto as influências de diferentes escalas geográficas no lugar. O lugar passa a ser entendido como *locus* singular que sintetiza as múltiplas referências simbólicas, identitárias e territoriais interpretadas como rizomas.

A territorialidade surgiu aqui como um conceito que permite interpretar as referências simbólicas, identitárias e de apropriação dos diferentes locais empreendidos pelos grupos culturais estudados de forma rizomática. Assim, entendemos o território a partir do proposto por Haesbaert (2007), ou seja, “[...] a partir da imbricação de múltiplas

relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2007, p.27).

Percebemos que os lugares territorializados tanto pelo movimento *hip-hop* como pelo grupo homossexual, de modo geral, são apropriados e territorializados por outros agentes sociais, o que nos remete as relações de poder. Já para o grupo juvenil que atenta estritamente a diversão noturna e ao consumo possui uma territorialização mediada, principalmente, pelo consumo, embora isso não descarte certa coesão identitária entre eles.

A partir dessas considerações podemos entender que esses grupos socioculturais não só indicam uma multiterritorialidade, mas também nos mostra que existem múltiplas territorialidades, porque um mesmo lugar apropriado e territorializado como pertencente a um determinado grupo pode também nos denotar outras territorialidades desenvolvidas por outros agentes sociais pela discussão das relações de poder em diversas escalas, variando entre as simbólicas até as econômicas e políticas.

As redes sociais virtuais nos estudos de caso tratados compõem como uma segmentação dos rizomas e permanece conectada à rede social presencial que é desenvolvida pelos sujeitos nos lugares de que se apropriam e/ou consomem. Em outras palavras, não há de um lado as redes sociais virtuais e de outro as redes sociais presenciais. Há rizomas que se relacionam em diferentes direções e se segmentam de acordo com os sujeitos, nós que agregam ou dispersam conexões.

Nos estudos dos homossexuais na cidade de Presidente Prudente e do movimento *hip-hop* em Campos dos Goytacazes e Macaé, as redes sociais virtuais são utilizadas não só para divulgar eventos e encontros, mas sobretudo para divulgar ideologias inerentes aos grupos. Já para o estudo quanto aos grupos juvenis que consomem a diversão noturna em boates em Campos dos Goytacazes, notamos que aqueles que possuem maior poder aquisitivo dentre os grupos pesquisados, utilizam as redes sociais virtuais muito mais no intuito de se saber onde ir na noite e de se auto-promover nas redes sociais virtuais, pois a identidade de grupo está muito mais mediada pelas atividades de consumo. Por outro lado, os sujeitos da Boate ‘Underground Pub’ se aproximam muito mais dos padrões de consumo mediados por aspectos culturais, como no caso dos homossexuais e do movimento *hip-hop*, mas utilizam as redes sociais virtuais de modo mais próximo daqueles da Boate ‘Excess Club’, exceto que há um grande peso na influência dos amigos de onde se ir na noite.

Desse modo, podemos considerar que as redes sociais virtuais também são a expressão objetiva de diferentes territorialidades na medida em que os sujeitos de determinados grupos a corroboram, ao mesmo tempo em que reforçam ou desenvolvem novas territorialidades dos sujeitos e de grupos presencialmente. Isso incorre em considerarmos que as redes sociais virtuais podem compor a multiplicidade dos lugares como mais uma territorialidade a ser considerada na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **História da Filosofia**. Lisboa: Presença, 1970.
- BERNARDES, Antonio. Relações de interface, redes e cidades médias: o caso de Presidente Prudente, Brasil. In: CASTRO, Fátima Velez de; FERNANDES, João Luís; GAMA, Rui. (Org.). **Redes, capital humano e geografias da competitividade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. v. 1, p. 205-235.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA; Benhur P. da; BERNARDES, Antonio. Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente-SP: o lazer noturno e as relações de interface. **Revista Cidades**, v. 10, n. 17, p. 30-60, 2014.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, v.9, n.17, p. 19-46, 2007.
- HALL, Stuart. **Identidade e cultura na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.
- LINDÓN, Alicia. La construcción socioespacial de la ciudad: el sujeto cuerpo y el sujeto sentimiento. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**. v. 1, n. 1, p. 6-20, 2009.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio (org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000.
- MCSWEENEY, Patrick. J. **Gephi Network Statistics: Google Summer of Code 2009 Project Proposal**. Disponível em: < <http://gephi.org/google-soc/gephi-netalgo.pdf> > Acessado em: 28 de maio de 2014.
- NOGUEIRA, Fernanda. F. V. **As redes de consumo e seus rizomas: comércio e vida noturna em Campos dos Goytacazes- RJ**. 2016. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes - RJ.
- OLIVEIRA, A. de; Juventude e territorialidades urbanas: uma análise do *hip hop* no Rio de Janeiro. **Revista de Geografia - PPGEO**, v. 2, n. 1, p.1-8, 2012.
- SANTAELLA, Lúcia. A ecologia pluralista das mídias locativas. **Revista FAMECOS**, n. 37, p. 20-24, 2008.
- SOUZA, Thais. D. **Mexer os quadris, para mexer a mente: centralidade urbana de lazer e a territorialidade do movimento Hip-hop em Macaé e Campos dos Goytacazes**. 2017. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes - RJ.
- TURRA NETO, Nécio; BERNARDES, Antonio. Relações de interface e centralidade de diversão noturno em Presidente Prudente - São Paulo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 13, Rio de Janeiro, 2013.
- TURRA NETO, Nécio. **Enterrado vivo: identidade punk e território em Londrina**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

O jogo entre apropriação e evitação na produção dos lugares da metrópole¹

El juego entre apropiación y evitación en la producción de los lugares de la metrópolis

The Interplay between Appropriation and Avoidance in the Production of the Places of the Metropolis

Álvaro Luiz Heidrich

alvaro.heidrich@ufrgs.br

Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Resumo: este artigo traz as reflexões da pesquisa sobre o compartilhamento do espaço social metropolitano da cidade de Porto Alegre. A análise foi orientada para a observação de práticas espaciais de seu cotidiano voltadas para os usos do espaço que refletem o convívio ou o compartilhamento com os outros em situação de rua ou aproximação de situação de rua. Em boa medida a pesquisa revela que esse compartilhamento é tenso e disputado, embora pareça tranquilamente acomodado e assimilado sem maior estranhamento. Contudo, se percebe que a ocupação e o uso ajustam-se em microterritórios diferenciados, enunciadores de significados próprios e afastados uns dos outros em termos de estilo de vida.

Palavras chave: espaço social metropolitano, compartilhamento, cotidiano, lugares da metrópole, prática espacial.

Resumen: En este artículo se trabaja con las reflexiones de la investigación sobre el compartir del espacio social metropolitano de la ciudad de Porto Alegre. El análisis priorizó la observación de prácticas espaciales de la cotidianidad no orientadas hacia la producción, sino hacia los usos del espacio que reflejan la convivencia o el compartir con los demás en situación de calle o en una situación cercana a la de calle. En buena medida, la investigación revela que ese compartir es tenso y disputado, aunque parezca tranquilamente arreglado y asimilado sin mayor extrañamiento. Sin embargo, se observa que la ocupación y el uso se acomodan en microterritórios diferenciados, enunciadores de significados propios y apartados unos de los otros en términos de estilo de vida.

Palabras clave: espacio social metropolitano, compartir, cotidianidad, lugares de la metrópolis, práctica espacial.

Abstract: This paper presents reflections about sharing the metropolitan social space of the city of Porto Alegre. The analysis was oriented toward the observation of spatial practices of its quotidian not aimed at the production, but at the uses of the space that reflect the relationships and the sharing with others in situation of homelessness or

¹ Este texto se baseia nos resultados da pesquisa *Porto Alegre Metrópole-meio*, realizada com fomento do CNPq, no período de 2013-2015. O tema foi explanado em conferência proferida no I Congresso de Geografia Urbana da Universidade Nacional de Luján, San Miguel, 25 de agosto de 2015.

the approximation with this situation. The research broadly reveals that this sharing is tensed and disputed even though it seems calmly accommodated and assimilated with no surprise. However, occupation and usage are established in differentiated micro-territories, enunciating proper significances and apart from each other in terms of lifestyle.

Keywords: metropolitan social space, sharing, quotidian, places of the metropolis, spatial practice.

INTRODUÇÃO

As observações desta exposição foram extraídas da pesquisa sobre o compartilhamento do espaço metropolitano que realizei para a cidade de Porto Alegre. Nesta investigação procurei compreensão de seu espaço em vista de que em termos de apropriação do solo ele se revela com conteúdo fortemente, e em grau crescente, segregado e segregacionista. Muito embora não se tenha pretensão de exercitar um procedimento indutivo, considerando estas notas com validade universal, vejo o empírico aqui trazido como uma referência da cidade que vem se tornando espaço-mundo.

Cada vez mais o espaço metropolitano é condensador das tendências gerais do cotidiano e das práticas sociais que se encontram espalhadas pelo mundo. A vida normal conduzida pelas condições históricas de reprodução do capitalismo nos coloca a maior parte da ocupação do tempo envolvido com a produção e o consumo. As relações aí estabelecidas também perpassam cada vez mais a convivência com os outros, como o lazer e as atividades culturais. Devido a esse cotidiano se dar sob a hegemonia das relações de troca, quase nada escapa ao mercado. Todavia, seja em função de que muitas relações ocorram em espaços públicos ou possuam relação com o natural, tendemos ao pensamento de que somos livres. De fato, somos livres para praticar. No entanto, vivemos no espaço social – como um meio – que nos oferece estrutura e maneiras.

A metrópole é, além das estruturas físicas, de um espaço material organizado, um espaço autenticamente social, das relações e das práticas, como são todas as cidades. Por sua condição metropolitana – um espaço condensado do próprio mundo (CARLOS, 2001) – é um espaço social convergente das tendências gerais e globais, notadamente do que é hegemônico. Contudo, o caráter concebido desse espaço, faz parte de um jogo no qual os esforços de apropriação também constituem a cena (LEFEBVRE, 2000). Apropriação do espaço se refere a constituição de um espaço próprio e, por isso, difícil de vê-la na temporalidade do neocapitalismo moderno. Aqui neste artigo, embora algumas práticas referidas possam se encontrar em tensão dialética com intenção de algo nessa direção, não se efetiva em permanência. Poderiam aproximar-se da prática do desvio, por isso o sentido mais adequado para a expressão aqui utilizada é a de ver a apropriação de espaço como prática instauradora de múltiplas feições das territorialidades humanas (para melhor esclarecimento ver Heidrich, 2017). É um espaço pleno dessas tensões.

Lugar de expressão dos conflitos, afrontamento-confrontações; lugar do desejo ou onde os desejos se manifestam, na metrópole se circunscrevem as ações e os atos do

sujeito; aí se encontram os vestígios do que podemos chamar “harmonia dissonante”, (...) da manifestação da experiência individual e da experiência socializante (...), produto de uma multiplicidade de trocas de todos os tipos que produz a sociabilidade na cidade. Reproduz-se na contradição entre a eliminação substancial e a manutenção persistente dos lugares de encontros e reencontros, da festa, da apropriação do público para a vida (CARLOS, 2001, p.33-34).

O seu aspecto de meio é de um espaço impregnado de técnica e comunicação e, por isso, de maior aproximação com a integração socioeconômico-cultural de âmbito global. Compartilhamos um único sistema técnico nessa era de capitalismo tecnológico (SANTOS, 1996) e a metrópole nos oferece a condensação dessa universalidade, na qual os conteúdos culturais particulares são movidos pelo encadeamento de cada parte com o todo, por meio das mediações técnicas.

A condensação técnica e comunicacional proporcionada pelo meio metropolitano é essencial para a contemporânea supremacia dos fluxos sobre os fixos. Paradoxalmente, porém, essa crescente integração proporciona isolamento, pois ao mesmo tempo em que se participa cada vez mais dos planos gerais de articulação social, cada vez menos as ações são pessoais, comunitárias e a coletividade se mantém por causa das estruturas e dos reconhecimentos formais (HEIDRICH, 2007).

A distribuição e o arranjo dos objetos na cidade não são auto-explicativos, necessitando-se que se compreenda sua essência informacional. Ou seja, a funcionalidade e a informação que os objetos carregam (SANTOS, 1996). As práticas e os lugares em que se delineiam também solicitam esse esforço e, por isso, igualmente requerem a compreensão de seus conteúdos simbólicos.

A conotação desse espaço social metropolitano nos dá indicações de certo esvaziamento de sua constituição pública, assim como já observaram Richard Sennet (1988), Paulo Gomes (2001) e Andrea Semprini (1999). Tal esvaziamento, porém, não se explicita como a não ocupação e o não uso do espaço. A manifestação nele é pura comunicação e presença compartilhada. O que deixamos de ver, ofuscados pela normatividade das estruturas herdadas, e confundidos pelo “agenciamento difuso e tentativo que penetra e modifica a estruturação das relações sociais” (RIBEIRO, 2008, p. 201). Vivencia-se certamente uma atmosfera anuviada entre o comportamento público e o privado, que ao mesmo tempo nos faz lidar com a indiferença e a produção da distinção.

Se, em público o cidadão pode portar uma máscara impassível e na rua se comportar com indiferença ao olhar dos outros, ele não é menos estimulado no seu lugar privado por seus contatos estrangeiros. E suas certezas são abaladas pela presença dos outros (SENNET, 2011, p. 31).

A vida mediada pelo espaço virtual – de fluxos, como denominou Manuel Castells (1999), alarga as dimensões e desencaixa as relações de seus territórios. A geografia da cidade se tornou complexa demais, atravessada por planos diferenciados (globais, nacionais e locais, étnicos, sociais segmentados, etc.), com dinâmicas de usufruto e negação, ocupação e contenção.

Com esse objeto desafiador, neste texto busco compreensão sobre espaço social metropolitano, direcionando a observação para as feições do seu compartilhamento sociogeográfico de articulação, no qual a rua – ou, pelo menos a feição de rua – é o principal cenário. Por isso, direciono a observação para situações de encontro das pessoas como cidadãos, buscando analisá-las como lugares de consumo, evento e passeio².

O referencial metodológico no qual se assentou a investigação, pode ser descrito como Geografia Social. Trata-se de um campo temático de Geografia Humana, porém pelo fato de orientar a análise para a interferência ativa das relações sociais no espaço geográfico, de sistemas de ações e relações espaciais de um grupo (DI MÉO; BULÉON, 2007), a pesquisa é nutrida por procedimentos e conceitos para dar luz à articulação entre materialidade e imaterialidade desse espaço, à relação entre sociedade e os diferentes atores no espaço em suas diversas feições, como a natureza, o meio, o espaço da vida, territórios, lugares e paisagens.

Neste campo de pesquisa o termo mais amplamente referido é o de espaço social, aquele que “articula o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real” (LEFEBVRE, 2008, p. 41). Este termo também é bastante referido pelas formulações delineadas por Pierre Bourdieu (1989, p. 131), que o concebe como uma topologia social, à maneira de um espaço geográfico recortado por regiões, “fundadas em princípio de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social”. A noção de ocupação de uma posição nesse espaço, de que se é proprietário de certa valorização no contexto social possibilita considerar como um ato comunicacional. É a representação de uma ideia, um valor. Serve tanto para compreender a vinculação da posição material, na geografia mais absoluta, como o seu deslocamento no campo das ideias sobre a distinção do grupo ou da pessoa num contexto socioespacial.

Esse espaço é sociocultural, como Andrea Semprini argumenta –, em ascensão enquanto declinam as ações e ideias de espaço público, apoiados no modelo político. No modelo sociocultural o ordenamento público perderia sentido. Desta forma, o compartilhamento das mesmas opiniões e projetos, de se possuir referências em comum seria moldador do espaço sociocultural.

No modelo político tradicional, a definição de cada grupo, de seus interesses e de sua trajetória eram relativamente previsíveis. Isto se torna mais difícil num contexto onde as variáveis – étnicas, raciais, religiosas, sexuais, culturais – que definem a formação dos grupos e as respectivas reivindicações são por definição dinâmicas, interativas e contextuais. A afiliação a um grupo pode ser temporária e os indivíduos podem pertencer a diversos grupos. Com frequência, o único aspecto que unifica todas essas entidades é sua posição marginal em relação ao centro do espaço sociocultural (SEMPRINI, 1999, p. 119).

A análise desse espaço social e cultural também se apoia em dois outros conceitos importantes: o de representações e o de território. O primeiro, justo porque esse contexto

² O levantamento de campo da pesquisa contou com a participação dos alunos Yazana Guaresi e Rai Nunes dos Santos.

está impregnado de significados, sentidos e perdas de sentido e o segundo, porque o movimento nesse espaço social é de ocupação, percurso, efemeridade, reocupação e coexistência de múltiplas referências, à maneira de como tem se expressado a multiterritorialidade e a microterritorialidade no meio metropolitano.

Muito embora, pouca coisa escape ao campo das representações, por que envolve o conhecimento, é o campo da reflexão inexoravelmente ligada ao significado das coisas, à produção da ideia, à produção de sentido (LEFEBVRE, 2006). A noção, a ideia em sentido amplo, e o conceito, a concepção precisamente elaborada, estabelecem vínculos fundamentais com o campo cultural, o campo da criação, da compreensão do vivido. Viver implica em representar e ao mesmo tempo transgredir a própria representação, tem a ver com a produção de significados. Uma vida plena de sentido é naturalmente reconhecível em comunidades pequenas e tradicionais, mas na complexidade do cotidiano moderno, o sentido vem permeado, reelaborado por instituições e meios produtores de ideias e mensagens.

A cultura compreendida em Geografia foi inicialmente vista como conteúdo de paisagem, reconhecida, caracterizada e comparada e a sua abordagem foi predominantemente morfológica. Compreende-se atualmente que além das feições estuda-se a cultura pela ação, pois ela se origina da ideia de cultivar, de fazer uma ação no espaço, transformá-lo, produzir um habitat, paisagens com identidade e lugares denominados, por terem resultado das inúmeras formas de mediação. A ação transforma, produz forma e se o que é feito não é consumido, então permanece, se propaga, pode ser capturado, memorializado.

A ação em grupo é o que mais evidentemente constitui cultura. A prática espacial na cidade, a apropriação e ocupação do espaço cria por meio da articulação entre ação e ideia o território, que tanto pode ser o que nos junta em convívio, como o que nos separa. Uma oportuna hipótese de trabalho é que ele dependeria da natureza do compartilhamento que se faz. Ou seja, distintas territorialidades coexistem desde que não se pretenda a mesma coisa com elas. Quando, porém, houver disputa de áreas e o que elas contêm, quando a finalidade da territorialidade buscada for a mesma, certamente aparecerá a necessidade de solucionar o conflito (HEIDRICH, 2013). Esse aspecto teve importante referência para a pesquisa, na medida em que envolveu a indagação sobre o compartilhamento no espaço social, sobre a convivência com muitas situações de diferença.

O ESPAÇO-LUGAR DO CONSUMO

O consumo, uma prática comum no mundo moderno, não é apenas reflexo das condições materiais que separam as classes, é também bastante mediado por aspectos de aparência e estilo de vida aos quais os grupos se vinculam. Compreendendo como Pierre Bourdieu (2011, p. 164), que “as condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes” os capitais social, simbólico e econômico articulados, possibilitam a indivíduos e grupos eleger seu lugar cotidiano de consumo. As mudanças geográficas da cidade nos dizem que o lugar da prática do consumo na cidade é aquele que possui o atributo da centralidade, o local que possui maior concentração de atividades, um espaço de atração.

Pode ser entendido também como área que gera e mantém fluxos, de pessoas, capitais, mercadorias, informações, etc. A situação nos remete à consideração de uma hipótese: de se combinarem o lugar de distinção e a centralidade. Buscamos verificar isso considerando quatro tipos de centralidade: o mercado tradicional do centro urbano, o mercado popular, a centralidade tradicional dos eixos viários de grande fluxo e o *Shopping Center*.

O *Mercado Público* já foi o lugar da compra diária e da centralização do comércio e na atualidade converteu-se em mescla de compras populares, de especialidades e centro de manifestações culturais e passeio turístico. Nele se comercializam artigos de tradição, produtos de artesanato e culinária regional e étnica, convertendo-se, por isso, também em centro de atenção turística. É nesse sentido também um lugar de consumo cultural. O seu entorno tem sido objeto de reformas, no estilo de gentrificação, com implantação de deques e chafarizes, buscando-se acondicionar o espaço de entorno e apropriá-lo ao consumo.

A função central de nossas cidades tem sido palco tradicional da geração de renda por meio da informalidade. O crescimento desse setor nas últimas décadas tem gerado muitas reações e conflitos. Numa espécie de estratégia de assepsia, implantam-se os chamados camelódromos – centros de compras populares – a fim de se retirarem os vendedores das calçadas e da concorrência desleal com os comerciantes tradicionais. Nas novas instalações os transeuntes não fazem mais compra espontânea, não planejada e feita na rua. No *Centro Popular de Compras* – o *Popcenter*, em Porto Alegre – as instalações ainda carregam o estilo de comércio de rua. O popular se revela pelo aspecto das instalações, o preço e o modo de apresentação das mercadorias, pela expressividade simples dos comerciantes e o jeito apressado dos clientes que revelam o trânsito de trabalho e afazeres comuns de transeuntes dos centros urbanos. Alguns aspectos ganham similaridade à organização de um *Shopping Center*, de lojas consorciadas em espaço fechado, mas distinguem-se pelo estilo popular. Trata-se, porém, de um fechamento de fora para dentro, condicionado, de retirada do comerciante informal das ruas.

Os centros de comércio de bairro tendem a reproduzir as características dos centros da cidade e herdaram essa funcionalidade mesmo após o advento da instalação dos estabelecimentos de Centro Comercial e *Shopping Center*. Nos grandes eixos viários a aceleração da cidade sobressai-se sobre a vida de bairro, normalmente onde se concentram as casas de comércio dispostas ao longo das avenidas de intenso fluxo de transporte urbano; proximidade a pontos de articulação com outras vias; comércio de bens de consumo semiduráveis (principalmente artigos de vestuário) e duráveis (móveis e eletrodomésticos). Também há estabelecimentos ligados à reprodução social das famílias, como imobiliárias e agências bancárias, assim como estabelecimentos de serviço e de comércio de não duráveis. Combina-se a descentralização derivada da expansão das atividades econômicas do centro histórico e a consolidação do perfil de comércio de classe média e média baixa. Não é raro encontrar também o comércio informal das mais diversas quinquilharias.

O cotidiano mescla o caminhar apressado dos transeuntes em direção a seus locais de trabalho, da escola ou da busca por atendimento imediato de necessidades burocráticas, financeiras ou de saúde. O que se vê no caminhar é também similar no trânsito de veículos, pois o lugar não é de passeio. Na paisagem não se vê enunciado de favorecimento ao tempo

lento. O espaço é tomado de anúncios em painéis e cartazes e, não raro, também pelo apelo de algum vendedor. Os estabelecimentos que oportunizam a experiência de estar no lugar não oferecem o tempo da permanência, pois são as lanchonetes e os estabelecimentos de *fast food*, de consumo rápido. Nestes lugares não apenas estão instalados os negócios e o comércio dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979), bem como é ponto de articulação dos mesmos. Evidencia-se neles o compartilhamento da vida de reprodução das famílias, que as interliga ao espaço social da cidade e ao espaço-mundo urbano. Por isso, não é demais reconhecer nesse espaço também o atributo do ‘entre-lugar’ (BHABHA, 1998). Ali, muito menos é lugar de manifestação de um estilo para a sustentação de uma posição e muito mais se está ligado a um estilo de reprodução condicionada.

O *Shopping Center* é costumeiramente visto como espaço protegido, onde seu enunciado não atua apenas em conteúdos de coisas para comprar, mas também por aspectos sensoriais e perceptivos (CANEVACCI, 2005). Trata-se de espaço que contém o atributo do espaço fechado – certa espécie território – do controle e da vigilância privada. É empreendimento destinado a evitar inconvenientes à prática do consumo. Tem a ver com a produção de uma cidade idealizada, “repleta apenas de cidadãos consumidores, sem vestígios de pobreza e deterioração, uma ‘cidade’ onde (...) o consumo é simultaneamente de mercadorias e imagens, como se tudo passasse, antes de qualquer coisa, pelo filtro e pela égide do consumo (e não da produção)” (FRÚGOLI JR, 2013, p. 77).

Além dos atributos de fechamento e controle, e da adequação técnica orientada para a realização do consumo, estes centros de compra são produtores de centralidade, ao contrário de buscarem localização nos centros tradicionais. Muito embora esse tipo de local tenda a se difundir, por diversas classes de consumidores, as centralidades que constituem, na maioria dos casos associam-se ao uso do veículo particular. O estilo dos estabelecimentos pode ser notado de duas maneiras: o que se revela no ambiente projetado, construído, e o que se revela como paisagem, da qual faz parte a própria circulação dos consumidores e usuários. O *Shopping Center* é conformado para favorecer a circulação sem, contudo, fazer com que o funcional destitua o ambiente de certa harmonia e embelezamento. A ornamentação, por mais que varie a temporalidade com a qual foram concebidas em cada *shopping*, também aproxima os estilos. Trata-se de imitar no espaço o aspecto da rua, pelo uso de floreiras e ajardinamento, sempre renovados. Climatização, iluminação e limpeza frequente remodelam, porém, a ideia de rua. Os usuários desse espaço, de modo geral diferem do usuário do mercado tradicional e da loja de rua, da pressa tão comum de se observar no caminho do compromisso. O usuário do *shopping* dirige-se a ele, desloca-se para ele. Dá a entender que se assimila para esse espaço a demanda de certo tempo para seu uso. Também, a depender do horário, o transitar é muito mais assemelhado ao passeio e ao lazer.

Podem-se ver, então, os lugares do consumo como lugares de distinção, que revelam uma posição no espaço social da cidade. Em cada um deles se identifica um conjunto de enunciados e claramente uma convergência de estilo de vida. E, como isso se espalha de acordo com a ordem da diferença pela cidade, esta é autenticamente uma ‘obra’ – um espaço-paisagem – polifônica.

OS ESPAÇOS-TEMPOS DO EVENTO

Milton Santos expôs com clareza sobre a importância do evento para dar conta do movimento no espaço. Para ele, o 'lugar' é o depositário final, obrigatório, do evento (1996, p. 115). O lugar de nossa reflexão, uma metrópole regional, tem nos seus eventos um diálogo com essa condição. Lidamos com eventos tradicionais – oficiais – desse espaço, assim como com os que se pode justamente reconhecer como autênticos eventos, por terem sido inusitados, completamente novos.

Dentre os eventos normais, próprios da cidade, pode-se classificá-los em: esportivos, culturais e artísticos, religiosos, feiras e festas. Estes grupos ainda podem ser pormenorizados por suas vinculações e especificidades, mas de modo geral possuem respaldo local por instituições e comunidades (por exemplo, a Feira do Livro de Porto Alegre) e, alguns, em especial, expressam articulação com tendências mais globais (por exemplo, a Parada do Orgulho *Gay*).

Dentre os eventos fora de calendário oficial, pode-se identificá-los por carregarem o objetivo da manifestação. São de dois tipos: um tipo, de aspecto inovador, consiste nas mobilizações ou práticas espaciais para difusão de ideias e realização de protestos; e o outro, mais conhecido, os atos em defesa ou reivindicação de direitos.

Como o universo deles é grande, comenta-se a seguir a leitura que fizemos de três eventos de calendário, tradicionais e de maior relevância para Porto Alegre – o Desfile de Carnaval, a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes e o Acampamento Farroupilha – e três inovadores, também, já importantes para a cidade: o carnaval de rua, o Largo Vivo e o Massa Crítica.

a. Os eventos tradicionais

O carnaval de Porto Alegre, nos moldes até hoje encontrados, tem início a partir do ano de 1960 com a fundação da Academia de Samba Praiana, havendo a troca do espetáculo de rua que acontecia em bairros para uma maior organização através de alas, comissões e samba-enredo. Os primeiros desfiles dessas escolas aconteceram no Centro Histórico e, atualmente, em espaço cênico voltado exclusivamente para a realização do desfile, em área afastada do centro da cidade. O desfile possui organização bastante similar ao que ocorre nas cidades em que esse espetáculo, e com essa modalidade, é mais difundido, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Previamente ao desfile oficial ocorre outro, de caráter mais festivo, envolvendo de modo mais espontâneo a participação popular: a descida da Borges, que reúne algumas escolas, em datas de fim de semana, no centro da cidade, local onde originalmente se realizavam os desfiles oficiais e após a realização oficial do desfile e do concurso, em data posterior realiza-se a Muamba – o desfile das campeãs, um evento que reuniu em suas últimas edições, bem mais de 100.000 pessoas.

As mudanças ocorridas desde o ano de 1960 nesta festividade não aboliram do carnaval porto-alegrense a sua origem: o povo. Enquanto, naquela época a classe elitizada recorria aos grandes bailes de carnaval ocorridos nos clubes da cidade, as classes mais populares participavam da festa através dos desfiles a céu aberto, servindo de molde para o que se tem hoje no Complexo Cultural Porto Seco.

O público presente não se assemelha ao que se presencia nos espetáculos mais conhecidos do carnaval brasileiro, de forte presença de turistas. São os apreciadores do samba e do carnaval em maioria. As arquibancadas tornam-se espaços do compartilhamento social: unem-se ali, pessoas de diferentes idades e de diferentes escolas que levam consigo o objetivo principal do prazer pela festa do carnaval. Esse espaço, polifônico, é vibrante, atuante e, sobretudo compartilhado, sem o clima de concorrência que perdura no dia da divulgação dos resultados, mas sim pela alegria de presenciar um evento que traz consigo a marca da identidade de um povo que sempre foi excluído e que vê no carnaval o seu momento de se tornar principal, de ter a sua história abrangendo outras pessoas, outros espaços.

A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, considerada Patrimônio Imaterial de Porto Alegre, reúne milhares de pessoas das mais diversas classes e credos. Trata-se, porém, de evento do calendário oficial da cidade e conta a participação ativa da Igreja Católica. A festa ocorre sempre ao dia 2 de fevereiro, feriado no município e coincide com as festividades Iemanjá, das religiões de matriz afro-brasileira.

Já cedo da manhã deste dia inicia-se a festa com a celebração de uma missa, onde milhares de pessoas tomam conta do centro de Porto Alegre. Vendedores informais procurando os melhores pontos de passagem, e os fiéis buscando melhor ângulo na frente da Igreja do Rosário. Fiéis e trabalhadores compartilham o mesmo espaço hoje, uns para cativar sua fé, outros, para aproveitar a oportunidade de geração de renda.

Embora essa festa tenha ocorrência em muitos outros locais não apenas do país, possui aspectos de forte vínculo local, como a sua representação com as imagens da cidade: as duas igrejas – de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora dos Navegantes, trajeto por barco pelo lago Guaíba desde o centro da cidade até o Bairro Navegantes, o cenário da ponte móvel como plano de fundo da paisagem da festa. Tais referências transformaram-se em autênticos geossímbolos que amalgamam a festa dos Navegantes a Porto Alegre e esta cidade à própria festa.

Participam da festa pessoas vindas das mais distintas áreas de Porto Alegre, com diferentes níveis de instrução, idade, assim como também há relevante participação de moradores dos demais municípios da região metropolitana. Esta composição traz a marca do regional, notadamente pela presença do chimarrão, um hábito frequente não apenas no ambiente doméstico, mas presente nas ruas, em especial em situações de passeio e eventos como este. É possível notar forte devoção em muitas pessoas. Algumas andam descalças sob o asfalto quente, outras carregam fotos e imagens da santa. O compartilhamento chega ao seu ápice na parte religiosa, à medida que mescla a presença de católicos e devotos das religiões Umbanda e Batuque.

A transformação das ruas em espaço sagrado, ao mesmo tempo fortalece a definição dos espaços profanos ao redor, uma vez que o mercado do sagrado se faz mais uma vez evidente durante a procissão. Em todo trajeto é notada a presença dos vendedores, alguns circulando no meio da multidão, outros com barracas próprias, mas ao fim, todos mais interessados em poder fazer um aumento de renda neste dia de festa. A paisagem marca alguns contrastes de devotos, trabalhadores e autoridades, ocupando o mesmo espaço físico neste dia.

Quando a missa termina, vislumbra-se essencialmente a confraternização. Para Zeny Rosendahl, “o fato de pessoas fazerem o culto juntas, orarem no mesmo lugar, ou fazerem parte de uma paróquia não acarreta necessariamente um sentimento de integração e de uma comunidade religiosa” (ROSEND AHL, 2002 p. 66). Desta forma, o evento extrapola a natureza da sua realização. Transforma o espaço, favorece o compartilhamento ocasional e mescla intencionalidades.

O **Acampamento Farroupilha** ocorre desde 1981, juntamente com a inauguração do Parque Harmonia onde se realiza o evento, uma área de lazer que reproduz cenário de ambientação rural-campeira na cidade de Porto Alegre. Ocorre anualmente durante a Semana Farroupilha, a qual sempre culmina com a data de 20 de setembro, ocasião em que se festeja o aniversário daquela revolução. Junto às paisagens do Parque, já ao início do mês de setembro inicia-se a instalação de galpões, aparelhados com artefatos tipicamente campeiros e apropriados para a realização de festejos que envolvem principalmente a culinária, o folclore, as danças típicas e a memorialização dos fatos e atos relacionados ao regionalismo gaúcho.

Na origem da constituição do evento os participantes dirigiam-se espontânea e livremente ao parque e instalavam barracas nos espaços que melhor lhes convinham. Atualmente já integra o calendário oficial da cidade e passou-se a definir parâmetros mais rigorosos para garantir a realização de um evento com mais organização. Com isso, ganha ares de espetáculo, havendo também variadas perspectivas de realização de negócios, notadamente a venda de artigos artesanais, promoção de lugares turísticos e gastronomia. Torna-se, por isso, evento de referência turística da cidade e do Estado do Rio Grande do Sul.

No Acampamento há bastante controvérsia sobre estilos, alguns mais ortodoxos ao culto do que seja genuinamente gaúcho, discussões que consideram aspecto de vestuário e a variação musical, principalmente. Estar ou visitar o Acampamento proporciona uma visão mais complexa do que sejam o tradicionalismo e o regionalismo gaúchos. Como evento, como festa, ocorre não apenas como celebração e materialidade, mas também revela a força de modos de viver, de estilo de vida, de vida cotidiana e idealização da identidade.

Também se nota a contrariedade com algumas modificações que envolvem a presença de elementos distantes do que seja típico, como a presença de instituições financeiras e outras atividades por motivos de publicidade. Têm-se a impressão de que, embora ainda possamos distinguir o gaúcho por seus elementos culturais remanescentes (a indumentária, a presença do cavalo, a rotina campeira) este vive um cotidiano, ao menos, duplo, juntando-se à vida normal da metrópole.

b. Os eventos inovadores

O evento autêntico, aquele que traz novidade ao espaço é o que não reproduz um movimento das relações e fatos acomodados, bem encaixados. Ele altera o movimento inercial. Os eventos desse tipo contêm a intencionalidade da apropriação do espaço por novos atores, não apenas agentes. Assim têm ocorrido com o surgimento dos novos carnavais de rua da cidade. Não são poucos, porém, dois deles ganharam maior repercussão na cidade, promovidos por dois blocos: o Bloco Maria do Bairro e o Bloco da Laje. Esses carnavais denotam reação à tendência de desaparecimento do antigo carnaval de bairro, por razões como regulação do evento de rua, do encarecimento da promoção. Surgem como perspectiva de retomada de festa com envolvimento de participação popular no acompanhamento de blocos de rua. Eles produzem uma retomada da apropriação do espaço, distante da territorialização dos espaços oficiais e de espetáculo.

O **Bloco Carnavalesco Maria do Bairro** atua na cidade desde 2007. Trata-se de uma festa popular, um autêntico carnaval feito para acontecer a brincadeira, a dança e a música de carnaval. A festa tem ocorrido na Cidade Baixa, tradicional bairro de concentração de bares da cidade. As bandas apresentam-se em um caminhão de som, ao estilo dos trios elétricos. Com frequência, reúnem grupos de artistas da cidade – músicos, cineastas e escritores.

O **Bloco da Laje** é outro grupo praticante de carnaval de rua, que manifesta clara intencionalidade de ocupação do espaço juntamente com a prática da festa. É autenticamente uma ocupação de espaço-tempo, pois marca a cidade por sua prática de carnaval bastante irreverente, notadamente pela veiculação de músicas elaboradas justamente para aquela festa, com conteúdo irônico, reflexivo e contestador. O grupo tem atraído expressivo número de componentes e possui um núcleo organizador com participação de artistas, em especial do segmento de artes cênicas. O bairro Cidade Baixa é um dos locais de seu desfile, mas o grupo também marca presença em outros bairros, como em 2015, quando promoveu seu desfile no Rio Branco – um bairro de classe alta, que antes de ser objeto de Reforma Urbana, abrigava a Colônia Africana, um espaço de moradia de população afrodescendente, muitos deles, trabalhadores nas mansões da cidade. Da seguinte forma, divulgam a concepção da sua formação:

A laje é “um jeitinho” ao crescimento indiscriminado das cidades e aos altos preços dos imóveis nas áreas urbanizadas (...) O também conhecido “puxadinho”, algumas vezes, ajuda a equilibrar a economia doméstica, via aluguel de um pequeno cômodo ou algo assim, mas, na maioria dos casos é onde a população recebe os amigos, para aquele churrasquinho ou feijoada de final de semana. Resumindo, é o espaço das sociabilidades. O Bloco da Laje nasceu do desejo de um grupo de amigos de ocupar a rua e restabelecer a alegria do carnaval de bloco, pé no chão, pé na realidade. Nasceu no “puxadinho”. Nasceu na laje, por imanência ou contingência da vida. Vida que pulsa, pulsa e rebenta surda aos apelos de civilidade e ordem. Nesse caminho de tensão e intensificação do pensamento é que me aventuro a afirmar que o Bloco da Laje já nasceu predisposto ao transgressivo, ao libertário e ao diverso (BLOCO DA LAJE, 2017).

Largo Vivo é um evento literalmente de ocupação de espaço, de ocupação da rua que teve início em 2011. Trata-se de uma prática espacial de diferentes grupos, o que mais afinadamente se pode designar como tribos, conforme a definição de Michel Maffesoli. Para ele, a espacialidade desses microgrupos “... se faz a partir do sentimento de pertença, em função de uma ética específica e no quadro de uma rede de comunicação” (MAFFESOLI, 1998, p, 194). Assim, as diferentes tribos, grupos de amigos, bandas, turmas de ciclistas, praticantes de malabarismos, grafiteiros, tatuadores, etc., produzem uma ocupação da rua, com suas apresentações, performances, para estar junto, manifestarem um uso do espaço não regrado, à maneira de seus estilos, de vestir, de dançar, de compartilhar o consumo de bebidas e alimentos, sentar no chão.

A ocupação consiste em convivência entre turmas de jovens, principalmente. O espaço costumeiramente elegido para a prática é o Largo Glênio Peres, uma praça seca junto ao Mercado Público de Porto Alegre. Esse local tem sido objeto de uso privado e reformas que o tem tornado orientado para a prática do consumo, com a instalação de deques que estendem o espaço de restaurantes, bares e lanchonetes e de um chafariz linear, que, embora acionado eventualmente, cria obstáculo para a prática do comércio ambulante o local.

Desta forma, a ocupação Largo Vivo manifesta a ideia de ocupação e uso da rua, de ela servir para isso e não apenas de espaço de circulação e consumo, em oposição à tendência de gentrificação dos espaços urbanos. Compõe um autêntico repertório de contestação. Contudo, a prática não possui o estilo do tradicional discurso político. Recorre ao lúdico como linguagem de expressão, manifestação artística e de atividades de caráter festivo.

A ação do movimento **Massa Crítica** é certamente a situação mais discutível para as referências teóricas sobre o fato microterritorial, pois envolve deslocamento variável pela cidade. Não é produtor de um lugar e se traduz como uma prática de ocupação da cidade, do lugar ou do espaço na via pública. A ação compreende o ato de pedalar por um grupo numeroso de ciclistas pelas ruas da cidade. É, assim, como a prática de ocupação Largo Vivo, uma manifestação cultural desta cidade, mas em diálogo com tendências extraterritoriais.

Massa Crítica é um movimento que ocorre sempre nas últimas sextas-feiras de cada mês em diversas cidades do mundo. Trata-se de um percurso realizado por simpatizantes do uso da bicicleta como alternativa de transporte, que prega a diminuição do uso do automóvel e de estilo de vida sustentável. O que aproxima o evento da microterritorialidade é a ocupação do Largo Zumbi dos Palmares, às sextas-feiras últimas de cada mês e, como o trajeto envolve certa repetição ocasional, também se aproxima desse sentido na escala da cidade. Como nos demais casos de eventos inovadores, além da promoção de um estilo, evidencia-se a intencionalidade de comunicar a prática da ocupação e de influenciar, duas das mais importantes propensões da territorialidade humana enunciadas por Robert Sack (1986)

O ESPAÇO DO PASSEIO - ESTILOS DE VIDA E MARCAÇÕES NO ESPAÇO

O espaço social da metrópole pode ser visto como um autêntico campo de coexistências. Embora preenchido de fatos comunicacionais, não são necessariamente de diálogo

participativo no sentido de promover coesão. Reúne contextos diversos, sobrepostos e multiterritoriais que expressam ao mesmo tempo modalidades de convívio e usos segmentados do espaço urbano.

Com esta compreensão, comenta-se a seguir o que se pode conceber por estilos de vida presentes no ato do passeio que estão vinculados a três diferentes lugares na cidade de Porto Alegre. Todos eles transitam e situam-se no limiar do microterritorial, ora se aproximando, ora se afastando. Os eventos e seus respectivos lugares são: o passeio e o lazer na **Rua Padre Chagas**, no Bairro Moinhos de Vento, a **Feira Ecológica do Bairro Bom Fim** e o passeio junto a **orla do Guaíba**.

Como temos visto, é notadamente na metrópole ou na grande cidade que se oferecem as mais amplas possibilidades da diferenciação e, noutro sentido, proporciona a experiência do multipertencimento. Nela, “[a]s pessoas têm uma experiência complexa, movem-se em múltiplos planos, articulam-se a redes diversificadas e suas identidades não são homogêneas nem se desenvolvem de modo unilinear” (VELHO, 2010, p. 20). Trata-se, pois, de um contexto que permite ao mesmo tempo as pessoas se ver mimetizadas em massa, reiterarem suas opções e estilos de vida, e persigam seus pertencimentos.

O consumo cultural é um aspecto do estilo de vida.

Em matéria de consumo cultural, a oposição principal, segundo o volume global do capital, estabelece-se aqui entre o consumo, designado como *distinto* por sua própria raridade, das frações mais bem providas, ao mesmo tempo, em capital econômico e em capital cultural, por um lado, e, por outro, o consumo considerado socialmente como *vulgar* – por ser, a um só tempo, *fácil e comum* – dos mais desprovidos nesses dois aspectos do capital; e, nas posições intermediárias, encontra as práticas destinadas a aparecer como *pretensiosas* pelo fato da discordância entre a ambição e as possibilidades de sua realização (BOURDIEU, 2011, p. 167).

No entanto, se essa compreensão de espaço social está mais próxima de um jogo em âmbito social, é necessário ressaltar que o estilo de vida associado a posições nesse conjunto ocorrem em evidente geografia, em marcações que expressam usos, práticas e suas representações, aspectos que temos compreendido como territoriais (HEIDRICH, 2013). Isto é o que se observa no passeio da Rua Padre Chagas. De modo similar, não tanto por revelar capacidade de consumo, mas muito mais por opção, escolha de um estilo e, também, de uma concepção de prática, é o que se observa em relação à Feira Ecológica do Bom Fim e à celebração da Massa Crítica.

A **Rua Padre Chagas** localiza-se no Bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre, hoje um bairro de *status* social de classe média alta. Formou-se a partir da expansão urbana da cidade em área anteriormente ocupada por imigrantes açorianos que ali se fixaram, plantavam e moíam trigo. Posteriormente, na primeira metade dos anos 1900, foi sendo ocupado por residências da elite comercial, financeira e industrial da cidade. Ainda se vê conservada a arquitetura desta época em várias residências e, muitas delas, mansões. Vários estabelecimentos da Rua Padre Chagas estão instalados em tais prédios. Atualmente é lugar de consumo de elite, em poucas lojas com artigos de moda, e vários restaurantes,

cafés, rotisseries, bistrôs e pequenos mercados de produtos especiais, como vinhos e outros produtos alimentícios importados.

Já se produziram autênticas representações a respeito do lugar, notadamente pela alcunha de Calçada da Fama e Rua da Moda, entre outras. Contudo, não se quer dizer com essa descrição que o lugar seja de passeio exclusivo de classes sociais de elevado poder aquisitivo. Não se trata de um território fechado, mas a frequência habitual de pessoas com vestuário de estilo em moda, portando novidades, também em seus aparelhos telemóveis, além do custo mais elevado do consumo nos leva a considerar que pela representação que se produz, o lugar adquire notável aspecto microterritorial, em franca distinção de outros locais de compartilhamento da rua na cidade.

A **Feira Ecológica do Bom Fim** realiza-se todo sábado pela manhã, junto ao Parque Farroupilha no bairro desta mesma denominação. Por sua tradição, tornou-se lugar de grande reconhecimento, já que aos domingos ali também se realiza uma feira de artesanato e de antiguidades. O compartilhamento desse espaço é comum a pessoas de classe média, estudantes, intelectuais, que muito embora conte com boa presença de moradores dos bairros Bom Fim e vizinhos, para ali acorrem consumidores de locais distantes, com seus automóveis, produzindo-se um fluxo intenso de trânsito lento.

A feira teve início em 1989 e vem se mantendo em crescimento não apenas de consumidores, mas também em termos de espaço-tempo já característico da cidade. Além de local de consumo, é também de encontro, de bate-papos em frente às bancas, que incluem troca de saberes em relação a práticas de cultivo, uso de ervas medicinais ou temperos, preparo de alimentos, leituras e ideias de sustentabilidade. Por isso, a Feira combina evento, prática de consumo e passeio. De modo semelhante ao espaço da Rua Padre Chagas, não se trata de território fechado, mas tão somente de marca desse espaço-tempo: a Rua José Bonifácio aos sábados pela manhã é microterritorialidade de consumo agroecológico. O usuário desse espaço pode ser aquele que de algum modo ou instante de seu cotidiano porta identidade com esse universo.

A **orla do Guaíba** é pontuada por diversos locais de urbanização com parques, praias onde o 'estar junto' em fim de semana é recorrente. A seguir comenta-se a leitura que se pode fazer do texto da paisagem em três locais: junto à Usina do Gasômetro, ao Museu Iberê Camargo e à Praia de Ipanema.

Nos locais mais próximos do centro da cidade, principalmente, possui infraestrutura favorável a realização de eventos como a margem junto a Usina do Gasômetro e o Anfiteatro Pôr do Sol. Além de eventos, a orla é ocupada para a prática de esportes de lazer (passeio de bicicleta, patins), futebol e vôlei, o simples passeio e estar junto de moradores da cidade e região metropolitanas e até mesmo, turistas.

Nas proximidades da Usina do Gasômetro a presença de público é sempre intensa. O espaço está bastante apropriado para o passeio e a prática de esportes. Há notável presença de publicidade de artigos de multinacionais junto ao mobiliário urbano que se mescla a poucas esculturas. O espaço-tempo se revela pela diversidade de estilo, ora pela ocupação diferenciada por grupos de usuários em rodas de conversa, ou manifestação estética.

Outro ponto de bastante atração junto à orla fica em torno do Museu de Arte Iberê Camargo. O próprio Museu é o lugar do passeio, mas junta-se a sua frente aos finais de semana um número sempre grande de pessoas em movimento de passeio em prática de contemplação da paisagem do lago. É maior a concentração quanto mais se aproxima o pôr do sol e também é notável a presença de rodas de chimarrão. Todavia o estilo já não é tão popular como junto à Usina do Gasômetro, apesar dos resíduos de rituais religiosos que se vê à margem e nos espaços ajardinados. A mobilidade para o local depende bastante do deslocamento por automóvel, não apenas por sua localização mais distante de linhas de ônibus, mas também por ser um museu de arte e caracterizar certa distinção delineada pela apropriação de capital econômico e cultural dos que normalmente o frequentam.

O Bairro Ipanema, junto à praia de mesmo nome, é ponto grande atração de lazer e inclusive de visita turística. É um dos passeios mais recorrentes em finais de semana de tempo bom. Ali se fazem caminhadas, passeio de bicicleta, um pouco de esporte náutico, encontro de famílias. Ao longo da Avenida Guaíba, onde se dá a prática do passeio mesclam-se residências, bares e restaurantes. Há certa divisão do espaço. Junto aos bares e restaurantes o consumo por usuários com poder aquisitivo para o lazer de consumo de classe média e no passeio de calçada, quem vem a passeio apenas, ou para o consumo de calçada. Nos dias normais da semana, o espaço volta a ser apropriado pelo morador do próprio bairro.

APONTAMENTOS

Pelo que se compreendeu com esta investigação, o espaço social da cidade é produto de um âmbito multifacetado de referências sociais mescladas a sua geografia, um conjunto de localizações que expressam práticas de apropriação que, todavia, não são apenas do lugar em si, mas de espaços-tempos. Ao mesmo tempo em que a geografia da cidade se faz como um plano de articulação, com técnica que propicia circulação e conexões e torna o cotidiano urbano um complexo modo de vida, as possibilidades obtidas pela produção de mundos diferenciados, fazem do espaço social se constituir num emaranhado de posições em que o jogo de apropriação e evitação é produtor de estilos. Do que se viu, tais estilos são transferidos aos lugares, possuídos de conteúdo de espaço-tempo do cotidiano. Desse modo, de manifestação vinculada a indivíduos e grupos, também a geografia ganha esse aspecto. Quer dizer, eles podem ser produzidos para uma finalidade, mas o compartilhamento associado ao jogo de apropriação/evitação, mediante as práticas de uso e ocupação conferem-lhe expressão, às vezes duradoura, outras apenas momentâneas. Desse modo social e geográfico, o espaço da cidade é um complexo que junta *sobreposições* e espacialidades encaixadas.

Também se compreende que essa produção, por estar ligada fundamentalmente a práticas do espaço marca as suas feições materiais. Permite, desse modo, produzir imaginários e representações, vinculá-los a denominações carregadas de estilo e até mesmo produzir alguma alcunha com “tonalidade” estereotipada. Pudemos verificar que práticas

de consumo, manifestações de ideia e adoção de estilos de vida constituem aspectos que conferem atributo à geografia social da cidade. Se as grandes cidades podem ser *locus* das diferenciações, a leitura que seu espaço propicia, de se ver ao mesmo tempo articulação e desencontro, conexão e diferença, nos mostra que a coexistência não é sinônimo de coesão. Sua ampla espacialidade não é mais expressão de um pacto civilizatório.

Nestes termos, se coubesse uma indagação sobre o que se compartilha nesse espaço social, em relação à escala do lugar é o que é micro, mas em relação à escala global é o micro generalizado, espalhado, repetido, de possibilidade de reconhecimento além-territórios. Por outro lado, a microterritorialidade necessita de seu enquadramento histórico, pois os fatos que elas dizem respeito devem se reportar às condições do seu surgimento. A ocupação e o uso que se faz do espaço urbano tem origens antigas em muitos casos, como vimos na Festa de Nossa Senhora dos Navegantes e recentes, como no Acampamento Farroupilha. Veja-se que este se assenta em tradição, mas é evento muito atual, não apenas por sua data, mas por servir de espetáculo e de espaço de consumo. Por outro lado, as manifestações/ocupações Largo Vivo e Massa Crítica só podem ser compreendidas por seu encaixe global de cultura-mundo que esta cidade possui.

Decorre também da observação de algumas manifestações microterritoriais o reconhecimento de que elas são sempre inteligíveis por seus praticantes e somente às vezes para os estranhos ou, pelo menos, não com a mesma ideia. Envolve a lógica de um jogo entre os praticantes/usuários do espaço e repercute para a sociedade em geral com um único aspecto, o de paisagem urbana marcada, ou melhor: multimarcada.

Certas práticas microterritoriais navegam em campo dialético, pois num sentido dizem respeito a ocupações ou usos que destoam do normal e do estabelecido, mas também são estratégias com a intencionalidade de serem aceitas e incorporadas. Não se poderia entender por descabido reconhecer esse aspecto na ideia de sustentabilidade das práticas de feira ecológica e de trânsito de bicicletas, ao mesmo tempo em que também na ideia de distinção proporcionada pelas práticas de consumo enaltecidas pela publicidade (nas suas respectivas espacialidades).

Dentre todos os casos comentados, o que ressoa como aspecto comum a todas as práticas, usos do espaço, ideias difundidas, e que se assemelham a tantos outros eventos microterritoriais é o reconhecimento de uma identidade entre seus atores. Ela expressa o singular do grupo praticante. Porém, o que é ainda mais interessante é o fato de ver o singular se repetir no espaço distante, na outra cidade, quiçá do outro lado do mundo, e na própria cidade o que se repete é a multiplicidade, o multipertencimento, uma multi-microterritorialidade.

O jogo de distinção/apropriação mostra-nos que se amplia nos espaços metropolitanos o estranhamento, a diferença e a segregação. Entre as cidades dessa categoria, no que já se denomina por 'entre-lugar', vê-se a similaridade e o reconhecimento entre os atores de seus lugares, tornando-a, de fato, o espaço-mundo. Parece que precisamos verificar é se a essas 'geografias' caberia alguma expectativa política, que espécie de convivência?

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BLOCO DA LAJE. Disponível em: <<https://blocodalaje.wordpress.com>>. Acessado em: 13 ago. 2017.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **A distinção**. Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011 [1979].
- CANEVACCI, M. **Culturas extremas**. Mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro: DP&A, 2005 [1996].
- CARLOS, Ana F. A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. **L'espace social**. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.
- FRÚGOLI JR, Heitor. Os shoppings de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico. In: PINTAUDI, S.M.; FRÚGOLI JR, H. (orgs.). **Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2013. p. 75-92.
- HEIDRICH, Álvaro L. Aspectos da fratura socioespacial na cidade de Porto Alegre. **Scripta nova. Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v.11, n.245, p.245, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24567.htm>> Acessado em: 13 ago. 2017.
- _____. Território e cultura: argumento para uma produção de sentido. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B.P.; PIRES, C.L.Z. (Org.). **Maneiras de ler geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre/ Compasso Lugar Cultura, 2013. v. 1, p. 52-61.
- _____. Vínculos Territoriais - discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais. **Geographia**, Niteroi, v. 19, n. 39, p. 29-40, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4.ed. Paris: Anthropos, 2000.
- _____. **O direito à cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].
- _____. **La presencia y la ausencia**. *Contribución a la teoría de las representaciones*. México: FCE, 2006 [1980].
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. A atualização técnica do urbano. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 5, p. 189-213, 2008.
- ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.
- SACK, R.D. **Human territoriality**. Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979 [1978].
- _____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.
- SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1974].
- _____. La civilisation urbaine remodelée par la flexibilité. **Manière de voir**. Le Monde Diplomatique. Paris: SA Le Monde Diplomatique, n. 114, p. 30-34, jan.2010/ dez. 2011.
- VELHO, Gilberto. Metrôpole, cosmopolitismo e mediação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 33, p. 15-23, jan.-jun. 2010.

Entre o formal e o vivido: abordagem territorial e as políticas públicas

Entre el formal y el vivido: enfoque territorial y políticas públicas

Between the Law and the Social Practice: Territorial Approach and Public Policies

Rosemere Santos Maia

rosemaia@terra.com.br

Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Resumo: O presente artigo traz uma reflexão sobre o uso indiscriminado, nem sempre apropriado e rigoroso, que tem sido feito do binômio território/territorialidade na definição e implementação de Políticas Públicas. Para tanto, apresenta argumentos que retratam o descompasso entre os territórios definidos por leis/decretos e as práticas sociais e delimitações realizadas pelos sujeitos sociais - pautadas numa enorme diversidade e complexidade. Como forma de subsidiar o debate, alguns conceitos/noções são resgatados (como o de fronteira, identidade, rede e escala), para demonstrar que a adoção de posturas normativas por parte dos elaboradores e gestores das políticas sociais, resulta, na maioria das vezes, em ações pouco permeáveis a uma efetiva participação das instâncias organizativas da sociedade civil, negligenciando as demandas mais legítimas da população e colaborando para o aprofundamento de processos de segregação e atomização da cidade.

Palavras chave: Território, territorialidade, políticas públicas, cidade, identidade.

Resumen: El presente artículo trae una reflexión sobre el uso indiscriminado, ni siempre apropiado y riguroso, que ha sido realizado sobre el binomio territorio/territorialidad en la definición e implementación de Políticas Públicas. Para tal, presenta argumentos que retratan el descompaso entre los territorios definidos por leyes y decretos y las prácticas y delimitaciones que marcan aquellos apropiados/vividos por sujetos sociales - prácticas pautadas en una enorme diversidad y complejidad. Como forma de subsidiar el debate, algunos conceptos/nociones son rescatados (como los de frontera, identidad, red y escala), para demostrar que la adopción de posturas normativas por parte de los elaboradores y gestores de las políticas sociales resultan, la mayoría de las veces, acciones poco permeables para una participación de las instancias organizativas de la sociedad civil, negligenciando las demandas más legítimas de la población y colaborando para profundizar procesos de segregación y atomización de la ciudad.

Palabras clave: Territorio, territorialidad, políticas públicas, ciudad, identidad.

Abstract: The text examines the indiscriminate use, not always appropriate and rigorous, of the binomial territory/territoriality in the planning and execution of public policies. It reveals the inconsistencies between the territories set up by laws/decrees and the practices

and limits adopted/experienced by the target people whose practices come from a wide diversity and complexity. Some concepts/notions (such as border, identity, network and scale) are recovered in order to demonstrate that the adoption of normative positions by the social policy makers and managers results in actions. That are not receptive to an effective participation of civil society organizations, disregarding the most legitimate demands of the population thus intensifying processes of segregation and atomization of the city.

Key words: Territory, Territoriality, Public Policies, City, Identity.

APRESENTANDO O PROBLEMA...

Nunca antes o binômio território/ territorialidade alcançou tamanha evidência quanto na contemporaneidade, merecendo destaque nas agendas política, econômica, cultural e social. Tornando-se linguagem corrente entre segmentos os mais diversos - acadêmicos, gestores, técnicos e, principalmente, entre os 'simples mortais' - ele se coloca, nas suas mais variadas formas de expressão (e também escalas) enquanto elemento central não só das relações estabelecidas entre os sujeitos sociais, mas em grande medida nas políticas públicas e intervenções as mais variadas. Estas, apesar de ancoradas discursivamente numa compreensão territorial da realidade social e das práticas estabelecidas entre os diferentes atores, nem sempre valorizam a diversidade e as especificidades que emergem dessas relações, assim como desconsideram as fronteiras, as identidades, as disputas, as experiências cotidianas, as resistências daí emanadas.

No que tange especificamente às territorialidades, Haesbaert e Limonad chamam à atenção para o fato de que nem tudo que se apresenta com o caráter de novas territorialidades assim é. Na verdade, elas "foram subordinadas ou subjugadas coercitivamente, e permaneceram, por assim dizer, submersas" e, nesse sentido, "cabe, portanto, questionar onde está a novidade." (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p.48). E continuam os autores:

O fato é que, se as velhas territorialidades pareciam mais nítidas ou mais fáceis de ser identificadas, hoje há uma complexificação e uma sobreposição muito maior de territórios. Muitas vezes não se tratam de novas territorialidades enquanto construção de novas identidades culturais; a novidade está mais na forma com que muitas destas territorialidades, imersas sob o jugo da construção identitária padrão dos Estados-nações, ressurgem e provocam uma redefinição (ou mesmo indefinição) de limites político-territoriais, alterando a face geográfica do mundo neste fim de milênio. Da intensificação do fluxo de pessoas de diferentes classes, línguas e religiões à intensificação do fluxo de mercadorias, capital, informações, tudo parece mais móvel, relativizando as fronteiras territoriais tradicionais como forma de controle. (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p.48).

Ultramari, Cardoso e Moura (1995) atentam para o anacronismo existente entre as unidades territoriais político-administrativo-institucionais formais (Estados, municípios, distritos, regiões metropolitanas, etc.) e a "magnitude das relações que se estabelecem em seu interior e da pluralidade dos interesses subjetivos que contêm e que passam a pressionar,

transpor ou sobrepor seus limites” (p.7). Os territórios definidos por lei, contrapõem-se ou sobrepõem-se outras práticas e delimitações territoriais, colocando em xeque a legitimidade das Instituições e do Estado, deixando claro que a realidade social é muito mais complexa, rica e controversa que quaisquer tentativas de enquadramento e demarcação de limites que possam decorrer de decretos, de planos e projetos elaborados em gabinetes de técnicos ou pautados em interesses específicos de “grupos políticos ou econômicos que buscam definir ‘territórios de poder’, onde a representatividade oficial é a garantia da defesa desses interesses respaldados pelas tradições democráticas.” (ULTRAMARI; CARDOSO; MOURA, 1995, p.7) Os autores demonstram que o reconhecimento desse descompasso entre o ‘formal’ e o que se processa na realidade, em termos de território/ territorialidade já havia sido enunciado em 1964, na Carta de Atenas, quando em se tratando da realidade urbana, demonstrava-se a “impropriedade de gerenciar e compreender a cidade, limitando-se a esses territórios” (ULTRAMARI; CARDOSO; MOURA, 1995, p.8), justamente em razão dos limites administrativos tornarem-se paralisantes, sobretudo por desconsiderarem as territorialidades subjetivas - e eu diria, intersubjetivas.

A percepção da não correspondência entre os territórios formais e os territórios/ territorialidades que emanam do cotidiano dos sujeitos é fundamental para a compreensão das dificuldades e, no limite, das razões que levam várias propostas e políticas públicas supostamente territorializadas a um total insucesso. Em metrópoles, como é o caso do Rio de Janeiro, isso ainda assume contornos mais expressivos, dada a complexidade e a diversidade que marcam a cidade e os cidadãos, implicando lutas por espaço, bens, recursos e capitais e na emergência de um sem número de territorialidades ‘dissonantes’ frente a tentativas de homogeneização. Se, por um lado, constatam-se esforços que têm em vista a adequação da cidade a um modelo que vem se impondo globalmente, fazendo-nos crer que há uma certa padronização/ pasteurização no mundo urbano, por outro, deparamo-nos com espaços marcados pela diversidade, por decomposições, por fraturas e por recomposições que andam na contramão de quaisquer perspectivas de standardização. E é aí que reside a grandeza e a riqueza que a cidade contemporânea apresenta.

Já não podemos pensar a cidade segundo a mesma racionalidade que orientou as intervenções que, a partir do século XIX – tendo como grande ícone a realidade de Paris de Hausmann - acabaram por se espalhar por várias partes do mundo. Como um grande sistema, a cidade era pensada, planejada e tornada alvo de ações por parte de médicos, engenheiros, arquitetos que, desconsiderando as singularidades, as particularidades presentes nas relações que marcavam a cena urbana e seus atores, tentavam, por meio de saberes técnico-científicos, deter controle total sobre a saúde, o trabalho, a moradia, os passos pela cidade, o lazer e a sociabilidade, as organizações sociais e políticas, o consumo dos cidadãos (FLORES; CAMPOS, 2007, p.269) criando uma estética moderna, uma cidade adequada aos imperativos da produção e do consumo, uma cidade saneada. Mas foi essa mesma racionalidade que, por outro lado, possibilitou a emergência de uma subjetividade do homem metropolitano marcada pelos contatos efêmeros e superficiais, pela intelectualização do *self*, pela atitude *blasé*, a exemplo do tratado por Simmel (2005), e também pelo enfraquecimento dos laços sociais e as relações utilitaristas travadas entre

os sujeitos sociais no meio urbano, conforme sustentado por Wirth (1987). Maia e Fortuna (2016) asseguram que

se, por um lado, tais características tendem a sugerir prejuízos substantivos em termos de relações sociais, por outro lado, podem deixar claro que a complexificação dos agrupamentos humanos e a emergência das grandes cidades, também acabaram por viabilizar uma maior tolerância frente à diversidade, a heterogeneidade, a uma maior autonomia dos indivíduos e grupos sociais, tanto quanto uma menor rigidez em relação ao status social, além de outras formas de controle social e novas estratégias de defesa da personalidade individual. (2016, p. 485).

Essas marcas que caracterizavam as cidades modernas e o próprio homem metropolitano, na virada do século XIX para o passado, sem dúvida alguma foram elevadas à enésima potência ao longo do Século XX e das primeiras décadas do XXI. Hoje, novas subjetividades e territorialidades desenvolvem-se no confronto entre forças que transitam entre o global e o local, impondo-se ao cotidiano dos cidadãos. Mais que nunca, vimos emergirem formas de apropriação do espaço urbano, permeadas ou determinadas não exclusivamente pelo poder, mas também pela cultura, pela identidade/identificação, pelo medo, pela tecnologia, pelos afetos. Nas ruas e praças, nas inscrições nos muros, sob os viadutos, nos condomínios ou nas favelas, nos espaços domésticos, nas redes sociais, nos transportes públicos, nos corpos e onde mais houver contatos/confrontos entre sujeitos sociais, territórios vão sendo delimitados, disputados, construídos. Nem sempre detentoras de fronteiras rígidas ou temporalidades bem definidas; tampouco assentadas em símbolos exclusivos, múltiplas territorialidades vão tecendo a complexa teia urbana, criando e recriando espaços de negociação, de enclausuramento, de afirmação/negação, de expressão de desejos, de violência, de liberdade, de solidão.

Aqui, não pretendemos fazer uma discussão teórico/epistemológica a respeito do binômio território/territorialidade enquanto conceitos, mas focar no seu uso enquanto uma forma de abordagem. Schneider e Tartaruga sustentam que, quando assim encarado(s), “seus objetivos são, prioritariamente, instrumentais e práticos e, por esta razão, não se pode reivindicar ou reclamar das perspectivas ou abordagens territoriais por serem a-teóricas, pois foi, exatamente, com esta finalidade que foram elaboradas.” (2004, p.107)

Embora constatemos que, em geral, as ditas abordagens territoriais ou, em outras palavras, as políticas de corte territorial se assentem em orientações que partem de gabinetes, de mentes iluminadas pela técnica ou pela ciência, não podemos deixar de considerar que elas também trazem em si a possibilidade, como diriam Schneider e Tartaruga (2004, p.109), de “descentralização e a valorização da participação e do protagonismo dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os beneficiários diretos das políticas”, redefinindo-se o papel das instituições.”

Soaria como arrogante se, no limite deste artigo, considerássemos possível dissecar a cidade em seus múltiplos pedaços e territorialidades, dada a complexidade e diversidade de atores, interesses, cenários e dramas que lhe dão inteligibilidade – ou talvez, ao contrário, transformem-na numa grande incógnita. Entretanto, no afã de contribuirmos para

o debate, consideramos fundamental levantar alguns pontos que, não se constituindo em prescrições, possam servir como elementos para reflexão por parte de todos aqueles que, em alguma medida, vêm discutindo, elaborando e gerindo ações/intervenções/políticas de corte supostamente territorial, de forma a torna-las mais democráticas, participativas e eficazes.

SOBRE LIMITES E FRONTEIRAS NA DEFINIÇÃO DE TERRITÓRIOS

No contexto citadino, as fronteiras que demarcam relações entre os sujeitos, dentro X fora, morro X asfalto, casa X rua precisam ser melhor compreendidas na sua gênese, na sua própria constituição, posto que nem sempre são visíveis em virtude de nem sempre terem uma materialidade - um muro, uma porta, um obstáculo interposto pela natureza, um cordão de isolamento.

Consideramos a referência à fronteira fundamental pois, em geral, quando se fala em território/territorialidade costuma-se reportar-se a limites, por vezes rígidos, muitas vezes definidos pelas instâncias de poder, ou pelo Estado. Isso pode levar a um enviesamento do olhar, pela simples razão de desconsiderarem que, de acordo com Pesavento,

[...] as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade. [...], são produtos desta capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. (PESAVENTO, 2002, p. 35).

A partir dessa indicação, torna-se possível pensarmos as fronteiras como detentoras de um caráter móvel e transcendente ou como “um limite sem limites, que aponta para um além. É conceito impregnado de mobilidade”. (PESAVENTO, 2002, p. 35). Por isso mesmo, tornam-se um espaço de transição, onde confluem, interagem, convivem e se confrontam interesses diversos, onde os sujeitos sociais remetem-se, através de suas vivências, “aos ethos, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias.” (PESAVENTO, 2002, p. 36).

Mais que estabelecer limites, as fronteiras também colocam a possibilidade do encontro, dos confrontos, das trocas, da ‘contaminação’. As fronteiras revelam. Nunes sobre isso sustenta:

[...] a fronteira, como metáfora, possui uma ansiedade de contaminação [...] é uma zona de articulação entre diferentes culturas, etnias, povos e modos de vida que deseja e enseja o contato e a transculturação. A sua riqueza consiste em possibilitar os processos de intercâmbios entre os homens, e entre os homens e o meio em que vivem. (NUNES, 1996, p.35)

Para Martins, “as fronteiras que importa ultrapassar não se configuram sempre sob a forma de limite; persistem, justamente, no interior daquilo que é demarcado, muito embora a sua percepção enquanto limites efectivos nem sempre seja óbvia”. (2000, p.18) O autor

também sustenta que as fronteiras possuem o poder de se deslocar, de se reinventar ou reificar em outro lugar, ainda que não alcancem grande (ou a mesma) visibilidade nessa sua reconstituição.

Nas cidades, ao falarmos sobre fronteiras precisamos fazer referência à fluidez que, em alguma medida, existe entre o espaço público e o privado, entre a casa e a rua, tornando-as permeáveis uma à outra, afetando diretamente o sentimento de proteção, ou mesmo a privacidade, já que “há brechas que [as] intercalam [...], como por exemplo: quando os sons ‘vazam’ de uma moradia, ou pessoas em fuga invadem as casas de outros.” (MARTINS, 2000, p.306)

Simmel (1996) igualmente nos apresenta importantes aportes para compreendermos as relações marcadas por atos de associação/dissociação que marcam a urbe, separam o público do privado, uma comunidade de outra, etc. No seu artigo *A ponte e a porta*, Simmel discute o caráter fronteiriço detido pela última (a porta), demonstrando como através dela torna-se possível ilustrar “de maneira mais clara até que ponto separação e reaproximação nada mais são do que aspectos do mesmo ato” (SIMMEL, 1996, p.12). Enfim, é a possibilidade detida pelo homem de administrar o espaço, de construir perspectivas associativas/dissociativas:

A porta, criando por assim dizer uma junção entre o espaço do homem e tudo o que se encontra fora dele, abole a separação entre o interior e o exterior. Como ela pode também se abrir, o fechá-la dá a impressão de um fechamento, de um isolamento ainda mais forte, face a todo espaço lá fora, do que a simples parede inarticulada. Esta última é muda enquanto a porta fala. Para o homem é essencial, ao mais profundo dar-se limites, mas livremente, quer dizer de maneira que possa vir a suprimir tais limites e se colocar fora deles [...] Porque o homem é o ser de ligação que deve sempre separar, e que não pode religar sem ter antes separado [...] O homem é de tal maneira um ser-fronteira que não tem fronteira. O fechamento de sua vida doméstica por meio da porta significa que ele destaca um pedaço da unidade ininterrupta do ser natural. Mas assim como a limitação informe toma figura, o nosso estado limitado encontra sentido e dignidade com o que materializa a mobilidade da porta: quer dizer com a possibilidade de quebrar esse limite a qualquer instante, para ganhar liberdade. (SIMMEL, 1996, p. 12)

O que discutimos até então aponta para a necessidade de compreendermos as fronteiras não como paredes inertes, muros desprovidos de ‘alma’, mas como decorrentes de sentidos, de significados atribuídos pelos atores ao espaço social e às suas ações. Como tal, são pautadas em princípios de reconhecimento (PESAVENTO, 2002) que os sujeitos sociais estabelecem entre si e o espaço em que vivem e que, em alguma medida, delimitam como ‘seu’ a partir de uma disputa com os ‘outros’. Desta maneira, qualquer proposta/política pública que tenha como perspectiva um corte territorial, deve observar/considerar esses processos associativos/dissociativos, os aspectos culturais e o imaginário que se apresentam neles incorporados, que lhes constituem, que lhes informam e lhes dão forma, produzindo um sem número de fronteiras e, por conseguinte, de territórios/ territorialidades entrecruzados, difusos, sobrepostos; territorialidades marcadas por temporalidades

e permanências diversas. Enfim, um campo nada fértil para quaisquer tentativas homogeneizantes, fórmulas, ações que tenham em vista enquadrar e normatizar a vida e as práticas sociais dos indivíduos e grupos sociais.

QUANDO A(S) IDENTIDADE(S) DIZEM MUITO SOBRE O TERRITÓRIO

A identidade é um tema que, com certeza, está na ordem do dia. Nas cidades, verificamos a emergência de uma infinidade de práticas identitárias, de processos de identificação que acabam por se materializar em segregação, em desigualdades, em ações coletivas e reivindicativas.

Diante do confronto entre o local e o global, entre ‘nós’ e o ‘outro’, diferenças objetivas e subjetivas vão sendo tecidas, levando os sujeitos sociais à reivindicação do direito à identidade. Para Bauman,

Tornamo-nos conscientes de que o pertencimento e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento”, quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada. (BAUMAN, 2005, p.18-19)

Bauman (2001) nos apresenta pistas ao afirmar que, ao invés de nos reportarmos a identidades herdadas ou adquiridas, talvez fosse mais adequado falarmos em identificação, tendo em vista a natureza das relações que marcam o mundo globalizado. Para o autor, a identificação é uma atividade incessante, incompleta, infundável, e que não se fecha, estando todos nós engajados, seja por necessidade, seja por escolha.

Assim pensada, não há como supormos que exista identidade, no singular. Na verdade, elas são plurais e, como tal, são identificações em curso/processo, cujas (re) construções constantes dão-se a partir das práticas sociais, econômicas, culturais, disputas políticas, questões étnico-raciais, de gênero, levando à afirmação ou negação de diferenças e à reivindicação de direitos. Nesse sentido, elas precisam ser tematizadas, descritas, politizadas, situadas no tempo e no espaço, e não podem ser preteridas ao se pensar em políticas públicas. Isso se dá, principalmente, porque na mesma medida em que se observa um crescimento espetacular do discurso da identidade, também aumenta, nos dias atuais, o desejo de reconhecimento por parte de grupos minoritários que passam a exigir direitos, a lutar por igualdade, por justiça, por reconhecimento, pela construção, negociação e afirmação (BAUMAN, 2001).

As contribuições de Agier, no que se refere à(s) identidade(s), soam igualmente como relevantes, à medida em que ele reforça seu caráter “contextual, relacional, construtivista e situacional” (AGIER 2001, p. 9). Não podendo ser definida(s) em si mesma(s), e sim na

alteridade e sempre contextualizada(s). Ela(s) deve(m) ser procurada(s) “nos limites, nas fronteiras, nos contatos”, o que nem sempre é muito fácil, dados os deslocamentos das fronteiras territoriais locais, da dissociação entre lugares e culturas, levando a sentimentos de perda de identidade, por um lado, e pela emergência de novos discursos identitários como compensação, por outro. Para Agier (2001, p. 9),

[...] o ponto de partida das buscas de identidades individuais ou coletivas é o fato de que somos sempre o outro de alguém, o outro de um outro [...]. É necessário, então, pensar-se a si próprio a partir de um olhar externo, até mesmo de vários olhares cruzados.

O autor demonstra o poder detido pelos meios urbanos como “fatores de encadeamento ou reforço dos processos identitários”, já que a cidade multiplica “os encontros de indivíduos que trazem consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais ou suas redes de relações familiares ou extrafamiliares.” (AGIER, 2001, p.9)

A identidade (forjada na alteridade) é condição *sine qua non* para a definição de território e a manifestação de territorialidades. Na relação e na coexistência entre diferentes e na busca pela afirmação/manifestação dessas diferenças, bem como através das negociações e dos conflitos daí derivados, os sujeitos sociais colocam-se num campo de forças, numa disputa por um espaço que pretendem tornar ‘seu’. Assim, fica claro que os processos identitários são permeados, de acordo com Ennes e Marcon, por uma “dimensão política, pois esses, ao mesmo tempo, produzem diferença como expressão de direito, mas também (re)criam desigualdades e relações de subordinação e dominação.” (2014, p. 289) Da mesma maneira, as relações identitárias estabelecidas entre os sujeitos sociais

[...] são mediadas por fronteiras materiais ou simbólicas que funcionam como elementos definidores e demarcadores do eu/nós e do nós/outros. Tais fronteiras são socialmente construídas e são ressignificadas em razão das mudanças dos contextos sociais e históricos que, ora se configuram de modo centralizado e unificado, ora descentrado e fragmentado. (ENNES; MARCON, 2014, p.289)

Onde nos deparamos com múltiplas referências culturais, como ocorre nas cidades, sobretudo nas metrópoles, dá-se uma potencialização das dinâmicas identitárias, evidenciando, conforme Costa (2002, p.21), “faces diversas e de sinal contrário, podendo muito bem assumir caráter de agressão ou convivência, de isolamento ou hibridação, de cristalização ou inventividade, de sincretismo ou reformulação.” Diante de um quadro como esse, é certo que em decorrência de tamanha pluralidade, coloque-se,

[...] de maneira mais atual e decisiva do que nunca, o problema da constituição de meta-regulações institucionais, viabilizadoras da coexistência entre cidadãos portadores do direito a opções identitárias culturalmente plurais. Isto, note-se bem, numa situação que já não é a do relativo confinamento prévio, mas a de inscrição tendencial num quadro de urbanidade abrangente e interdependências globalizadas, ele próprio arena reconfigurada de interpelações identitárias recíprocas. (COSTA, 2002, p. 21-22)

As políticas sociais/urbanas podem ser utilizadas como mecanismos de meta-regulações institucionais, sem que, para tal, assumam um caráter autoritário, verticalizado, impositivo, e sim fruto de confrontos e negociações entre esses cidadãos cujas identidades primam pela pluralidade. O que importa ressaltar, contudo, é que, ainda segundo Costa (2002), devemos considerar que, no âmbito da manifestação das identidades, há três modos principais que se entrelaçam:

1) Identidades experimentadas ou vividas, referidas diretamente a diferentes coletivos, sejam “categoriais, institucionais, grupais, territoriais, ou outros”, pautados em representações cognitivas e em sentimentos de pertencimento partilhados, decorrentes “de suas experiências de vida e situações de existência social”. (COSTA, 2002, p.27)

2) Identidades designadas, ou atribuídas, em geral decorrentes de “construções discursivas ou icônicas de entidades coletivas, com as quais aqueles que as produzem não têm relação subjetiva de pertença”. Costa informa que, aqui, pesa o papel das “abordagens técnicas, artísticas, didáticas, jornalísticas ou turísticas; ou, ainda, as imputações de caráter emblemático feitas [...] pelos discursos político e mediático” (COSTA, 2002, p.27). A nosso ver, observando a forma como as Políticas Públicas de corte territorial são elaboradas, essa é a concepção de identidade que sobressai.

3) Identidades tematizadas (ou políticas de identidade), que “são estratégias de liberadas e reflexivas de colocação pública de uma situação social qualquer sob a égide explícita da problemática identitária, em geral com vistas à constituição ou à potenciação de dinâmicas de ação social.” (COSTA, 2002, p.27-28) Com um claro potencial político, as identidades tematizadas possuem a capacidade de proporcionar aos sujeitos sociais maior visibilidade, maior protagonismo social, potencializando sua ação coletiva.

Diante do exposto, não há como negarmos a necessidade de referência à identidade ao tratarmos do binômio território/territorialidade, tampouco em relação ao seu papel na construção de Políticas Sociais de corte territorial.

SOBRE A TESSITURA DAS REDES E A CONFORMAÇÃO TERRITORIAL

Da mesma forma que o território, hoje também se teoriza, se problematiza e se experimenta a rede enquanto uma forma de expressão ou de organização da sociedade, do Estado, da economia, da cultura, das cidades, do crime organizado, etc. Pontos, nós, linhas parecem conectar-se de um lado a outro, tecendo tramas nem sempre decifráveis:

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. (CASTELLS, 2003, p. 556)

De acordo com Castells (2003, p. 108), “a morfologia da rede parece estar bem adaptada à crescente complexidade de interação e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo dessa interação”.

Falando da possível articulação entre território e rede, Haesbaert e Limonad vão além ao afirmarem que o primeiro tanto pode se expressar através de redes, como pode ser constituído por elas, ainda que considerem a vinculação entre ambos polêmica:

As abordagens vão desde aquelas que os distinguem de forma nítida, contrapondo as duas concepções (como por exemplo Badie (1995) e, de forma mais nuançada, Jacques Lévy (1993), até aquelas que vêem uma simbiose praticamente total entre elas, fazendo desaparecer a especificidade das redes no interior dos territórios (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, 43)

Obviamente, tanto mais complexas se tornaram as redes, quanto mais a tecnologia passou a se impor nas relações desenvolvidas pelos sujeitos e instituições sociais, conforme demonstrado por Castells (2005, p.17), que vê nela (na tecnologia) “condição necessária, mas não suficiente para a emergência de uma nova forma de organização social baseada em redes”.

Assim como temos assistido em relação ao território, a rede também vem assumindo significados os mais distintos, pouco precisos, difusos. Pode, por um lado, constituir-se num conceito e, desta maneira, tornar-se uma ‘chave’ que abre possibilidades de análise da realidade social por parte de várias disciplinas; ou, por outro, pode ser encarada como um modo de organização espaço-temporal, de caráter técnico e/ou empírico/utilitário, capaz de interligar pessoas, grupos, instituições, territórios e, em alguma medida, acompanhar a dinâmica da sociedade contemporânea, sustentada na informação, nos fluxos, na fluidez, na velocidade.

Haesbaert (1997, p.4), na expectativa de contribuir para o debate, afirma:

O território sempre foi constituído de redes. Poderíamos mesmo afirmar que elas passaram de elemento constituinte, na territorialidade mais tradicional e fechada, a elemento constituidor, malha cada vez mais globalizante dentro da qual os territórios podem se tornar meros pontos, ou seja, momentos ou parcelas elementares da rede. Muitos territórios têm o controle e a identidade internos garantidos por redes hierárquicas (geralmente com o papel de dominação) ou complementares (muitas vezes ‘de solidariedade’). E vice-versa: territórios podem servir como patamar para articulação de redes que cooptem, hierarquicamente, outros territórios. O que distingue uma dinâmica da outra é fundamentalmente a extroversão e a introversão dominante em cada processo constituidor ou, em outras palavras, o domínio de dinâmicas centrífugas ou centrípetas.

A discussão acerca das redes é fundamental na medida em que há uma tendência a se considerar o papel assumido por elas na construção e/ou destruição de territórios. Enquanto uma ‘forma espacial’ incrementada a partir da revolução informacional, as redes poderiam contribuir para o desenraizamento, assim como para “a destruição daquilo que tradicionalmente tem caracterizado os territórios: a concepção de fronteiras e de uma identidade interna, garantias de uma relativa estabilidade” (HAESBAERT, 1997, p. 96).

Vistas sob uma outra perspectiva, porém, teriam o potencial de fazer emergir novas formas de solidariedade, novas possibilidades de relacionamentos de base mais horizontal,

novas estratégias associativas e de cooperação, novos meios de socialização do conhecimento. A análise das redes que se apresentam em dado contexto pode contribuir, em grande medida, para informar aos formuladores, gestores e implementadores de Políticas Públicas sobre os recursos existentes, as conexões estabelecidas entre grupos/instituições/movimentos sociais, as formas de difusão de mensagens, as estratégias de poder empreendidas por determinados grupos (sejam segmentos políticos, grupos econômicos, organizações sociais, organizações culturais e midiáticas e até grupos criminosos).

Enfim, poderíamos dizer que, em se tratando de políticas de corte territorial, o ideal é que se tenha em conta aquilo a que Haesbaert (2004, p. 294) denominou de rede territoriais para “ênfatisar o papel das redes em processos (re)territorializadores, ou seja, na construção de territórios em seu sentido de controle ou domínio material e/ou apropriação simbólica” o que também está em plena sintonia com o debate acerca da(s) identidade(s), já feito em momento anterior desse trabalho.

PARA ALÉM DE UMA REFERÊNCIA GEOMÉTRICA - A DIMENSÃO ESCALAR.

Falar em políticas públicas de corte territorial sem fazer, igualmente, referência à questão da escala também não seria apropriado, já que ao mudarmos de escala, também mudamos a ótica e o nível de conhecimento e intervenção em dada realidade, em dado território.

Entretanto, as escalas não podem ficar restritas ao campo das proporções, reduzindo-se a medidas, a referências geométricas. A exemplo do mencionado por Melazzo e Castro (2007, p.137), elas devem ser pensadas

[...] como oposições, como fronteiras, como conceito que define os limites de cada processo social. Devemos então nos lançar na discussão da escala como relação, ou melhor, como correlação entre o que é e o que não é, pois, a representação do mapa, enquanto representação, é uma abstração de algo.

Enquanto uma relação, a escala não é dada, e sim um construto. Smith (2002, p. 141) deixa claro que assim como os homens produzem o espaço, o mesmo fazem em relação à escala que “*puede ser la diferenciación más elemental del espacio geográfico y es en toda su extensión un proceso social.*” Quando a escala deixa de ser entendida apenas como “*escala material trabajada y re trabajada como paisaje*”, assume uma segunda dimensão, qual seja de “*resolución o abstracción que nosotros empleamos para entender las relaciones sociales, cualquiera que sea su impresión geográfica.*” (SMITH, 2002, p. 142)

A discussão sobre escala empreendida por Smith é interessante posto que traz à tona questões relacionadas à identidade/diferença, apropriação, conflito/negociação, o que reforça ainda mais seu caráter relacional, o fato de derivar da prática social, o que permite ao autor afirmar, por exemplo, que “*la escala de la lucha y la lucha sobre la escala son dos lados de la misma moneda*” (SMITH, 2002, p. 142).

Smith, apesar de deixar claro que os investimentos do capital se constituam como os determinantes mais poderosos da escala geográfica, sua construção [da escala] “*también resulta de y contribuye con la lucha social basada (y problematizada) em la clase, el género, la raza y otras diferencias sociales.*” (SMITH, 2002, p. 143). Desta forma, amplia-se a possibilidade de pensarmos a elaboração de políticas públicas de corte territorial que tenham em vista as relações/contradições existentes entre as inúmeras escalas geográficas, desde a global, até a escala do corpo:

La escala global puede ser concebida como la escala del capital financiero y el mercado mundial, y se diferencia interna y principalmente de acuerdo con las condiciones comparativas, costos y capacidades organizativas y tendencias de la fuerza de trabajo. La escala nacional se construye vía cooperación política -militar y competición, pero es dividida en regiones según cuestiones económicas que también relacionan el trabajo. La escala local, por el contrario, puede ser vista como la escala de la reproducción social e incluye el territorio geográfico sobre el cual las actividades diarias se desarrollan normalmente. La renta del suelo constituye el primer medio de diferenciación (Smith, 1990, p. 135-147) La escala de la casa se establece por unidades de reproducción social y se diferencia internamente, principalmente, según las relaciones de construcción y reproducción de género. También podríamos agregar, todavía iniciándose su consideración dentro del discurso geográfico, la escala del cuerpo, explorada por feministas como Rich (1986). (SMITH, 2002, p. 143)

Em se tratando de políticas públicas/urbanas, devemos dar uma atenção especial à escala local, *locus* privilegiado da reprodução social, onde os cidadãos desenvolvem suas atividades cotidianas e onde a vida ordinária acontece, deixando à mostra as desigualdades intraurbanas, a fragmentação do tecido sociopolítico espacial, as lutas diárias. É, em geral, nessa escala que os segmentos populares se veem encarcerados, muitas vezes privados de seu direito de ir e vir, do acesso a direitos fundamentais básicos, a serviços. Enquanto a elite global prima pela possibilidade de desfrute de uma extraterritorialidade, que lhe exime de qualquer comprometimento com o local, e sim com seus próprios interesses,

A territorialidade do resto parece cada vez menos com uma base doméstica e cada vez mais com uma prisão – tanto mais humilhante pela intrometida visão da liberdade de movimento dos outros. Não se trata apenas do fato de que a condição de “estar imobilizado”, incapaz de se mover à vontade e com acesso barrado a pastagens mais verdejantes, exsude o odor acre da derrota, indicando uma condição humana incompleta e implicando ser defraudado na divisão dos esplendores que a vida tem a oferecer. (BAUMAN, 1999, p.31)

É no âmbito local que o caráter multiescalar do espaço geográfico assume maior concretude e impacta diretamente na vida da população urbana – em geral de forma negativa no que se refere aos segmentos menos privilegiados. Mas, por outro lado, é nessa escala que o ‘vernacular’ – aqui entendido como a chancela dos sem poder - pode se manifestar, confrontando e contrastando com a paisagem imposta pelos detentores do

poder e contestando a expansão física e econômica destes e o espaço social para sua auto expressão (ZUKIN, 2000).

ENFIM, PARA/A QUE/QUEM SERVEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CORTE TERRITORIAL?

Sabemos que todo o esforço que vem sendo empreendido pelo Estado e diferentes instâncias/organizações da sociedade civil no sentido de definirem ou reivindicarem Políticas Públicas de corte territorial reflete, em alguma medida, uma crença em que, dessa maneira, seja possível alcançar uma maior proximidade aos atores sociais e às suas demandas, além de permitir a emergência de ações coletivas, redes de cooperação, tornando as relações entre os cidadãos mais densas, dada a existência de identidade entre eles e o espaço que ocupam. Schneider e Tartaruga (2004, p. 109) defendem, inclusive, que

[...] o enfoque territorial é permeável às noções de governança (interação e regulação entre atores, instituições e Estado) e de concertação social ou coordenação de interesses de atores que transcorrem em um espaço determinado que é o território. Tanto a governança como a participação passam a ser entendidas como de fundamental importância para determinar o novo papel das organizações e instituições locais. [...] Assim, o território passa a ser visto e compreendido como a nova unidade de referência e mediação das ações do Estado e o enfoque no desenvolvimento territorial torna-se, portanto, um modo de ação que valoriza os atributos político e culturais das comunidades e dos atores sociais ali existentes. Governança local e participação social tornam-se, neste sentido, atributos do desenvolvimento territorial.

Embora em tese isso pareça muito atraente, o que objetivamente ocorre é a adoção de posturas normativas por parte dos elaboradores e gestores das políticas sociais, redundando em ações pouco permeáveis a uma efetiva participação das instâncias organizativas da sociedade civil e uma desconsideração do(s) território(s) vivido(s) pelos cidadãos. Em alguns casos, inclusive, essas políticas de corte territorial colaboram para o aprofundamento de processos de atomização da cidade, sugerindo, conforme apontado por Burgos, uma noção de território que

[...] remete à ideia de um microcosmo, que inclui diferentes formas de organização da habitação popular – inclusive a favela – e que se diferencia da cidade, que é o domínio dos direitos universais, fonte da igualdade e da liberdade; em uma palavra, da cidadania. (BURGOS, 2005, p. 191)

De fato, a forma como as políticas públicas/sociais têm sido concebidas e implementadas, tendo como horizonte uma suposta lógica territorial, muito mais inibe a liberdade individual e a participação política dos cidadãos, que permite a expressão de suas vozes, sua mobilização, seu protagonismo, tornando-os prisioneiros, como diria Burgos (2005, p. 191), “em espaços fortemente controlados, onde faltam condições mínimas para o exercício dos mais elementares direitos civis, a começar pelo direito à integridade”.

Surgem intervenções/propostas que desconhecem o cotidiano da população, os conflitos e disputas que a tornam, dia após dia, refém de grupos criminosos, de ações clientelistas de políticos, alvo de interesses especulativos. Não são fruto, em geral, de um diagnóstico social sério, capaz de apontar para indicadores que subsidiem a elaboração de planos e projetos que estejam em sintonia com as prioridades sociais e contribuam para a alocação adequada dos recursos públicos. E mesmo quando decorrem de algum tipo de diagnóstico, deixam de fora elementos que, mesmo não sendo facilmente quantificáveis, nem por isso são desprezíveis - os interditos, as fronteiras simbólicas, os percursos cotidianos, os movimentos/expressões dos corpos.

Todos os elementos mencionados dizem muito de um território, à medida que forjam territorialidades múltiplas (e micro), (re)configuram lugares e paisagens, impõem outros sentidos aos usos da casa e também da rua, redesenham os limites dos bairros, atestam o acesso desigual a serviços e equipamentos por parte dos cidadãos, em especial dos segmentos populares. São, igualmente, fatores que restringem a mobilidade urbana e que fazem com que o sentimento de pertencimento à cidade não seja atributo de todos que nela vivem.

Nesse sentido, propostas de cunho territorial que, em essência, impõem-se aos sujeitos, subjugando-os e demarcando limites em descompasso com seus trajetos diários, seus desejos, sua vida, não só são ineficazes, como podem fazer transbordar das gargantas desses sujeitos sociais um grito, tal qual sugerido por Lia Luft: "Meu território é outro... faço parte da manada que corre para o impossível!"

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. Identity in the Globalizing World. **Social Anthropology**, v. 9, p. 121-129, 2001.
- _____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, territórios e cidadania. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 189-222, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7.ed, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.
- _____. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In _____.; CARDOSO, Gustavo (Orgs.) **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Acção Política**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p.17-30, 2005.
- COSTA, António Firmino da. Identidades culturais urbanas em época de globalização. **RBCS**, v. 17, n. 48, p.15-30, 2002.
- ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, Porto Alegre, v.16, n. 35, p. 274-305, 2014.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 267-296, 2007.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói, Ed. UFF, 1997.

- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **ETC -Espaço, Tempo e Crítica**, v. 2, n. 4, p. 39-52, 2007.
- MAIA, Rosemere; FORTUNA, Carlos. Cidade degenerada? Reflexões sobre sua natureza degradada e a (im)propriedade da regeneração. **Boletim Goiano de Geografia**. (Online). Goiânia, v. 36, n. 3, p. 482-501, 2016.
- MARTINS, Rui Cunha. Fronteira, referencialidade e visibilidade. **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, n.1, p.7-19, 2000.
- MELAZZO, Everaldo Santos; CASTRO, Cloves Alexandre. A Escala Geográfica: Noção, Conceito ou Teoria? **Revista Terra Livre**, v. 23, n. 29, p. 133-142, 2007
- NUNES, João Arriscado. Fronteiras, hibridismo e mediatização: os novos territórios da cultura. **Revista de Ciências Sociais**, n. 45, p. 35-71, 1996.
- PESAVENTO, Sandra. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 35-39.
- SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1/2, p. 99-116, 2004.
- SIMMELL, Georg. A ponte e a porta. **Política e Trabalho**, n. 12, p. 10-14, 1996.
- _____. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, n. 2, p.577-591, 2005.
- SMITH, Neil. Geografia, diferencia y las políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo, v.18, n. 19, p. 127-146, 2002.
- ULTRAMARI, Clovis; CARDOSO, Nelson Ari; MOURA, Rosa. Territorialidades em movimento. **RAP**, Rio de Janeiro, v.29, n.4, p. 6-13, 1995.
- WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O.G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 80-103.

O tambor e o território na educação escolar quilombola

El tambor y el territorio en la educación escolar quilombola

The Drum and the Territory in the Quilombola School Education

Cláudia Luísa Zeferino Pires

claudia.luisapires@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Winnie Ludmila Mathias Dobal

falecomawinnie@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Resumo: Este artigo aborda como o percurso e a trajetória de uma comunidade quilombola pode compor as possibilidades e o fortalecimento de uma educação geográfica quilombola pelo território. As ações de educação derivaram de um mapeamento co-participativo, sendo a base metodológica deste trabalho a pesquisa-ação. O mapeamento apresenta a valorização da diversidade racial/étnica presente no espaço para inclusão, permanência, aprendizagem e reconhecimento territorial da comunidade quilombola dos Alpes, em Porto Alegre, RS. Discute-se, igualmente, a temática quilombola, especialmente na educação geográfica, para dar visibilidade ao tema como patrimônio cultural afro-brasileiro e sua valorização no ensino de geografia.

Palavras chave: território, educação quilombola, consciência territorial, mapeamento co-participativo.

Resumen: En este artículo se aborda en el camino y la trayectoria de una comunidad quilombola puede componer las posibilidades y el fortalecimiento de una educación geográfica quilombola por territorio. Las acciones derivadas educativos de un mapeo co-participativo, y la investigación-acción, la base metodológica de este trabajo. El mapeo muestra la valoración de la diversidad racial/étnica de este espacio para la inclusión, retención, el aprendizaje y el reconocimiento territorial de la comunidad quilombola de los Alpes, en Porto Alegre, RS. Discute el tema de quilombo, especialmente en la educación geográfica, para dar visibilidad al tema como patrimonio cultural africano-brasileño y su valor en la enseñanza de la geografía.

Palabras clave: territorio, educación quilombola, sensibilización territorial, mapeo co-participativo.

Abstract: This paper discuss how the pathway and trajectory of a quilombola community can compose the possibilities and the fortification of a quilombola geographical education by the territory. The educational actions derived from a sharing mapping, so the methodological basis of this work is the action research. The mapping presents the valorization of the racial/ethnic diversity present in the space for inclusion, establishment, learning and territorial recognition of Quilombola

Community of Alpes, at Porto Alegre, RS We also discusses the quilombola theme, especially in geographic education, to give visibility to afro-Brazilian cultural patrimony theme and its valorization in Geography teaching.

Keywords: territory, quilombola education, territorial awareness, sharing mapping.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo debater as possibilidades de uma educação geográfica quilombola pelo território construída pelas marcas socioculturais e espaciais da comunidade Quilombo dos Alpes. Para isso, faz-se necessário relatar sobre as atividades relacionadas à Lei 10.639/03 e 11.645/08 (BRASIL, 2003; 2008), desenvolvidas no quilombo e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Gabriel Obino, em Porto Alegre, RS, articuladas a uma trajetória de pesquisa iniciada em 2013 no Núcleo de Estudos Geografia & Ambiente (NEGA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em 2013, a comunidade Quilombo dos Alpes estabeleceu uma parceria com o NEGA para a construção de um mapa que representasse os percursos e experiências vividas pela comunidade no território, com a função de marcar as trajetórias de vida com o uso do espaço e de sua territorialidade. Esse mapeamento objetivou identificar, pelas trilhas, as marcas da ancestralidade e da atualidade do sagrado no Quilombo dos Alpes. Para além das trilhas identificadas e mapeadas, o mapa expressa as histórias de vida, os vínculos e pertencimentos com o espaço. Elaborado em duas etapas, a primeira envolveu diretamente um grupo de estudantes da disciplina de Organização e Gestão Territorial 2013/2, originando o mapa *Da ancestralidade à atualidade: recuperação, preservação e valorização do sagrado no Quilombo dos Alpes*. Este deu nome ao capítulo do livro *Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território* (PIRES et al., 2016). Na segunda etapa, um grupo de pesquisadores do NEGA discutiu os marcadores territoriais que passaram a ser discutidos em sua forma e conteúdo com a comunidade. Dessa etapa se originou o mapa *Pelas Trilhas do Quilombo dos Alpes*. O mapa tornou-se um instrumento didático para reconhecimento e discussão sobre território e territorialidade quilombola junto às crianças do projeto de Laboratório de Inteligência Ambiental e Urbana (LIAU), coordenado pela Professora Andrea Ketzer Osorio, da Assessoria de Educação das Relações Étnico-Raciais (ASSER), coordenada por Vanderlei de Paula Gomes, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Gabriel Obino, com a participação da professora Gisele Laitano. Ambas fazem parte da Secretaria Municipal de Educação (SMED) assim como também da comunidade quilombola (Fig. 1). A partir dessas ações se estrutura nosso das atividades e um convite a refletir como educação geográfica e território constituem uma relação de conhecimentos para educação escolar quilombola.

Figura 1: Quilombolas e o mapa *Pelas trilhas do Quilombo dos Alpes*.

Fonte: NEGA (2015).

O QUILOMBO DOS ALPES

A realização desse trabalho não seria possível sem o acolhimento e disponibilidade da comunidade quilombola do Quilombo dos Alpes, localizada em Porto Alegre, RS. Acolhimento marcado por carinho, paciência e respeito. É sabido que esse acolhimento é característica comum de comunidades afro-brasileiras, considerando os valores afro-civilizatórios.

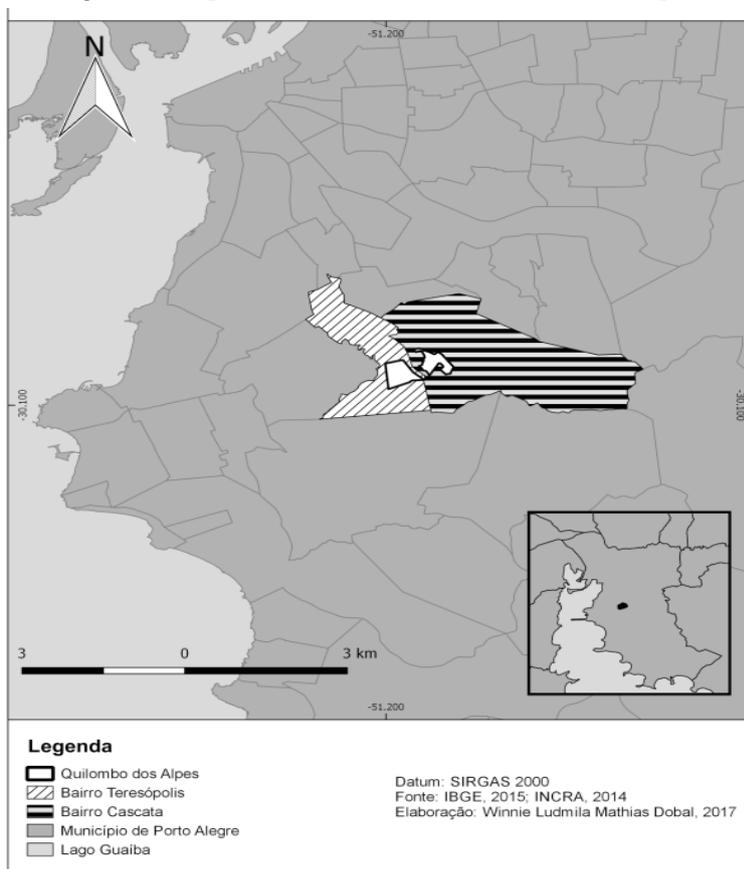
Conforme Azoilda Trindade (2005), compreende-se como valores civilizatórios afro-brasileiros

[...] a intenção de destacar a África, na sua diversidade, e que os africanos e africanas trazidos ou vindos para o Brasil e seus e suas descendentes brasileiras implantaram, marcaram, instituíram valores civilizatórios neste país de dimensões continentais, que é o Brasil. Valores inscritos na nossa memória, no nosso modo de ser, na nossa música, na nossa literatura, na nossa ciência, arquitetura, gastronomia, religião, na nossa pele, no nosso coração (TRINDADE, 2005, p.30).

Entretanto, para além das teorias, foi de grande importância poder compartilhar do que lhes é tão sagrado, o seu conhecimento. Sem a participação da comunidade não bastaria a inspiração interna, que não seria suficiente para dar corpo ao trabalho, nem suficiente para marcar parte da Geografia que desenvolvemos.

O Quilombo dos Alpes está localizado entre os bairros Teresópolis e Cascata no município de Porto Alegre (Fig. 2), tendo como área de maior ocupação de moradias a que se encontra no bairro Cascata; a área que se encontra no bairro Teresópolis foi escolhida e destinada pelos quilombolas para preservação da flora e da fauna presentes no morro. É considerado o maior quilombo urbano da cidade, com área aproximada de 58 ha (INCRA, 2014).

Figura 2: Mapa de localização do Quilombo dos Alpes.



Fonte: NEGA (2017).

A luta pela regularização fundiária teve início com a formação da Associação Quilombola Dona Edwirges, em 2005, junto com o autorreconhecimento da comunidade certificado pela Fundação Cultural Palmares. A possibilidade de titulação dá-se a partir do Artigo 68 do *Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal Brasileira* de 1988, que prevê o dever do Estado em emitir títulos de propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, e do Decreto 4.887/2003 que instrumentaliza as titulações determinando as fases necessárias para: (a) o autorreconhecimento enquanto pretensa comunidade quilombola; (b) a elaboração científica de laudo histórico-antropológico; (c) a demarcação e a desapropriação da área, que constitui a fase propriamente política do processo e (d) a certificação e a titulação das terras que passam a ser inalienáveis e indivisíveis para uso comum, sem parcelamento por lotes.

A formação do Quilombo dos Alpes está associada a chegada de Edwirges Francisca Garcia da Silva, em meados de 1930. A Vó (como Edwirges é referenciada pela comunidade) foi a matriarca do quilombo por muito tempo e constituiu a base de relações de parentesco e mito fundador do quilombo. Sendo considerada a primeira moradora da região, ali viveu e morreu aos 108 anos de idade. Dessa relação tempo-espço, estabeleceu-se e criou laços e relações com o território, assim como seus seis filhos e seus descendentes. Assim,

Dona Edwirges e seus familiares vivenciaram, presenciaram e auxiliaram na construção do quilombo, do seu entorno e da cidade.

Para além do reconhecimento territorial pelo Estado através da luta pelo direito à terra, torna-se importante resgatar o conceito de quilombo trazido por Alex Ratts (2006) em um trabalho de resgate da memória e dos trabalhos de Beatriz Nascimento. Conforme Ratts (2006), quilombo, especialmente, baseado em Quilombo dos Palmares, discute uma ideia de nação.

Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território. É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível (sic) duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho a direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou. (NASCIMENTO *apud* RATTIS, 2006, p.30).

A relação de comunidade com o território se dá para além de suas bases físicas ou de moradia, ela é evidenciada e vinculada ao estar e pertencer a terra. Este vínculo que expressa o sentido/pertencimento/vivência ao quilombo chamamos de 'marcadores territoriais'. Em Pires et al. (2016) os marcadores territoriais compreendem o significado material e simbólico representado no espaço pelas trilhas sagradas e de convivência familiar, pelos pontos sagrados, como espaços de oferenda e de representação de orixás segundo a religião de matriz africana, assim como locais de antigas moradias da matriarca e familiares. O Capão da Vó e a Caverna da Tia Jaci configuram o que passamos a denominar de marcadores territoriais que constituem alicerce e fio condutor das narrativas espaciais da comunidade. Estas são a reconstrução das experiências vividas desveladas na relação com o espaço em diferentes formas. O narrador se vale do espaço para atribuir significados de pertencimento (PIRES et al., 2016).

A comunidade quilombola dos Alpes localiza-se em uma das áreas mais altas da cidade, entre os morros da Glória, com altitude de 279m, e do Teresópolis, com altitude de 262m. A elevada altitude e a localização na zona sul da cidade possibilitam o que a maioria dos visitantes e dos agentes imobiliários que disputam o território consideram como sendo o elemento de valorização: uma vista privilegiada da cidade, que abarca o Lago Guaíba e suas Ilhas. Entretanto, apesar dos quilombolas reconhecerem a beleza da vista, a Janja (Rosângela Garcia Elias, Presidente da Associação Quilombo dos Alpes e neta de Edwirges) relata que esta não é e nem pode determinar o valor do território, muito pelo contrário, a vista faz com que fiquemos de costas para o quilombo. O que determina o valor do território para a comunidade (aproximadamente 120 famílias) são os locais onde brincavam na infância, as antigas moradias, a vasta vegetação - contendo ainda resquícios de vegetação nativa e original da Mata Atlântica - a lagoa, a fauna, etc. Ou seja, são os

marcadores territoriais, as trilhas, o sentimento de vivência e sobrevivência, a resistência da comunidade que fortalece a coesão territorial através de suas práticas (fazeres e saberes). É desse olhar atento para dentro, que dá forma ao que consideramos uma possibilidade de geração e produção de conteúdos geográficos para uma educação territorial antirracista.

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E QUILOMBOLA

A educação e a escola passam a ter, a partir das Leis 10.639/2003 e 11645/2008, um papel fundamental no fortalecimento de identidades e na constituição de espaços antirracistas na educação escolar. Se a escola, como um espaço tradicionalmente visto como privilegiado, romper com seus modelos de educação colonial, poderá provocar a resistência e criar possibilidades de transformação da realidade vivida cotidianamente. Altera assim os rumos da organização social que perpassa em escala local e promove a integração entre povos e culturas em escala global (globalização cooperativa ou solidária).

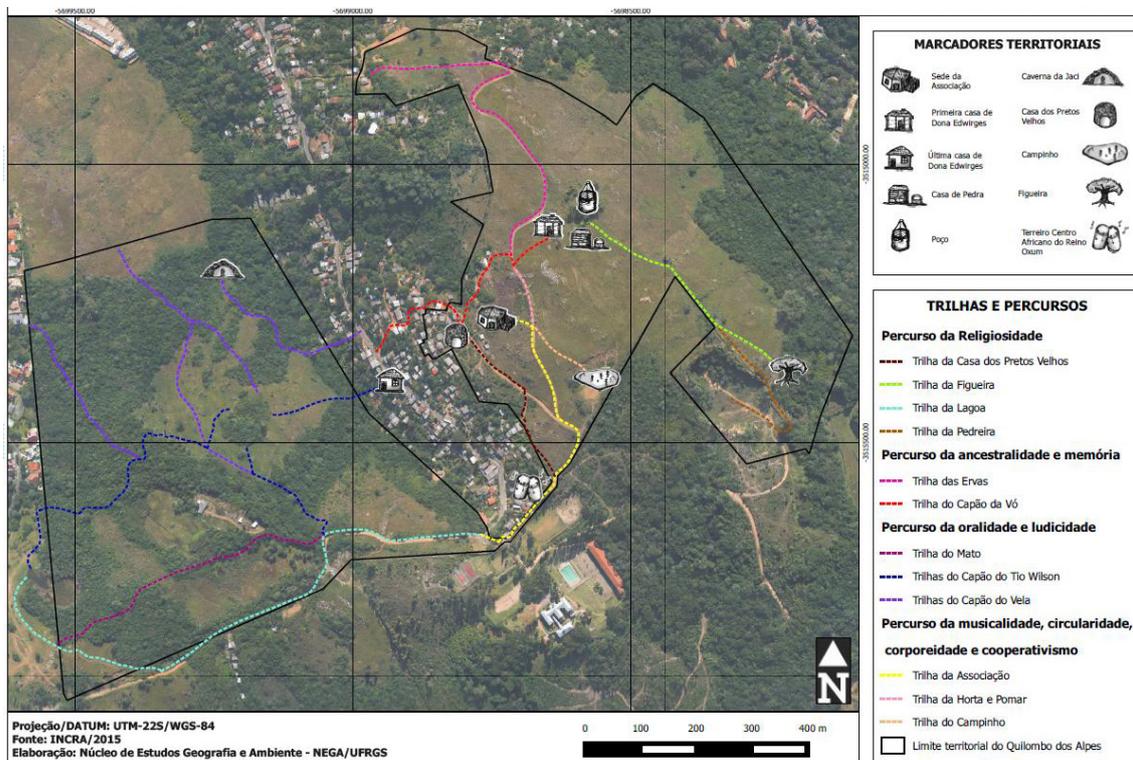
Esse movimento deve se tornar efetivo, não somente para atender as leis citadas, mas para constituir-se no plano pedagógico da escola as dimensões étnico-raciais. Essas mesmas ideias estão fortalecidas pela Resolução CNE/CEB 08, de 20/11/2012 que define diretrizes curriculares para educação escolar quilombola na educação básica. Compreender territorialmente dos quilombos significa entender um projeto de nação que foi negligenciado na educação básica. Isso significa, a inserção na matriz escolar, de temas que sejam comuns à cultura, educação, valores e saberes quilombolas, tais como: terra, territorialidade, identidade, religiosidade, organização comunitária, dentre outros.

Estabelecer essa relação não significa simplesmente dar voz aos sujeitos, mas considerá-los nos seus contextos históricos e espaciais, propiciando a formação política e a construção e consolidação do exercício de uma consciência cidadã, visto que a realidade não pode ser concebida e esgotada num sistema de ideias. É preciso ainda apreender a condição territorial na sua convivialidade e tecer a trama territorial, impregnar-se delas, sentir como as pessoas com que trabalhamos e convivemos (nossos educandos e comunidade escolar) se sentem e simplesmente abrir-se ao aprender, apreender a compreender o olhar do outro.

É na busca da transformação vivida dos sujeitos que propomos o mapa como instrumento de educação geográfica e quilombola. O mapa pelas trilhas do Quilombo dos Alpes: percursos, memórias e identidades (Fig. 3), possibilitou indagar se este representaria uma consciência territorial. Baseada em Mesquita (1995) foi possível perceber que, no mapa, a narrativa espacial trata de vivências individuais e coletivas, de participantes de um 'projeto de coletivo', mesmo que transformado/mutante, mas duradouro quanto a socialidade presente em relação a si, aos outros e a natureza. Para a referida autora, a consciência territorial é entendida como a consciência do lugar, *locus* da sociabilidade mais próxima vivida cotidianamente (MESQUITA, 1995).

A elaboração do mapa foi realizada pela pesquisa participante, conforme compreendida por Brandão (2007), onde suas ações dão-se pela interação entre diferentes

Figura 3: Mapa Pelas Trilhas do Quilombo dos Alpes: Percursos, Memórias e Identidades.



Fonte: NEGA (2015).

conhecimentos, entrepostos, de forma compartilhada de compreensão da realidade social pode ser construída. Dessa relação/movimento, articula-se um terceiro conhecimento que pode se apresentar como novo e transformador. O mapa é resultado destes caminhos metodológicos e apresenta os limites territoriais demarcados pelo INCRA (2014), as trajetórias de vida vivenciadas com o espaço e associadas a toda ancestralidade vivida pela comunidade.

Buscou-se junto à comunidade quilombola a apreensão das suas marcas territoriais, expressas no mapa em marcadores territoriais, que simbolizam e materializam os valores civilizatórios afro-brasileiros - o processo de construção do mapa denominamos de mapeamento co-participativo, onde as narrativas e marcadores territoriais tornaram-se referência (PIRES; HEIDRICH; COSTA, 2016).

Costa e Maciel (2006) buscam compreender na consciência territorial de Mesquita (1995) a partir da possibilidade de construir uma educação territorial, promovida pelo entendimento tanto das condições territoriais internas (raízes) como das externas (estímulos). Assim, discute-se que a educação geográfica quilombola perpassa por uma educação territorial, por uma ação conjunta dos agentes e sujeitos escolares, compreendidos como sendo não somente os profissionais do ambiente escolar e educandos, mas principalmente também as comunidades onde os ambientes escolares estão inseridos. Pois são as comunidades escolares que possuem a geograficidade necessária para tensionar os conteúdos impostos no sistema vigente de ensino. São as 'grafias' territoriais das comunidades que entendemos como fundamentais para a construção de uma consciência territorial dos

educandos. Sendo a tomada de consciência territorial, o reconhecer-se como sujeito, que se faz a partir do contato com o outro e das relações herdadas, mas transformadas pelos estímulos externos, um caminho para autonomia, um caminho para transformação da nossa territorialidade.

São os valores civilizatórios afro-brasileiros e os marcadores territoriais que possibilitam tensionar os símbolos expressos na legenda do mapa, dimensões importantes do ensino de Geografia. Como a de 'branqueamento do território', que a partir da política de imigração e colonização brasileira desenvolvida após o período escravocrata, onde o Estado buscava ocupar com imigrantes áreas consideradas vazias, no entanto ocupadas pela população indígena e quilombolas. Essa dimensão se reproduz na dimensão de 'branqueamento' da imagem do território, que se caracteriza na construção de uma historicidade dos locais que sofreram branqueamento populacional e territorial, pois é contada a partir de narrativas monopolizadas e hegemônicas dos processos de ocupação pela população branca, permitindo a localização de indivíduos e grupos nas relações de poder, na definição de projetos de sociedade e território.

O mapa, generalizado em nosso processo de escolarização, torna-se então instrumento de exclusão, hierarquização e subalternização social da população negra, a partir da eliminação da presença de outros grupos enquanto protagonistas dos processos históricos tendo impactos fundamentais sobre a constituição de pertencimentos de indivíduos e grupos com o território, o que está na própria base da função da Geografia enquanto saber escolar: os quilombolas pertencem ao território e o território lhes pertence (SANTOS, 2010). Uma terceira dimensão de 'branqueamento' cultural do território se dá a partir das duas primeiras, onde a eliminação da presença de grupos e indivíduos não brancos, oculta das narrativas, as matrizes, signos e símbolos culturais desses grupos, que possibilitam a constituição de identificação de territórios, lugares e regiões com somente os processos, práticas culturais, sociais e espaciais da população branca, invisibilizando a presença e contribuição negra e indígena na construção territorial. Essas dimensões expressam-se em mapas e imagens utilizados como instrumentos no ensino de Geografia. Contrapondo-as, o mapa *Pelas Trilhas do Quilombo* tornou-se um instrumento que valoriza a contribuição quilombola para a formação territorial brasileira, possibilitando a construção de um caminho para consciência territorial dos educandos.

O mapa *Pelas Trilhas do Quilombo*, construído junto à comunidade, expressa não somente um instrumento de luta para a mesma, pois se trata de material oficial muito utilizado pela Associação do Quilombo dos Alpes onde reproduz os limites territoriais da comunidade com seus usos e ocupações sagradas, como também é um instrumento didático, representando os marcadores territoriais da comunidade. Estas integram as trilhas demarcadas pela comunidade no espaço, construídas a partir da trajetória de vivência da mesma, simbolizando seus valores civilizatórios afro-brasileiros: religiosidade, ancestralidade, memória, oralidade, ludicidade, musicalidade, circularidade, corporeidade e cooperativismo, valores tão importantes para a comunidade quanto para a construção cidadã dos educandos.

Esta discussão se aproxima muito com o que Larrosa (1998) nos coloca sobre a alteridade da infância. À medida que nos inquietamos com o que sabemos (e a soberba da nossa vontade de saber), à medida que suspendemos o que sabemos (e a arrogância de nossa vontade de poder) e à medida que colocamos em questionamento os lugares que construímos para ela, poderemos construir o nosso mundo e nós mesmos pela diferença e heterogeneidade. Não pelo olhar do outro, mas pela construção do nosso próprio olhar. Essa é uma ideia muito aproximada da discussão que Franz Fanon (2008) quando situamos a negritude em sua ancestralidade, em sua história, em suas memórias e espaço, estamos construindo outras racionalidades que procuram desconstruir o olhar do outro sobre nós mesmos.

Trilhamos um caminho de construção de educação territorial, baseada na educação quilombola e antirracista, em diálogo com a comunidade do Quilombo dos Alpes, a Escola Municipal de Educação Fundamental - EMEF Gabriel Obino e com a SMED. A partir do aprendizado proporcionado pela comunidade, foi possível iniciar atividades vinculadas ao ensino na escola, e no ano de 2014 realizou-se oficina na EMEF Gabriel Obino junto aos alunos da turma do LIAU (Fig. 4). O objetivo era trabalhar a oralidade com os educandos e os demais valores civilizatórios afro-brasileiros, como a circularidade, memória, musicalidade, corporeidade, cooperativismo, desenvolvendo assim a partilha das suas vivências, a escuta atenta do outro, possibilitando também a desconstrução de preconceitos.

Figura 4: Oficina do LIAU.



Fonte: NEGA (2014).

A oficina possibilitou introduzir a pedagogia Griô junto aos educandos e partir dela desenvolver os significados da condição territorial quilombola ao ‘subir no Quilombo’ (Fig. 5), onde os educandos teriam contato com a nossa *Griô Janja* (Liderança que transmite, pela tradição oral, as memórias da comunidade quilombola) e junto a ela o *Ubuntu* (palavra de origem africana que possui significados filosóficos importantes como sou o que sou pelo que nós somos e aqui evoca toda a ancestralidade da comunidade quilombola, que nos impregna na vida e principalmente sem estar munidos dos preconceitos estabelecidos pela cotidianidade das comunidades do entorno do Quilombo e da escola.

Figura 5: Saída de Campo do LIAU no Quilombo dos Alpes



Fonte: NEGA (2014).

No ano de 2015, participamos juntamente às ações das Assessorias de Educação Ambiental e das Relações Étnico-Raciais com o desenvolvimento do e Quilombo dos Alpes, atividades de formação para os professores da rede básica de ensino, incluindo a atividade de campo *Trilha Etnobotânica* (Fig. 6). Nesta, a partir do contato com o mapa e com a comunidade quilombola, os professores pudessem apreender as possibilidades de práticas escolares a partir da educação quilombola e assim instaurar o processo de inclusão das temáticas negras/quilombolas na formação escolar que somente é possível com a efetiva formação/engajamento dos professores, pois não é somente os educandos que estão munidos de preconceitos.

Figura 6: Trilha Etnobotânica



Fonte: NEGA (2014).

Os frutos das diversas atividades desenvolvidas com professores e demais agentes de ensino, ficaram evidentes no ano de 2016, onde os professores da EMEF Gabriel Obino convidaram o Quilombo dos Alpes para organizar uma atividade de formação dos professores da escola (Fig. 7).

Figura 7: Atividade de formação de professores no EMEF Gabriel Obino.



Fonte: NEGA (2014).

Com as atividades realizadas, percebe-se que a fala quilombola no seu espaço de luta e de resistência revelam o legado civilizatório que a formação socioespacial brasileira negligenciou historicamente. Pela voz da Janja, percebe-se o quanto a memória cultural teve seus apagamentos. Entretanto, pela sua voz e ensinamentos de coragem e de vida, ela assume o Quilombo como seu lugar de ser e estar no mundo.

O TAMBOR E O TERRITÓRIO

O tambor é um dos ritos que liga o sagrado à terra e perpassa numa relação de axé muito importante para o Quilombo. Ao som do tambor, tem-se o canto, a dança, a energia, os movimentos sacros das manifestações religiosas de matriz africana. Essa expressão constitui um importante símbolo que se liga a terra e ao Quilombo. Se pensarmos que território, na compreensão de Claude Raffestin (1993), constitui-se a partir do espaço como resultado de ações conduzidas por alguém, ao se apropriar de um espaço de forma concreta ou simbólica alguém territorializa o espaço. Estas relações envolvidas estão inscritas em diversos campos de apropriação, uma imagem idealizada de território e conseqüentemente de conflitos. A grande questão que se coloca é que o território passa a ser identificado nas designações cartográficas assim como em muitas ilustrações que estão presentes em livros didáticos, a partir de uma cultura homogênea, tornando universal as diferenças e suas desigualdades.

O tambor é uma projeção cultural que se liga ao território e constitui uma expressão da territorialidade quilombola dos Alpes. Ressalta-se nessa compreensão o que Henriques (2003) comenta sobre essa discussão ao salientar que “o território não é o mapa”, considerando a importância de fatos existenciais que não só criam a natureza, mas exigem a organização de formas de sociabilidade. Para a autora, o mapa representa o caráter ideológico de um conjunto de intencionalidades políticas, econômicas e socioculturais. Conforme Henriques (2003), o território define-se pela relação que se sustenta com a história, e que se exprime não só na presença dos espíritos dos antepassados, mas pela acumulação de sinais e de marcadores, uns criados pela natureza e reinterpretados pelos homens, os outros provindos do imaginário do indivíduo e da sua sociedade. Ao tratar sobre os desmantelamentos das estruturas territoriais africanas, Isabel Henriques (2003) articula seu trabalho sobre território e identidade a partir de marcadores territoriais, sendo um deles os musicais ou sonoros. Esses marcadores podem assegurar a coesão do território. A identidade tem a compreensão de ações coletivas e individuais e dessa forma o território vai se organizando pelas diferentes ações. Foi pensando nesse sentido que reconhecemos a relação ancestral entre o tambor e o território (PIRES, 2016).

Dessa forma, são diversos os instrumentos do ensino de Geografia que reproduzem representações homogêneas do espaço, tensionando o caminho para a consciência territorial negra, impossibilitando sua cidadania plena. O mapa tornou-se importante dentro desse processo de reconhecimento (consciência), mas acima de tudo, de construção de conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a pretensão inicial deste artigo, acreditamos ter trazido à tona a discussão sobre educação geográfica quilombola e território, demonstrada por nossas experiências. As experiências escolares dos corpos negros, no ambiente escolar, são diversas

das dos corpos brancos e que se considerarmos as inúmeras historicidades e espacialidades da população negra na cidade de Porto Alegre é possível inserir a temática negra quilombola nos ambientes de ensino.

Para isso propomos o debate de educação territorial, pois para alcançar uma consciência territorial pelos educandos, é necessário considerar a leitura dos corpos no espaço, a leitura que os corpos fazem do espaço e a leitura que corpos distintos fazem sobre eles no espaço. Assim como as diversas formas de representação dessas leituras, trabalhadas aqui como os instrumentos de ensino de Geografia, livros didáticos e cartografias. Foi possibilitado aos educandos e educadores, principais atores objetivados pelas leis e diretrizes, a partir das experiências educacionais no quilombo, atividades de formação desenvolvidas dentro do ambiente escolar e dentro da comunidade. Desenvolveu-se contato com os valores civilizatórios afro-brasileiros da comunidade quilombola, assim como foi possível compreender sua historicidade e geograficidade, possibilitando a apreensão, de forma diversa ao que geralmente ocorre dentro dos ambientes escolares, de uma educação que vise o respeito, a horizontalidade e que preze as diferentes formas de aprendizagem dos corpos.

A emergência desse questionamento nos faz refletir sobre a cultura negra, suas práticas sociais no Brasil e suas representações espacialmente fraturadas. O mapa, inicialmente, tornou-se um instrumento fundamental de representação e reprodução das geofricidades negras, e no ensino de geografia, possibilitou tensionar a hegemonia imposta dentro do mesmo, trazendo para dentro do ambiente escolar as práticas espaciais da população negra.

As raízes e as antenas, que segundo Mesquita (1995) se configuram como impulsos internos e estímulos externos respectivamente, é a forma como o sujeito se apropria individualmente do espaço e como o espaço se apropria do sujeito, enquanto sujeito social, vulnerável aos atores externos, que caracteriza a territorialidade. A partir da compreensão da territorialização do espaço, da possibilidade de territorialidade sobre o mesmo, que compreendemos o território como agente educador, pois quando os sujeitos tomam consciência das raízes e antenas que os vinculam ao território, conforme Mesquita, consciência territorial, que surge a possibilidade de transformação tanto do sujeito quanto do território. Para Santos (1996/1997), o negro no Brasil, encontra-se em situação de cidadania mutilada, pois ser cidadão completo é ser como o estado,

[...] é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só defrontar com o estado, mas afrontar o estado. O cidadão seria tão forte quanto o estado. O indivíduo completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos. (SANTOS, 1996/1997:133).

Nesse sentido, o desafio de construir uma educação antirracista na sua relação com a terra (*geo*) grafada (*grafias*, também compreendidas como marcas), está pautada em tornar presente os usos e sentidos da negritude do Quilombo dos Alpes que estão ausentes espacialmente e temporalmente. Estas representações silenciadas são sustentadas por um conhecimento e por um desejo de expressar a unificação identitária da diferença cultural

e territorial do continente africano que sempre está presente nos livros didáticos através dos mapas e das imagens.

Assim, acreditamos que o percurso de educação antirracista, é um caminho tomado de tensões, entretanto são essas as possibilidades de vivência demonstradas pela comunidade quilombola, que nos possibilita acreditar na inserção das temáticas negras e quilombolas nas matrizes de ensino e na importância dessa inserção. É a luta, a vida das comunidades, que nos trazem força e conteúdo para lutar por uma educação que preze pela autonomia dos educandos e por consequência pela transformação da sociedade, é a partir da consciência territorial, tanto pelos educandos, quanto pelas comunidades envolvidas que se tornam viáveis a construção do campo das ideias para a ação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

_____. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário oficial da União, Brasília, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (a). Parecer n.03 de 10 de março de 2004. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, julho de 2004.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, novembro de 2012.

COSTA, Benhur Pinós da; MACIEL, Jaqueline Lessa. O Território como conceito-chave na educação ambiental reflexões a partir do projeto comunitário Jardim Botânico e a comunidade: preservando a flora nativa”. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 126-145, out. 2006.

FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: ED. UFBA, 2008.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Território e identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção - da Angola colonial** (c. 1872-c. 1926). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa 2003. Disponível em <www.africafederation.net/desmantelamento_africano.pdf> Acessado em: 01 mar. 2013.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância ou o que vai do possível ao verdadeiro. In: LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Péres de. (Orgs.) **Imagens do Outro**. Petrópolis: Vozes, 1998. p.67-86.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: _____. (Org.) **Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: 1995. Ed. da Universidade

PIRES, Cláudia; RATHMANN, M.; FREITAS, Clarice. M.; SILVA, Luana. Território sagrado: da ancestralidade à atualidade no Quilombo dos Alpes - Porto Alegre - RS. In: PIRES, Claudia; HEIDRICH, Álvaro; COSTA, Benhur Pinós da. (Org.). **Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território**. Porto Alegre: Compasso Lugar - Cultura, 2016.

_____. PAULA, Cristiano. Q.; BONETTO, H. Mapas-narrativas e um conto geográfico. In: HEIDRICH, Álvaro; PIRES, Cláudia (Org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Letra1, 2016.

_____. Território, significações etnoculturais e educação. In: KAERCHER, Gladis; FURTADO, Tanara. (Org.). **UNIAFRO: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola**. Porto Alegre: Ely Petry, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São. Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **As cidadanias mutiladas**. Disponível em: http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidadanias-mutiladas_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf. Acesso em: 12 nov. 2015.

SANTOS, Renato E. dos. Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**, São Paulo, v. 26, n. 34, p. 1-281, jan.-jun. 2010.

TRINDADE, Azoilda L. da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. **Valores afro-brasileiros na educação**. Salto para o futuro. TV escola /MEC, 2005. (Boletim 22).

A dengue em Paranavaí, PR (Brasil) - 2012-2013: políticas públicas e campanhas sanitárias

El dengue en Paranavaí, PR (Brasil) - 2012-2013: políticas públicas y campañas sanitarias

Dengue in Paranavaí, PR (Brazil) - 2012-2013: Public Policies and Health Campaigns

Thiago Kich Fogaça

tkfogaca@gmail.com

Doutorando - PPG em Geografia - Universidade Federal do Paraná - UFPR

Francisco Mendonça

chico@ufpr.br

PPG em Geografia - Universidade Federal do Paraná - UFPR

Resumo: A gravidade da epidemia de dengue ocorrida em Paranavaí, PR, no verão de 2012-2013 foi marcada pelo elevado registro de casos da doença, com mais de 10% da população diagnosticada. A região apresenta condições socioambientais (climáticas e urbano-ecológicas) favoráveis à proliferação do vetor *Aedes aegypti*. Esta pesquisa coloca em evidência os procedimentos realizados pelos profissionais de saúde para desvendar os fatores primordiais na consolidação da epidemia. Foram analisados dados variados como registros de casos, de emprego de inseticidas e visitas domiciliares, bem entrevista semiestruturada com profissionais municipais. Constatou-se que um conjunto de fatores foi responsável pela gravidade da epidemia, em destaque o despreparo dos profissionais de saúde, a interrupção da vigilância no período eleitoral municipal de 2012, e a falta de conscientização da população no trato dos resíduos sólidos urbanos.

Palavras-chave: Vigilância, saúde, Geografia.

Resumen: La gravedad de la epidemia de dengue ocurrida en Paranavaí, interior de Paraná, en el verano de 2012-2013, fue marcada por el elevado número de casos de la enfermedad, ya que más del 10% de la población fue diagnosticada. La región presenta condiciones socioambientales (climáticas y urbano-ecológicas) favorables a la proliferación del vector *Aedes aegypti*. Esta investigación pone en evidencia los procedimientos realizados por los profesionales de salud para desentrañar los factores primordiales en la consolidación de la epidemia. Fueron analizados datos variados tales como registros de casos, de uso de insecticidas y visitas en los domicilios, bien como una entrevista semi-estructurada con profesionales del municipio. Se constató que un conjunto de factores fueron responsables de la gravedad de la epidemia, destacándose la falta de preparación de los profesionales de salud, la interrupción del monitoreo durante el periodo electoral municipal de 2012 y la falta de concientización de la población en el tratamiento de los residuos sólidos urbanos.

Palabra-claves: Monitoreo, salud, Geografía.

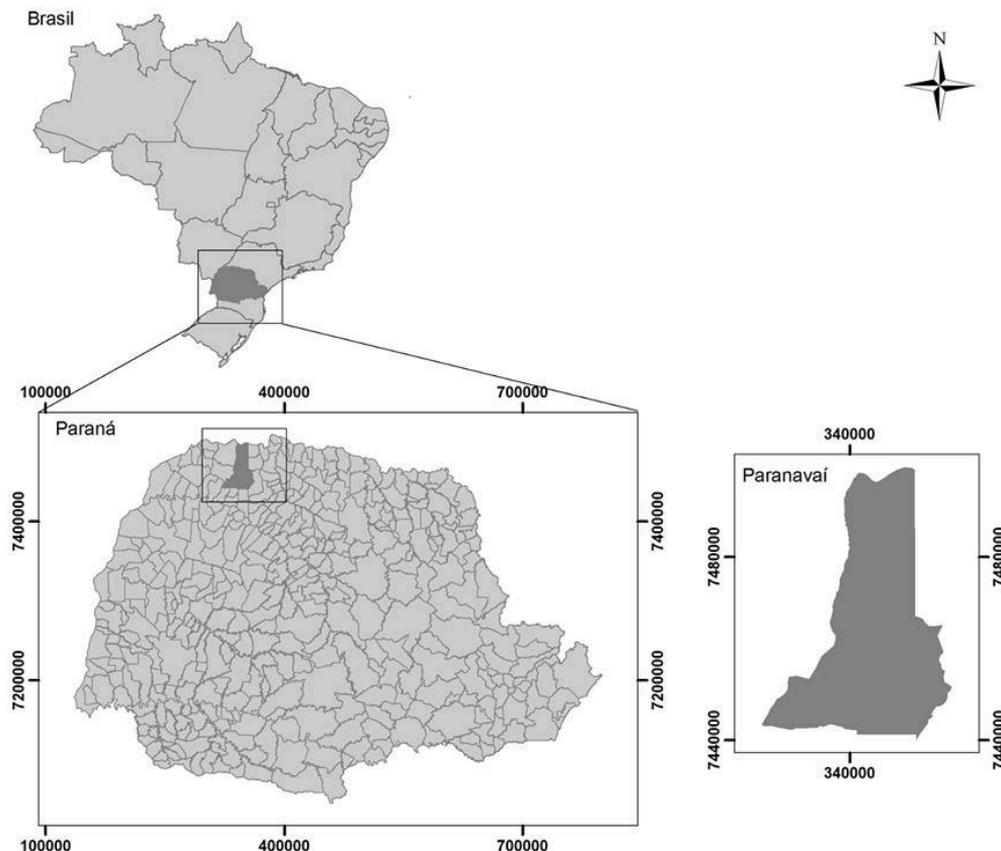
Abstract: The seriousness of epidemic dengue occurred at Paranavaí, PR, during the 2012-2013 summer was marked by the high number of disease registries, when more than 10% of population was diagnosed. That region is characterized by social and environmental conditions (climatic and urban ecological) which are propitious to vector *Aedes aegypti* proliferation. This research evidences the procedures performed by health professionals in order to reveal the fundamental factors to the epidemic consolidation. Several data were obtained as case records, insecticide use and home visits, as well a semi-structured interview with professionals from the municipality. It was verified that the main factors responsible for the severity of the epidemic were the unpreparedness of health professionals, the surveillance work interruptions during the electoral campaign in 2012, and the lack of awareness among the population related to solid urban waste treatment.

Key words: Surveillance, Health, Geography.

INTRODUÇÃO

Paranavaí é um município do estado do Paraná, situado na microrregião denominada Norte Novíssimo (Fig. 1). Segundo IBGE (2014), no ano de 2010 o município, de 1.202,266 km², possuía um total de 81.590 habitantes e densidade demográfica de 67,86 hab./km².

Figura 1 - Cartograma de localização do Município de Paranavaí - Paraná.



Fonte: IBGE.

No verão de 2012 para 2013 Paranavaí apresentou uma epidemia de dengue, sendo recorde no estado do Paraná, pois mais de 10% da população foi acometida pela doença (FOGAÇA, 2015). Entre os meses de novembro de 2012 e julho de 2013 foram confirmados 9.921 casos para a área contínua urbana, sendo o local de maior incidência de casos a Vila Operária, que também é destacado pelo Plano Diretor do Município como área de fragilidade socioambiental (FOGAÇA, 2015).

O perfil dos moradores mais infectados também corresponde as áreas de fragilidade, apresentando-se maior incidência de doentes com pouca escolaridade, em idade entre os 11 e 30 anos e predominância do sexo feminino.

Estes aspectos ilustraram os fatores da espacialidade da epidemia, porém existem outros fatores determinantes na dinâmica desta. Nesse sentido, este artigo buscará evidenciar a questão política atrelada as campanhas sanitárias e os métodos de controle efetuados pela equipe de vigilância e saúde municipal e da 14ª Regional de Saúde.

Para o desenvolvimento da pesquisa pretendeu-se responder algumas questões: - Como ocorre a divisão de responsabilidades em relação à saúde no Município? - Quais os mecanismos são atualmente utilizados para controlar a doença? - Quais fatores políticos foram decisivos na consolidação da epidemia?

MÉTODOS DA PESQUISA

A pesquisa se desenvolveu em duas etapas, a primeira evidenciando os documentos legais sobre as ações de campanhas sanitárias no Brasil e suas responsabilidades; a segunda em relação às ações ocorridas na epidemia de dengue registrada em Paranavaí no período de 2012 a 2013.

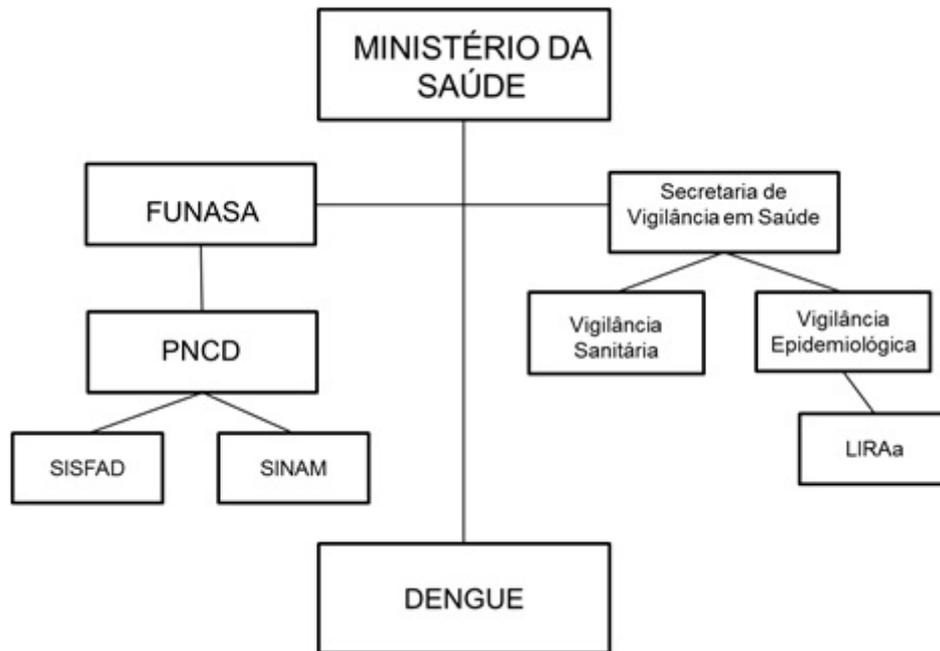
Na escala local, contou-se com os dados fornecidos pela 14ª Regional de Saúde do Paraná: LIRAA - Levantamento de índice rápido do *Aedes aegypti* e IIP - Índice de infestação predial por estratos; as tabelas com informações sobre as datas e quantidades de inseticidas utilizados; tabelas de UBV (Ultra Baixo Volume) Portátil do ano de 2013, retirados do sistema SisPNCD - Sistema do Programa Nacional de Combate da Dengue, e UBV Pesado de 2012 e 2013, retirados dos sistemas FAD - Sistema de Informação da Dengue - Versão 14.04 e SisPNCD, respectivamente.

Além disso, foram efetuadas oito entrevistas¹ semiestruturadas com funcionários da 14ª Regional de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde que estiveram envolvidos no período da epidemia, a fim de evidenciar fatos que se referem às campanhas sanitárias. Para Marconi e Lakatos (2002), a entrevista é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social, e neste sentido uma ferramenta para extrair informações do cotidiano dos agentes diretamente ligados ao trabalho de combate à dengue. O objetivo principal é a investigação dos condicionantes que podem ser associadas na ocasião da epidemia (Fig. 2).

1 A pesquisa foi cadastrada e aprovada no Comitê de Ética via Plataforma Brasil, com número de registro: 976.217 de 28/01/2015. Os interlocutores com transcrições neste texto estão identificados como Jorge, Correa, Kasado, Filho, Romero e Silva.

As perguntas foram elaboradas visando identificar particularidades em relação ao quadro de funcionários dos diversos setores que atuam no controle da dengue.

Figura 2 - Esquema metodológico de análise das campanhas sanitárias com base nas entrevistas.



O roteiro consistiu das seguintes perguntas:

- 1 - Qual é a sua formação escolar e há quanto tempo você trabalha na área da saúde?
- 2 - Em específico ao combate à dengue, quanto tempo?
- 3 - Durante este período houve alguma informação ou treinamento específico no combate à dengue?
- 4 - Você trabalhou no controle da epidemia de dengue em Paranaíba em 2012-2013?
- 5 - Qual era a sua principal atividade desenvolvida neste período dessa epidemia?
- 6 - Em sua opinião, qual o principal condicionante ou problema que ocasionou essa epidemia de 2012-2013?
- 7 - Em relação às políticas de saúde, as campanhas, quais problemas você acredita existir para controlar essas epidemias?

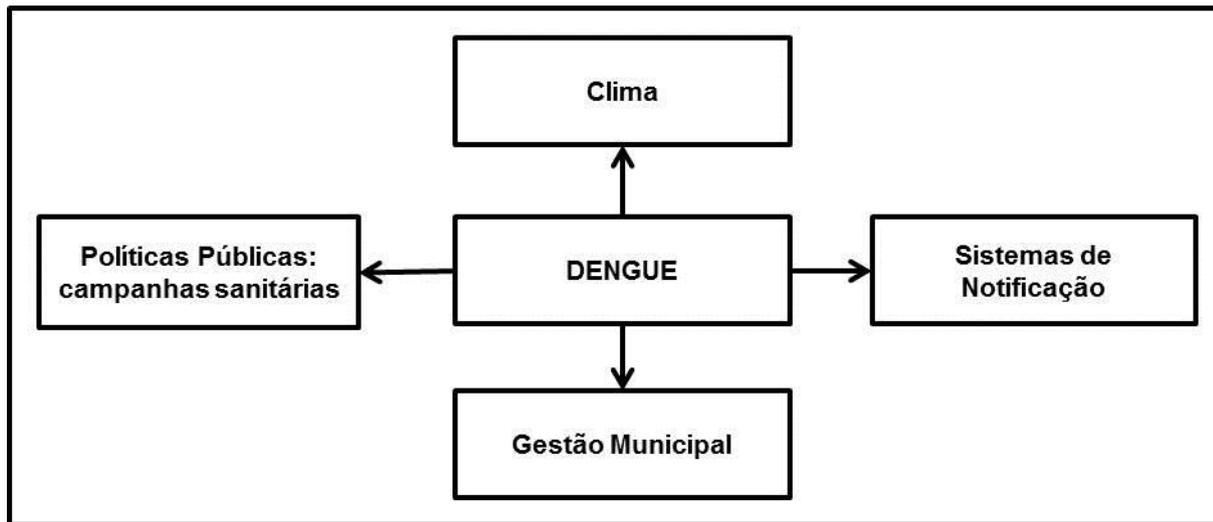
Após a análise das campanhas sanitárias passou-se a organizar dados referentes aos sistemas de notificação, fichas cadastrais de notificação, entre outros sistemas que são responsáveis pela manutenção do SINAN. Com isso, buscou-se identificar fragilidades nos sistemas e fomentar discussões sobre a atual aplicabilidade e efetiva ação Política Pública em Saúde no Estado do Paraná.

DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES E O CONTROLE DA DENGUE NO BRASIL

Neste item discute-se aspectos da relação entre os sistemas e leis que são responsáveis por estruturar as ações dos profissionais de saúde no combate à dengue. Para isso

evidenciou-se a hierarquia de funções e determinações que estão relacionados diretamente ao tema e ao desenvolvimento desta pesquisa e apresentados na Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Fluxograma: Políticas públicas no combate à dengue e suas atribuições.



Fonte: Adaptado de ARAÚJO (2013, p. 62).

No Brasil as ações de combate a problemas que remetem a saúde pública são de responsabilidade do Ministério da Saúde e, dentre todas as doenças, está o combate à dengue. Para o combate à dengue as ações estão divididas em dois órgãos específicos:

- 1) a FUNASA: Fundação Nacional de Saúde, que funciona como uma autarquia ligada ao ministério e estabelece a preocupação e elaboração de políticas públicas aplicadas à dengue, desde meados da década de 1990; e 2) SVS/DVEpid: Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Vigilância Epidemiológica, subordinados ao ministério (ARAÚJO, 2013, p. 61).

A reintrodução da dengue em território nacional com grande número de casos, ocorreu próximo aos anos 1990 (OPAS, 2014). Com a expansão dos casos ocorreu maior preocupação em conter epidemias, e, sendo assim, chegou-se à conclusão que deveria ocorrer maior articulação entre as esferas, nacional, estadual e municipal no combate contínuo a doença e, em 1996, criou-se o Programa de Erradicação do *Aedes aegypti* (PEAa). Com a necessidade de pensar em alternativas ocorreu a descentralização das ações, buscando a interação local, com participação da comunidade. Nesse sentido as obrigações seriam atribuídas aos gestores municipais, com vistas à educação ambiental e combate contínuo em locais com altos registros da doença (BRASIL, 2002).

Como parte desse processo do controle da doença, também devido ao aumento de casos e introdução de novos sorotipos em território nacional, foi criado o Programa Nacional de combate à dengue – PNCD, em 2002.

O PNCD procura incorporar as lições das experiências nacionais e internacionais de controle da dengue, enfatizando a necessidade de mudança nos modelos anteriores, fundamentalmente em alguns aspectos essenciais: 1) a elaboração de programas

permanentes, uma vez que não existe qualquer evidência técnica de que erradicação do mosquito seja possível, a curto prazo; 2) o desenvolvimento de campanhas de informação e de mobilização das pessoas, de maneira a se criar uma maior responsabilização de cada família na manutenção de seu ambiente doméstico livre de potenciais criadouros do vetor; 3) o fortalecimento da vigilância epidemiológica e entomológica para ampliar a capacidade de predição e de detecção precoce de surtos da doença; 4) a melhoria da qualidade do trabalho de campo de combate ao vetor; 5) a integração das ações de controle da dengue na atenção básica, com a mobilização do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e Programa de Saúde da Família (PSF); 6) a utilização de instrumentos legais que facilitem o trabalho do poder público na eliminação de criadouros em imóveis comerciais, casas abandonadas, etc.; 7) a atuação multissetorial por meio do fomento à destinação adequada de resíduos sólidos e a utilização de recipientes seguros para armazenagem de água; e 8) o desenvolvimento de instrumentos mais eficazes de acompanhamento e supervisão das ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, estados e municípios (BRASIL, 2002, p. 4).

Com o PNCD também foram criados os programas para suprir o registro de notificações e servir de suporte no compartilhamento das informações e apoio na vigilância epidemiológica. Estes são o SINAN e o SisFAD.

Preconizado no PNCD, o SISFAD (Sistema de Informações da Febre Amarela e Dengue) é um sistema que armazena os dados de levantamentos da infestação dos vetores da dengue. Os dados de notificações da doença são armazenados e disponibilizados no SINAN (Sistema de Informações de Agravos Notificados), de onde as secretarias de saúde podem efetuar o monitoramento da dengue a partir das informações sobre os casos da doença disponíveis (ARAÚJO, 2013, p. 68).

O outro órgão de ação diferenciada da FUNASA é a Secretaria de Vigilância em Saúde, que representa o aporte técnico dos profissionais em Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica.

Por meio das *Diretrizes Nacionais de Combate à Dengue* foram preconizadas políticas de controle dos vetores, principalmente em locais que apresentam vulnerabilidade para a ocorrência da doença. Dentre os programas foi criado o LIRAA (Levantamento de Índice Rápido para *Aedes aegypti*) no ano de 2002, que consiste no levantamento amostral de infestação do vetor em determinadas áreas. Foi a partir do LIRAA que se fortaleceu a ideia de controle da reprodução do vetor, pois este deve ser executado no mínimo quatro vezes ao ano.

Em relação à Vigilância em Saúde, é necessário tecer alguns comentários sobre as diferenças no que diz respeito à vigilância epidemiológica e sanitária.

O conceito de vigilância surgiu no século XIX com a necessidade de observar e analisar a expansão de doenças infecciosas. Com o passar dos anos ele foi evoluindo conforme a ciência foi se desenvolvendo até chegar, por volta dos anos 1950, a significar:

[...] o acompanhamento sistemático da incidência e distribuição das doenças por meio da consolidação e avaliação dos registros de morbi-mortalidade como de outros

dados relevantes para a saúde pública, cabendo a vigilância disseminar regularmente as informações a todos que fossem necessário (ARREAZA; MORAES, 2010, p. 2016).

Segundo Arreaza e Moraes (2010) foi em 1968 que a função de vigilância foi efetivamente incorporada no Brasil. Porém, para os autores durante esse processo ocorreu a distinção entre a vigilância epidemiológica e a sanitária.

A primeira orientada para o controle de casos e contatos obedecendo a uma racionalidade técnico-sanitária fundamentada na clínica e na epidemiologia; já a segunda, dirigida para os ambientes, produtos e serviços obedecendo a uma racionalidade político-jurídica alicerçada na regulamentação da produção, distribuição e consumo de bens e serviços (ARREAZA; MORAES, 2010, p. 2216).

Com as mudanças na organização das ações em relação à saúde, bem como a criação do SUS (Sistema Único de Saúde) em 1988, ocorreram mudanças na vigilância em saúde, bem como nas ações de vigilância epidemiológica.

Foi também com o SUS que ocorreu a descentralização das ações de saúde. Sobre isso se tem:

O município é o principal responsável pela saúde pública de sua população. A partir do Pacto pela Saúde, assinado em 2006, o gestor municipal passa a assumir imediata ou paulatinamente a plenitude da gestão das ações e serviços de saúde oferecidos em seu território (BRASIL, 2007, p. 4).

Nessa fase de transição a Vigilância em Saúde também passa por transformações. Segundo Arreaza e Moraes (2010, p. 2220):

A vigilância da saúde propõe assim a incorporação de novos atores, extrapolando o conjunto de profissionais e trabalhadores da saúde ao envolver a coletividade organizada, o que corresponde, por sua vez, à ampliação do objeto-real para além dos fatores clínico-epidemiológicos no âmbito individual e coletivo, abarcando determinações que afetam os diferentes grupos sociais em função de suas condições de vida e saúde.

Estes aspectos são importantes para ocorrer a distinção do papel dos agentes que atuam no combate à dengue. Levando em consideração a expansão das epidemias, tem-se o conhecimento de que todos os agentes de saúde dos municípios acabam envolvidos nas campanhas sanitárias.

Outro ponto importante na transição e evolução das práticas de vigilância é a incorporação de aspectos sociais que, influenciados pela descentralização das políticas em saúde, insere a sociedade civil organizada e ONGs na manutenção das ações na escala local.

RESULTADOS - ESTUDO DE CASO EM PARANAÍ, PR

Nesta etapa da pesquisa buscou-se identificar ações realizadas no âmbito das políticas públicas visando o controle da epidemia ocorrida em Paranaíba. Para isso, dividiu-se

o texto em duas partes: a primeira destina-se em apresentar os dados obtidos em trabalho de campo, sobre a movimentação da equipe de vigilância epidemiológica, bem como a obtenção de registros fotográficos fornecidos por Randal Fadel (Diretor da Vigilância em Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Paranaíba), além de informações disponíveis na internet sobre notícias conforme a epidemia se instalava. Ressalta-se que todos os registros fotográficos e dados de sistemas de notificações foram fornecidos no trabalho de campo realizado em abril de 2014.

A segunda parte destina-se a discutir e apontar questões referentes às leis e os sistemas utilizados para notificação de algumas doenças, com ênfase na dengue.

Inicialmente, deve-se destacar que foi no mês de dezembro de 2012 que os casos de dengue começaram a aumentar até atingir o seu auge no mês de fevereiro de 2013. Após a constatação do período epidêmico foi noticiado e instaurado o alerta para a população, diretamente afetada, mas também diretamente responsável pela manutenção da doença. Como parte das campanhas sanitárias se deu as visitas dos agentes da vigilância epidemiológica e a utilização de inseticidas para conter a reprodução do vetor.

Atualmente a prática do uso de inseticidas ocorre de dois modos distintos, que diferem na sua aplicação. Ambos recebem a nomenclatura UBV que faz uso de inseticidas a 'Ultra Baixo Volume', sendo portátil ou pesado. O UBV portátil é utilizado pela equipe de vigilância epidemiológica do Município em visitas em cada domicílio de regiões consideradas críticas na proliferação do mosquito, enquanto que o UBV Pesado deve ser solicitado ao estado, sendo responsabilidade das Regionais de Saúde e utilizado por meio de veículos (Fig. 4).

Figura 4 - Ilustração da utilização de UBV Pesado e Portátil.



Fonte: www.combateadengue.com.br

Os inseticidas UBV portátil e pesado foram amplamente utilizados no ano de 2013. A utilização do UBV portátil foi registrada durante todos os meses após aumento significativo dos casos, porém, ocorreu concentração nas primeiras semanas de janeiro, variando entre 100 e 200 quarteirões tratados pelos agentes. No mês de fevereiro, foi utilizado nas semanas 6, 7 e 9, totalizando 307 quarteirões tratados e ressaltados nesse momento por se tratar do período de pico epidêmico. A área contínua urbana de Paranaíba possui por volta de 1.500 quarteirões, conforme levantado através de imagens *Google Earth*.

Em relação ao uso de UBV pesado, foi registrado no mês de janeiro de 2013 a partir da semana 2 sem interrupção no verão, período de maiores registros da doença e, sendo registrado até a semana 18. O número de quarteirões tratados demonstra que houve a reincidência de uso do inseticida, registrando valores de 1185, 1636, 1332 quarteirões nas semanas 3, 4 e 5. Vale ressaltar que no início de 2013 ocorreram os maiores registros de IIP do *Aedes aegypti* (LIRAA), sendo entre 5,1 e 7,5 em janeiro e 3,5 e 5,6 no levantamento ocorrido em março. O uso de UBV é uma das formas de controle do vetor, porém sabe-se que o cuidado deve ser contínuo e de responsabilidade da população.

Além disso, segundo os profissionais de Vigilância em Saúde, ocorreu um trabalho de divulgação, por meio de jornais e programas de rádio para alertar sobre os cuidados com a doença e noticiar fatos sobre a epidemia, reforçando os cuidados necessários nos lares. Outra maneira de divulgação dos cuidados para com a dengue ocorreu por meio eletrônico, com sites de domínio público, como por exemplo, o site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, apresentando dicas e informações sobre o ciclo da dengue.

Um fato evidenciado nas epidemias é a falta de cuidado com os resíduos sólidos, sendo a falta de educação ambiental, constatado pela má deposição e descarte de lixo, que colabora na reprodução do mosquito e se torna um dos grandes desafios no controle da dengue (Fig. 5). Destaca-se que as fotografias foram tiradas após o período epidêmico, ou seja, a falta de cuidado da população com seus resíduos sólidos se mostrou como uma prática do cotidiano, sendo um desafio no combate à doença. Pensando nesses registros, funcionários da 14ª Regional de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde argumentam ser um dos grandes condicionantes que ocasionaram a epidemia instalada em Paranavaí se tratar da falta de responsabilidade da população.

Segundo Jorge, *'a população hoje é rebelde, a população tem uma boa parte de culpa, ela não responde a uma epidemia de dengue no município, eu falo isso com autonomia de conhecimento, que eu já estive em vários municípios do estado do Paraná e parece que as coisas sempre se repetem: a população não responde ao surto de dengue e em uma epidemia de dengue nós visitamos residências com pacientes suspeitos de dengue e encontramos focos. "Meu deus, isso é um foco de mosquito, não acredito"'. Agora nunca ouviu uma televisão? Nunca ouviu um agente da dengue também que passou, orientou e educou? Com certeza ouviu, né? É que é muito mais fácil colocar a culpa no outro'*.

Figura 5 - Paranavaí - Resíduos dispersos nas vias e espaços públicos - Rua Éttore Giovine. Data: 04/12/2013.



Fonte: Randal Fadel Filho.

Correa prossegue com argumentos referentes à falta de compromisso da população argumentando que: *'(...) o brasileiro hoje é desta forma, eles acham que o combate à dengue é um dever meu que sou funcionário público, é um dever teu que você é prefeito do município, e não é assim que devemos pensar. É um dever do governo federal, do estadual, do município, e esse dever é meu, seu e de todos, e a população não pensa assim, meu amigo; quando você está em campo você vai encontrar um outro campo de trabalho diferenciado daquilo que você aprende dentro de uma reunião, é diferente'*.

O condicionante climático é abordado por Romera, Filho e Júnior como sendo um dos grandes fatores da epidemia: *'O fator climático, com certeza muito favorável, houve um período de muito calor e de muita chuva que antecedeu 2013, no final de 2012; isso com certeza é um fator importante'*. Porém, para esta análise se buscou identificar outros aspectos para ilustrar o cenário que culminou com a grande epidemia, levando em consideração que a análise climática foi efetuada em etapas anteriores.

Outro ponto de relevância se faz por meio das leis que configuram as medidas de controle da dengue atualmente. Sobre isso, procedeu-se com a análise de fragmentos do discurso de agentes que trabalham desde meados de 1990 quando as ações eram preconizadas pela FUNASA. A questão colocou em destaque os principais fatores que ocasionaram a epidemia em Paranaíba e levou a considerar aspectos da descentralização das políticas públicas em saúde.

Segundo Araújo (2013), a FUNASA é uma autarquia ligada ao Ministério da Saúde e responsável pela criação de leis de combate à dengue desde os anos de 1990. Porém, a partir de 1996, se viu a necessidade de direcionar o cuidado com a doença para as escalas diretamente afetadas, ou seja, ocorreu a descentralização das responsabilidades. Nesse sentido, o estado e os municípios passam a ter a obrigação de gerir as campanhas, tanto de controle, quanto de educação ambiental.

Neste contexto Correa afirma que *'A política vem de cima e eu acho que houve um fracasso na política desde quando eles descentralizaram a própria saúde, porque quando se fala em Endemias se fala de campanhas, aí o que é que eles fizeram: jogaram para os municípios e deixou de ser campanha'*.

Dentre as obrigações do município, também estão a manutenção de equipamentos e contratação de pessoal. Sobre isso, Correa ainda complementa que: *'Antigamente, quando era a própria FUNASA, tinha carro, cada equipe comportava seis funcionários e um chefe de equipe, hoje nós temos um supervisor para dez funcionários, porque não temos carros (...)'*.

São elencados vários fatores que perpassam pelas questões de verba para saúde e contratação de funcionários, que no fim acabam por dificultar o trabalho de controle da dengue.

Ainda sobre a equipe de trabalho, Jorge afirma: *'Paranaíba não cumpriu o ciclo que diz o PNCD, que todos os municípios do estado do Paraná tem que cumprir o ciclo bimensal; a cada dois meses você tem que fazer uma visita. Essa é a parte dos gestores e você daí equipar a equipe com uniforme, material, veículo, carro, parte de assistência (...) é assim, as duas partes tem culpa: o estado, ele fornece os inseticidas, os carros e os técnicos da FUNASA, que faz esse trabalho nos municípios, e os gestores e o pessoal da equipe de campo por falta de recursos humanos; se você precisa de cinquenta agentes e você tem vinte, como é que você vai fazer visita, orientar e educar?'*

A falta de articulação das esferas envolvidas no controle da dengue é evidente; Kasado, a este respeito, argumenta que *‘um outro ponto assim crucial é o não entendimento da prefeitura, do prefeito, que o enfrentamento da dengue não é da Secretaria de Saúde, ela trabalha na prevenção com relação ao vetor, trabalhar a assistência, porém, a base, o saneamento básico é responsabilidade da Secretaria em obras. Hoje, na atual situação nossa, a gente se depara com as prefeituras que não cuidarem dos resíduos das bocas de lobo, das galerias de água pluvial. Então, hoje boca de lobo e galeria de água pluvial é o foco de maior risco que nós temos nos municípios, porque os municípios que efetuaram essa atividade encontram-se com índice baixo’.*

Ainda sobre a gestão pública, Silva argumenta que *‘não há uma relação direta do PNCD com a Vigilância Sanitária, então, fica muito a mercê da decisão do gestor local e aqui nós temos na organização em uma das nossas cidades, ela não está em gestão plena, esse termo não se utiliza mais, ela não tem autonomia. Uma parte ainda o estado faz; a parte básica que é aonde a dengue, o combate à dengue se insere, ela é responsabilidade do município, então, isso explica porque a gente não teve, não conseguiu sensibilizar, convencer as autoridades locais’.*

Outros fatos que remetem a gestão pública são apresentados pelos entrevistados em relação ao início da epidemia, tornando-se, segundo eles, um dos fatores mais fortes na gravidade de casos apresentados. Kasado e Junior apresentam fatos que merecem relevância. Inicialmente Kasado afirma: *‘um dos pontos que a gente vinha apontando era a desmobilização da prefeitura, que era um ano político, o ano de 2012, então, teve muitos profissionais se ausentando, muitos secretários municipais também se afastando e o prefeito inclusive, que eles desmobilizaram o trabalho que é de rotina de enfrentamento da dengue. Então, nós não tínhamos acesso suficiente no campo, agente de controle de endemias no campo, então não fazia rotina e outra coisa assim: para campanha, em nome da campanha que era para prefeito, muita coisa deixou de ser feita, porque não podia investir dinheiro e tal, e a preocupação era outra, foi canalizado’.* Colaborando com a fala de Kasado, Junior complementa: *‘a desmobilização por conta de questão eleitoral, de questão política no ano anterior foi sensível, muito perceptível’.*

Neste período, no final do ano de 2012, não ocorreram fortes campanhas para coibir a reprodução do vetor. Isso é evidenciado por meio do documento que aborda a utilização do UBV Pesado no ano de 2012. Segundo o arquivo fornecido na 14ª Regional de Saúde, não houve registro de sua utilização no período. Complementando, Silva argumenta: *‘de acordo com os fatos e relatados documentados que nós já temos, houve no ano de 2012 uma série de problemas, na época que teria que se trabalhar a dengue, setembro, outubro e novembro, era período eleitoral e houve uma mudança na direção da Vigilância de Saúde, e com isso provocou, praticamente, uma paralisação de pelo menos dois meses das atividades de endemias na cidade. Questão de carro de apoio para o pessoal do campo, uma série de dificuldades. Esses dois fatos – a paralisação e as dificuldades que tinham – acabaram agravando uma situação já crônica, já informada, já conhecida, de que a estrutura de Paranavaí é ineficiente em alguns aspectos, principalmente na relação de número de servidores, dos agentes de endemias, para o número de moradias existentes na cidade’.*

Silva ainda apresenta fatos sobre as férias dos funcionários, relatando: *‘estourou, nós tivemos na primeira semana de janeiro 80 casos e para piorar um pouco, a Vigilância Epidemiológica entrou em férias no município, então, os casos não foram trabalhados na primeira semana. Ai virou uma coisa absurda, praticamente sem controle, trabalhando às cegas, o pessoal não conseguiu se*

organizar e aquilo que nós podemos fazer foi, dentro deste período, por um pouco de ordem no dia-a-dia deles para apagar o incêndio e ir atrás dos casos’.

No documento sobre a utilização do UBV Pesado e Portátil, não existe registro de ação na primeira semana de 2013 (FOGAÇA, 2015). Vale ressaltar que o LIRAA efetuado entre os dias 07 e 11 de janeiro de 2013 demonstrou a gravidade com índices superiores a 7% de infestação do mosquito.

Prosseguindo na apreciação de fatos das campanhas políticas, direciona-se a discussão para os sistemas de notificação, bem como são efetuados os registros de casos de dengue. É necessário argumentar e acrescentar fatos sobre a qualificação de profissionais para atuar de maneira correta, tanto na coleta de informações, quanto no suprimento nos sistemas.

Esses pontos também são abordados por Silva no relato: *‘(...) numa análise assim bem, que eu já tenha visto, o Ministério trabalha, a própria ONU trabalha, que é uma instituição mundial, a OPA trabalha com questões muitas verticalizadas, eles tem o próprio PNCD, que é um programa nacional, ele é muito interessante só que esse programa acaba sendo um grande paqui-derme, ele é muito pesado. Então, por exemplo, você vai ver no SINAN e para fazer uma mudança no SINAN, uma alteração, leva meses, uma dificuldade imensa, não dá para fazer online, tem que ir nos outros 28 municípios da região; o técnico tem que viajar município por município para ir fazendo, a mesma coisa com o SISFAD que é um próprio sistema ligado própria à questão do vetor especificamente, então, a ideologia política, eu vejo que é um programa aparentemente perfeito do ponto de vista de atender todas as nuances de combate ao agravo, entretanto, ele peca, na minha opinião, ele se torna ineficaz no processo, ele é muito grande, muito lento, as decisões são muito lentas (...)’.* Além disso, evidenciaram-se três fatos que merecem destaque em relação à ficha de notificação que é preenchida quando o paciente apresenta sintomas de dengue.

O primeiro faz relação à falta da informação sobre a ‘ocupação’ que o paciente possui, pois dessa forma torna difícil um diagnóstico de exposição e risco quanto à transmissão do vírus e o quanto a pessoa é exposta ao mosquito.

O segundo faz relação aos ajustes necessários conforme outras informações são alteradas em outras esferas, por exemplo, do grau de instrução que referente aos anos iniciais do ensino fundamental. Os estados e municípios tiveram até 2010 para ajustar a estrutura do ensino fundamental, passando a considerar o ensino fundamental 1 do 1º ao 5º ano de escolarização e ensino fundamental 2, do 6º ao 9º ano.

O terceiro faz relação ao preenchimento da localidade que o paciente reside. Isto ficou evidente ao trabalhar com a espacialização da epidemia, pois, Paranaíba possui uma série de bairros e vilas que são cadastrados com a definição de bairro, indevidamente. Ainda, a quantidade de nomenclaturas diferentes que determinam a mesma localidade sugere a falta de treinamento básico para os agentes que fazem seu preenchimento e, além disso, foram identificadas mais de 120 nomenclaturas sendo usadas como bairros, sendo que em muitos casos se tratam do mesmo local, mas com a denominação de Jardim, ou Conjunto Habitacional (FOGAÇA, 2015). Isso também é fato ao analisar o endereço registrado com informações incompletas, erros ortográficos, entre outros, que demonstram a fragilidade e abertura que o sistema fornece para o preenchimento incorreto.

Outro fator é a incapacidade de se trabalhar na mesma divisão municipal. A Prefeitura Municipal trabalha com a divisão da cidade por quadras derivadas pelo número de IPTU, enquanto que a Secretaria Municipal de Saúde utiliza um mapeamento utilizado com a classificação por setores e, não menos importante, a classificação dos bairros pelo IBGE é totalmente diferente das anteriores, sendo 11 bairros.

Ao discutir esses aspectos, e o resultado das entrevistas, pretendeu-se demonstrar que existem vários fatores, dentro de suas parcelas de intensidade, que no fim acabam por condicionar o funcionamento das epidemias e tornando complexa sua análise com apenas um condicionante.

DISCUSSÕES

A dengue é uma doença conhecida, possui registros há vários anos e continua a trazer danos para as populações. Muitas pesquisas já apontam para as questões ambientais atreladas à reprodução do vetor, sendo condicionantes nas epidemias e, nesse sentido, este trabalho buscou discutir outra abordagem, a questão operacional, envolvendo o trabalho dos vigilantes em saúde e a população.

Com a mudança nas leis que determinam as responsabilidades, foi possível identificar que cabe ao município gerir e prevenir as epidemias de dengue. Porém, por meio da pesquisa de campo, ficou evidente que existem muitos problemas envolvidos nesses processos. Alguns se referem a problemas operacionais, como falta de pessoal treinado e equipamentos necessários para as rotinas, como também influência de fatores externos, como o período eleitoral em 2012, que foi definido pelos agentes como o principal fator da epidemia estudada.

Existe também, o método utilizando de inseticidas para o controle do mosquito que já foi criticado por pesquisadores, devido a dúvidas em sua eficiência, porém, ainda é o melhor mecanismo utilizado pelas equipes de Vigilância em Saúde. Na falta deste procedimento, se instalou a epidemia em Paranavaí.

Podemos observar também que os sistemas de notificação possuem falhas em relação à divisão dos municípios, falhas de digitação, despreparo de funcionários, entre outros, que são responsáveis pela dificuldade de trabalhar com o banco de dados.

Portanto, foram destacados alguns pontos referentes ao controle da doença em Paranavaí, que demonstram fragilidades e fatores que podem significar o difícil controle da doença em outras localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas sobre a Geografia da dengue apresentam a doença como multicausal. Nesse sentido, não é possível definir um único parâmetro como responsável pelos constantes casos de dengue registrados no país. Sabe-se que as políticas públicas são um

fator decisivo no que se refere ao índice de casos confirmados, pois a falta de campanhas contínuas torna a doença reincidente.

Ao analisar as entrevistas e o comportamento da epidemia em Paranaíba ficou evidente que é necessário rever o uso das verbas, e ocorrer maior investimento em qualificação e compra de equipamentos destinados aos profissionais que atuam nas secretarias de saúde.

Nesse sentido, mediante as novas doenças transmitidas pelo *Aedes Aegypti*, reforça-se a necessidade do investimento em pesquisa e mecanismo eficientes para combater a doença.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, W.M. de. **Políticas públicas de controle da dengue no estado do Paraná: uma abordagem geográfica**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR
- ARREAZA, A.V.; MORAES, J.C. Vigilância da saúde: fundamentos, interfaces e tendências. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 2215-2228, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Entendendo o SUS**. 2007. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2013/agosto/28/cartilha-entendendo-o-sus-2007.pdf>>. Acessado em: 10 ago. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Controle da Dengue**. Vigilância Epidemiológica. 2002. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pncd_2002.pdf>. Acessado em: 10 ago. 2017.
- FOGAÇA, T.K. **Dengue: circulação viral e a epidemia de Paranaíba/PR 2013**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 10 ago. 2017.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Ed Atlas, 2002.
- OPAS. **Organização Pan-Americana da Saúde**. 2014. Disponível em: <<http://www.paho.org/bra/>> Acessado em: 12 fev. 2014.
- SINAN. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação**. 2013. Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/>>. Acessado em: 10 ago. 2017.

O patrimônio cultural da Força Expedicionária Brasileira e sua representação em diferentes espaços de memória no Brasil

El patrimonio cultural de la Fuerza Expedicionaria Brasileña y su representación en diferentes espacios de memoria en Brasil

The Cultural Heritage of the Brazilian Expeditionary Force and its representation in different Memory Spaces in Brazil

Viviane Regina Caliskevstz

vcaliska@gmail.com

Doutora do PPG em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa -UEPG

Leonel Brizolla Monastirsky

leonel@uepg.br

PPG em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Resumo: este artigo busca mostrar aspectos da representatividade social de acervos relacionados ao Patrimônio Cultural da Força Expedicionária Brasileira FEB em diferentes espaços de memória. Metodologicamente esse demonstra três formas de exposições de acervos museológicos: um espaço físico - Museu do Expedicionário de Curitiba (PR); um espaço virtual - Portal da FEB; um museu itinerante - Museu da Guerra (SC). Os dados quantitativos sobre museus pautam-se em documentos do IBGE e IBRAM. A geografia social aborda teoricamente o debate sobre as novas manifestações culturais no cotidiano social atual, tendo seu campo de análise nos espaços de memória físico, virtual e itinerante, construídos independentes do aparelho do Estado. O envolvimento social no processo de preservação e valorização se apresenta como o principal elemento, mostrando que a constituição do patrimônio da FEB depende muito mais dos sujeitos que se identificam com os acervos preservados, do que propriamente a oficialização institucional dos bens patrimoniais.

Palavras-Chave: patrimônio cultural da FEB, Museu do Expedicionário de Curitiba, Museu itinerante e virtual.

Resumen: este artículo busca mostrar aspectos de la representatividad social de acervos relacionados al Patrimonio Cultural de la Fuerza Expedicionaria Brasileña - FEB, en diferentes espacios de memoria. Metodológicamente hay tres formas de exposiciones de acervos museológicos: un espacio físico - Museo del Expedicionario de Curitiba (PR); Un espacio virtual - Portal de la FEB; Un museo itinerante - Museo de la Guerra (SC). Los datos cuantitativos sobre museos se basan en documentos del IBGE e IBRAM. La geografía social aborda teóricamente el debate sobre las nuevas manifestaciones culturales en el cotidiano social actual, teniendo su campo de análisis en los espacios de memoria física, virtual e itinerante, construidos independientes del aparato del Estado. La participación social en el proceso de preservación y valorización se presenta como el principal elemento, mostrando que la constitución del patrimonio de la FEB

depende mucho más de los sujetos que se identifican con los acervos preservados, que propiamente la oficialización institucional de los bienes patrimoniales.

Palabras clave: patrimonio cultural de la FEB, Museo del Expedicionario de Curitiba, Museo itinerante y virtual.

Abstract: This paper aims to show aspects of the social representation of collections related to the FEB Cultural Heritage in different memory spaces. Methodologically showing three forms of exhibitions of museological collections: a physical space - Expedition Museum of Curitiba (PR); a virtual space - FEB Portal; an itinerant museum - War Museum (SC). Quantitative data about the museums is based on IBGE and IBRAM documents. Social geography theoretically addresses the debate about new cultural forms of manifestation in the daily social current, having in the spaces of real, virtual and itinerant memory, constructed independent of the State apparatus, its field of analysis. Social engagement are the main compound in this process of preservation and valorization thus FEB patrimony depends much more of veterans and fans devoted to the collections than the official heritage curators.

Key-Words: FEB Cultural Heritage, Expedition Museum of Curitiba, Itinerant and virtual Museum.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca mostrar aspectos da representatividade e simbolismo de acervos memoriais relacionados ao Patrimônio Cultural Militar da Força Expedicionária Brasileira (FEB), tendo como foco as características distintas: museu em espaço permanente e físico – Museu do expedicionário de Curitiba (PR); museu em espaço virtual - Portal da FEB (*web*); e museu itinerante – Museum da Guerra (SC). Para tanto, procedimentos metodológicos baseados na corrente Humanística com foco no social foram utilizados, partindo do entendimento de Durkheim (2007, p.1) ao defender que “não há por assim dizer, acontecimento humano que não possam ser chamados sociais”. Assim, o autor coloca que o sistema de signo socialmente criado é que dá aporte para que o indivíduo consiga se relacionar com o externo. Essa construção simbólica também é defendida por Hall (2016), mas através da corrente Construtivista, a qual defende os estudos culturais e o papel das mídias sociais na construção das identidades, tendo como conceito central a representatividade. “Representação se faz através de signos. Um signo é aquele que representa algo para alguém. [...] Sua função é ‘significar’. [...] O sistema de representação é provenientes de imagens mentais e não existem dissociadas do processo de leitura que se faz do mundo” (KOZEL, 2007, p.120, 121, 123).

Para cada uma das formas de representatividade museológica foram utilizadas metodologias distintas: para o Museu do expedicionário de Curitiba (PR), enquanto o espaço físico, com acervos da FEB expostos de forma tradicional (ou seja, em salas temáticas, com objetos protegidos por vidros, e placas de indicações) foram realizadas visitas de observação, visita agendadas com o setor de memória, de registro fotográficos dos arquivos de jornais, conversar abertas com funcionários e ex-combatentes, visitantes do espaço.

Para o segundo espaço analisado, o Portal da FEB, enquanto um espaço virtual foi utilizada a metodologia de Análise de Redes Sociais – ARS estabelecidas por uso de computadores, onde foi realizado um levantamento dos principais *sites* relacionadas à FEB através da ferramenta de busca do *Google*, com o uso de palavras-chaves. A Análise de Redes Sociais tem origem no século XVIII, com estudos relacionados à matemática, os quais buscavam uma compreensão das relações complexas. Enquanto relacionados a estudos sociais, as redes começaram a ser estudadas interdisciplinarmente na década de 1920, pela Biologia, Sociologia, e a Física (RECUERO, 2005). Segundo Capra (1996, p.77) a rede é o “padrão comum de organização que pode ser identificado em todos os organismos vivos [...] sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes”. Mas foi com a Teoria da Informação, impulsionada pela Cibernética, na década de 1940, que os estudos de redes ligadas ao social começaram a se expandir, dando origem à criação de novas tecnologias (CAPRA, 1996). Para Castells (2000) foi o financiamento militar e dos mercados da indústria eletrônica que impulsionaram as pesquisas no campo tecnológico. Tendo como paradigma a propagação da informação, logo essa ferramenta se espalharia por diferentes esferas sociais. Com a criação da *internet*, nos anos 1960, pela DARPA – Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos EUA, a forma de comunicação e transmissão de informações transformaria o mundo em todos os sentidos (CASTELLS, 2000). Dessa forma as redes de computadores transformam-se em redes sociais ao conectarem pessoas. Na opinião de Castro e Spinola (2015, p.172) “as redes sociais na *internet* significam um recente e complexo conjunto de fenômenos comunicativos, sociais e discursivos”, onde as interações sociais criam e mantêm conexões que vão além do físico, construindo laços permanentes. O Portal da FEB foi o *site* que mais apareceu nas buscas, com uma extensão através de um perfil na Rede Social do *Facebook*, caracterizando duas formas de interação entre os usuários através de campos de comentários. Nessa rede foram utilizadas as ferramentas de troca de mensagens e arquivos (bate-papo) para entrevistar, na forma de diálogo, o administrador do *site*. Também foi hospedada na página uma enquete permanente, com perguntas abertas relacionadas à opinião dos usuários.

O terceiro espaço é o Museum da Guerra, um acervo particular exposto de forma itinerante desde 2013, com relíquias da Segunda Guerra Mundial. Reconhecido como o maior museu de guerras do Sul do país, com sede em Joinville (SC), possui página na rede social *Facebook*. O acervo pertence a quatro colecionadores, e o responsável pela curadoria das mostras é Doraci Vodzynski. O acervo é composto por mais de 600 peças, do montante de 6000 itens que ainda se encontram na Alemanha, dos quais: documentos, fardas e equipamentos de guerra usados nos campos de batalha, além de itens pessoais de soldados e de Hitler. A metodologia utilizada aqui refere-se à investigação conceitual sobre a forma de exposição itinerante, enquanto uma prática surgida no século XIX, ligada ao deslocamento de acervos dos grandes centros para localidades do interior, justificativa essa defendida pelo curador do Museum da Guerra, que acredita que as pessoas de modo geral precisam conhecer a história do Brasil na Segunda Guerra. Na opinião de Soares (2016), acervos e museus itinerantes estão ligados a mudanças de pensamentos culturais, onde a produção de conhecimento deveria ser difundida como forma de desenvolvimento

nacional, levando à população absorver novas formas de experiências estéticas e encantos através da arte. A propagação da itinerância inicia com empréstimos de obras entre museus e logo a prática se espalha em escalas globais, chegando às décadas de 1940-50, com manuais elaborados pela UNESCO, como forma de coordenar as regras de empréstimos e formas de circulação.

Os três de estudados acervos tem como foco a Segunda Guerra Mundial e seus objetivos pautam-se na preservação da memória da categoria social dos expedicionários brasileiros que dela participaram ativamente, um dos mais importantes e marcantes fatos históricos mundiais. No caso da participação dos soldados brasileiros nesse episódio, seus feitos materializam-se na atualidade na forma de reconhecimento, simbolismo social e patrimônio militar através de museus, livros, acervos patrimoniais, associações, desfiles cívicos e inúmeras manifestações virtuais como *sites* e *blogs*. Este estudo mostra que dentre algumas características identificadas nas análises, o envolvimento social no processo de preservação e valorização se apresenta como o principal elemento, mostrando que a constituição de um patrimônio depende muito mais dos sujeitos que se identificam com os acervos preservados, do que propriamente a oficialização institucional dos bem patrimoniais.

A REPRESENTAÇÃO NA CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA E ESPACIAL

A Geografia enquanto ciência social busca compreender como a sociedade materializa nos espaços suas contradições, seus sentidos, emoções, ideologias e esperanças. A produção espacial depende de diferentes elementos, mas um dos principais condicionantes são as identidades, as entidades sociais e as relações entre esses, construídas num processo conjunto. Assim, enquanto uma concepção humanista, a Geografia entende a “Cultura no sentido de atribuição de valores as coisas que nos cercam” (GOMES, 2011, p. 311). A sociedade constrói seus espaços pela (rel)ação que exercem com o ambiente através das representações que dão sentido a essas ações. Esses espaços são formados por subjetividades (sentido/ideias) que materializam formas/objetos (casas, prédios, estradas, monumentos, tradições, manifestações) que serão incorporadas pelo social através da relação entre social (cultural) e ambiente (natural), dando início a um processo de troca simbólica, resultando em cultura e moldando o espaço. Essas trocas colaboram com a construção, afirmação e embates de identidades, processo esse comum a toda forma de cultura. Assim, todo patrimônio cultural é materializado num determinado espaço e tempo, e produz sentido a indivíduos ou grupos sociais a partir do momento que essa materialidade desperta um sentimento de representatividade e pertencimento (social ↔ espaço), ou seja, um “ato de inscrição do sentido no espaço” (SAHR, 2007, p.62). Dessa forma, como coloca Sahr (2007, p.63) “as interpretações (sentidos) dos signos reproduzem no espaço uma grande variabilidade de intenções e objetos existentes na sociedade”.

Segundo Kozel (2007, p.122) “um signo somente pode existir quando pessoas estão inseridas num contexto social, em um determinado momento histórico, pois as palavras

são neutras, os contextos é que lhe dão significado". Nesse sentido, todo signo "é apenas uma possível interpretação da vida real e não a vida real em si" (SAHR, 2007, p.63). Todo esse sistema de representação só é possível devido a alguma forma de linguagem, que tem como objetivo, comunicar. É o processo de comunicar que gera e dá sentido ao signo, ou seja, o significado é gerado no sujeito social que possui uma interação com o objeto ou signo. Essa comunicação se dá por alguma forma de diferentes linguagens, sempre carregadas de discursos: "imagens, formas, cheiros, odores, sabores" (KOZEL, 2007, p.122), sons, língua, escrita, ou seja, toda forma de manifestação cultural produzida passa por esse sistema de representação. Não existe signo sem sentido ou significado e não existem esses sem um significante, ou seja, sujeito(s) que lhe deem sentido. A necessidade do espaço para reprodução desse sistema, segundo Sahr (2007, p.62) ocorre no ato de inscrição do sentido no espaço que a significação é gerada, assim "as interpretações (sentidos) dos signos reproduzem no espaço uma grande variabilidade de intenções e objetos existentes na sociedade" (SAHR, 2007, p.63).

Essa manifestação simbólica no espaço recebe o nome de cultura e, de um modo geral, estabelece-se a partir das relações sociais historicamente herdadas, resultante da capacidade de comunicação simbólica entre os humanos. As variações ocorridas nos modos de vida de diferentes povos e nações tornaram-se um dos elementos fundamentais na busca pela compreensão cultural. A cultura tem o papel de orientar nos sujeitos uma noção de passado, para que esses possam se localizar no presente. Seus elementos - costumes, crenças, valores, tradições, traços, saber fazer, constituem as amarras que ligam e seguram as relações dos indivíduos com o grupo e com o mundo. A isso, une-se o patrimônio cultural enquanto um bem ou um testemunho do fazer/saber humano, que tem caráter memorial e pertencimento para a sociedade. Hall (2007, p.02) identifica a cultura enquanto ação social, um conjunto de códigos com significados que dão sentido a essas ações. Esta, na visão do autor, vem assumindo novos sentidos a partir do século XX, principalmente com relação às "estruturas e organizações das sociedades", definida por ele como "modernas e tardias", onde "os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação" (HALL, 2007, p.2). Um dos principais elementos apontados por Hall (1997, p.2) no processo de mudança é a mídia, enquanto detentora das informações (que são trocas econômicas), "conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comercio de matéria prima e *marketing* de produtos e ideias", num verdadeiro mercado global. Assim, para o autor, os padrões estéticos e os produtos culturais não podem ser comparados "em termos de valores" a outros momentos históricos - num mundo globalizado, novas formas de tecnologias desencadeiam novas concepções de tempo e espaço, gerando mudanças em todas as esferas de relacionamento sociais.

Nesse sentido, Hall (2016) se debruça nos estudos sobre a representatividade e o papel das mídias sociais, trabalhando com a corrente filosófica do construtivismo, na busca pela compreensão de como a sociedade constrói seu mundo físico através de signos, símbolos, linguagens (discursos) e representa-o na forma de conceito (coisas, pessoas, instituições, mitos), defendendo que a representatividade deve ser olhada e entendida como uma

política, para que ela não se torne uma opressão existencial. Para isso, o autor utiliza-se de dois principais e diferentes conceitos do construtivismo: semiótica e discursiva. A primeira, “se concentra em como a representação e a linguagem produzem sentido” (HALL, 2016, p.26). Já a segunda, busca entender os “efeitos e consequências da representação”, ou seja,

Examina não apenas como a linguagem e a representação produzem sentido, mas como o conhecimento elaborado por determinado discurso se relaciona com o poder, regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados (HALL, 2016, p.27).

A representação é uma das práticas central que produz cultura através de “significados compartilhados” (HALL, 2016, p.17). Para que haja essa transmissão é necessário haver um signo (objetos/práticas), uma forma de linguagem (imagens, sons, discurso) e um receptor (indivíduos/significante). Nesse processo, a forma de linguagem transmite o sentido ao receptor, que a reconhece ou identifica-a (identidade), produzindo assim a cultura e conseqüentemente o espaço. A linguagem aqui é a representação composta por ideologias e características reconhecível (semelhantes), que despertará significado (sentimento) no receptor quando esse entrar em contato com o signo, pois como afirma Hall (2016, p.23) “o sentido é um diálogo – sempre parcialmente compreendido, sempre uma troca desigual”. Esse receptor é produto e produtor desse sistema, o que o coloca no centro desse processo. Pela interdependência entre os elementos, esse processo é complexo e dinâmico, e constitui o que Hall (2016, p.18) chama de “Sistema de Representação”.

A REPRESENTATIVIDADE DA FEB ATRAVÉS DE ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS

Mesmo tendo o estigma de instituições tradicionais, diante de um mundo cada vez mais tecnológico, os museus resistem às mudanças rápidas das sociedades, mesmo sendo os equipamentos culturais menos frequentados pelo público quando comparado a outros equipamentos (JORDÃO, 2014, p.54). Mesmo diante dessa realidade, a cada ano surgem novas e dinâmicas formas de exposições de acervos, mostrando que a valorização e preservação da memória social se faz presente.

Museu é uma forma de discurso. Enquanto portadores e contadores da história social, sejam elas do passado ou do presente, são apoio da memória e estão diretamente ligados a construção nacionalista. Para Santos (2003, p.134), “o acervo museológico é sempre produto da atividade humana, da História, das relações de poder”. Enquanto espaços forjados pela ideia nacionalista, Anderson (2008) aponta que toda forma de museu e imaginação museológica é essencialmente uma herança política em andamento. No Brasil, o número de museus atualmente ultrapassa os três mil registrados. Para Abreu (2006, p.66) museus são espaços de memória, assim como “arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, rituais, cultos aos mortos”, que buscam um resgate dos laços de continuidade.

Não há um consenso sobre uma classificação para organizar os museus em uma tipologia definida, apenas indicações da forma como eles se apresentam ao público em diferentes formas e estilos, o que poderia ser chamado de metodologia expositiva. Dados recentes do IBRAM (2015) e do IBGE (2015), mostram que está havendo um aumento no número e na diversificação das atividades dos museus pelo Brasil, quando comparados a uma década atrás. O equipamento 'museu' aparece como item sem qualquer classificação temática ou segmento, sendo a metodologia expositiva de 'itinerante', um subitem de estratégia, ação ou meta.

Visto que o principal ingrediente de construção do imaginário nacional encontra-se no campo simbólico, esse está sempre sujeito a sofrer constante estímulo de mudanças, principalmente diante de novas tecnologias de informação. O processo de resistência dos antigos espaços de memória vive na dependência das mudanças sociais, numa dependência direta com o sentimento da sociedade. A isso vê-se muitos exemplos de museus que ao manter-se numa configuração tradicional, não possuem público, caracterizam-se como depósitos de 'velharias' que somam gastos as cofres públicos, ou que fecham as portas ou fecham-se dentro de instituições.

Silva (2012), ao analisar espaços de museus urbanos sobre as FEB, constata que o objetivo desses é preservar a memória dos feitos da FEB e despertar as lembranças dos próprios ex-combatentes, como de famílias e agentes envolvidos nesse fato histórico. Silva (2012) se propõe a explicar como se dá a elaboração dos espaços de memória e de patrimônio histórico sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial do ex-combatentes, afirmando que esses espaços de memórias servem como despertadores de lembranças e vivências dos ex-combatentes. O processo de reconhecimento social do papel desses combatentes teve início em diferentes intensidades, já na chegada das tropas ao Brasil em 1945, no regresso da guerra, intensificando-se nas décadas de 1980 e 1990, através de iniciativas como conquistas da instituição de uma pensão e o direito de participar em desfiles cívicos,

Assim, para Silva (2012) esses espaços buscam mostrar aos visitantes "uma maior compreensão histórica dos efeitos negativos e positivos que o Brasil teve com a sua participação no conflito da Segunda Guerra Mundial" (SILVA, 2012, p.2) Outros eventos nacionais são desencadeadores dos movimentos de preservação da memória da FEB, como centros de estudo e pesquisas, grupo de pesquisas institucionais, revistas científicas, *sites* e *blog* virtuais, criando novos espaços de memória social.

Mas para Silva (2012), esse movimento de reconhecimento social iniciou já em 1948, com a criação no Rio de Janeiro da Associação Nacional dos Ex-Combatentes do Brasil. Dirigida num primeiro momento por elementos da reserva do exército brasileiro e com seções constituídas em vários Estados do Brasil, essa associação não distinguia os combatentes diretos dos que ficaram em solo nacional. Por isso, em 1970 foi criada a Associação Nacional dos Veteranos da FEB, que deveria defender os direitos dos ex-combatentes perante o Estado brasileiro, além do reconhecimento e preservação da memória da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1970, Rosa (2010, p.98) afirma que houve um movimento de solicitação do ex-combatentes a eventos comemorativos e abertura dos quartéis para visita pública.

Em fins da década de 1970 e décadas posteriores, inicia-se o processo de solicitação da presença dos ex-combatentes em formaturas dentro dos quartéis, conforme afirmações prestadas nas entrevistas com veteranos de guerra. Esse procedimento ajudou a divulgar, tardiamente, os feitos dos ex-combatentes, levando essas informações, de uma forma lenta para o meio social. Essas participações em formaturas perduram até a atualidade, nas quais são realizadas homenagens, sendo ordenado sempre que há presença de um ex-combatente, que seja dado o toque a clarim de: “*ex-combatente presente*”.

Esse procedimento participativo, dentro dos quartéis, pode ser alvo de uma pesquisa futura, a qual vise buscar uma compreensão sobre a tentativa de aproximar a sociedade dos soldados que representaram o país em campo de batalha e em que aspecto isso contribui no processo de preservação da historiografia da FEB. Esse novo foco poderia possibilitar um resgate da memória da Força Expedicionária, uma vez que, na atualidade, há uma grande preocupação por parte das autoridades militares em levar a sociedade para dentro dos quartéis, e realizar uma divulgação das atividades desempenhadas pelas Forças Armadas. Essa abertura ao público externo tem como finalidade estreitar os laços entre o meio social e o meio militar. Grande parte dos acervos históricos, que preservam a memória da FEB, encontram-se em pequenos museus montados dentro dos quartéis. O contato da sociedade com esses pequenos espaços desperta interesse por parte daqueles que desconhecem esse momento histórico. Possibilita que sejam estimuladas leituras de obras que abordem essa historiografia. Esses espaços têm uma concentração de maior acervo dentro das unidades que participaram do contexto da Segunda Guerra, como o 1º RI, 6º RI, 11º RI, o Batalhão de Engenharia, hoje com outras denominações, porém como as mesmas localizações (ROSA, 2010, p.98).

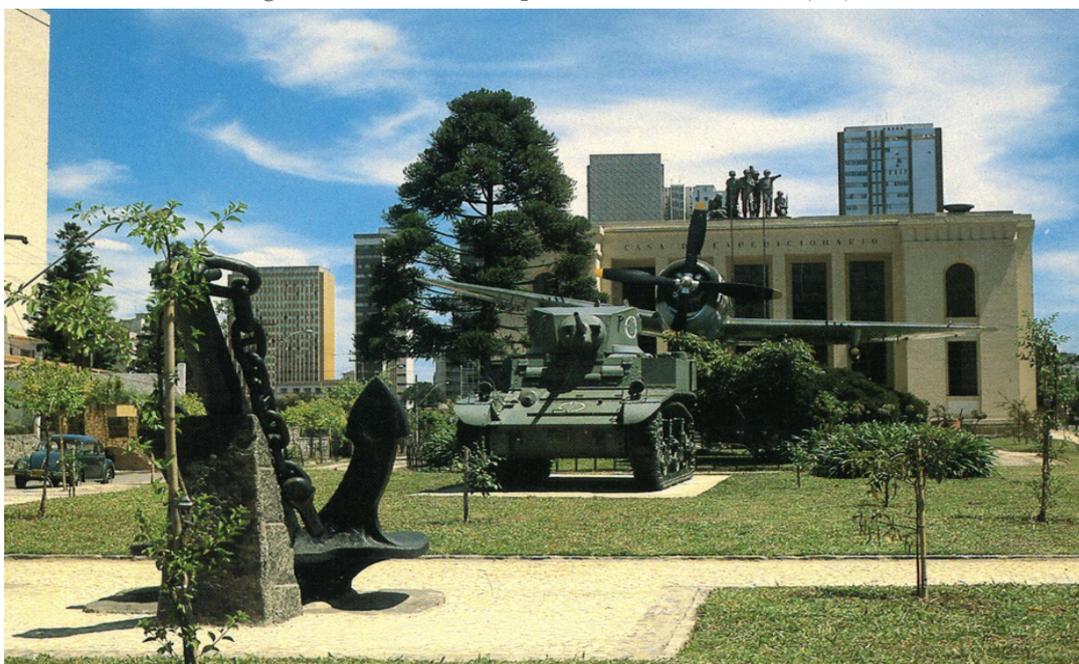
Outras formas de manifestações relacionadas ao movimento de apoio e preservação da memória da FEB surgiram desde 1945: ANVFEB (Associação Nacional dos Veteranos da FEB) – Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE) e Recife (PE); Casa de FEB (RJ); Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (SP); Associação de Campinas (SP); Associação de Petrópolis (RJ); Associação de Florianópolis (SC); 19 museus espalhados pelo território nacional e na Itália; Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar (CEPHiMEX); Revista *Militares e Política*, e várias casas de apoio que acabaram se transformando em museus; *sites*: Portal da FEB, *Ecos da Segunda Guerra*, além de inúmeros *blogs*, livros e documentários áudio visuais.

O contexto da Segunda Guerra Mundial se faz presente na memória da sociedade atual e apresenta elementos que são pilares para a identificação de elementos patrimoniais culturais, sejam eles memória e relatos, simbolismo social, forte representatividade, acervos particulares, reconhecimento de acervos em museus em cidades e em espaços virtuais. Estudos como de Andrade e Coloda (2012), Oliveira (2011), Rosenheck (2008) e Silva (2012) trazem discussões sobre a categoria de expedicionários da Segunda Guerra Mundial, seus processos de reintegração e simbologia social despertada pela sociedade, e espaços urbanos de valorização do patrimônio cultural militar.

a. Museu do Expedicionário (PR)

O atual espaço do Museu do Expedicionário, situado na Praça do Expedicionário, na cidade de Curitiba (PR), já foi um local de apoio e assistência aos ex-combatentes de guerra administrado pela Legião Paranaense do Expedicionário (fundada em 1946), sendo configurado como museu no ano de 1980. Com 1.264 m², guarda acervo documental (fotografias, documentos, filmes, mapas, livros, ilustrações) e artefatos referentes à Segunda Guerra Mundial. Em seus períodos mais interativos, a administração do museu realizava exposições itinerantes, com acervos menores, levados pelo país, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Esse projeto iniciou-se em 1996, incentivado pelo pracinha Thomas Walter Iwarsen, mas foi encerrado em 2001 com sua morte. Atualmente é considerado o mais moderno, completo e atualizado do país, com significativo acervo interno e externo. Como parte do prédio, essa praça apresenta três monumentos ligados as Forças Armadas: uma âncora, um tanque de combate e um avião Thunderbolt P-47D. No alto da edificação há uma escultura em pedra sabão de autoria de Humberto Cozzo, representando uma patrulha de infantaria em ação (Figs.1 e 2).

Figura 1 - Museu do Expedicionário - Curitiba (PR).



Fonte: Pontal da FEB <www.portalfeb.com.br>

O museu recebe visita de escolas, pesquisadores, e familiares de ex-combatentes. Em entrevista com José Quinquino, funcionário há 30 anos no museu, o mesmo comentou sobre as varias mudanças ocorridas no funcionamento do espaço ao longo do tempo. As reuniões dos pracinhas tinham cada vez menos integrantes e os churrascos realizados por eles deixaram de ser frequentes, mostrando que o tempo pouco a pouco os retirou do espaço do museu.

Figura 2 – Placa com nomes dos soldados paranaense mortos em combate na Itália, em frente ao Museu do Expedicionário – Curitiba (PR).



Fonte: Caliskevstz, 2015.

Quando perguntado sobre o que os pracinhas representam para o museu, seu José respondeu que esses são mais que parte do museu, eles são o principal patrimônio ali. Quando indagado sobre o futuro do museu sem os pracinhas, esse acredita que as famílias dos expedicionários, juntamente com a Legião dos Expedicionários, que administra o espaço, darão continuidade as atividades do museu, reconfigurando-o, já que por enquanto ainda o museu divide atenção com a presença de alguns ex-combatentes, mas que o museu nunca será o mesmo sem a presença diária dos pracinhas. Seu José contou que passou um bom tempo da vida ouvindo histórias, mas pontuou que essas não eram sobre os combates violentos, pois muitos pracinhas se recolheram dentro de si, não conseguindo expor suas experiências. As histórias eram das mais variadas, *'bagunças e farras'*, por exemplo, como colocadas pelo seu José. Quando indagado sobre a grande valorização que os pracinhas recebem da Itália, ele esclarece que o Estado brasileiro deu apoio, mas nunca se preocupou em valorizar a participação do Brasil na guerra ao longo do tempo, pois uma grande parcela da sociedade atual não lembra ou nem sabe que o Brasil fez parte desse evento, principalmente nas grandes cidades, onde o tempo rápido nos modos de vida se faz mais presente, quando comparado às cidades interioranas, onde é comum todos se conhecerem.

Uma das atrações desse espaço ainda é a presença quase diária de ex-combatentes, como afirmou seu José – *'Eles são a atração do museu'*. A presença se intensifica nas quarta-feira, quando pelo menos dez pracinhas reúnem-se no espaço do museu para conversar. Em uma das visitas para coleta de dados deste trabalho um ex-combatente da marinha estava presente, contando suas histórias aos visitantes. Esse senhor, com 91 anos, é natural de Natal (RN), e mora em Curitiba há mais de 15 anos. Nunca deixou de frequentar o museu e sempre aborda os visitantes com suas histórias de vida e luta. Sempre há nesse espaço, comemorações e condecorações aos que ainda vivem.

b. Portal da FEB

Outro espaço de memória analisado, idealizado e organizado por Derek Destito Vertino, é o Portal da FEB (Fig. 3). Criado em 2010, se destina unicamente a valorização da categoria e é um dos mais importantes museus virtuais do Brasil. Já recebeu o acesso de mais de 30 mil pessoas que de alguma forma estão ligadas aos Expedicionários da Segunda Guerra Mundial. O acervo é ampliado constantemente pelas pessoas que acessam o *site*, onde, compartilhando suas próprias histórias, criam um acervo patrimonial pouco visto em museus físicos. No Portal, cada expedicionário recebe significado e valorização própria num espaço virtual que reúne toda a representatividade, valorização e sentimento de familiares, admiradores e pesquisadores dessa categoria, mostrando que eles são ‘especiais’ e permanecem vivos na memória social nacional.

Em conversa com o organizador e administrador do *site* pela rede social *Facebook*, algumas questões foram levantadas sobre o papel do Portal na valorização da memória da categoria:

1 - você acha que a valorização dos expedicionários é mais forte nas redes sociais, como o Portal da FEB, *blogs* e outros espaços, quando comparado com a valorização material-física dada através dos museus físicos, praças e monumentos urbanos? Você classificaria o portal como um museu *online* desse patrimônio?

Figura 3 – Print Screen do site Portal da FEB.



Fonte: Portal da FEB <www.portalfeb.com.br>

- Sem dúvida, eu sou o organizador da página, mas os internautas são os colaboradores, lá temos filhos de expedicionários, pesquisadores, jornalistas e militares que entram em contato para divulgar as suas monografias, teses, documentários ou livros, é como se fosse a Wikipédia, mas passa por mim antes, são 850 artigos no site, eu escrevi no máximo uns 10 ou 15, daí você vê a

importância do internauta, no Facebook as colaborações são ainda maiores com notas de falecimentos e textos menores, e o público é específico, temos quase 30.000 fãs dentro de uns 4 anos de trabalho.

2 - E desses 30 mil fãs, todos tem relação direta com os expedicionários?

- É um público variado, depende do interesse, às vezes é um escritor pedindo espaço, ou o parente de um expedicionário compartilhando a biografia do veterano ou nota de falecimento dele. Nós temos os gastos com hospedagem e domínio do site. As pessoas compram as nossas camisetas e ainda enviam fotos vestindo-as como garotos propagada para ajudar a vender mais ainda.

Após essa conversa, foi realizada uma enquete¹ no dia 8 de junho de 2015, sobre a importância do Portal da FEB, agora hospedada de forma permanente na página do Portal no Facebook. Nessa enquete algumas questões relacionadas ao Portal foram feitas:

- Qual é a sua opinião sobre as postagens do Portal FEB?

- De grande valia pelo resgate histórico.

- As postagens são excelentes para pesquisar e divulgação da FEB e valorizar os nossos verdadeiros heróis.

- São postagens que elevam e não nos permitem esquecer quem foram esses homens e sua grandiosa missão no mundo. Com postagens ativas, imagens, links, vídeos e etc, mantém o internauta conectado com o passado dos heróis e com o "atual" dos heróis.

- as postagens são grandiosas num sentido moral e histórico! Aprecio muito!

- Acho as postagens da maior relevância, pois são troca de experiências e recordações de filhos, sobrinhos e netos de ex-pracinhas, além de matérias relevantes apresentadas por todos. As fotos dos arquivos pessoais, sempre inéditas, as histórias e artigos resgatados. Acho fundamental, pois foi esta Liberdade que os Pracinhas foram defender na Itália.

- O Portal da FEB e suas postagens representam um grande serviço à memória e à história do Brasil. Assuntos muito importantes, divulgados com eficiência e qualidade.

- O Portal da FEB reúne informações valiosas, acervo e notícias.

- O melhor site sobre o assunto! Parabéns ao 'Portal da FEB' e a todos seus anônimos e patriotas mantenedores.

- Quais são os atrativos?

- as histórias desconhecidas, as histórias do ponto de vista pessoal e não somente políticos.

- Conhecer melhor a história da FEB e saber mais sobre os Veteranos que contam sua passagem pela Segunda Guerra.

- O atrativo é a ideia de manter viva a lembrança dos que mal são lembrados na nossa história. Homens que levaram a bandeira brasileira aos Aliados para defender a paz no mundo. Homens que se sacrificaram para proteger cada um de nós, do poder nazista na costa brasileira.

- O que atrai é a possibilidade de estar sempre aprendendo sobre a FEB, o acesso a fotos inéditas e as notícias sobre a atual situação dos veteranos do país inteiro. Tudo isso na linha do tempo do Facebook, muito prático.

- A oportunidade de conhecer melhor a nossa história e compartilhar com amigos.- O que você acha da liberdade dos internautas em colaborar diretamente com a página?

¹ Link de acesso à enquete: <<https://www.facebook.com/portalfeb/photos/a.293679184058126.67223.234557183303660/934438693315502/?type=1&fref=nf&pnref=story>>. Hospedada em 08/06/2015.

- *útil, toda complementação te seu valor.*
- *Isso incentiva a muitos a se interessarem pelo tema da Segunda Guerra Mundial.*
- *Acho realmente interessante! Pois muitos “curtidores” possuem fatos, evidências, documentos, que auxiliam a contribuir com a exemplar e a grandiosidade e quantidade dos nossos heróis. Principalmente, com a liberdade, certas vezes, de algum artigo publicado.*
- *não existe nada mais rico do que trocar informações, essa oportunidade é única!*
- *Engrandecedora. Permite que todos contem histórias sobre seus parentes que integraram a FEB, enviem fotos particulares inéditas e façam comentários sobre a história. Enfim, permite que informações circulem.*
- *Quais são as diferenças que você observa ao comparar o Portal FEB com os museus físicos?*
- *É um portal que podemos contar com as novidades na hora que precisamos e não temos tempo de visitar um museu físico.*
- *Infelizmente, ainda não pude comparecer a nenhum museu físico.*
- *Aqui no Portal temos um acervo que nenhum museu terá: a memória viva dos descendentes dos pracinhas, além de seus acervos pessoais.*
- *quem não tem a oportunidade de visitar um museu, aqui no portal consegue ter uma ideia sobre o assunto.*
- *É mais dinâmico que os museus físicos pois é atualizado várias vezes por dia e permite uma interação/troca muito maior com todos os “curtidores”, que são provenientes de todas as regiões do país. A principal diferença, no entanto, é a praticidade. Temos acesso a tudo isso sem sair de casa, na tela do computador, de forma fácil e rápida. Os museus brasileiros, especialmente os da FEB, têm um grave problema: o horário de funcionamento é muito curto e os dias da semana limitados. Normalmente não funcionam aos finais de semana. Esse ponto é uma diferença fundamental. O digital é o presente e o futuro.*

Os internautas são unânimes em responder que o espaço do Portal da FEB reúne um acervo que nenhum museu físico possui, e por ser interativo, tem um alcance muito maior de compartilhamento da história dos ex-combatentes, servindo como um importante espaço de pesquisa, divulgação e fortalecimento da memória febiana.

Hoje, mais do que nunca a sociedade vive no mundo das imagens, onde as novas mídias tecnológicas possibilitam a expansão das relações sociais pelo tempo e pelo espaço, aprofundam as formas de conexão global, anulam as distâncias entre pessoas e lugares, criando novas formas de contato intenso, imediato, presente, e global, sem deixar a conexão com o local, que passa a não ter mais uma identidade fechada, mas sim uma identidade ligada ao global. Identidades essas que são reafirmadas ou assumem novas roupagens diante de embates de culturas diferentes, num movimento que não se restringe na troca “do velho pelo novo”, mas surgimento de “algumas alternativas híbridas, sintetizando elementos de ambas, mas não redutíveis a nenhuma delas” (HALL, 1997, p.3) (...). “O próprio ritmo e a irregularidade da mudança cultural global produzem com frequência suas próprias resistências” (HALL, 1997, p.4) num movimento dialético que da origem às renovações identitárias, constituídas por elementos materiais e subjetivos do passado e do presente.

Se “as culturas movem-se não apenas pelo que existe, mas também pelas possibilidades e projetos do que pode vir a existir” (SANTOS, 1987, p.17), parece compreensivo que com o advento de inúmeras tecnologias de informação, a sociedade projete suas identidades e seus valores simbólicos a novas configurações, como por exemplo, os espaços virtuais. Esses se afirmam enquanto realidades materializadas nas mais diversas camadas sociais, e subjetivamente, nos comportamentos cotidianos dos indivíduos, não sendo possível, sua negação ou indiferença, essas não pode mais ser vistas como algo sem importância, elas “tem de ser vista como algo fundamental, constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter deste movimento, bem como a sua vida interior” (HALL, 1997, p.6).

Sendo uma nova ordem social extremamente recente, o estudo científico de comunicação e interação social através do virtual se apresenta na forma de processo de descoberta, jamais finalizado e conclusivo. Massey (2012, p.33) enfatiza a necessidade de olhar a representatividade dos fenômenos enquanto trajetória no tempo/espaço, pois sendo “uma coisa viva, uma atitude científica, uma coletividade, uma convocação social”, eles estão em constante transformação, assumindo novas posturas, roupagens, adaptando-se as novas ordens sociais, mas sempre na busca pela sobrevivência e pelo reconhecimento (mesmo que esse se de no campo do não esquecimento). Um dos principais embates e discussões sobre a temática das relações sociais através da rede de *internet* se faz diante da questão, trazida por Castells (1999): se a *internet* favorece a criação de novas comunidades, as chamadas comunidades virtuais, ou se essa, ao contrário, induz a sociedade a um isolamento entre pessoas e o mundo? Em seus argumentos, o autor coloca que as pessoas tendem a se reunirem, num espaço virtual, em torno de valores e interesses comuns, o que acarreta novas formas de identidades, reforçadas pelos pares e pelos embates. Diante disso, o autor afirma que não está claro o grau de sociabilidade que ocorre nas redes eletrônicas, e quais são de fato as consequências culturais dessa nova forma de sociabilidade. Contudo, não se pode negar que há sempre um movimento constante de sobrevivência dos fenômenos sociais, que tendem a novas adaptações, novas roupagens, que exigem novas interpretações. Jamais pode-se afirmar que os novos meios de comunicação sociais, mesmo diante de uma característica pouco sentimental (em termos de isolamento), não possuem sentido.

Ao citar Rheingold, Castells argumenta que

Em geral entende-se que comunidade virtual, é uma rede eletrônica autodefinida de comunicações interativas e organizadas ao redor de interesses ou fins em comuns, embora a comunicação se torne a própria meta. Tais comunidades podem ser relativamente formalizadas (...), ou formadas espontaneamente por redes sócias que se conectam a rede para enviar e receber mensagens no padrão de horário escolhidos (CASTELLS, 1999, p. 443).

A esse respeito, observa-se que os museus virtuais, além dos já conhecidos objetivos de valorização da memória e reconhecimento da sociedade enquanto parte do patrimônio ali apresentado, buscam a maior acessibilidade de visitantes renovando formas de atração, preservação e disseminação das heranças culturais, criando novo embate com as antigas estruturas de preservação (físicas e ideológicas).

c. Museum da Guerra

O Museum da Guerra (Fig. 4), na cidade de Joinville (SC), constituído de forma itinerante, esbarrou na dificuldade e custos de manter-se em um espaço fixo. Assim, desde sua inauguração em 2013, o curador percorre cidades do interior do estado levando as mais de 600 peças, adquiridas da cidade de Weiskirchen, na Alemanha, por um grupo de quatro colecionadores que desde 1946 se dedicam ao resgate de objetos usados pelas tropas alemã e brasileira. Dentre esses colecionadores destaca-se Rochus Misch, guarda-costas de Adolf Hitler, um dos financiadores da ideia de montar um museu das guerras mundiais no Brasil. Segundo o curador da exposição, o acervo completo, ainda na Alemanha, contém mais de 6.000 peças, com itens que datam da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, de tropas alemãs, brasileiras, francesas, japonesas, russas e norte-americanas. Dentre os objetos da exposição estão armas, uniformes, utensílios para alimentação e saúde, documentos pessoais, cartas, fotos, livros, arquivo secreto dos pracinhas brasileiros, capacetes, mochilas, material de sinalização, granadas, e em destaque a máquina de escrever utilizada por Adolf Hitler e sua secretária, além do 'Rádio do Povo', de 1933, aparelho presente em todas as casas alemãs, usado para disseminar a propaganda nazista.

Para o curador, o principal motivo de levar esse acervo as pessoas é uma forma de contar uma história esquecida pela maior parte dos brasileiros, que não costumam visitar museus por não se reconhecerem parte dessa história. A região de colonização alemã no estado de Santa Catarina viveu intensamente o reflexo da Segunda Guerra Mundial, e suas histórias se fazem presente na memória da população, o que pode explicar o alto número de visitantes, chegando a uma média de 5 mil pessoas no período de 10 a 15 dias em que a exposição permanece nas cidades por onde passa. Chama a atenção o comportamento dos visitantes, os quais observam as peças detidamente, comentando com os demais sobre esses itens, sempre referenciando suas histórias pessoais, mostrando que de fato possuem forte ligação com a história que cada item conta.

Figura 4 - Print Screen da rede social Facebook da página do Museum da Guerra.



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/museudaguerra/?fref=ts>.

Essa forma de levar um acervo até as pessoas de forma itinerante tem a ver com a democratização do acesso aos instrumentos culturais, busca não somente atrair, mas expandir o público, levando “as coleções a outros públicos em contextos diferentes, afastando-se um pouco dos modelos e dos locais tradicionais de exibição” (XAVIER, 2012, p.69). Dessacralizando a imagem do museu tradicional, esse acervo passa a ser uma instituição viva. Enquanto uma nova metodologia reforçada nos anos de 1940 como uma concepção ideológica de mudança social, ligada a ideia de desenvolvimento dos cidadãos, os quais deveriam ter acesso à cultura e as artes, os museus itinerantes se firmaram como importante ferramenta de educação.

CONCLUSÕES

A exemplo do contexto brasileiro na Segunda Guerra, a sociedade de modo geral passou pelo processo de construção dos sentidos nacionalistas², usados para regular e organizar as práticas e condutas sociais. As representações foram utilizadas como forma de estruturar e direcionar (segundo interesses de grupos detentores de poder) a identidade de todos, permanecendo e fortalecendo-se até os dias atuais. Esse processo identitário com os feitos da categoria da FEB, ocorre principalmente em cidades menores, onde a relação entre indivíduos se dá de forma mais direta e o reconhecimento é mais forte. Os próprios expedicionários, agora individualizados, com nomes e uma história, passam a ser a materialidade que a realidade subjetiva das representações nacionalistas construíram, mas que não era palpável, somente imaginada. Os heróis ainda vivos que eram exaltados em jornais e rádios, agora moravam na esquina.

Esse é o ponto em que as identidades tendem a se reforçar, e potencializar suas formas de representação. Assim, novas estátuas, bustos, placas e espaços de valorização da memória foram sendo construídos. Museus, monumentos, símbolos, acervos, e os indivíduos da categoria, transformam-se em patrimônios nacionais não apenas por sua representatividade, por seus sentimentos de respeito, pertencimento e preservação de seus bens materiais e suas memórias, mas também por terem todos de alguma forma, uma ligação coesa de responsabilidade nacional com a história da participação do país numa guerra mundial. Essa se traduz na principal questão apontada pelas pessoas, nos diferentes meios pesquisados, as quais culpam a sociedade e os governos pelo abandono e esquecimento.

Dessa maneira, os feitos e sentimentos da história da FEB materializaram-se na forma de um conjunto cultural representado por um sistema de linguagem: discursos, ritos, imagens, textos, monumentos, espaços de memória e objetos, construídos (num determinado tempo) e transferidos (pelo tempo/ espaço, por várias gerações) num processo de troca, aos demais membros da sociedade, que tomaram a decisão de adotá-los em maior ou menor escala,

² Esse processo já vinha ocorrendo no Brasil desde sua fundação, como apontado por Chauí (2000), potencializado no período republicano (CARVALHO, 1990), e disseminado pelo uso das mídias (rádio e jornais) no período da Segunda Guerra Mundial.

mas nunca negando-os, pois somente no processo de aceitação e troca é que os indivíduos conseguem ler, decodificar e interpretar os signos, adotando-os através de seu sentir, como pertencentes a eles. Todo o conjunto cultural da FEB representa as ideias, sentimentos e conceitos de nacionalismo, construído e implantado no cenário social brasileiro.

Nesse trabalho, o recorte analisado refere-se a apenas três elementos representativos da categoria, mas há centenas de outros que mereceriam ser reconhecidos, estudados e preservados. Entende-se que o setor cultural no Brasil ainda é extremamente desvalorizado, e as ações culturais não podem ficar à mercê das vontades, ideologias e ações do poder público, como ocorre nas grandes cidades. As funções de reconhecimento identitário, valorização e preservação da memória social dependem de cada sujeito e coletividades que se reconheçam nas diferentes formas de cultura e arte, principalmente se esses tiverem ligadas as subjetividades sociais, independentes dos espaços físicos que se encontram.

Percebe-se que as diferentes formas de museus abordados nesse trabalho constituem-se espaços de memória dinâmicos e interativos, que despertam sentimentos de reconhecimento e identidade nos visitantes, contribuindo com o fortalecimento da memória histórica e com a construção do pensar patrimonial. Enquanto os museus reais, na sua maioria, constituem-se de narrativas nacionais, os museus virtuais, mesmo tendo elementos ligados a nação, são constituídos por narrativas pessoais. Nesses espaços virtuais o sentimento de identidade tende a se fortalecer ainda mais quando os sujeitos passam a fazer parte da construção histórica e simbólica de um patrimônio, processo esse que depende unicamente da identificação dos sujeitos com esse acervo. No entanto, a maior perda que se tem com as interações virtuais é a falta de contato entre os sentidos e o mundo material. Logo, o virtual (pelo menos por enquanto) não proporciona as mesmas sensações de viajar pela história ao adentrar um museu físico e ambos os modelos deveriam coexistir.

Percebe-se a impossibilidade de manter as histórias de base da sociedade nas memórias somente dos líderes mais velhos de determinados grupos. Novas formas de preservação e disseminação das heranças culturais surgem e são adotadas pelos grupos sociais, criando embates entre as velhas e novas estruturas de preservação. Assim, entender a materialização virtual de novos espaços de memória e até um possível processo de patrimonialização virtual leva à busca do entendimento que os novos significados do patrimônio adquirem.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R.M. Síndrome de Museus? *Revista Encontros e Estudos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 51-68, 1996.
- ANDRADE, B.; COLODA, T.A. **Patrimônio cultural militar da cidade de Ponta Grossa - PR**. 2012. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BRASIL. **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020** (2010: Brasília – DF) Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010. Disponível em: < <http://www.museus.gov.br/plano-nacional-setorial-de-museus-pnsm/>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

_____. **Instituto Brasileiro de Museus - Ibram** - Pesquisa da 13ª Semana Nacional de Museus. Período de aplicação: 25 de maio a 30 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/tag/13-semana-de-museus/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, F.M.; SPINOLA, C.A. Metodologia de pesquisas na internet: breves considerações sobre uma pesquisa qualitativa em turismo nas redes sociais. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 5, n.1, p. 170-188, 2015. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=Metodologia+de+pesquisas+na+internet%3A+breves+considera%C3%A7%C3%B5es+sobre+uma+pesquisa+qualitativa+em+turismo+nas+redes+sociais&oeq=Metodologia+de+pesquisas+na+internet%3A+breves+considera%C3%A7%C3%B5es+sobre+uma+pesquisa+qualitativa+em+turismo+nas+redes+sociais&aqs=chrome..69i57.403-j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acessado em: 22 abr. 2017.

CAPRA, F. **A Teia da Vida: uma compreensão científica dos sistemas vivos**. Cultrix: São Paulo, 1996.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Tópicos).

GOMES, P.C.C. **Geografia e modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural na Pós Modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: Open University. **Media and Cultural Regulation**, da série **Culture, Media and Identities**, 1997. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/artigos_autor.asp?p_id_autor=381>. Acessado em: 08 ago. 2014.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. **Pesquisa da 13ª Semana Nacional de Museus**. Período de aplicação: 25 de maio a 30 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/tag/13-semana-de-museus/>>. Acessado em: 18 set. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: cultura: 2014**. Rio de Janeiro, 2015. 106p.

JORDÃO, G. **Panorama setorial da cultura brasileira - 2013-2014**. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2014.

MASSEY, D.B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MUSEU DO EXPEDICIONÁRIO DE CURITIBA. Disponível em: <<http://www.museudoexpedicionario.com/>>. Acessado em: 04 mar. 2015.

OLIVEIRA, D. Reintegração social do ex-combatente no Brasil: o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário - SA/LPE (1946-1960). **Revista Militares e Política**, Rio de Janeiro, n.9, p. 8-23, jul.-dez. 2011.

_____. **Guia do Museu do Expedicionário 2011**. Curitiba: UFPR, 2011. 87p. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2011/10/guia_museu_expedicionario.pdf>. Acessado em: 04 jun. 2015.

Portal da FEB: Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/>>. Acessado em: 07 abr. 2015.

RECUERO, R.C. **Redes Sociais na Internet: considerações iniciais**. Laboratório de interação mediada por computadores (UFRGS), 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/redes_sociais.pdf>. Acessado em: 05 abr. 2017.

ROSA, A.S. **A reintegração social dos ex-combatentes da força expedicionária brasileira (1946-1988)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR.

ROSENHECK, U. Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos. **Revista Militares e Política**, Rio de Janeiro, n.3, p. 7-16, jul. dez. 2008.

SAHR, W.D. Signos e Espaço Mundo: a Semiótica da espacialização na Geografia Cultural. In: KOZEL, S.; SILVA, J.C.; FILHO, S.G. **Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem/ Curitiba: NEER, 2007.

SANTOS, J.L. **O que é Cultura**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Tudo é História).

SANTOS, M.S. Museu Imperial: a construção do império pela República. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, M.A.P. **Os Veteranos da Força Expedicionária Brasileira: História, Memória e Patrimônio no Estado de Mato Grosso do Sul**. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais14/arquivos/textos/Workshop/Trabalhos_Completos/Marcio_Silva.pdf>. Acessado em: 06 fev. 2014.

XAVIER, D.W. **Museus em movimento: uma reflexão acerca de experiências museológicas itinerantes no marco da Nova Museologia**. 2012. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

Relação entre drenagem urbana e processos erosivos: estudo de caso em Campo Mourão - PR

Relación entre el drenaje urbano y procesos erosivos: caso de estudio en Campo Mourão - PR

Relationship among urban drainage and erosive processes: case study at Campo Mourão - PR

Mariana de Sarges Machado

mari_msm@hotmail.com

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus de Campo Mourão, UTFPR

Maristela Denise Moresco Mezzomo

maristelamezzomo@gmail.com

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus de Campo Mourão, UTFPR

Morgana Suzeck Gonçalves

morgana@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus de Campo Mourão, UTFPR

Resumo: As voçorocas urbanas têm se tornado um problema ambiental preocupante nos municípios brasileiros, pois limitam a expansão urbana, além de resultar em problemas de ordem ambiental e social. Diante disso, este trabalho realizou um diagnóstico geoambiental de uma voçoroca localizada no município de Campo Mourão, estado do Paraná. Na primeira etapa, foram utilizados materiais cartográficos e imagens de satélite, com a finalidade de caracterizar fisicamente a área da voçoroca. Na segunda etapa foi realizado o levantamento de informações sobre o processo erosivo e realizadas entrevistas com os moradores do entorno. Nas etapas posteriores foram elencadas as causas e consequências do processo erosivo e por fim, sugestões para a contenção do processo erosivo e melhoria da área degradada.

Palavras-chave: Voçoroca, planejamento urbano, diagnóstico.

Resumen: Cárcavas urbanas se han convertido en un problema ambiental preocupante en las ciudades brasileñas mediante la limitación de la expansión urbana, y dar lugar a problemas de orden ambiental y social. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo realizar un diagnóstico geo-ambiental de una cárcava en el municipio de Campo Mourão, provincia del Paraná. En la primera etapa, los materiales cartográficos e imágenes de satélite se utilizaron para caracterizar físicamente la zona del barranco. En la segunda etapa se llevó a cabo la recopilación de información sobre el proceso de erosión y entrevistas con los residentes de los alrededores. En las etapas posteriores se enumeran las causas y las consecuencias de la erosión y, por último, sugerencias para contener el proceso erosivo y la mejora de la zona degradada.

Palabras clave: Cárcava, planificación urbana, el diagnóstico.

Abstract: Urban gullies have become a concerning environmental issue in Brazilian municipalities once they limit urban expansion, moreover, they cause both environmental and social problems. This work aimed to perform a geoenvironmental diagnosis of a gully located in Campo Mourão, Paraná State. For this, cartographic material and satellite images were used on the first stage aiming to physically characterize the gully. On the second stage, information about the erosive process was gathered and the surrounding dwellers were interviewed. The following stages were related to causes and consequences of the erosive process and, finally, to suggestions for holding the erosion and improving the degraded area.

Key-words: Gullies, urban planning, diagnosis.

INTRODUÇÃO

Tendo como tema central processos erosivos relacionados a drenagem urbana numa perspectiva sistêmica do olhar ambiental, este artigo apresenta um estudo de caso sobre uma voçoroca localizada na cidade de Campo Mourão – Paraná, suas causas, consequências e sugestões de medidas para contenção do processo fazem parte da discussão apresentada.

Considerada como um processo natural de desgaste do solo, a erosão pode ser agravada por fatores antrópicos, os quais, quando aliados ao clima, tipo de solo e relevo, pode chegar a níveis de difícil recuperação, como no caso das voçorocas (GUERRA, 2011). O desenvolvimento de voçorocas urbanas está relacionado ao crescimento acelerado e desordenado de cidades brasileiras ocorrido nas últimas décadas, o qual tem promovido alterações significativas na dinâmica hidrológica natural, como no caso da canalização e retificação de rios, alteração na infiltração das águas pluviais e aumento da vazão devido à drenagem urbana. Muitas destas mudanças promovem consequências de cunho natural e socioeconômico.

No caso de consequências naturais, estão os processos erosivos, os quais incidem em diversos desdobramentos que podem afetar o equilíbrio dinâmico de determinando ambiente. Já em relação às consequências socioeconômicas, as alterações da dinâmica hidrológica podem promover problemas com dimensões difíceis de serem calculadas, pois além da degradação da área, afeta e coloca em risco infraestruturas urbanas que interferem no cotidiano da população envolvida e assim, prejudicam a qualidade de vida das pessoas.

A erosão neste contexto é um dos principais processos decorrentes das alterações na dinâmica hidrológica que envolve a drenagem urbana. Esta se constitui como um sistema responsável pela captação, manejo e condução das águas de chuvas até o curso d'água. Segundo Tucci e Marques (2000, p. 119), a medida que a cidade se urbaniza, em geral, ocorre

aumento da vazão, devido ao aumento da capacidade de escoamento através de condutos e canais e impermeabilização das superfícies; o aumento da produção de sedimentos devido à desproteção das superfícies e à produção de resíduos sólidos; a deterioração da qualidade da água, devido à lavagem das ruas, ao transporte de material sólido e às ligações clandestinas de esgoto.

Toda bacia hidrográfica tem um escoamento natural das águas, seja em vales úmidos (rios, riachos) ou em vales secos, por onde a água escoar após precipitações pluviométricas. Alterações no sistema natural de drenagem, através de obras de construções ou aterramentos, normalmente, provocam um incremento no processo de erosão, além de outras consequências indesejáveis (MOTA, 1999). O mesmo autor ainda ressalta que se deve respeitar ao máximo o escoamento natural, e no caso de haver necessidade de mudança desse escoamento, esta deve ser executada após cuidadoso estudo, uma vez que, todo solo tem um ponto de saturação e a medida que a infiltração se aproxima desse limite, poças se formam na superfície, originando o escoamento superficial (GUERRA; SILVA; BOTELHO, 2010).

Para Mota (1999), o sistema de escoamento superficial de uma bacia que abrange uma cidade, deve fazer parte de um Plano Diretor de Drenagem e ser elaborado com base em um estudo de todo sistema de drenagem, a fim de se propor medidas que visam garantir um apropriado escoamento das águas pluviais, evitando assim problemas de erosão. Entre estas medidas de controle de drenagem em área urbana estão disciplinamento de uso e ocupação do solo, que visa a “proteção das áreas de amortecimento de cheia, proteção dos caminhos de escoamento natural das águas, criação de reservatório artificial de detenção, utilização de pavimentos permeáveis, entre outras” (MOTA, 1999, p.160). As mudanças realizadas na paisagem para a implantação de cidades incidem diretamente na dinâmica hidrológica natural, modificando os caminhos por onde a água circula. A retirada da cobertura vegetal e a impermeabilização produzem alterações drásticas no ciclo hidrológico, capazes de provocar danos nas áreas urbanas, como no caso da erosão urbana (GUERRA, 2011).

O disciplinamento do uso e ocupação do solo são fatores determinantes para o bom funcionamento da drenagem de uma bacia, uma vez que,

áreas que tem maior relação com os recursos hídricos devem ter ocupação controlada e, em alguns casos, evitada, de forma que sejam garantidos a infiltração e o escoamento das águas, de modo que não sejam causados danos ao ambiente. Entre essas áreas, destacam-se: planícies de inundações, locais de amortecimento de cheias, talwegues, encostas, áreas verdes, etc. (MOTA, 1999, p.162).

Outro aspecto relevante, segundo Mota (1999, p.166), se refere às áreas de amortecimento de cheias, que geralmente são “terrenos baixos, alagados, ou similares, que embora não acumulem água permanente, a retêm durante a precipitação”. Estes locais devem ser identificados em uma cidade, e preservados de ocupação, sendo interessante o aproveitamento dessas áreas para integrar áreas verdes, áreas de lazer, parques, etc. Além dos rios e riachos (vales úmidos), devem ser preservados também os vales secos, por onde escoar a água durante as chuvas. “Esses vales devem ser protegidos nos projetos de parcelamento do solo, podendo ser substituído por sistemas de drenagem artificiais (canais, galerias), após cuidadoso estudo” (MOTA, 1999, p. 167).

Além destes aspectos, Tucci e Marques (2000, p. 364) também indicam a construção de locais de armazenamento, os quais permitem o atraso do escoamento “atenuando o pico

dos hidrogramas e possibilitando a recuperação da capacidade de amortecimento perdida pela bacia devido à impermeabilização”. Tais áreas podem ser implantadas em nível de lote, microdrenagem e macrodrenagem e se referem a reservatórios artificiais de detenção.

Relacionado também à diminuição do escoamento superficial, destaca-se o uso de pavimentos permeáveis, sendo extremamente recomendáveis nas vias públicas e pátios, pois facilitam a infiltração da água (MOTA, 1999). O pavimento permeável “é um dispositivo de infiltração onde o escoamento superficial é desviado através de uma superfície permeável para dentro de um reservatório de pedras localizado sob a superfície do terreno” (TUCCI; MARQUES, 2000, p. 352) e existem basicamente três tipos de pavimentos permeáveis: pavimento de asfalto poroso, pavimento de concreto poroso e pavimento de blocos de concreto vazados (TUCCI; MARQUES, 2000).

Estas medidas e obras em relação a drenagem urbana tem como objetivo principal evitar a degradação ambiental, que se apresenta de diversas formas, com destaque neste contexto para a erosão do solo. Segundo Araújo, Almeida e Guerra (2005, p. 21), “a degradação das condições de solo é muito séria, pois não é facilmente reversível, uma vez que processos de formação e regeneração do solo são muito lentos”. Entretanto, muitas formas de degradação podem ser remediadas pela reconstrução cuidadosa da saúde do solo (ARAÚJO; ALMEIDA; GUERRA, 2005). Para Guerra e Jorge (2013, p. 10), os problemas resultantes da erosão dos solos podem ser exemplificados pela

remoção dos nutrientes existentes no topo dos solos; redução da penetração das raízes e do armazenamento de água; diminuição das áreas a serem utilizadas para agricultura e pecuária; aumento do assoreamento de rios, lagos, reservatórios e açudes, levando muitas vezes a grandes enchentes; poluição de corpos líquidos, em especial pelo transporte de defensivos agrícolas, junto com os sedimentos erodidos.

No Brasil, país onde existe pressão demográfica nos centros urbanos, vem sendo comum a ocorrência de processos erosivos em áreas periurbanas. Tais processos ameaçam o patrimônio público e privado e podem ser de difícil controle, principalmente quando não há monitoramento dos mesmos (GUERRA, 2011).

Muitas são as causas que podem promover a erosão, bem como muitos são as classificações dadas aos processos. Destaca-se neste sentido a erosão hídrica em áreas urbanas. Segundo Bertoni e Lombardi Neto (1999), as principais formas de erosão hídrica são erosão pelo impacto da chuva, erosão laminar e erosão em sulcos e voçorocas. Os problemas causados pelo impacto das gotas de chuva em contato com o solo a uma alta velocidade constituem a primeira fase do processo de erosão. Tal impacto “rompe os agregados do solo, desprende e transporta as partículas mais finas, causando uma compactação na superfície do terreno e minimizando a infiltração de água no mesmo” (BERTONI; LOMBARDI NETO, 1999, p.74). Como consequência, há aumento da enxurrada na superfície e lixiviação da área. Esta primeira fase da erosão apresenta maior magnitude no intervalo de tempo decorrido entre o início da precipitação e a formação do escoamento superficial, e tende a diminuir sua ação à medida que aumenta a espessura da lamina d’água que escoou ou é retida na superfície (FENDRICH et al.,1997).

A erosão laminar, para Fendrich et al. (1997, p. 32), “caracteriza-se pelo desgaste laminar causado pelas enxurradas que deslizam como um lençol, desgastando a superfície do solo, suave e uniformemente em toda a sua extensão”. Tal processo erosivo se dá de forma discreta, muitas vezes imperceptível, arrastando as menores partículas do solo. Essa remoção da camada superficial pode prejudicar a fertilidade do solo, visto que essa é a parte mais ativa e rica em nutrientes.

Já a erosão em sulcos, ravinas e voçorocas, conforme Fendrich et al. (1997, p. 32) “consiste essencialmente no desenvolvimento de pequenos canais, nos quais o fluxo superficial se concentra”. Quando não controlado, esse escoamento tende a expandir a área erodida, transformando os sulcos em ravinas e, posteriormente, em voçorocas.

No processo relativo ao voçorocamento, Selby (1993 apud GUERRA, 2011) explica que uma ravina principal pode se expandir horizontalmente e verticalmente, se transformando, posteriormente, em uma voçoroca. Segundo Fendrich et al. (1997, p. 22), “a voçoroca é um processo erosivo semi-superficial de massa, face ao fenômeno global da erosão superficial e ao desmonte de maciços de solo dos taludes, ao longo dos fundos de vale, ou de sulcos realizados no terreno”.

O tipo de solo determina o formato da voçoroca. Se a erosão contiver horizontes de material mais consistente, a voçoroca tende a se desenvolver em paredes verticais (o que a torna mais suscetível a desmoronamentos). Quando o material dos horizontes mais profundos é mais resistente que o dos horizontes mais superficiais, ela tende a se formar em V (BERTONI; LOMBARDI NETO, 1999).

Segundo Guerra, Silva e Botelho (2010, p. 257), entre as principais causas do desencadeamento e evolução da erosão nas cidades, destacam-se:

- Plano de obra inadequado do sistema viário, muitas vezes agravado pela falta de pavimentação, guias e sarjetas: As ruas, quando pavimentadas, dispõem, em geral, de galerias pluviais, mas nem sempre onde existem galerias existe pavimentação. Ruas sem pavimentação, em áreas urbanas muito suscetíveis à erosão, provocam, inevitavelmente, o entupimento de galerias, especialmente quando apresentam declividades insuficientes para favorecer o transporte do solo depositado.
- Deficiência do sistema de drenagem de águas pluviais e servidas: Os projetos devem considerar toda a área de drenagem que contribui para o escoamento superficial, com estudo prévio da topografia da cidade, desenvolvendo os planos para o sistema de drenagem e prevendo as ruas com ou sem pavimento. Os canais coletores devem situar-se, principalmente, nas ruas secundárias, utilizando as de pequena declividade, evitando, dessa forma, o acúmulo de águas resultantes da drenagem nas ruas de grande declividade.
- Expansão urbana descontrolada: A implantação de loteamentos e conjuntos habitacionais, especialmente em locais que apresentam terrenos suscetíveis a processos de ravinamento e/ou voçorocamento, deve ser antecedida por cuidadoso estudo de suscetibilidade à erosão, adequando os projetos à natureza dos terrenos e prevendo-se obras de controle da erosão.

Como medidas de controle da erosão urbana têm sido construídas, como obras permanentes, “sistemas de drenagem para canalização das águas pluviais, proteção dos vales receptores através de canais, barragens escalonadas, etc. e pavimentação de ruas para a retenção do solo”, evitando seu carregamento pelo escoamento superficial (FENDRICH et al., 1997, p.44). Infelizmente, muitas prefeituras ainda preferem obras temporárias a permanentes, para controle da erosão, como poços, valas de contenção e dissipadores de energia improvisados.

Para Oliveira (2010, p.38), o combate à erosão vai implicar em medidas “de caráter multidisciplinar e sistêmico, voltadas não somente à solução de problemas pontuais em áreas de focos erosivos, mas também à solução de outros problemas urbanos, igualmente graves, de reflexos tanto ambientais quanto econômicos”.

Conforme o Decreto Federal nº 97.632/1989 (BRASIL, 1989), a recuperação ambiental é entendida como “o retorno do sítio degradado a uma forma de utilização, de acordo com um plano preestabelecido para o uso do solo, visando a obtenção de uma estabilidade do meio ambiente”. A recuperação do ambiente pode ocorrer de forma natural ou por meio de atividades humanas, que tenham como objetivo restaurar a área degradada. A recuperação natural pode ser a única possibilidade para algumas situações de degradação ambiental que “envolvem grandes áreas afetadas por exploração de mineração temporária, agricultura intensa, entre outras, principalmente devido à extensão, custo e medidas ou procedimentos necessários” (CALIJURI; CUNHA, 2013, p. 594).

Já a recuperação através de intervenções antrópicas pode ser entendida, segundo Calijuri e Cunha (2013), como o conjunto de ações necessárias para a retomada de um determinado equilíbrio ambiental na área degradada, onde a estabilidade física é obtida tanto por técnicas de revegetação, como por obras geotécnicas (terraplanagem, sistemas de drenagem e de retenção de sedimentos, contenção de taludes, entre outros).

O número de técnicas para a recuperação de áreas degradadas tem aumentado gradativamente em todo o mundo, e vários são os materiais utilizados para isso (GUERRA; JORGE, 2013). As técnicas de bioengenharia são muito recomendadas, por vários motivos, como destacam Fullen et al. (2011 apud GUERRA; JORGE, 2013, p.23):

Além de recuperar áreas degradadas, os materiais resultantes de geotêxteis produzidos com fibras vegetais podem ser considerados soluções para problemas ambientais, incluindo tecnologias para conservação dos solos, produção vegetal sustentável, uso de plantas locais, manejo adequado de ecossistemas, como a diminuição do desmatamento, melhorias dos sistemas agroflorestais e uma boa relação custo-benefício, com a aplicação dos geotêxteis em diferentes ambientes.

De acordo com Lekha (2004 apud GUERRA; JORGE, 2013), os geotêxteis protegem o solo até a encosta se estabilizar com a recente cobertura vegetal, formando uma proteção entre as partículas do solo e as águas das chuvas, diminuindo o escoamento superficial e sua velocidade, além de manter a capacidade do solo de absorver água. Guerra e Jorge (2013) afirmam que a utilização de materiais flexíveis (biomanta) e rígidos (ferro e o concreto), pode solucionar essa problemática da degradação de solos, sendo uma associação

de técnicas da Engenharia e Biologia. Ainda segundo estes autores, a bioengenharia ainda é recente no Brasil e caminha para o sucesso, pois o país é rico em recursos vegetais. Além disso, as técnicas se caracterizam promissoras no cenário sustentável também pelo seu custo reduzido, chegando a 1/3 dos gastos de uma obra de engenharia tradicional (GUERRA; JORGE, 2013).

Estas medidas fazem parte de todo um conjunto de ações, que devem ser iniciadas quando do planejamento da drenagem urbana, passando pela manutenção e posteriormente, quando for o caso, medidas corretivas. O objetivo da organização da drenagem urbana deve envolver ações efetivas que possam minimizar ou eliminar os efeitos negativos, tanto ambientais quanto sociais, uma vez que são obras necessárias para as cidades.

MATERIAIS E MÉTODOS

A organização deste estudo envolveu a abordagem sistêmica como método e foi desenvolvida em quatro etapas. Na etapa 1 foi realizada a fundamentação teórica-metodológica e levantamento bibliográfico, seguida da caracterização física da área, com o auxílio de imagens de satélite, materiais cartográficos e visitas *in loco*. Na etapa 2, foi realizada a caracterização da voçoroca, por meio do preenchimento de um cadastro, conforme IPT (2004). Foram realizadas medições (comprimento, largura e profundidade) de 16 transectos dentro da voçoroca. Também foram realizadas 23 entrevistas semi-estruturadas com os moradores do entorno da voçoroca.

Posteriormente, na etapa 3, foram levantadas as principais causas e consequências sociais e ambientais da erosão e, na etapa 4, foram propostas medidas para o controle da erosão e ações de melhoria ambiental para área, pautando-se na literatura da área de Geomorfologia e Engenharia Ambiental, bem como em estudos de caso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

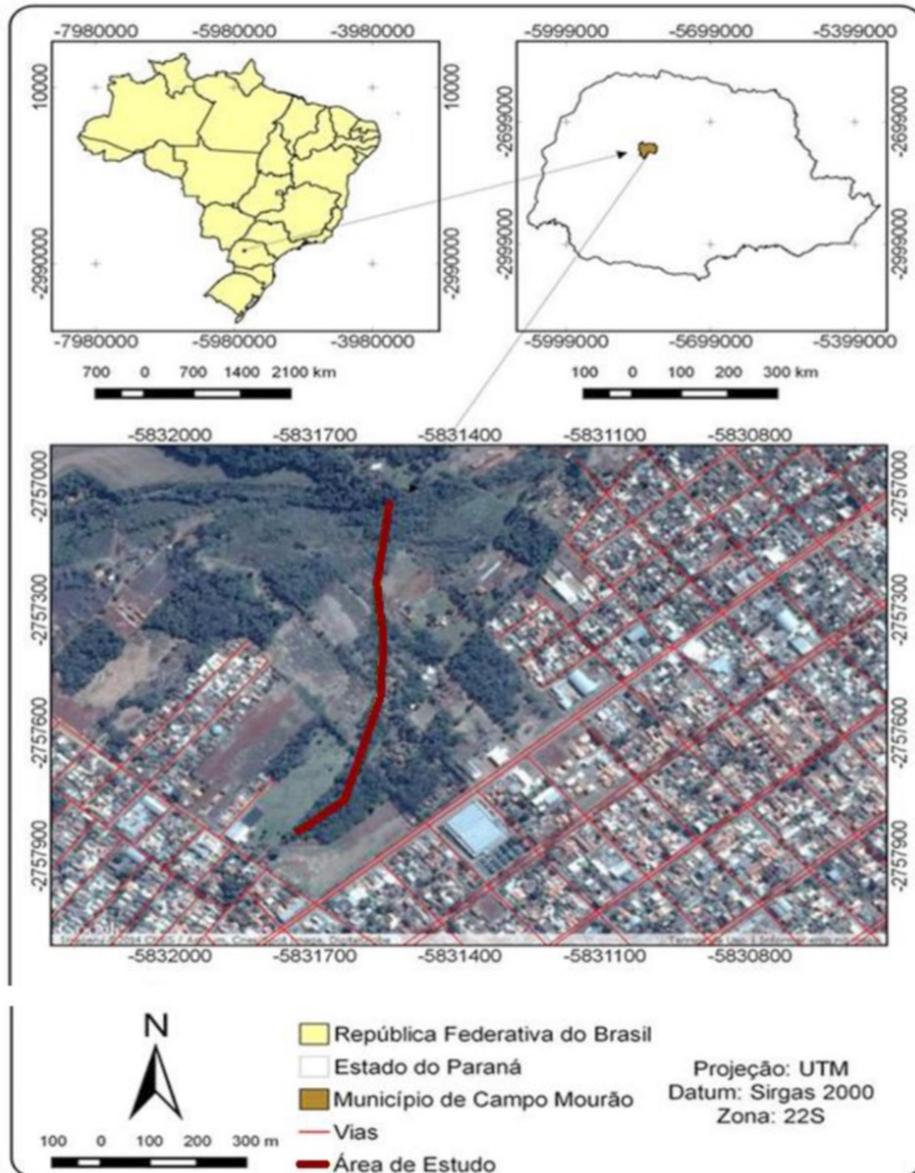
A voçoroca objeto deste estudo localiza-se em um afluente do Rio Km 119, no limite periurbano da cidade de Campo Mourão, Paraná. No seu entorno encontram-se cerca de 30 residências, alguns estabelecimentos comerciais e área de pastagem. O córrego afluente do Rio Km 119, onde se localiza a erosão, encontra-se canalizado por cerca de 400 metros desde a sua nascente, na parte alta média da vertente. Quando o córrego passa a ficar exposto na superfície, seu leito corresponde à voçoroca em estudo (Fig. 1).

O contexto físico em que a voçoroca está inserida envolve substrato rochoso do Grupo São Bento, Formação Serra Geral (MINEROPAR, 2005) com rochas basálticas de idade Mesozóica. O relevo apresenta forma, predominantemente, suave ondulada, vertente retilíneas e topos aplainados. As classes de solo envolvem o Latossolo Vermelho e Nitossolo Vermelho (EMBRAPA, 2007). O clima está classificado como Cfa, sendo subtropical úmido mesotérmico, e a fitogeografia, conforme a classificação da tipologia vegetal de Roderjan et al. (2002), compõe a Floresta Estacional Semidecidual Montana e Floresta

Ombrófila Mista Montana. A Avaliação Ecológica Rápida realizada no local permitiu coletar e identificar 50 espécies arbóreas, das quais 36 são nativas do Brasil, dez são exóticas e quatro são exóticas invasoras.

Historicamente, esta voçoroca faz parte do contexto de crescimento da cidade de Campo Mourão, que a partir da década de 1960, realizou a primeira pavimentação asfáltica e a construção da primeira rede de drenagem de águas pluviais (VERSORI, 2007). Com isso, o afluente em que a voçoroca está inserida, passou a ser um ponto de recebimento das águas pluviais drenadas, o que então teria dado início ao processo erosivo.

Figura 1: Croqui de localização da área de estudo no espaço urbano de Campo Mourão-PR.



Conforme entrevista com os moradores do entorno da voçoroca, o córrego afluente do Rio KM 119 era um pequeno rio, de pouca vazão e reduzida profundidade. Com a primeira pavimentação asfáltica e conseqüente impermeabilização do solo e construção

das galerias, o volume de água recebido pelo córrego foi aumentando e o processo erosivo teve início na década de 1970. Na década de 1980, ainda conforme entrevista com os moradores, a erosão já tinha mais de 5 metros de profundidade e seu comprimento estava próximo à Rua Araruna e à Perimetral Tancredo Neves. Com a expansão da cidade ameaçada pela erosão, conforme relato dos entrevistados, foi realizada a única obra com o objetivo de conter a voçoroca. A erosão foi aterrada com resíduo da construção civil e a rede de galerias que abrangia a porção norte da cidade foi prolongada até a cabeceira do córrego. Atualmente a voçoroca possui 750 metros de comprimento, com largura, em alguns pontos, atingindo 30 metros e profundidade em torno de 10 metros.

Em relação aos aspectos socioambientais do entorno da voçoroca, as entrevistas levaram a organização dos resultados em quatro setores. Foram feitas perguntas em relação ao tempo de moradia, quantas pessoas residem na casa, fonte de renda da família e questões ambientais, relacionadas à voçoroca e ao meio ambiente em geral (resíduos, esgoto, abastecimento de água, animais, cheiro).

No setor 1, que compreende a Rua José Voidelo e a Rua Araruna, os maiores problemas relatados se referem a presença de animais como cobras, lagartos e aranhas nas residências. No setor 2, que compreende a Av. Perimetral Tancredo Neves, os moradores se queixaram de alagamento em período de chuvas intensas, além do lixo depositado por transeuntes da Perimetral. O setor 3, que envolve chácaras em zona rural, é o que sofre maior impacto da erosão. Esse setor apresenta uma casa com risco de desabamento por se localizar a menos de 1 metro da voçoroca. As casas desse setor, ao contrário das demais, possuem fossa negra e o abastecimento de água é realizado por poços. O setor 4 envolve um loteamento novo que já possui infraestrutura de asfalto, rede de esgoto e iluminação pública.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO PROCESSO EROSIVO

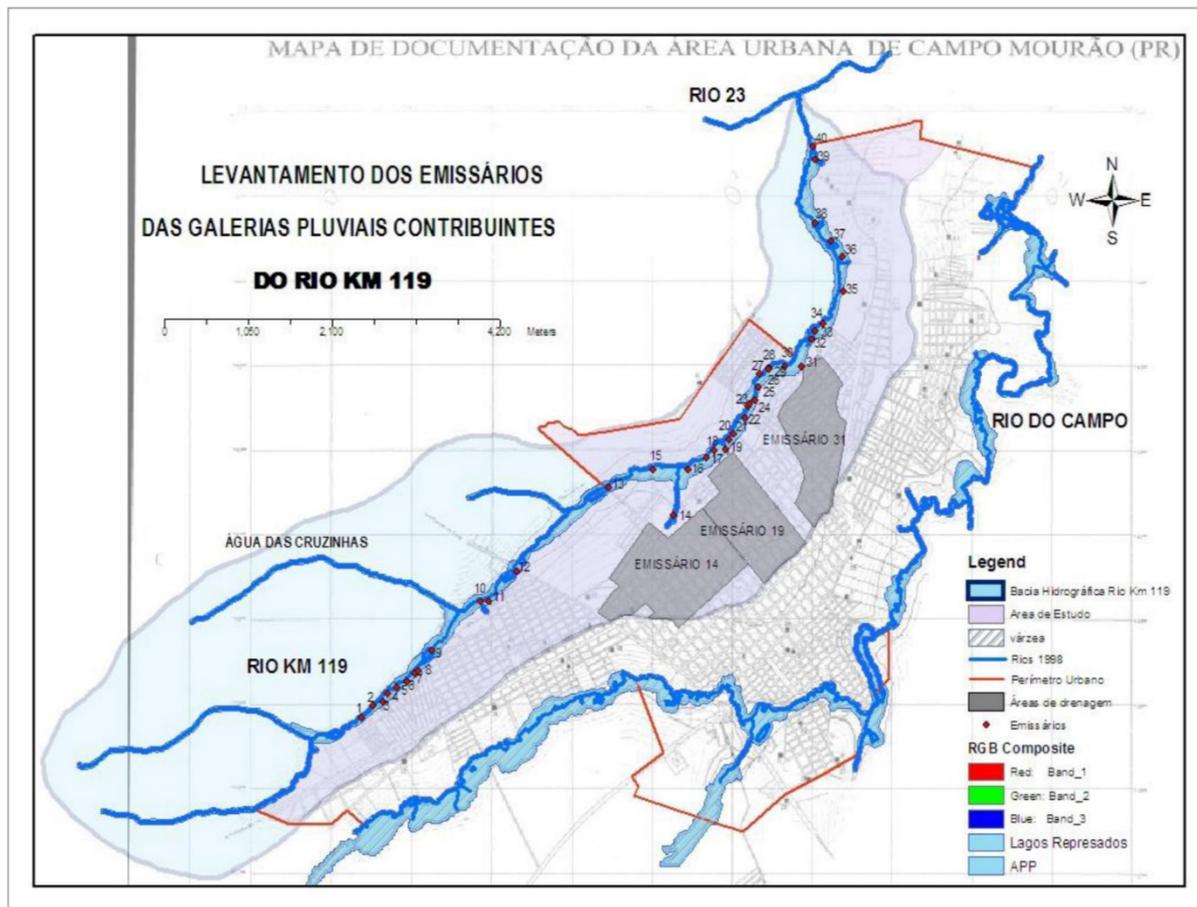
As principais causas que promoveram e ainda promovem a formação e o aumento da voçoroca, conforme verificado com os trabalhos de campo, as entrevistas e análise de material teórico, envolvem: concentração das águas pluviais, aterro, supressão vegetal da Área de Preservação Permanente e construção de loteamento em área de aterro e sobre o rio canalizado.

Em relação à concentração de águas pluviais, esta causa tem relação com obras ainda do final da década de 1980, quando a drenagem urbana de Campo Mourão foi expandida. Parte das águas pluviais que escoam na porção noroeste do município, se direcionam para o emissário 14 que deságua na cabeceira do córrego onde se localiza a erosão em estudo (Fig. 2). Segundo estudo realizado por Versori (2007), esse emissário recebe águas pluviais drenadas de uma área aproximada de 11,93 ha, a uma vazão de 2,8 m³/s.

Conforme constatado em campo, o ponto de lançamento do emissário não possui dispositivo de chegada capaz de dissipar a energia potencial das águas pluviais. Por estar localizado à jusante de uma área em declive, o emissário despeja a água pluvial em alta

velocidade, o que teria acarretado no desgaste do solo. Com isso, parte da tubulação se rompeu, atestando a força com que a água atinge o solo e promove a erosão. O volume de água canalizado por apenas uma tubulação e a distância do corpo hídrico principal, o Rio KM 119 (cerca de 800m), indicam ser os fatores que agravam ainda mais o processo.

Figura 2: Levantamento dos emissários das galerias pluviais contribuintes do Rio KM 119.



Fonte: Versori, 2007.

No que se refere ao aterro, conforme relatado nas entrevistas, na década de 1980, a voçoroca estava próxima ao cruzamento da Perimetral Tancredo Neves com a Rua Araruna. A fim de se conter a erosão, a área foi aterrada com resíduo de construção civil. Esta situação pôde ser constatada em campo por meio da presença desses resíduos, quando observado o perfil do solo. Restos de entulho como tijolos, cerâmica, blocos de concreto, entre outros, são visíveis em toda a extensão da voçoroca.

A utilização de voçorocas como locais de aterro de resíduos de construção civil classe A (alvenaria, concreto, argamassas, cerâmica e etc.), tem se tornado comum em muitos municípios, porém para o licenciamento ambiental dessas áreas no Paraná é exigido pelo IAP um estudo técnico do local escolhido. Para Rezende et al. (2014), tais estudos são fundamentais para evitar consequências como a contaminação do lençol freático e o assoreamento de cursos d'água localizados a jusante. Para Mota (1999), aterramentos alteram o sistema natural de drenagem, se tornando um incremento para o desencadeamento de processos

erosivos. Neste caso em estudo, não foram encontrados perante os órgãos públicos, nem estudos técnicos sobre a área nem tampouco projeto para o aterro, demonstrando que não houve planejamento e embasamento técnico para o aterramento da erosão.

Já em relação à Área de Preservação Permanente (APP) do córrego onde a voçoroca se localiza, esta é completamente inexistente em alguns pontos, e a recente rua asfaltada construída no loteamento vizinho está a menos de 5 metros da erosão. De acordo com a Lei Federal nº 12.651 de 2012 que dispõe sobre o Novo Código Florestal (BRASIL, 2012), APP é “a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”, porém isso não acontece no local.

A supressão da área de APP se torna assim, uma causa relevante para o agravamento do processo erosivo, visto que a cobertura do solo influencia diretamente nas taxas de escoamento superficial e infiltração. Segundo Fendrich et al. (1997), quanto mais coberto o solo menor sua erodibilidade, pois as plantas amortecem a queda das gotas d’água diminuindo seu impacto sobre o solo, seus troncos e raízes dificultam o escoamento das águas, obrigando-as a infiltrar lentamente e evitando que ganhem velocidade, a vegetação sombreia o solo, reduzindo a evaporação, entre outras.

A última causa levantada se refere ao loteamento recém instalado no entorno da voçoroca. Parte-se do entendimento de o processo de urbanização da área incide diretamente na voçoroca, pois torna o terreno vizinho mais suscetível ao processo de perda do solo. O loteamento está instalado sobre parte canalizada do rio e sobre uma parte da área do antigo aterro. Estas situações o colocam em condição de susceptibilidade e vulnerabilidade que merece considerações específicas. Para Fendrich et al. (1997), a execução de loteamentos com inobservância das práticas e normas racionais de conservação do solo e controle de erosão se torna um dos principais fatores condicionantes da erosão dos solos.

Já em relação as principais consequências do processo erosivo, estas envolvem danos estruturais às residências do entorno da voçoroca e poluição do córrego em que a voçoroca se encontra, o qual é afluente do Rio KM 119, um dos principais rios da cidade de Campo Mourão. Conforme relatado em entrevista, duas residências do setor 1, bem próximas à erosão, apresentam rachaduras que podem ter como causa o processo erosivo. Os danos se estendem a outra residência do setor 4, que apresenta risco de desabamento devido à evolução da erosão que tem causado solapamentos nas margens.

Com relação à poluição do córrego, este recebe grande parte dos sedimentos transportados pela erosão hídrica, como resíduos domésticos, sacolas plásticas, matérias de construção civil. Segundo moradores frequentemente exala forte odor de esgoto e lixo, embora ainda não tenha sido possível inferir que haja despejos clandestinos de esgoto no leito da voçoroca, ainda que a água apresente coloração escura e cheiro forte.

PROPOSTAS DE AÇÕES DE CONTENÇÃO E MELHORIAS

A partir da análise dos dados coletados, foram elaboradas sugestões para a contenção do processo erosivo e conseqüente melhoria da área degradada, como a distribuição da área drenada pelo emissário e a construção de uma bacia de detenção. Em relação às melhorias ambientais possíveis na área degradada, sugere-se o restabelecimento da APP, o controle de espécies exóticas invasoras, o isolamento da área e a adequação do loteamento.

O emissário que deságua na voçoroca, segundo Versori (2007), recebe a contribuição de uma área impermeabilizada de 11,93 ha, o que é considerado um grande volume de água para ser canalizado apenas por uma tubulação. Dessa forma, seria interessante a divisão de carga desse emissário, canalizando parte dessa água para outro emissário a ser construído até o Rio KM 119. Sugere-se também o prolongamento da rede de drenagem por mais 9 metros, onde a partir deste ponto seria feita a redução na vazão de escoamento da água, com a formação de uma bacia de detenção. Esse prolongamento se deve ao fato de que a partir dos 9 metros de comprimento, a voçoroca se alarga, passando de 8m para 30m de largura, conforme constatado em campo. A bacia de detenção é um artifício utilizado para a retenção de águas pluviais, onde há perda de velocidade e abrandamento dos efeitos destrutivos do escoamento, além do controle da qualidade da água e recarga dos aquíferos (GRIBBIN, 2008). Dessa forma, quando ocorrerem chuvas intensas o volume escoado para a voçoroca seria retido na parte mais larga da erosão, e controlado por uma estrutura de saída de 90 metros a jusante, que pode ser um orifício. Na saída desse orifício seria construído um dissipador de energia de concreto, a fim de evitar que o solo continue erodindo. Assim, se tornaria possível, atenuar os efeitos do escoamento das águas pluviais e possibilitar maior infiltração da água escoada.

O reestabelecimento da APP é um importante passo para a recuperação da área. O córrego do Rio KM 119 não possui os 30 metros de mata ciliar, o que o torna mais suscetível aos processos erosivos. Dessa forma, deverá ser realizado o plantio dessa margem complementar, a fim de atender à legislação vigente e evitar maiores danos ambientais ao local.

A área a ser recuperada já possui certo grau de interação entre flora e fauna, mas é importante que se intensifique essa relação aumentando o número de indivíduos arbóreos. Plantas denominadas bagueiras (espécies-chave) são importantes para a recuperação do ambiente, pois desenvolvem frutos e atraem fauna ao local. É importante também considerar as espécies raras ou ameaçadas de extinção e que tenham épocas de floração e frutificação diferentes ao longo do ano. A fim de diminuir os impactos causados pela erosão, duas espécies em especial serão inclusas no processo de plantio a *Acnistus arborescens* (L.) Schltldl. e *Gymnanthes klotzschiana* Müll.Arg. Estas espécies retêm sedimentos através de seu alto grau de enraizamento e formato do sistema radicular, o que justifica tal escolha.

Acnistus arborescens (Solanaceae) é popularmente conhecida como fruta-do-sabiá ou marianeira. Segundo Smith e Downs (1966), é uma árvore de pequeno porte, que pode atingir até 4 metros de altura, sendo considerada como arbusto. Apresenta frutos pequenos, macios e de coloração alaranjada, excelentes atrativos para avifauna. Essa espécie é indicada para áreas de recuperação ambiental, em sistemas silvipastoris e como cerca-viva.

Gymnanthes klotzschiana (Euphorbiaceae) é conhecida popularmente como branquilho. É uma espécie autocórica típica de planícies aluviais, ocorrendo em solos temporariamente alagados e em terrenos inclinados e erodidos. Segundo Medeiros e Zanon (1998), esta espécie é recomendada para recuperação de áreas úmidas degradadas. Sugere-se também o plantio de outras espécies nativas referências na recuperação de áreas degradadas como *Ilex paraguariensis* A.St.-Hil. (erva-mate), *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze, *Euterpe edulis* Mart., *Cecropia pachystachya* Trécul, *Nectandra lanceolata* Ness, *Trema micranta* (L.) Blume e *Schinus terebinthifolius* Raddi.

Para promover a recuperação de uma área degradada, se faz necessário a retirada de espécies exóticas antes de iniciar o plantio de mudas nativas. Dessa forma, evita-se que as exóticas invasoras se sobressaiam sobre as mudas plantadas. A retirada das plantas exóticas invasoras se dará por meio da ação manual. Algumas mudas deverão ser plantadas ao redor do tronco podado para promover a competição e evitar o rebrotamento da exótica invasora. Os restos da planta cortada deverão ser levados para outro local onde possam ser incinerados.

O isolamento da área a ser recuperada também é importante, pois evita influências antrópicas no meio (como a deposição de lixo e a retirada de espécies vegetais), impede o fluxo de animais entre o fragmento florestal e a área urbana, e permite que o ambiente possa regenerar-se. Para isso, se torna importante cercar a área correspondente aos limites da Área de Preservação Permanente com tela aramada para garantir tal isolamento.

Como outra ação, tendo em vista que o loteamento tem parte da estrutura em APP e em área de aterro, sugere-se a adequação do arruamento e dos terrenos de acordo com as condições citadas, ou seja, desviando a área de APP, bem como o terreno correspondente ao aterro e canalização do rio que está sob o loteamento. Estas sugestões estão pautadas na Lei Federal, nº 6.766/79 (BRASIL, 1979), que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, quando dispõe de que não será permitido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação; e em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

CONCLUSÕES

O estudo realizado da voçoroca localizada em área periurbana da cidade de Campo Mourão permitiu o entendimento do processo erosivo, sua evolução e a influência do problema na área de entorno. Por meio de pesquisa bibliográfica, trabalhos de campo, análise de material cartográfico e entrevistas com os moradores, foi possível elencar e discutir as principais causas e consequências envolvidas. As entrevistas foram fundamentais para se conhecer o histórico da área, além de evidenciar as consequências da erosão, permitindo apontar o aterro, a supressão da vegetação de APP, a drenagem urbana e o recente loteamento, como

principais causadores e agravadores da voçoroca. Como consequências, foram constatados danos às residências que circundam a erosão, além da poluição do córrego.

Além da problemática ambiental, foi possível perceber os transtornos sociais que a erosão causa aos vizinhos da área degradada, envolvendo acúmulo de lixo, forte odor, instabilidade do terreno, desvalorização dos imóveis, entre outras.

O trabalho apresentou ainda medidas para a contenção do processo erosivo, como a construção de uma bacia de contenção para armazenamento das águas pluviais e fracionamento da área drenada pela tubulação que desemboca no córrego. Uma vez contida a erosão, medidas como o reestabelecimento da APP, construção de cercas no local e adequação do loteamento, seriam formas de iniciar um processo de contenção do processo erosivo. O ideal seria a elaboração e execução de um Plano de Recuperação da Área Degradada - PRAD, para que as ações sejam permanentes e promovam maior equilíbrio ao ecossistema, bem como contribuam com a qualidade de vida à população de forma positiva.

Os resultados encontrados com o estudo de caso evidenciam e corroboram o que a literatura apontou, principalmente, em relação as ações não planejadas e não adequadas que obras de drenagem urbana necessitam. Obras de drenagem mal ou não planejadas podem acarretar no aumento da erosão, que em muitos casos, limitam a própria expansão urbana, além de resultar em problemas de ordem ambiental e social, conforme verificado no caso estudado. Isso evidencia que os problemas muitas vezes se repetem, só mudando de cenário, mesmo diante de medidas já conhecidas e testadas.

As questões que ficam é, por que ainda nos deparamos com situações como esta verificada em Campo Mourão, que, aparentemente, seriam simples de se resolver com a construção adequada de um sistema de emissários de águas pluviais, manutenção de área de APP e planejamento do uso do entorno do afluente? Como é possível o setor público liberar a construção do loteamento em cima da canalização do afluente e do aterro, suprimindo inclusive a área de APP, mesmo tendo tantas outras áreas disponíveis para a expansão urbana?

Talvez a dinâmica urbana relacionada as questões naturais ainda seja uma grande dicotomia para os órgãos públicos e privados que veem a terra apenas como um capital a ser explorado, sem considerar questões funcionais em termos ambientais. Talvez este seria um desafio cultural, relacionado a forma de pensar e ao modo de vida da maioria das pessoas. Talvez se a natureza e sua dinâmica não fossem suprimidas, o ser social não precisaria criar e recriar tentativas, na maioria das vezes, frustradas de resolver seus problemas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Gustavo H. S.; ALMEIDA, Josimar R; GUERRA, Antonio J. T. **Gestão Ambiental de Áreas Degradadas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BERTONI, José; LOMBARDI NETO, Francisco. **Conservação do Solo**. São Paulo: Icone, 1999.

BRASIL. Lei nº 6.766/79, de 19 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil/>>. Acessado em: 19 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 97.632/1989, de 10 de Abril de 1989. Dispõe sobre a recuperação de áreas degradadas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d97632.htm>. Acessado em: 19 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acessado em: 22 mar. 2015.

CALIJURI, Maria do C.; CUNHA, Davi G.F. (Orgs.). **Engenharia Ambiental: conceitos, tecnologia e gestão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Paraná. Articulação: MI - 505**. Brasília, 2007. 22 folhas. Escala 1:250.000.

FENDRICH, Roberto; OBLADEN, Nicolau L.; AISSE, Miguel M.; GARCIA, Carlos M. Drenagem e Controle da Erosão Urbana. 4. ed. Curitiba: Champagnat, 1997. 485p.

FULLEN, M. A et al. Utilizing biological geotextiles: introduction to the Borassus Project and global perspectives. **Land Degradation and Development**, v.22, 2011.

GRIBBIN, John B. Introdução à Hidráulica, Hidrologia e Gestão de Águas Pluviais. 3.ed. São Paulo: Cengage, 2008. 494 p.

GUERRA, Antônio J.T., SILVA, A.S.; BOTELHO, R.G.M. Erosão e Conservação dos Solos: conceitos, temas e aplicações. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GUERRA, Antônio J. T (Org.). Geomorfologia Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GUERRA, Antônio J. T.; JORGE, Maria do C. O (Orgs.). Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

LEKHA, K. R. Field instrumentation and monitoring of soil erosion in coir geotextile established slopes: a case study. **Geotextiles and geomembranes**, v. 22, 2004.

MEDEIROS, Antonio C. de S.; ZANON, Ayrton. Conservação de sementes de branquilho e de pinheiro-bravo (*Podocarpus lambertii* Klotzch ex e Ndl.), armazenadas em diferentes ambientes. **Boletim de Pesquisa Florestal**, Colombo, v.36, p. 57-69, 1998.

MINEROPAR. SERVIÇO GEOLÓGICO DO PARANÁ. **Descrição das Unidades Lito Estratigráficas**. 2005. 1 carta. Escala 1: 250.000. Disponível em: <http://www.mineropar.pr.gov.br/arquivos/File/MapasPDF/Geologicos/campo_mourao.PDF>. Acessado em: 12 set. 2014.

MOTA, Suetônio. Urbanização e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1999.

REZENDE, Marília Q.; PEIXOTO, Monica; OLIVEIRA, Luciana; SILVA, Karla. Recuperação de uma voçoroca em Sete Lagoas/MG, um estudo para implantação de aterro de inertes. In: CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE DE POÇOS DE CALDAS, 11, 2014, Poços de Caldas. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.meioambientepocos.com.br/v.6/>>. Acessado em: 20 ago. 2015.

RODERJAN, Carlos V; GALVÃO, Franklin; KUNIOSHI, Yoshiko S.; HATSCHBACH, Gerdt G. As unidades fitogeográficas do Estado do Paraná. **Ciência & Ambiental**, v.24, n.1, p. 25-42, 2002.

SELBY, M. J. **Hillslope materials & processes**. New York: Oxford University Press, 1993.

SMITH, L.B.; DOWNS, R.J. **Flora Ilustrada Catarinense: Solanaceae**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1966.

TUCCI, Carlos E. M.; MARQUES, David, M. L. da (Orgs.). **Avaliação e Controle da Drenagem Urbana**. Porto Alegre: Editora Universidade, 2000.

VERSORI, Wiliam. **Levantamento dos Emissários de Galerias Pluviais Contribuintes do Rio KM 119 Dentro do Perímetro Urbano do Município de Campo Mourão-PR**. 2007. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - PR.

Critérios para delimitação de bordas de estradas na análise de paisagem

Criterios para la delimitación de bordes de carreteras en el análisis de paisaje

Criteria for Delimitation of Edges on Roads in Landscape Analysis

Dinameres Aparecida Antunes

dinameres@hotmail.com

Curso de Engenharia Cartográfica - Universidade Federal do Piauí - UFPI

Rosemeri Segecin Moro

rsmoro@uepg.br

PPG em Geografia - Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Resumo: Este trabalho discute aspectos metodológicos para se delimitar espacialmente extensões de borda ao longo de estradas, adequadas à resolução de problemas sob a ótica da Ecologia de Paisagens. São consideradas as características das vias e variáveis do ambiente de entorno. Uma vez que para o estabelecimento de uma faixa (*buffering*) não é possível utilizar valores padronizados, recomenda-se utilizar as distâncias em diferentes níveis de acordo com a interface das vias. Em linhas gerais, na ausência de estudos locais, e baseado na metanálise de alguns resultados, parece adequado utilizar as seguintes distâncias potenciais de borda: para um entorno predominante de áreas abertas mesófilas (campos naturais, pastagens ou lavouras), autores definem como de até 100 m o maior efeito de borda potencial sobre a vegetação herbáceo-arbustiva, e de até 700m para avifauna. Já áreas abertas hidrófilas podem exigir uma definição de borda de até 1.000 m para anuros, e até 700m para avifauna. Em se tratando de florestais nativas, há consenso em que os maiores efeitos de borda são sentidos até 70 m para a vegetação arbórea, em até 80 m para pequenos vertebrados, e até 100 m nas áreas ripárias com relação aos efeitos sobre a biota aquática. Para florestas exóticas homogêneas (reflorestamentos), este efeito cai para cerca de 40 m ao se analisar parâmetros da vegetação arbórea.

Palavras-chave: ecologia de paisagem, análise de entorno, *buffer*.

Resumen: Este trabajo aborda aspectos metodológicos para delimitar espacialmente extensiones de borde a lo largo de carreteras, adecuados para resolver problemas en la ecología del paisaje. Se consideran las características de los caminos y las variables de entorno circundante. Una vez que en la creación de una pista (*buffering*) no pueden utilizarse valores estandarizados, se recomienda el uso de las distancias en diferentes niveles según la interfaz. En general, en la ausencia de estudios locales, con bases en la metanálisis de algunos resultados, parece adecuado emplear las siguientes distancias potenciales de borde: para un ambiente abierto predominante mesófilo (campo natural, pasturas o cultivos), autores definen como hasta 100 m el más grande potencial efecto

de borde sobre la vegetación herbácea o arbustiva y a 700 m para la avifauna. Espacios hidrofílicos ya pueden requerir una definición de borde a 1.000 m para anuros y hasta 700 m para avifauna. Cuando se trata de bosque nativo, hay consenso en que los mayores efectos de borde son filtro hasta 70 m a la vegetación arbórea, hasta 80 m para pequeños vertebrados y hasta 100 m en las zonas ribereñas en relación con los efectos sobre la biota acuática. Para bosques plantados homogéneos (reforestación), este efecto se reduce a unos 40 m respecto a los parámetros de la vegetación arbórea.

Palabras-clave: ecología del paisaje, análisis de entorno, *buffer*.

Abstract: This work discusses methodological aspects to the spatial delimitation of edge extension along roads, suitable for solving Landscape Ecology questions. This consider the characteristics of the routes and surrounding environment variables. Once one could not use standardized values for setting buffers, it is recommended to use distances at different levels according to the road interfaces. In general, when local data are absent, it means suitable these results from a metanalysis: for a predominant environment of mesophilic open areas (natural fields, pastures or crops), authors define as up to 100 m the biggest potential edge effect on vegetation herbaceous or shrubs, and up to 700 m for avian. Open hydrophilic areas already may require a definition of up to 1,000 m edge for Anurans, and up to 700 m for avian. Relating to native forest, there is consensus that the greatest edge effects could be felt up to 70 m to the arboreal vegetation, up to 80 m for small vertebrates, and up to 100 m in riparian areas in relation to the effects on aquatic biota. For exotic homogeneous forests (plantations), this effect drops to about 40 m according tree parameters.

Keyword: Landscape Ecology, edge analysis, buffer.

INTRODUÇÃO

Na Ecologia de Paisagem, pesquisadores frequentemente debruçam-se sobre questões relativas à interação espacial entre componentes numa paisagem heterogênea. Estes fenômenos podem se referir tanto à fragmentação de habitats devido a processos imediatos de desmatamento, construção de estradas ou represamento de rios, quanto os relativos à construções sócio-econômico-culturais, como zoneamentos ecológico-econômicos, de amortecimento de unidades de conservação, corredores étnico-ambientais, entre outros. Podem ainda referir-se à delimitação de zonas de transição absolutamente naturais, intrínsecas ao fenômeno observado, como a zona ripária (limite imediato entre um curso de água e a paisagem do interflúvio), limites mais ou menos difusos entre áreas campestres e florestais, áreas intermarés, e tantas outras.

Os estudos dos efeitos de implantação de estradas no ambiente de entorno auxiliam na gestão, planejamento e tomada de decisões, conciliando tanto questões de conservação quanto da engenharia, visando diminuir os impactos causados (FORMAN, 2000). Para a previsão, e conseqüente gestão e atenuação dos impactos das estradas, é importante questionar a extensão de seus efeitos. Portanto, para identificar e avaliar setores de paisagens fragmentadas mais vulneráveis a este processo antrópico, são necessários estudos quantitativos relativos à extensão espacial potencialmente afetada (FREITAS; TEIXEIRA; METZGER, 2009). Nestas zonas há alterações em processos ecológicos, em extensões

variáveis, atingindo desde dezenas até centenas de metros além da região contígua à estrada, de acordo com as características intrínsecas das espécies e/ou de outros fatores considerados (FORMAN; ALEXANDER, 1998).

Toda vez que um analista cartografar uma paisagem em mosaico, terá de enfrentar o problema da atribuição de limites em face do fenômeno que se quer estudar. Em estudos multiescalares de zoneamento, a adoção de uma extensão única de borda pode levar a resultados sub ou superdimensionados. Isto é particularmente verdadeiro para a análise de fluxos de matéria e energia entre unidades de paisagem. Levando em conta que as bordas ocasionadas por estradas diferem consideravelmente das bordas ocasionadas por outros processos (COFFIN, 2007), este trabalho aborda os níveis sucessivos de decisão do analista espacial no estabelecimento de bordas para análise da malha viária no contexto de paisagem e conservação.

O PROBLEMA DAS BORDAS NA ANÁLISE ESPACIAL

Segundo Murcia (2000), a quantidade de habitats para os organismos pode ser afetada pelo uso em áreas adjacentes, assim nas áreas de borda podem ocorrer diversas mudanças bióticas e abióticas. Dependendo da escala de análise, efeitos de borda incluem alterações nas interações e produtividade de espécies mediante processos como predação, competição, parasitismo, polinização e dispersão de sementes (MURCIA, 2000). Portanto, ambientes sob efeito de borda representam um desafio para a conservação e precisam ser levados em consideração nos planos de conservação e manejo.

Para Metzger (2001), as bordas são áreas de transição entre duas unidades de paisagem. No entanto, este conceito até certo ponto reducionista, não responde à todas as indagações do cartógrafo. Neste sentido, Milan e Moro (2016, p. 85), visando orientar aos geógrafos, apresentam uma revisão dos conceitos de ecótono, borda e fronteira (limite), respectivamente *ecotone*, *edge* e *boundary*. Para as autoras, “com relação ao termo ecótono, há um consenso em referir-se ao mesmo como uma zona de transição entre ecossistemas diferentes”, sendo um fenômeno funcional ecológico dependente da escala de análise, ou seja, multiescalar. Já o “conceito de borda estabeleceu-se como a delimitação espacial da variação de parâmetros entre ambientes diferentes a partir de uma linha limite”, sendo um conceito espacial geográfico. “A fronteira, entendida como a linha que coincide com a borda, é um artefato que permite uma série de inferências quantitativas acerca das relações geométricas entre áreas adjacentes”. Trata-se, portanto, de um “conceito cartográfico não-escalar, sujeito à resolução de análise”.

Milan e Moro (2016) deixam claro que borda não é sinônimo de ecótono, uma vez que a borda “só tem sentido [...] pela variação entre elementos adjacentes, pelos fluxos existentes, ou não, de energia ou matéria, pelo efeito do afastamento espacial gradual a partir de um limite” (MILAN; MORO, 2016 p.85). Enquanto para o ecótono é impossível uma delimitação espacial precisa, na borda utilizam-se variadas informações para traçar um limite interno a partir do limite externo de um dado polígono em análise.

Assim, uma paisagem pode apresentar extensões de borda variáveis. Por exemplo, o efeito de borda de estradas em relação ao entorno depende da qualidade da via – pavimentação, dimensões, declividade, densidade de trânsito, e quantas variáveis mais puderem ser determinadas. No entanto, esse efeito é relativo ao fenômeno observado – qualidade da vegetação, comportamento de animais terrestres, qualidade do solo, e quantos outros elementos estiverem envolvidos no fenômeno sob análise. Além do mais, as alterações ambientais devido à borda se processam no mais das vezes em gradientes, donde advém a dificuldade de se estabelecer um ‘limite’ onde o efeito de borda cessa. Nesses casos muitos autores preferem desdobrar as distâncias onde as alterações são mais evidentes como devidas a efeito de borda, e onde as alterações ainda se apresentam, porém mais atenuadas, como sob influência de borda (HARPER et al., 2005).

Neste estudo, está se levando em conta que critérios utilizar para estimar a extensão potencial paramétrica dos intervenientes mais frequentes das estradas na análise de fluxos em paisagens.

ESTRADAS E IMPACTOS SOBRE A CONSERVAÇÃO

A infraestrutura de transporte é um artefato da cultura que interage com a paisagem circundante - as estradas são manifestações físicas das conexões sociais e das decisões econômicas e políticas que levam a mudança do uso da terra (COFFIN, 2007). Os estudos de efeitos ambientais dos sistemas de transportes e em particular das estradas interessam a diversas áreas da ciência geográfica e ecológica.

Segundo Freitas, Teixeira e Metzger (2009) e Hawbaker et al. (2005), as estradas variam de forma e propósito, se conectando em redes com densidades diversas, determinadas pelo relevo e os serviços oferecidos pela rede. Os autores ressaltam a importância da compreensão da distribuição da malha viária em relação também ao uso e cobertura (florestas, cursos de água, terras agrícolas e instalações rurais e urbanas) para diagnosticar áreas de vulnerabilidade na paisagem. O microclima que circunda uma estrada difere da área vizinha, pois dependendo das propriedades térmicas do pavimento pode absorver mais calor da radiação solar, com isso afetam os solos e vegetação adjacentes (FORMAN et al., 2002).

A fragmentação causada por estradas é alternativamente medida pela quantidade de borda originada ao se criar novos usos pela interrupção de um habitat antes contínuo (FORMAN, 1995), criando mosaicos de habitats ao longo dos lados da estrada (REED; JOHNSON-BARNARD; BAKER, 1996). Portanto, as estradas implicam mudanças na estrutura das paisagens ocasionando diversos impactos, introduzem poluentes e elementos exóticos, fragmentam populações de plantas e animais, causando mudanças comportamentais e mortalidade (FORMAN et al., 2003).

As estradas ocasionam efeitos primários e secundários sobre a biota (BENNETT, 1991; COFFIN, 2007). Delgado, Arévalo e Fernández-Palacios (2001) e Coffin (2007) lembram que as estradas possuem comportamento de corredores na paisagem, como elementos lineares

que ligam dois fragmentos anteriormente conectados (METZGER, 2001). Âs (1999), Coffin (2007) e Mader et al. (1990) mencionam que as espécies invasoras de plantas e animais, facilitadas ao longo das bordas a partir dos corredores formados por estradas, reduzem a biodiversidade nativa. Também Yahner (1998) aponta que as espécies que dependem de habitats interiores relativamente extensos e não perturbados têm menor probabilidade de sobreviver em ambientes de borda. Segundo Warren et al. (2006), os ruídos tem um efeito variável sobre os animais. Normalmente os mais vulneráveis são os que dependem do som, como as aves, as quais podem ter afetados seu comportamento e sucesso reprodutivo.

Coffin (2007) ressalta que já há décadas se publicam pesquisas sobre os efeitos das estradas sobre as populações de animais selvagens, e que com o desenvolvimento das análises em escala de paisagem iniciou-se estudos voltados para os efeitos mais amplos das estradas na fragmentação da paisagem e na interação com os processos paisagísticos. Para avaliar as implicações de estradas na paisagem, Forman et al. (2003) criaram o termo *Ecologia dos Transportes*, que busca integrar os princípios da Ecologia da Paisagem com a engenharia rodoviária e automotiva, baseado na evidência de que as estradas causam efeitos nos componentes, processos e estruturas do ecossistema.

A Geografia têm dado pouca atenção às consequências não desejadas das estradas, no entanto a aplicação de teorias e métodos dos geógrafos do transportes poderia auxiliar no avanço da compreensão sobre a dinâmica dos sistemas rodoviários e paisagens, bem como tentar diminuir os efeitos ecológicos negativos das estradas no meio ambiente (COFFIN, 2007).

FATORES CONSIDERADOS NO DIMENSIONAMENTO DE BORDA DE ESTRADAS

Os usos da terra e os padrões são importantes no estudo dos impactos das estradas na paisagem. Autores como Hawbaker et al. (2005) observaram que quanto maior a área com agricultura e densidade de moradias próximo as estradas, maior será a fragmentação da paisagem. Portanto, deve-se considerar a relevância das interfaces entre estradas e o ambiente circundante, se mesófilo, higrófilo¹ ou hidrófilo, florestal ou aberto, composto por espécies nativas ou exóticas.

O processo de delimitação de borda envolve a criação de uma área (*buffer*) em torno de determinada feição geográfica e, posteriormente, a identificação e análise dos elementos nele contidos (LIU et al., 2008). Essa análise é feita com o uso dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), por meio de arquivo vetorial da feição geográfica e processamentos que contemplam a criação do *buffer*, muitas vezes sobreposto a imagens orbitais e classificações digitais que auxiliam a identificação de padrões e elementos. O tamanho do *buffer* é bastante variável, uma vez que o impacto de cada estrada pode se estender a dezenas ou

¹ De acordo com a Resolução 12/94 do CONAMA, áreas mesófilas são aquelas que contém vegetação adaptada ao ambiente com mediana disponibilidade de água, no solo e na atmosfera. São exemplos de classes de uso: florestas em interflúvios, campo seco ou rupestre, agricultura, pastagens, etc. Áreas higrófilas contém vegetação adaptada ao ambiente de elevado grau de umidade. São exemplos de classes de uso: florestas ao longo de flúvios (ripárias), campos úmidos, várzeas e outras áreas inundáveis. Para hidrófilos utiliza-se a definição de Lemos e Gomes (2008): são áreas localizadas em lugares abundantes em água, aluviais ou em flúvios (aquéferos livres).

milhares de metros, dependendo das características da estrada e do hábitat perturbado (PALOMINO; CARRASCAL, 2007; LIU et al., 2008).

A seguir são apresentados alguns resultados de parâmetros significativos empregados para a definição de *buffers* nos principais temas relevantes à paisagem e conservação. Como nem todos os fenômenos variam em escala linear, são observadas discrepâncias entre as variadas leituras.

Em relação as mudanças para hidrologia e qualidade da água, Forman e Alexander (1998) afirmam que as estradas podem estender a rede de drenagem da rede de córregos quando há interseção entre eles. A água entra com maior energia nos canais de rios, aumentando a vazão, erodindo banco de canais, varrendo o canal e aumentando a probabilidade de inundação a jusante Além da erosão (XIAO; YANG; CAI, 2017), também há os impactos negativos provenientes de contaminação química. Forman et al. (2003) argumentam que há substâncias que afetam tanto as áreas mais próximas da própria estrada quanto as que podem ser transportadas por meio da água e do vento para distâncias maiores, percolando na paisagem mediante o escoamento das águas pluviais. Muitos contaminantes são introduzidos nas estradas mediante escoamento rodoviário (COFFIN, 2007). Xiao, Yang e Cai (2017) ressaltam que os solos das estradas e seu entorno podem estar altamente compactados, pobres em nutrientes e contaminados com metais e hidrocarbonetos. Há também problemas de contaminação nas valas de drenagem de escoadouros que resultam em corpos d'água temporários, cuja qualidade de água é fortemente afetada pelos contaminantes químicos da estrada. Além disso a superfície impermeável da estrada aumenta o volume de escoamento e pode gerar maior potencial para processos erosivos. Maia (2012) estimou a vulnerabilidade ao assoreamento dos cursos d'água num raio de 0 a 100 m, ressaltando que é neste intervalo em que há aumento da força hidráulica das enxurradas como elemento de remoção de material na direção dos cursos d'água. Para Jones et al. (2001), seria de 30 metros a distância média de retenção de nutrientes (e contaminantes) sobre cursos de água, e até 100 metros para Baker, Weller e Jordan (2006).

Com o objetivo de estudar as relações entre a estrada e a erosão no solo em uma larga escala, Xiao, Yang e Cai (2017) estabeleceram *buffers* com distâncias de 1000 m a 8000 m das estradas, consideraram na análise também a declividade e os mapas de distribuição espacial da erosão no solo sobre várias classes de uso. Os autores identificaram as distâncias mais significativas foram de 0 a 1000 metros, onde a erosão do solo foi mais severa, e que a erosão decresce a medida que a distância da estrada aumenta.

Já Saunders et al. (2002), para florestas nativas e exóticas, definiram diferentes medidas para *buffers* independente do nível de estrada, possibilitando analisar efeitos no distanciamento da estrada em *buffers* de 20 m, 50 m, 100 m e 300 metros, identificou que na profundidade de influência da borda de 50 m, > 10% das classes comuns de cobertura do solo estão no habitat de borda. Isso aumenta para > 30% em uma largura de efeito de 300 m, e pode ser tão alto quanto 60% para alguns tipos de cobertura. Lottering e Mutanga (2012) definiram que o efeito de borda sobre florestas de eucalipto varia até 40 metros, de acordo com o tipo de estrada, principal ou secundária, onde analisou as distâncias de 20, 40, 60, 80 e 100 metros da estrada.

Watkins et al. (2003) com o objetivo de relacionar a cobertura da vegetação, profundidade e solo e estradas florestais não pavimentadas, utilizaram 11 distâncias a partir da estrada, sendo elas: 0, 5, 10, 15, 20, 30, 45, 60, 90 metros. Identificou a existência de espécies exóticas no primeiros 5 metros da estrada e espécies nativas em 15 metros. Para Blumenfeld et al. (2016), os efeitos sobre a vegetação se estenderam além dos 100 m e foram mais intensos na tipologia agrícola. Os parâmetros abióticos foram percebidos como efeito de borda em profundidades menores que 70 metros. Delgado et al. (2007) não encontraram diferenças significativas entre estradas pavimentadas ou não na mudança de microclima da borda para o interior de florestas latifoliadas e de coníferas². Em qualquer dos casos, as temperaturas apresentam-se inalteradas por apenas 3 m, enquanto a luminosidade persiste até 6 m, e a cobertura vegetal só apresenta alterações a partir dos 10 metros.

Para comparar diferentes rotas de transporte (estradas e ferrovias) e seus efeitos à diversidade da paisagem, Su, Xiao e Li (2013) utilizaram análise de *buffer* que variaram de 200 a 2.000 metros, identificaram que a uma distância superior a 200m, os valores das métricas de diversidade aumentaram gradualmente e tornaram-se estáveis após o pico na distância de 400-600 m.

Palomino e Carrascal (2007), procurando identificar distancias limiaries entre cidades e estradas e como alteram os padrões de espécies da avifauna nativa, como regra geral utilizaram *buffer* de 400m para cidades e 300m para as estradas, concluíram que a avifauna, mata e pastagens suportam uma menor riqueza de espécies quando uma estrada fica a menos de 110 m de distância e que os efeitos negativos da presença da estrada desaparecem a baixas distâncias de 60 m.

Marsh et al. (2016) e Eigenbrod, Hecnar e Fahrig (2009), analisando a distribuição espacial de anuros, verificaram os maiores efeitos negativos nas distâncias de 250 a 1000m.

Delgado, Arévalo e Fernández-Palacios (2001) observaram que a penetração de ratos nas florestas latifoliadas se dava mais rapidamente e mais para o interior do que em florestas de coníferas, independente da topografia, mas definiram um *buffer* de 60m como viável para avaliar este efeito de borda em ambas as coberturas florestais. Wunderle Júnior (1997) registrou que a movimentação de agentes dispersores da fauna se concentrou até 80 metros a partir da borda de uma floresta nativa, ainda que para pequenas aves, dispersores extremamente importantes, Farwig, Schabo e Albrecht (2017) não tenham encontrado barreiras entre fragmentos. Para áreas abertas, tanto mesófilas quanto hidrófilas, Wilson et al. (2014) definiram em 700 m a área de maior influência de borda sobre aves.

Em linhas gerais, na ausência de estudos locais sobre os elementos envolvidos, e baseado na metanálise de alguns resultados, parece adequado utilizar as seguintes distâncias potenciais de borda:

- interface estrada/áreas abertas mesófilas: até 100 metros para vegetação herbácea ou arbustiva; até 700 metros para aves.
- interface estrada/áreas abertas hidrófilas: até 1.000 metros para anuros; até 700 metros para aves.

² No contexto deste estudo, latifoliadas podem ser consideradas sinônimo de florestas nativas, e coníferas como compoendo florestas exóticas.

- interface estrada/áreas florestais nativas: até 70 metros para a vegetação arbórea; até 80 metros para pequenos vertebrados;
- interface estrada/áreas florestais exóticas (plantadas): até 40 metros para a vegetação arbórea.
- interface estrada/flúvios (cursos de água): até 100 metros, com relação à qualidade da água e da biota aquática.

UTILIZANDO AS DISTÂNCIAS DE BORDA NA ANÁLISE MULTICRITÉRIO

Como constatado na literatura, o uso da análise de entorno para a criação de *buffers* é bastante recomendada e cabe ao pesquisador selecionar a distância mais adequada ao seu objeto de estudo. O *buffer* pode ser sobreposto a temas de análise ambiental, como por exemplo, geomorfologia, uso e ocupação da terra, tipologia de solos, etc. Os dados geomorfológicos e de declividade são considerados indispensáveis para estudos integrados da malha viária e paisagem, pois permitem relacionar às configurações do terreno, a distribuição dos núcleos e elementos antrópicos, e os usos da terra em função das limitações conferidas pelo relevo (SANTOS, 2004; MIRANDA et al., 2017).

Na análise da área de entorno de estradas, os *buffers* delimitados sob as temáticas declividade, uso da terra e tipo de solo devem receber diferentes pesos em função da sua potencialidade e fragilidade. Um método para esse procedimento é a análise multicritério, aplicada para a determinação de áreas mais sensíveis e com maior risco ambiental. Esta, ao analisar alternativas para a resolução de problemas, permite a análise conjugada de critérios que podem interferir no suporte à tomada de decisão, tornando possível identificar alternativas prioritárias para o objeto considerado (FRANCISCO et al., 2007). Após a preparação da base digital, são desenvolvidas as seguintes etapas metodológicas: a) definição de variáveis (que podem ser classes de declividade, tipo de cobertura e uso da terra, etc); b) atribuição de notas para as classes de feição das variáveis; c) álgebra de mapas com atribuição de pesos para as variáveis já reclassificadas com notas; d) geração dos mapas finais para cenários distintos (CAMPOS, AZEVEDO; VASCONCELOS, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estradas são elementos antrópicos indiscutivelmente fundamentais para as atividades humanas, mas também fatores de impacto negativo sobre a paisagem. Portanto, a análise do efeito da malha viária sobre porções do espaço geográfico não podem ser superficiais sob pena de super, ou mais frequentemente, subdimensionamento de seus efeitos. Estudos sobre a compreensão, quantificação e minimização destes efeitos fazem parte do planejamento, gestão e tomada de decisões, na tentativa de conciliar as questões de conservação à necessidade da existência de estradas. A delimitação de uma extensão única e fixa de borda para uma estrada que atravesse paisagens heterogêneas, largamente empregada nos mapeamentos atuais, não responde às questões de efetividade e custo.

Contudo, é uma questão muitas vezes difícil ao analista a atribuição de limites em face do fenômeno que se quer estudar.

Dentre os fatores a serem considerados na definição das bordas está o tipo de cobertura vegetal em relação ao coeficiente hídrico, como áreas mesófilas, hidrófilas, higrófilas (ou ainda xerófilas, aqui não consideradas); ao porte da vegetação, se aberta ou florestal; à heterogeneidade das florestas nativas em ambiente tropical e subtropical, ou a homogeneidade de florestas plantadas, em geral com espécies exóticas (isto é, não nativas); tipos de solo; classes de declividade e uso e ocupação da terra nesses espaços. Tudo isso interfere na fragilidade e probabilidade de impactos em níveis díspares, por isso a importância da atribuição de diferentes pesos para as variáveis.

O resultado final da Análise Multicritério de entorno, além de estimar a extensão do *buffer*, que representa a extensão da borda mínima onde os efeitos das estradas são mais sentidos, permite também uma gradação destes efeitos a partir do cruzamento entre variáveis distintas.

REFERÊNCIAS

- ÅS, Stefan. Invasion of Matrix Species in Small Habitat Patches. **Conservation Ecology**, v. 3, n. 1, 1999. Disponível em: <<https://www.ecologyandsociety.org/vol3/iss1/art1/>>. Acessado em: 23 jun. 2017.
- BAKER, Matthew E.; WELLER, Donald E.; JORDAN, Thomas E. Improved methods for quantifying potential nutrient interception by riparian buffers. **Landscape Ecology**, v. 21, p.1327-1345, 2006.
- BENNETT, Andrew F. Roads, roadsides and wildlife conservation: a review. In: SAUNDERS, Dennis A.; HOBBS, R.J. (Eds.). **Nature Conservation 2: The Role of Corridors**. Chipping Norton: Surrey Beatty, 1991. p. 99-117. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279896887_Roads_roadsides_and_wildlife_conservation_a_review>. Acessado em: 23 jun. 2017.
- BLUMENFELD, Esther C.; SANTOS, Rozely F. dos; THOMAZIELLO, Sueli A.; RAGAZZI, Sidnei. Relações entre tipo de vizinhança e efeitos de borda em fragmento florestal. **Ciência Florestal**, v. 26, n. 4, p. 1301-1316, 2016.
- CAMPOS, Rachel R. de; AZEVEDO, Úrsula Ruchkys de; VASCONCELOS, Marcelo F. de. Análise de elementos da diversidade natural na proposição de conectividade de habitats da porção sudeste do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. **Geonomos**, v. 21, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geonomos/article/view/275>>. Acessado em: 25 jun. 2017.
- COFFIN, Alisa. From roadkill to road ecology: a review of the ecological effects of roads. **Journal of Transport Geography**, v. 15, p. 396-406, 2007.
- DELGADO, Juan D.; ARÉVALO, José R.; FERNÁNDEZ-PALACIOS, José M. Road and topography effects on invasion: edge effects in rat foraging patterns in two oceanic island forests (Tenerife, Canary Islands). **Ecography**, v. 24, n. 5, p.539-546, 2001.
- DELGADO, Juan D.; ARROYO, Natalia L.; ARÉVALO, José R.; FERNÁNDEZ-PALACIOS, José M. Edge effects of roads on temperature, light, canopy cover, and canopy height in laurel and pine forests (Tenerife, Canary Islands). **Landscape and Urban Planning**, v. 81, n. 4, p. 328-340, 2007.
- EIGENBROD, Felix; HECNAR, Stephen J.; FAHRIG, Lemo. Quantifying the road-effect zone: threshold effects of a motorway on anuran populations in Ontario, Canada. **Ecology and Society**, v. 14, n. 1, p. 24, 2009. Disponível em: <<http://www.glel.carleton.ca/PDF/roadPub/09/09EigenbrodetalEcolAndSoc.pdf>>. Acessado em: 15 jun. 2017.

- FARWIG, Nina; SCHABO, Dana G.; ALBRECHT, Georg. Trait-associated loss of frugivores in fragmented forest does not affect seed removal rates. **Journal of Ecology**, v. 105, n. 1, p. 20-28, 2017.
- FORMAN, Richard T. T. Estimate of the area affected ecologically by the road system in the United States. **Conservation Biology**, v. 14, n. 1, p. 31-35, 2000.
- FORMAN, Richard T.T. **Land Mosaics: The Ecology of Landscapes and Regions**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.
- FORMAN, Richard T.T.; ALEXANDER, Lauren E. Roads and their major ecological effects. **Annual Review of Ecology and Systematics**, v. 29, p. 207-232, 1998.
- FORMAN, Richard T.T. et al. **Road Ecology: Science and Solutions**. Washington: Island Press, 2003.
- FRANCISCO, Carlos E. da Silva; COELHO, Ricardo M.; TORRES, Roseli Buzanelli; ADAMI, Samuel F. Espacialização de análise multicriterial em SIG: prioridades para recuperação de Áreas de Preservação Permanente. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13, 2007, Florianópolis. **Anais ...** p. 2643-2650. Disponível em: <<http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.15.18.13.55/doc/2643-2650.pdf>>. Acessado em: 18 jun. 2017.
- FREITAS, Simone de R.; TEIXEIRA, Ana Maria de G.; METZGER, Jean-Paul. Estudo da relação entre estradas, relevo, uso da terra e vegetação natural de Ibiúna - SP, com enfoque na ecologia da paisagem. **Natureza & Conservação**, v. 7, n.2, p. 44-56, 2009.
- HARPER, Karen A. et al. Edge influence on forest structure and composition in fragmented landscapes. **Conservation Biology**, v.19, n.3, p.768-782, 2005.
- HAWBAKER, Todd J. et al. Road Density and Landscape Pattern in Relation to Housing Density, and Ownership, Land Cover, and Soils. **Landscape Ecology**, v. 20, n. 5, p. 609-625, 2005.
- JONES, Bruce K. et al. Predicting nutrient discharges and sediment loadings to streams from landscape metrics: a multiple watershed study from the United States Mid-Atlantic Region. **Landscape Ecology**, v. 16, p.301-312, 2001.
- LEMOES, Carlos Fernando; GOMES, Juliana Jéssica. **Glossário de Meio Ambiente**. [s.l.]: Clube de Autores, 2008. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=DpZMBQAAQBAJ&pg=PA99&lpg=PA99&dq=vegeta%C3%A7%C3%A3o+hidr%C3%B3fila&source=bl&ots=XDBvznvevW&sig=hlIgdzAGzV4oOy_pga6oJChSdlw&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKewiG3sDi5dvUAhVM4SYKHeoiCsw4FBDoAQhQMAk#v=onepage&q=vegeta%C3%A7%C3%A3o%20hidr%C3%B3fila&f=false Acessado em: 18 jun. 2017.
- LIU, Shiliang et al. Evaluating the influence of road networks on landscape and regional ecological risk: a case study in Lancang River Valley of Southwest China. **Ecological Engineering**, v. 34, p. 91-99, 2008.
- LOTTERING, Romano; MUTANGA, Onesimo. Estimating the road edge effect on adjacent *Eucalyptus grandis* forests in KwaZulu-Natal, South Africa, using texture measures and an artificial neural network **Journal of Spatial Science**, v. 57, n. 2, p. 153-173, 2012.
- MADER, H.-J.; SCHELL, C.; KORNACKER, Patrick. Linear barriers to arthropod movements in the landscape. **Biological Conservation**, v. 54, n. 3, p. 209-222, 1990. Disponível em: <<http://moscow.sci-hub.io/e2bc7b89fc6a20c75f797b74b20a072e/mader1990.pdf>>. Acessado em: 18 jun. 2017.
- MAIA, Luizete M. da Silva. **BR 319: impacto da estrada na qualidade ambiental nos cursos d'água**. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal de Lavras, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/534>>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- MARSH, David M.; COSENTINO, Bradley J.; JONES, Kara S. Effects of roads and land use on frog distributions across spatial scales and regions in the Eastern and Central United States. **Diversity and Distributions**, v. 23, n. 2, p. 158-170, 2017.
- METZGER, Jean-Paul. O que é Ecologia de Paisagens. **Biota neotropica**, v.1, n.1, p. 1-9, 2001.
- MILAN, Elisana; MORO, Rosemeri S. O conceito biogeográfico de ecótono. **Terr@ Plural**, v.10, n.1, p. 75-88, 2016.

- MIRANDA, Giovanni C.; RAMOS, Julio R.L.; PENA, Marcilla Silva; ELMIRO, Marcos Antonio T. Uso de imagens Rapideye e análise multicritério na construção de traçados para o contorno sul do rodoanel de Belo Horizonte. **Geografias**, p. 119-130, 2017.
- MURCIA, Carolina. Edge effects in fragmented forests: implications for conservation. **Trends in Ecology & Evolution**, v. 10, p. 58-62, 2000.
- PALOMINO, David; CARRASCAL, Luis M. Threshold distances to nearby cities and roads influence the bird community of a mosaic landscape. **Biological Conservation**, v. 140, n. 1-2, p. 100-109, 2007.
- REED, Rebecca A.; JOHNSON-BARNARD, Julia; BAKER, W.L. Contribution of Roads to Forest Fragmentation in the Rocky Mountains. **Conservation Biology**, v.10, p 1098-1106, 1996.
- SANTOS, Rosely F. dos. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
- SAUNDERS, Sari C. et al. Effects of roads on landscape structure within nested ecological units of the Northern Great Lakes Region, USA. **Biological Conservation**. v. 103, p. 209-225, 2002.
- SU, Shiliang et al. Impacts of Transportation Routes on Landscape Diversity: A Comparison of Different Route Types and Their Combined Effects. **Environmental Management**, v. 53, n. 3, p. 636-647, 2014.
- WARREN, Paige S.; KATTI, Madhusudan; ERMANN, Michael *et al.* Urban bioacoustics: it's not just noise. **Animal Behaviour**, v. 71, n. 3, p. 491-502, 2006.
- WATKINS, Radley Z. et al. Effects of Forest Roads on Understory Plants in a Managed Hardwood Landscape. **Conservation Biology**. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1523-1739.2003.01285.x/full>>. Acessado em: 23 jun. 2017.
- WILSON, Jeremy D. et al. Modelling edge effects of mature forest plantations on peatland waders informs landscape-scale conservation. **Journal of Applied Ecology**, v. 51, p. 204-213, 2014.
- WUNDERLE JUNIOR, Joseph M. The role of animal seed dispersal in accelerating native forest regeneration on degraded tropical lands. **Forest Ecology and Management**, v.99, p.223-235, 1997.
- XIAO, Linlin; YANG, Xiaohuan.; CAI, Hongyan. The indirect roles of roads in soil erosion evolution in Jiangxi Province, China: a large scale perspective. **Sustainability**, p. 13, 2017.
- YAHNER, Richard H. Changes in Wildlife Communities near Edges. **Conservation Biology**, 1988. v.2, p.: 333-339.